

**De**  
**Olho**  
**nas**  
**Metas**  
**2015-16**

**Sétimo relatório de monitoramento das 5 Metas do Todos Pela Educação**

# De Olho nas Metas

Sétimo relatório de monitoramento  
das 5 Metas do Todos Pela Educação



# Apresentação

Ficar “de olho nas metas” não é tarefa simples. Apesar dos avanços evidentes na disponibilidade de dados educacionais nas últimas décadas, transformá-los em leitura acessível não é competência trivial. Desde 2007, nossos profissionais da área técnica e de conteúdo buscam diferentes ângulos de visão, recortes e cruzamentos dos números levantados por órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Infelizmente, o cenário revelado nas últimas apurações está longe do ideal, como mostram as séries históricas. A qualidade da Educação tem avançado a contento apenas na etapa inicial da escolaridade, mas perde vigor nas fases finais, período em que os jovens deveriam estar em condições de definir com segurança seus projetos de vida e seu futuro profissional e acadêmico.

O diagnóstico não é aquele que gostaríamos de ver e, por isso, não podemos arrefecer. Monitorar e divulgar os dados educacionais é fundamental para a formulação de políticas públicas que combatam a vergonhosa e persistente desigualdade social que se revela em todo o território brasileiro.

Por sinal, política de financiamento com equidade por fundamento é a defesa que fazem Claudio Riyudi Tanno, consultor da Câmara dos Deputados, e Caio Callegari, coordenador de projetos do Todos Pela Educação (TPE), em detalhado artigo sobre o tema, publicado nesta edição. Em outro texto, Ítalo Dutra, chefe de Educação da representação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil, mostra como a instituição está atuando, por meio do programa Busca Ativa Escolar, para reduzir o expressivo número de crianças e jovens de 4 a 17 anos fora da escola.

Em artigo sobre formação docente, Aline Reali, professora titular da Universidade Federal de São Carlos, propõe um necessário debate sobre o conceito de qualidade na Educação. Beatriz Cardoso, presidente do Laboratório de Educação, faz ponderações sobre o uso das tecnologias digitais no processo educacional. Eduardo Rombauer, consultor e membro do Instituto Democracia e Sustentabilidade, e Carolina Fernandes, responsável por relações governamentais do TPE, apresentam dados sobre a pesquisa “Repensar o Ensino Médio”, publicada recentemente pelo TPE, e discorrem sobre a necessidade de os gestores educacionais escutarem os jovens, caminho urgente e fundamental para a revitalização dessa etapa.

O caráter central do De Olho nas Metas, como sempre, é proporcionar uma visão analítica dos dados educacionais e qualificar o debate com o apoio de especialistas renomados. Temos certeza de que, nesta edição, cumprimos mais uma vez essa tarefa. Boa leitura.

Priscila Cruz  
*Presidente-executiva do Todos Pela Educação*

## **Conselho de Governança**

Denise Aguiar Alvarez  
*Presidente*  
Ana Amélia Inoue  
Ana Maria dos Santos Diniz  
Antônio Jacinto Matias  
Beatriz Johannpeter  
Cesar Callegari  
Fábio Colleti Barbosa  
Fernando Luiz Abrucio  
Jair Ribeiro da Silva Neto  
Jefferson Ricardo Romon  
José Francisco Soares  
José Roberto Marinho  
Lázaro Ramos  
Luciano Dias Monteiro  
Luís Norberto Pascoal  
Mozart Neves Ramos  
Paulo Sérgio Kakinoff  
Ricardo Henriques  
Rodolfo Villela Marino

## **Conselho de Fundadores**

Jorge Gerdau Johannpeter  
Daniel Feffer  
Danilo Santos de Miranda  
Fernão Bracher  
Jayme Sirotsky  
Luiz Paulo Montenegro  
Milú Villela  
Viviane Senna  
Wanda Engel Aduan

## **Mantenedores do Todos Pela Educação**

DPaschoal  
Fundação Bradesco  
Fundação Itaú Social  
Fundação Lemann  
Fundação Telefônica  
Gerdau  
Gol Linhas Aéreas  
Instituto Natura  
Instituto Península  
Instituto Unibanco  
Instituto Votorantim  
Itaú BBA  
Suzano Papel e Celulose

## **Equipe Executiva**

Priscila Cruz  
*Diretora Executiva*  
Maria Lucia Meirelles Reis  
*Diretora Administrativo-Financeira*  
Olavo Nogueira Filho  
*Gerente-Geral*  
Camilla Lamber Salmazi  
*Gerente de Comunicação*  
Ricardo Falzetta  
*Gerente de Conteúdo*  
Gabriel Barreto Corrêa  
*Gerente de Projetos*  
Adriana Manarim  
Allan Gaia Pio  
Alessandra Fujinaga  
Aline Gomes Silva  
Ana Paula Araujo  
Bárbara Benatti  
Caio de Oliveira Callegari  
Carolina Carvalho Fernandes  
Claudiane Freitas Mendes Cyrino  
Denise Crescêncio  
Diana Santana Gomes Lima  
Fernando Rufino  
Maria Laura Gomes Lopes  
Mariana Mandelli  
Pricilla Kesley Honorato  
Thales Ambrosini  
Vanessa Souto

# Sobre o Todos Pela Educação

Fundado em 2006, o Todos Pela Educação (TPE) é um movimento da sociedade brasileira que tem como missão engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade. Esse objetivo, com prazo de cumprimento até 2022, foi traduzido em **5 Metas**:

**Meta 1** Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola

**Meta 2** Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos

**Meta 3** Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano

**Meta 4** Todo jovem com Ensino Médio concluído até os 19 anos

**Meta 5** Investimento em Educação ampliado e bem gerido

Em 2010, o movimento adotou **5 Bandeiras**, as quais entende como urgentes e com resultados mais impactantes para a melhoria da qualidade da Educação e para o alcance das Metas. São elas:

- ◆ Melhoria da formação e carreira do professor
- ◆ Definição dos direitos de aprendizagem
- ◆ Uso pedagógico das avaliações
- ◆ Ampliação da oferta de Educação Integral
- ◆ Aperfeiçoamento da governança e gestão

Como grandes mudanças dependem do engajamento de todos, tanto por ações cotidianas como por valores colocados em prática, em 2014 foram identificadas **5 Atitudes** que mostram como a população brasileira pode ajudar crianças e jovens a aprender cada vez mais e por toda a vida. São elas:

- ◆ Valorizar os professores, a aprendizagem e o conhecimento
- ◆ Promover as habilidades importantes para a vida e para a escola
- ◆ Colocar a Educação escolar no dia a dia
- ◆ Apoiar o projeto de vida e o protagonismo dos alunos
- ◆ Ampliar o repertório cultural e esportivo das crianças e dos jovens

O TPE acredita que, pela dimensão do desafio e da desigualdade histórica da Educação no Brasil, apenas a ação dos governos não é suficiente. A participação dos diversos segmentos da sociedade, reunidos em torno de metas comuns e alinhadas com as diretrizes das políticas públicas educacionais, é fundamental para promover o salto de qualidade de que a Educação Básica brasileira necessita.

## **Sobre o *De Olho nas Metas***

*De Olho nas Metas* é o relatório do Todos Pela Educação, publicado a cada dois anos, para o acompanhamento dos indicadores educacionais do País sobre atendimento escolar à população de 4 a 17 anos, alfabetização, desempenho dos alunos nos Ensinos Fundamental e Médio, conclusão dos estudos e financiamento da Educação.

A **Meta 1**, que retrata a situação do atendimento à população de 4 a 17 anos, e a **Meta 4**, que acompanha a conclusão dos estudos nos Ensinos Fundamental e Médio, também tiveram seus dados atualizados conforme os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em setembro de 2016.

A partir desta edição, a **Meta 2** passa a ser monitorada com dados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), realizada pelo Ministério da Educação (MEC).

Os indicadores da **Meta 3** foram atualizados com os resultados da Prova Brasil 2015, divulgados pelo MEC no segundo semestre de 2016. Analisada a série histórica, conclui-se que a segunda etapa do Ensino Fundamental e o Ensino Médio têm o desempenho estagnado. Em algumas localidades, há retrocesso nos indicadores, o que é inaceitável em Educação.

Na segunda parte da publicação, apresentamos artigos de especialistas que, a convite do movimento, discorrem sobre busca ativa de crianças e jovens fora da escola, tecnologia na Educação, qualidade na formação docente, juventude e financiamento com equidade. Nossa intenção é qualificar o debate e aprimorar cada vez mais a fundamentação das políticas públicas de Educação no País.

Complementam o relatório, nas páginas finais, boletins sobre as **Metas 1, 2, 3 e 4**, além de indicadores educacionais e socioeconômicos para cada unidade da federação.

Todo o conteúdo do *De Olho nas Metas 2015-2016*, bem como o das edições anteriores, encontra-se disponível no site do Todos Pela Educação: [www.tpe.org.br](http://www.tpe.org.br).

## **Agradecimentos**

A equipe executiva do Todos Pela Educação agradece imensamente o apoio de seus mantenedores, a editoração e impressão desta obra pela Editora Moderna e a colaboração inestimável dos articulistas Ítalo Dutra, Beatriz Cardoso, Aline Maria de Medeiros Rodrigues Reali, Carolina Fernandes, Eduardo Rombauer, Caio Callegari e Claudio Riyudi Tano. ♦



# Sumário

# Metas

## 12 **Meta 1**

Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola

## 32 **Meta 2**

Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos

## 48 **Meta 3**

Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano

## 76 **Meta 4**

Todo aluno com o Ensino Médio concluído até os 19 anos

## 98 **Meta 5**

Investimento em Educação ampliado e bem gerido

# Artigos

## 114 **Fora da escola não pode!**

Ítalo Dutra

## 120 **Tecnologia e formação de professores**

Beatriz Cardoso

## 130 **Formação de professores e ensino de qualidade**

Aline Maria de Medeiros Rodrigues Reali

## 142 **Precisamos ouvir mais os jovens**

Carolina Fernandes e Eduardo Rombauer

## 146 **O Fundeb como alternativa no contexto da EC nº 95/2016**

Claudio Riyudi Tanno e Caio Callegari

# Boletins

## 160 **Boletins por unidade da federação**

## 163 **Monitoramento e indicadores**

# Metas

Acompanhamento das 5 Metas do **Todos Pela Educação**, que tratam de acesso, alfabetização, aprendizado, conclusão e financiamento da Educação Básica

1

Toda criança e jovem  
de 4 a 17 anos na escola

2

Toda criança plenamente  
alfabetizada até os 8 anos

3

Todo aluno com aprendizado  
adequado ao seu ano

4

Todo aluno com o Ensino  
Médio concluído até os 19 anos

5

Investimento em Educação  
ampliado e bem gerido

# Meta 1

Toda criança e jovem  
de 4 a 17 anos na escola

*Até 2022, 98% ou mais das crianças e jovens de 4 a 17 anos  
deverão estar matriculados e frequentando a escola,  
ou ter concluído o Ensino Médio*

**S**em acesso à escola não há acesso pleno à Educação. Nesse sentido, o Todos Pela Educação (TPE) estabeleceu em 2006, como a primeira de suas 5 Metas, a matrícula obrigatória da população de 4 a 17 anos, a ser cumprida até 2022, ano do bicentenário da independência do Brasil. Ciente de que no Brasil cada ponto percentual (p.p.) representa um enorme desafio em termos de número de alunos e de recursos, o movimento calculou uma trajetória de metas intermediárias para cada unidade da federação e para o País, de modo que, até o final do prazo estabelecido, tenhamos pelo menos 98% das nossas crianças e jovens dessa faixa etária na escola.

Em 2006, ano em que o TPE foi criado, a legislação brasileira restringia a obrigatoriedade da matrícula a crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos. Mediante um trabalho intenso de articulação do TPE, a expansão do direito de acesso à Educação Básica pública para toda a população de 4 a 17 anos foi finalmente instituída pela Emenda Constitucional (EC) nº 59 de 2009 – já incorporada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e no Plano Nacional de Educação (PNE) sancionado em 2014 – com prazo para que o Estado brasileiro garantisse a universalização das matrículas dessa faixa etária até 2016. Como os números mais recentes que aferem essa realidade são de 2015, ainda não é possível afirmar se o País cumpriu ou não a determinação. Porém, como será apresentado neste capítulo, o desafio para alcançar a universalização ainda era muito grande em 2015.

A população entre 4 e 17 anos matriculada nas escolas brasileiras em 2015 era de 40.610.137 crianças e jovens, aproximadamente 2 milhões a menos do que em 2005. O efeito demográfico que vem diminuindo ao longo dos anos a população em idade escolar do País e o esforço de ampliação do acesso fizeram com que, mesmo com menor número absoluto de matrículas, a taxa de atendimento tenha crescido de 89,5% para 94,2% – ou seja, 4,7 pontos percentuais. Se o Brasil tivesse mantido, em 2015, o mesmo número de matrículas da população de 4 a 17 anos observado em 2005, a taxa atual de atendimento seria de 99,2% – haveria, ainda, cerca de 330 mil crianças e jovens fora da escola, um contingente bem menor do que o atual, que é de 2.486.245. Apesar do atraso na universalização, é notável o avanço no acesso à Educação Infantil de crianças de 4 e 5 anos matriculadas na Pré-Escola. Nessa faixa etária, o avanço foi de 18 pontos percentuais.

Entretanto, o ritmo geral ainda está aquém do necessário. Entre 2014 e 2015, o avanço do acesso das crianças e jovens de 4 a 17 anos foi de apenas 0,6 ponto percentual. Atingimos o patamar de 94,2% dessa população na escola, valor abaixo da meta intermediária de 96,3% estipulada pelo TPE para 2015, como se observa na **Tabela 1.1** abaixo.

**Tabela 1.1** Atendimento da população de 4 a 17 anos, por faixa etária e metas do TPE – Brasil

	2005		2013		2014		2015		Diferença 2005-2015 (em p.p.)
	%	Número absoluto de alunos matriculados	%	Número absoluto de alunos matriculados	%	Número absoluto de alunos matriculados	%	Número absoluto de alunos matriculados	
<b>4 a 17 anos</b>	<b>89,5</b>	<b>42.766.190</b>	<b>93,6</b>	<b>41.959.301</b>	<b>93,6</b>	<b>40.928.147</b>	<b>94,2</b>	<b>40.610.137</b>	<b>4,7</b>
<b>Meta 1 do TPE</b>			<b>95,4</b>		<b>95,8</b>		<b>96,3</b>		
4 a 5 anos	72,5	4.847.368	87,9	5.004.383	89,1	4.951.152	90,5	4.860.330	18,0
6 a 14 anos	96,7	29.758.011	98,3	28.616.720	98,4	27.814.761	98,5	27.460.209	1,7
15 a 17 anos	78,8	8.160.811	83,3	8.338.198	82,6	8.162.234	84,3	8.289.598	5,5

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Na taxa são excluídos da população de 4 a 17 anos e da população de 15 a 17 anos aqueles que já concluíram o Ensino Médio.

Fonte: IBGE – Pnad 2005, 2013, 2014 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

### Legenda

- Meta não atingida**  
 Meta maior do que o limite superior do intervalo de confiança.
- Meta atingida**  
 A meta está dentro do intervalo de confiança.
- Meta superada**  
 A meta é menor do que o limite inferior do intervalo de confiança.

Quando observamos as regiões do País, percebemos que em todas as taxas de matrícula cresceram. Porém, mais uma vez, nenhuma atingiu a meta intermediária para 2015. Isso porque, segundo os critérios do TPE, uma meta é atingida quando estiver dentro do intervalo de confiança do valor observado. Para a meta ser superada, o limite inferior do intervalo de confiança do valor observado deve estar acima da meta. Por fim, a meta não é atingida quando o limite superior do intervalo de confiança do valor observado está abaixo da mesma.

A pior situação é a da região Norte, que apresenta a menor taxa regional: 92,3%. Na **Tabela 1.2** é possível comparar as taxas às metas correspondentes para 2014 e 2015. →

**Tabela 1.2 Taxa de atendimento escolar da população de 4 a 17 anos em 2014 e 2015, e metas intermediárias do Todos Pela Educação de 2014, 2015 e 2016 (%)**  
– Brasil, regiões e unidades da federação

	Taxa de atendimento		Intervalo de confiança Taxa 2014		Intervalo de confiança Taxa 2015		Metas		
	2014	2015	Inferior	Superior	Inferior	Superior	2014	2015	2016
<b>BRASIL</b>	<b>93,6</b>	<b>94,2</b>	<b>93,4</b>	<b>93,9</b>	<b>94,0</b>	<b>94,4</b>	<b>95,8</b>	<b>96,2</b>	<b>96,6</b>
<b>NORTE</b>	<b>91,9</b>	<b>92,3</b>	<b>91,4</b>	<b>92,5</b>	<b>91,7</b>	<b>93,0</b>	<b>95,1</b>	<b>95,7</b>	<b>96,2</b>
Rondônia	92,1	90,5	90,5	93,7	89,1	92,0	94,7	95,4	96,0
Acre	89,1	89,9	86,1	92,1	86,6	93,2	94,7	95,4	96,0
Amazonas	90,3	91,5	89,3	91,3	90,0	92,9	95,3	95,9	96,3
Roraima	92,3	94,9	90,3	94,3	93,9	96,0	95,9	96,3	96,6
Pará	92,8	92,9	92,0	93,6	91,8	94,0	95,0	95,6	96,1
Amapá	91,7	90,4	89,2	94,1	88,3	92,5	95,5	96,0	96,4
Tocantins	93,1	95,1	91,8	94,4	93,8	96,4	95,5	96,0	96,4
<b>NORDESTE</b>	<b>93,5</b>	<b>94,0</b>	<b>93,1</b>	<b>93,9</b>	<b>93,6</b>	<b>94,4</b>	<b>95,7</b>	<b>96,2</b>	<b>96,6</b>
Maranhão	94,4	94,4	93,2	95,6	93,1	95,6	95,6	96,1	96,5
Piauí	94,1	94,5	92,8	95,5	93,3	95,7	95,9	96,3	96,7
Ceará	94,4	94,4	93,5	95,3	93,6	95,2	96,1	96,5	96,8
Rio Grande do Norte	93,4	94,2	92,0	94,7	93,0	95,3	96,0	96,3	96,7
Paraíba	91,7	93,3	89,9	93,5	91,7	94,9	95,8	96,2	96,6
Pernambuco	92,9	93,8	92,0	93,7	92,7	94,9	95,5	96,0	96,4
Alagoas	90,9	92,2	89,1	92,7	90,8	93,5	95,3	95,8	96,3
Sergipe	92,4	93,5	91,0	93,7	92,1	94,9	95,8	96,3	96,6
Bahia	93,9	94,0	93,3	94,6	93,2	94,9	95,7	96,2	96,6
<b>SUDESTE</b>	<b>94,9</b>	<b>95,4</b>	<b>94,5</b>	<b>95,2</b>	<b>95,1</b>	<b>95,7</b>	<b>96,3</b>	<b>96,6</b>	<b>96,9</b>
Minas Gerais	93,9	94,5	93,3	94,6	93,9	95,1	95,8	96,2	96,6
Espírito Santo	92,6	94,0	90,9	94,3	93,0	94,9	95,6	96,1	96,5
Rio de Janeiro	94,3	95,7	93,4	95,1	95,0	96,3	96,6	96,9	97,1
São Paulo	95,8	95,9	95,3	96,3	95,4	96,4	96,5	96,8	97,0
<b>SUL</b>	<b>92,5</b>	<b>93,6</b>	<b>91,8</b>	<b>93,1</b>	<b>93,0</b>	<b>94,2</b>	<b>95,6</b>	<b>96,1</b>	<b>96,5</b>
Paraná	92,7	93,8	91,7	93,8	92,8	94,7	95,6	96,0	96,5
Santa Catarina	93,1	94,9	91,8	94,5	94,0	95,8	96,3	96,6	96,9
Rio Grande do Sul	91,8	92,6	90,8	92,8	91,6	93,6	95,3	95,8	96,3
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>92,6</b>	<b>93,4</b>	<b>92,0</b>	<b>93,3</b>	<b>92,7</b>	<b>94,0</b>	<b>95,6</b>	<b>96,1</b>	<b>96,5</b>
Mato Grosso do Sul	91,9	91,3	90,3	93,6	89,5	93,1	95,5	96,0	96,4
Mato Grosso	92,1	92,4	90,7	93,4	91,0	93,8	95,4	95,9	96,4
Goiás	92,3	93,7	91,3	93,3	92,8	94,7	95,6	96,0	96,5
Distrito Federal	94,8	95,4	93,5	96,1	94,4	96,5	96,3	96,6	96,9

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Na taxa são excluídos da população de 4 a 17 anos aqueles que já concluíram o Ensino Médio.

Fonte: IBGE – Pnad 2014 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.



**Tabela 1.3** Atendimento escolar da população de 4 a 17 anos  
– Brasil, regiões e unidades da federação

	2005		2014		2015		Diferença 2005-2015 (em p.p.)
	%	Número absoluto de alunos matriculados	%	Número absoluto de alunos matriculados	%	Número absoluto de alunos matriculados	
<b>BRASIL</b>	<b>89,5</b>	<b>42.766.190</b>	<b>93,6</b>	<b>40.928.147</b>	<b>94,2</b>	<b>40.610.137</b>	<b>4,8</b>
<b>NORTE</b>	<b>85,4</b>	<b>4.012.111</b>	<b>91,9</b>	<b>4.312.902</b>	<b>92,3</b>	<b>4.315.338</b>	<b>6,9</b>
Rondônia	83,4	373.089	92,1	388.941	90,5	381.820	7,1
Acre	82,7	188.732	89,1	213.184	89,9	204.818	7,2
Amazonas	86,6	898.339	90,3	978.696	91,5	991.080	4,9
Roraima	89,1	110.008	92,3	120.515	94,9	139.692	5,8
Pará	84,6	1.911.802	92,8	2.066.432	92,9	2.049.549	8,3
Amapá	87,9	180.814	91,7	193.601	90,4	197.853	2,5
Tocantins	88,2	349.327	93,1	351.533	95,1	350.526	6,9
<b>NORDESTE</b>	<b>89,0</b>	<b>13.212.541</b>	<b>93,5</b>	<b>12.590.978</b>	<b>94,0</b>	<b>12.575.931</b>	<b>4,9</b>
Maranhão	87,7	1.714.116	94,4	1.833.757	94,4	1.826.444	6,7
Piauí	89,8	796.241	94,1	730.424	94,5	763.253	4,7
Ceará	91,1	2.154.692	94,4	1.926.401	94,4	1.871.383	3,3
Rio Grande do Norte	89,8	748.985	93,4	682.849	94,2	707.152	4,4
Paraíba	89,5	924.278	91,7	821.465	93,3	824.866	3,8
Pernambuco	87,6	2.103.030	92,9	1.960.535	93,8	1.982.516	6,2
Alagoas	86,6	823.818	90,9	786.194	92,2	756.947	5,6
Sergipe	88,9	472.518	92,4	503.152	93,5	504.431	4,6
Bahia	89,4	3.474.863	93,9	3.346.201	94,0	3.338.939	4,6
<b>SUDESTE</b>	<b>91,5</b>	<b>16.738.985</b>	<b>94,9</b>	<b>15.689.468</b>	<b>95,4</b>	<b>15.504.183</b>	<b>4,0</b>
Minas Gerais	89,0	4.243.896	93,9	3.976.288	94,5	3.892.908	5,5
Espírito Santo	86,2	727.889	92,6	768.759	94,0	754.980	7,8
Rio de Janeiro	92,8	3.189.414	94,3	2.895.246	95,7	2.922.734	2,9
São Paulo	92,7	8.577.786	95,8	8.049.175	95,9	7.933.561	3,2
<b>SUL</b>	<b>88,2</b>	<b>5.705.860</b>	<b>92,5</b>	<b>5.257.454</b>	<b>93,6</b>	<b>5.134.704</b>	<b>5,4</b>
Paraná	88,1	2.245.445	92,7	2.101.734	93,8	2.047.599	5,7
Santa Catarina	92,3	1.333.058	93,1	1.221.249	94,9	1.189.462	2,6
Rio Grande do Sul	85,9	2.127.357	91,8	1.934.471	92,6	1.897.643	6,7
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>88,6</b>	<b>3.096.693</b>	<b>92,6</b>	<b>3.077.345</b>	<b>93,4</b>	<b>3.079.981</b>	<b>4,7</b>
Mato Grosso do Sul	88,1	536.830	91,9	534.366	91,3	501.928	3,2
Mato Grosso	87,5	705.224	92,1	665.338	92,4	667.769	4,9
Goiás	88,1	1.301.206	92,3	1.297.930	93,7	1.320.618	5,6
Distrito Federal	91,9	553.433	94,8	579.711	95,4	589.666	3,5

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Na taxa são excluídos da população de 4 a 17 anos aqueles que já concluíram o Ensino Médio.

Fonte: IBGE – Pnad 2005, 2014 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

As **Tabelas 1.2 e 1.3** mostram que, entre as unidades da federação, há evidentes disparidades, ainda que todas, com exceção do Acre (89,9%), apresentem taxas acima dos 90%. As melhores situações foram registradas em São Paulo (95,9%), Rio de Janeiro (95,7%) e Distrito Federal (95,4%). Com exceção do Tocantins (95,1%), nenhuma atingiu a meta intermediária para 2015.

## Desigualdades

Os abismos educacionais são evidentes quando os dados são apresentados de acordo com segmentos específicos, como renda familiar *per capita*, raça/cor, localidade rural ou urbana e sexo da população em idade escolar, evidenciando a necessidade de políticas públicas focadas.

Em relação à renda, 98,3% dos jovens pertencentes ao quartil de renda mais alto da população estão matriculados, mas a taxa cai para 93,4% entre os do quartil mais baixo.

Um aspecto positivo é que a diferença entre esses dois extremos diminuiu, entre 2014 e 2015, de 5,2 para 4,9 pontos percentuais no País. A Região Sul, a mais desigual, também apresentou queda na desigualdade no período: de 7,3 para 6,5 pontos percentuais, como se vê na **Tabela 1.4**.

**Tabela 1.4** Taxa de atendimento escolar da população de 4 a 17 anos por quartil de renda (%) – Brasil e regiões

	2014		2015	
	25% mais pobres	25% mais ricos	25% mais pobres	25% mais ricos
<b>BRASIL</b>	<b>92,8</b>	<b>98,0</b>	<b>93,4</b>	<b>98,3</b>
NORTE	91,9	94,7	91,4	96,6
NORDESTE	93,2	97,3	93,6	97,3
SUDESTE	93,8	98,7	94,4	98,8
SUL	90,7	98,0	91,8	98,3
CENTRO-OESTE	91,8	98,2	91,9	98,0

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Na taxa são excluídos da população de 4 a 17 anos aqueles que já concluíram o Ensino Médio.

Fonte: IBGE – Pnad 2014 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

Se observada a última década, os dados melhoram mais. Isso porque a diferença de atendimento da população entre 4 e 17 anos entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres, de 2005 a 2015, recuou 5,3 pontos percentuais. Na **Tabela 1.5** vemos a evolução das taxas de atendimento em todos os quartis de renda nesse mesmo período.

**Tabela 1.5** Atendimento por renda *per capita* – Brasil

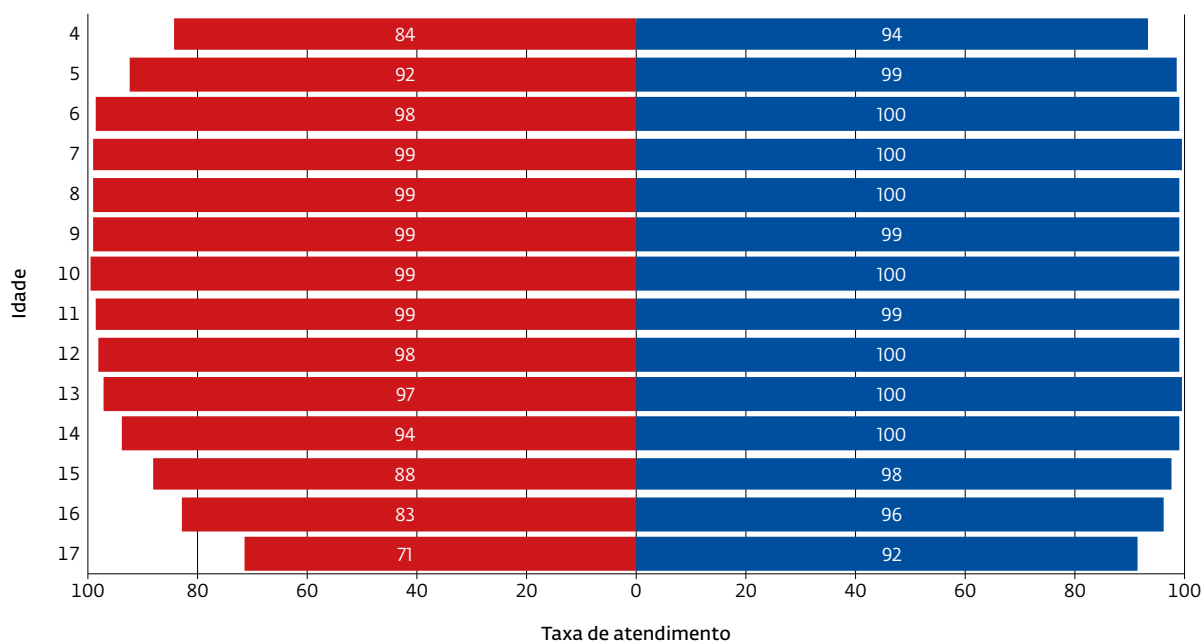
	2005		2014		2015	
	Taxa de atendimento %	Número absoluto de alunos matriculados	Taxa de atendimento %	Número absoluto de alunos matriculados	Taxa de atendimento %	Número absoluto de alunos matriculados
25% mais pobres	86,8	19.438.703	92,8	19.485.560	93,4	19.446.920
25% a 50%	90,3	11.365.256	93,5	9.946.804	94,0	10.757.896
50% a 75%	93,3	5.949.856	94,9	6.642.376	96,0	5.776.283
25% mais ricos	97,0	4.942.298	98,0	4.032.972	98,3	3.946.633

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Na taxa são excluídos da população de 4 a 17 anos aqueles que já concluíram o Ensino Médio.

Fonte: IBGE – Pnad 2005, 2014 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

Como se vê no **Gráfico 1.1** a seguir, que relaciona a taxa de atendimento por quartil de renda familiar de acordo com a idade, em 2015, as disparidades entre os quartis mais pobre e mais rico da população aparecem já nos primeiros anos de vida, diminuem entre os 6 e os 10 anos – faixa correspondente aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – e voltam a se aprofundar a partir dos 11 anos, aumentando cada vez mais até os 17. Aos 4 anos, as crianças do quartil de renda mais baixo têm uma taxa de atendimento 9,7 pontos percentuais menor do que as mais ricas. Aos 9 anos, a diferença é a menor de todas, de 0,2 pontos percentuais apenas. Aos 17 anos, porém, os jovens mais pobres estão 20,8 pontos percentuais atrás dos mais ricos no atendimento escolar. →

**Gráfico 1.1** Taxa de atendimento por idade e quartil da renda familiar *per capita* (%)  
– Brasil, 2015



Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Na taxa são excluídos da população de 4 a 17 anos aqueles que já concluíram o Ensino Médio.

Fonte: IBGE – Pnad 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

As disparidades também são evidentes quando se compara o local onde moram essas crianças e jovens. Em 2015, 94,6% dos que residiam em zonas urbanas tinham acesso à escola, mas na zona rural essa taxa era de 92,5%, a mesma de 2014, o que mostra que há necessidade de ações específicas para o campo. O Centro-Oeste segue sendo a região do País com menor cobertura de atendimento nas zonas rurais, com taxa de 89,7% em 2015. O percentual mais baixo das zonas urbanas, que em 2014 era de 92,9% nessa mesma região, em 2015 passou a ser observado no Norte, que atingiu 93,2%. Além disso, entre 2014 e 2015, a diferença na taxa de atendimento na área urbana aumentou ainda mais em relação à zona rural, de 1,4 para 2,1 pontos percentuais, como mostra a **Tabela 1.6**. →

#### Legenda

- 25% mais pobres
- 25% mais ricos

**Tabela 1.6** Taxa de atendimento da população de 4 a 17 anos por localidade (%) – Brasil e regiões

	2014		2015	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
<b>BRASIL</b>	<b>93,9</b>	<b>92,5</b>	<b>94,6</b>	<b>92,5</b>
NORTE	92,3	90,9	93,2	90,1
NORDESTE	93,6	93,2	94,2	93,4
SUDESTE	95,1	92,6	95,6	93,1
SUL	92,4	92,8	93,8	92,3
CENTRO-OESTE	92,9	89,8	93,8	89,7

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Na taxa são excluídos da população de 4 a 17 anos aqueles que já concluíram o Ensino Médio.

Fonte: IBGE – Pnad 2014 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

Analisando o período entre 2005 e 2015, a distância entre o atendimento da zona rural e da zona urbana no Brasil caiu de 7,1 para 2,1 pontos percentuais. Os dados na **Tabela 1.7** mostram o movimento da melhora.

**Tabela 1.7** Atendimento por localidade – Brasil

	2005		2014		2015	
	Taxa de atendimento %	Número absoluto de alunos matriculados	Taxa de atendimento %	Número absoluto de alunos matriculados	Taxa de atendimento %	Número absoluto de alunos matriculados
Urbana	90,9	34.451.059	93,9	33.745.151	94,6	33.297.008
Rural	83,8	8.315.131	92,5	7.182.996	92,5	7.313.129

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Na taxa são excluídos da população de 4 a 17 anos aqueles que já concluíram o Ensino Médio.

Fonte: IBGE – Pnad 2005, 2014 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

As taxas de atendimento escolar de brancos, pretos e pardos também apresentam grandes disparidades entre si. Apesar de todas terem progredido entre 2014 e 2015, as disparidades evoluem junto com as taxas, como se vê na **Tabela 1.8**. Enquanto brancos têm 95,3% de taxa de atendimento, pretos têm 92,3% e pardos, 93,6%. →

**Tabela 1.8 Taxa de atendimento da população de 4 a 17 anos por raça/cor (%) – Brasil e regiões**

	2014			2015		
	Branco	Pretos	Pardos	Branco	Pretos	Pardos
<b>BRASIL</b>	<b>95,1</b>	<b>92,2</b>	<b>92,8</b>	<b>95,3</b>	<b>92,3</b>	<b>93,6</b>
NORTE	93,3	89,1	91,9	93,0	91,1	92,2
NORDESTE	94,5	93,4	93,1	95,0	91,8	93,9
SUDESTE	96,4	92,8	93,6	96,4	93,2	94,7
SUL	93,6	88,6	89,6	94,5	90,0	91,2
CENTRO-OESTE	94,5	90,6	91,7	94,1	91,8	93,0

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Na taxa são excluídos da população de 4 a 17 anos aqueles que já concluíram o Ensino Médio.

Fonte: IBGE – Pnad 2014 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

Por outro lado, apesar de ainda persistente, a desigualdade entre brancos, pretos e pardos tem diminuído no que tange ao acesso escolar desde 2005, o que pode ser considerado positivo em um País com um histórico de profundas desigualdades raciais como o Brasil. Entre 2005 e 2015, a diferença nas taxas de atendimento entre brancos e pretos de 4 a 14 anos caiu de 3,4 para 3,0 pontos percentuais. Já entre brancos e pardos a diferença caiu de 3,1 para 1,7 pontos percentuais, como mostram os dados da **Tabela 1.9**.

**Tabela 1.9 Atendimento da população de 4 a 17 anos por raça/cor – Brasil**

	2005		2014		2015	
	Taxa de atendimento %	Número absoluto de alunos matriculados	Taxa de atendimento %	Número absoluto de alunos matriculados	Taxa de atendimento %	Número absoluto de alunos matriculados
Branco	91,2	19.596.946	95,1	17.008.056	95,3	16.761.866
Pretos	87,8	2.202.035	92,2	2.835.873	92,3	2.812.324
Pardos	88,1	20.764.172	92,8	20.787.050	93,6	20.746.280

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Na taxa são excluídos da população de 4 a 17 anos aqueles que já concluíram o Ensino Médio.

Fonte: IBGE – Pnad 2005, 2014 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

Por fim, outro indicador que também apresenta disparidades que precisam de atenção, embora menor, é a taxa de atendimento segundo o sexo das crianças e jovens. A **Tabela 1.10** mostra que, no Brasil, as mulheres apresentam taxas de atendimento superiores às dos homens em toda a Educação

Básica. Entre 2014 e 2015, enquanto a porcentagem de meninas de 4 a 17 anos na escola cresceu de 94,1% para 94,7%, a de meninos aumentou de 93,3% para 93,8%. Os dados da **Tabela 1.11** revelam que as taxas de atendimento de ambos os sexos aumentaram na mesma proporção desde 2005: 4,8 pontos percentuais.

**Tabela 1.10** Taxa de atendimento da população de 4 a 17 anos por sexo (%) – Brasil e regiões

	2014		2015	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
<b>BRASIL</b>	<b>94,1</b>	<b>93,3</b>	<b>94,7</b>	<b>93,8</b>
NORTE	92,1	91,8	92,7	92,0
NORDESTE	93,7	93,2	94,1	93,8
SUDESTE	95,3	94,5	96,1	94,7
SUL	93,4	91,6	94,1	93,1
CENTRO-OESTE	92,8	92,5	93,6	93,1

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Na taxa são excluídos da população de 4 a 17 anos aqueles que já concluíram o Ensino Médio.

Fonte: IBGE – Pnad 2014 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

**Tabela 1.11** Atendimento da população de 4 a 17 anos por sexo – Brasil

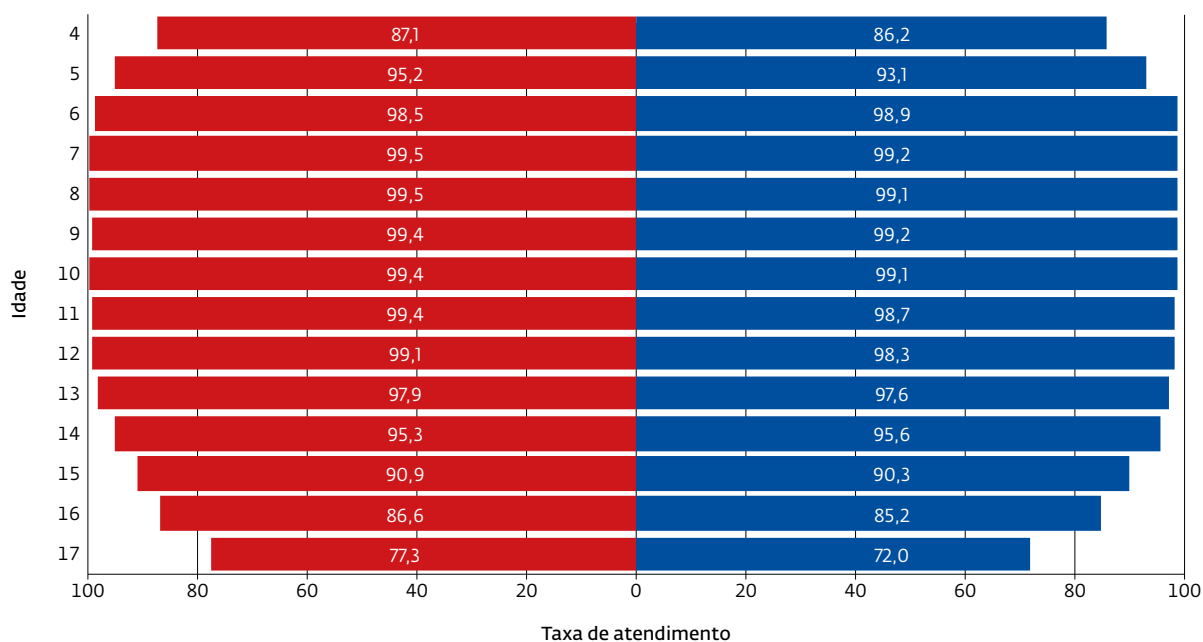
	2005		2014		2015	
	Taxa de atendimento %	Número absoluto de alunos matriculados	Taxa de atendimento %	Número absoluto de alunos matriculados	Taxa de atendimento %	Número absoluto de alunos matriculados
Feminino	89,9	21.062.823	94,1	19.986.306	94,7	19.920.076
Masculino	89,0	21.703.367	93,3	20.941.841	93,8	20.690.061

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Na taxa são excluídos da população de 4 a 17 anos aqueles que já concluíram o Ensino Médio.

Fonte: IBGE – Pnad 2005, 2014 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

Quando analisamos essas diferenças nas porcentagens de atendimento por sexo de acordo com a idade da população (**Gráfico 1.2**), observa-se que, aos 4 anos, essa distância é de 0,9 ponto percentual. Ela diminui entre os 6 e os 15 anos, idade correspondente ao Ensino Fundamental, principalmente, e se aprofunda aos 16 e 17 anos, chegando a 5,3 pontos percentuais.

**Gráfico 1.2** Taxa de atendimento da população de 4 a 17 anos por idade e sexo (%)  
– Brasil, 2015



Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Na taxa são excluídos da população de 4 a 17 anos aqueles que já concluíram o Ensino Médio.

Fonte: IBGE – Pnad 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

## Diferenças por idade

O avanço na taxa de atendimento dos 4 aos 17 anos foi puxado principalmente pelo aumento das matrículas das crianças de 4 e 5 anos. Entre 2005 e 2015, o acesso nessa faixa etária subiu 18 pontos percentuais, com destaque, na região Norte, para os estados de Rondônia, Tocantins e Acre, que avançaram, respectivamente, 34,7 pontos, 28,6 pontos e 23,9 pontos percentuais.

Já entre os jovens de 15 a 17 anos, o aumento na taxa de atendimento foi bastante inferior. No mesmo período, a taxa nacional passou de 78,8% para 84,3% – ou seja, 5,5 pontos percentuais. Entre os estados que merecem destaque estão o Pará (aumento de 14,1 pontos percentuais), Roraima (12,2 pontos) e Alagoas (10,6 pontos).

Confira as taxas de atendimento das crianças de 4 e 5 anos e dos jovens de 15 a 17, nas **Tabelas 1.12** e **1.13** a seguir. →

### Legenda

- Feminino
- Masculino



**Tabela 1.12 Atendimento escolar da população de 4 a 5 anos  
– Brasil, regiões e unidades da federação**

	2005		2014		2015		Diferença 2005-2015 (em p.p.)
	%	Número absoluto de alunos matriculados	%	Número absoluto de alunos matriculados	%	Número absoluto de alunos matriculados	
<b>BRASIL</b>	<b>72,5</b>	<b>4.847.368</b>	<b>89,1</b>	<b>4.951.152</b>	<b>90,5</b>	<b>4.860.330</b>	<b>18,0</b>
<b>NORTE</b>	<b>60,2</b>	<b>428.437</b>	<b>80,3</b>	<b>501.857</b>	<b>80,6</b>	<b>507.401</b>	<b>20,3</b>
Rondônia	47,2	29.889	83,8	46.852	81,8	46.208	34,7
Acre	50,3	16.711	73,4	21.336	74,2	23.125	23,9
Amazonas	57,6	96.910	74,4	110.030	75,8	113.261	18,3
Roraima	73,1	12.791	89,9	18.627	91,3	15.088	18,2
Pará	63,8	216.773	83,7	243.816	82,2	241.782	18,4
Amapá	61,9	22.351	70,0	19.874	70,2	22.858	8,3
Tocantins	62,7	33.012	80,6	41.322	91,3	45.079	28,6
<b>NORDESTE</b>	<b>79,2</b>	<b>1.675.270</b>	<b>92,4</b>	<b>1.559.417</b>	<b>94,1</b>	<b>1.483.489</b>	<b>14,9</b>
Maranhão	77,1	227.552	93,8	221.553	94,6	224.749	17,5
Piauí	78,5	98.688	96,6	96.427	97,1	95.122	18,6
Ceará	88,4	283.639	97,3	248.600	95,7	221.675	7,3
Rio Grande do Norte	83,0	107.450	89,2	83.672	96,1	87.599	13,1
Paraíba	83,8	114.061	93,4	114.593	91,6	98.921	7,8
Pernambuco	75,5	252.129	90,2	238.337	94,6	234.136	19,0
Alagoas	68,2	96.320	87,5	87.950	83,3	75.495	15,1
Sergipe	78,7	61.258	91,8	60.725	93,3	60.859	14,5
Bahia	78,1	434.173	90,7	407.560	94,5	384.933	16,4
<b>SUDESTE</b>	<b>76,4</b>	<b>1.909.230</b>	<b>91,8</b>	<b>1.891.922</b>	<b>93,0</b>	<b>1.914.910</b>	<b>16,7</b>
Minas Gerais	70,3	454.838	90,1	478.830	91,7	448.020	21,4
Espírito Santo	71,5	87.275	92,4	99.913	91,1	97.750	19,6
Rio de Janeiro	80,6	383.503	90,4	354.767	93,2	348.428	12,6
São Paulo	78,4	983.614	93,1	958.412	93,8	1.020.712	15,4
<b>SUL</b>	<b>60,3</b>	<b>539.764</b>	<b>85,4</b>	<b>632.115</b>	<b>86,8</b>	<b>594.565</b>	<b>26,5</b>
Paraná	64,4	239.154	87,5	271.390	89,3	242.382	24,8
Santa Catarina	77,7	140.724	89,9	148.825	94,2	151.188	16,5
Rio Grande do Sul	46,7	159.886	80,1	211.900	79,6	200.995	32,8
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>63,2</b>	<b>294.667</b>	<b>83,0</b>	<b>365.841</b>	<b>85,0</b>	<b>359.965</b>	<b>21,8</b>
Mato Grosso do Sul	64,1	53.204	88,8	77.120	86,4	61.862	22,3
Mato Grosso	59,0	61.752	84,1	74.978	83,7	76.623	24,7
Goiás	59,1	113.397	80,0	149.704	84,0	152.365	24,9
Distrito Federal	76,2	66.314	82,7	64.039	87,3	69.115	11,1

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar.

Fonte: IBGE – Pnad 2005, 2014 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

**Tabela 1.13 Atendimento escolar da população de 15 a 17 anos  
– Brasil, regiões e unidades da federação**

	2005		2014			2015		Diferença 2005-2015 (em p.p.)
	%	Número absoluto de alunos matriculados	%	Número absoluto de alunos matriculados	%	Número absoluto de alunos matriculados		
<b>BRASIL</b>	<b>78,8</b>	<b>8.160.811</b>	<b>82,6</b>	<b>8.162.234</b>	<b>84,3</b>	<b>8.289.598</b>	<b>5,5</b>	
<b>NORTE</b>	<b>73,7</b>	<b>669.939</b>	<b>80,9</b>	<b>794.394</b>	<b>83,5</b>	<b>860.789</b>	<b>9,8</b>	
Rondônia	71,5	63.189	75,6	61.718	77,1	75.661	5,6	
Acre	75,7	28.652	74,5	35.782	83,4	45.728	7,6	
Amazonas	78,9	141.948	79,8	187.139	84,0	185.520	5,1	
Roraima	74,2	20.190	77,7	23.193	86,4	30.162	12,2	
Pará	70,1	314.204	82,7	386.382	84,2	418.911	14,1	
Amapá	84,7	33.990	83,6	36.911	80,0	33.628	-4,7	
Tocantins	78,3	67.766	82,9	63.269	86,2	71.179	7,9	
<b>NORDESTE</b>	<b>75,7</b>	<b>2.488.003</b>	<b>81,4</b>	<b>2.468.777</b>	<b>82,0</b>	<b>2.483.348</b>	<b>6,4</b>	
Maranhão	75,8	328.138	83,8	351.883	82,5	344.228	6,7	
Piauí	78,0	156.338	83,0	160.883	83,1	155.344	5,2	
Ceará	76,9	388.603	83,1	399.115	82,3	364.236	5,3	
Rio Grande do Norte	75,1	134.755	80,8	130.893	81,9	137.753	6,9	
Paraíba	73,9	182.156	74,1	140.764	80,3	152.551	6,4	
Pernambuco	73,8	388.011	79,3	372.992	80,9	393.910	7,1	
Alagoas	72,4	147.266	76,2	156.766	83,0	159.825	10,6	
Sergipe	73,8	92.388	78,5	96.143	80,7	104.477	6,9	
Bahia	77,2	670.348	83,6	659.338	82,6	671.024	5,3	
<b>SUDESTE</b>	<b>82,6</b>	<b>3.372.732</b>	<b>85,4</b>	<b>3.273.756</b>	<b>86,8</b>	<b>3.259.540</b>	<b>4,2</b>	
Minas Gerais	77,6	855.333	83,4	833.903	84,9	843.869	7,3	
Espírito Santo	73,1	140.189	79,4	151.637	82,4	142.715	9,2	
Rio de Janeiro	85,6	638.421	84,9	612.432	88,2	664.730	2,6	
São Paulo	85,1	1.738.789	87,2	1.675.784	87,8	1.608.226	2,7	
<b>SUL</b>	<b>78,2</b>	<b>1.050.563</b>	<b>79,9</b>	<b>1.057.440</b>	<b>83,6</b>	<b>1.085.482</b>	<b>5,4</b>	
Paraná	76,4	395.274	78,7	388.395	83,7	422.822	7,3	
Santa Catarina	82,7	255.321	81,1	262.200	84,7	258.668	2,1	
Rio Grande do Sul	77,3	399.968	80,4	406.845	82,7	403.992	5,4	
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>78,5</b>	<b>579.574</b>	<b>80,6</b>	<b>567.867</b>	<b>83,0</b>	<b>600.439</b>	<b>4,5</b>	
Mato Grosso do Sul	75,1	97.548	75,2	88.073	73,6	91.009	-1,6	
Mato Grosso	78,2	131.594	76,0	109.674	77,4	118.230	-0,8	
Goiás	77,6	245.877	80,7	249.971	86,1	260.418	8,5	
Distrito Federal	84,9	104.555	90,4	120.149	90,8	130.782	5,9	

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Na taxa são excluídos da população de 15 a 17 anos aqueles que já concluíram o Ensino Médio.

Fonte: IBGE – Pnad 2005, 2014 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

## Fora da escola

O Brasil tem hoje 2.486.245 crianças e jovens entre 4 e 17 anos fora da escola. Apesar dos grandes avanços nos últimos dez anos, ainda enfrentam-se obstáculos para universalizar o acesso à Educação Básica.

É dever do poder público atender a demanda, oferecendo vagas para todas as faixas etárias previstas na legislação. Deve ser feito um levantamento minucioso das necessidades dessas crianças e jovens para que eles sejam atendidos pelas unidades de ensino – especialmente se tiverem deficiência ou forem indígenas, quilombolas ou moradores de regiões de difícil acesso ou de alta vulnerabilidade social. Porém, não basta apenas os governos oferecerem as vagas: é dever dos pais ou responsáveis matricular as crianças e jovens no sistema de ensino. Além disso, é responsabilidade de toda a sociedade se informar, apoiar e cobrar por políticas públicas que garantam o direito de todos à Educação de qualidade, condição imprescindível para que o País se desenvolva de maneira justa e sustentável, com mais qualidade de vida para todos.

Em números absolutos, o Nordeste é a região com a maior população em idade escolar fora da escola (809.250), seguida pelo Sudeste (746.910). Entre as unidades da federação, aquelas que têm as maiores populações de 4 a 17 anos sem matrícula são também as mais populosas: São Paulo (338.519), Minas Gerais (226.981) e Bahia (211.379).

Quando considerada a população fora da escola por faixa etária, os dados mostram que a maioria (1.543.713) tem entre 15 e 17 anos – ou seja, são jovens que já deveriam estar cursando o Ensino Médio, mas não estão matriculados, como mostra a **Tabela 1.14**. Entre as crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, ainda existem 429.592 fora da escola, embora muitos considerem essa etapa já universalizada. Na faixa de 4 e 5 anos tem havido o maior avanço, mas há 512.940 crianças sem matrícula.

Apesar de as taxas de abandono estarem recuando no País desde 2007, as médias ainda se mantêm altas, especialmente na 1ª série do Ensino Médio, que apresentou 8,8% em 2015. Para a etapa toda, o percentual de abandono é de 6,8%, sendo o Norte a região com o maior percentual de jovens que deixam a etapa, 13,2% – quase o dobro da média nacional, como mostra a **Tabela 1.15**. →

**Tabela 1.14** Número absoluto de crianças e jovens fora escola por faixa etária  
– Brasil, regiões e unidades da federação

	2005			2014			2015		
	Crianças de 4 e 5 anos fora da escola	Crianças e jovens de 6 a 14 anos fora da escola	Jovens de 15 a 17 anos fora da escola	Crianças de 4 e 5 anos fora da escola	Crianças e jovens de 6 a 14 anos fora da escola	Jovens de 15 a 17 anos fora da escola	Crianças de 4 e 5 anos fora da escola	Crianças e jovens de 6 a 14 anos fora da escola	Jovens de 15 a 17 anos fora da escola
<b>BRASIL</b>	<b>1.840.284</b>	<b>1.002.111</b>	<b>2.199.985</b>	<b>604.469</b>	<b>459.490</b>	<b>1.713.569</b>	<b>512.940</b>	<b>429.592</b>	<b>1.543.713</b>
<b>NORTE</b>	<b>282.732</b>	<b>163.338</b>	<b>238.609</b>	<b>122.942</b>	<b>67.814</b>	<b>187.418</b>	<b>122.218</b>	<b>66.856</b>	<b>170.117</b>
Rondônia	33.489	15.608	25.188	9.066	4.282	19.901	10.266	7.294	22.423
Acre	16.525	13.686	9.176	7.727	6.048	12.264	8.057	5.787	9.109
Amazonas	71.440	29.658	38.029	37.945	19.439	47.338	36.122	20.829	35.465
Roraima	4.717	1.666	7.012	2.090	1.330	6.652	1.446	1.238	4.752
Pará	123.139	89.322	134.266	47.645	31.847	81.024	52.299	26.537	78.570
Amapá	13.753	5.084	6.144	8.520	1.806	7.230	9.722	2.889	8.405
Tocantins	19.669	8.314	18.794	9.949	3.062	13.009	4.306	2.282	11.393
<b>NORDESTE</b>	<b>440.556</b>	<b>391.064</b>	<b>798.974</b>	<b>128.950</b>	<b>183.638</b>	<b>565.012</b>	<b>93.640</b>	<b>172.227</b>	<b>543.383</b>
Maranhão	67.612	67.612	104.704	14.566	25.292	68.226	12.775	23.303	72.904
Piauí	27.009	19.736	44.153	3.363	8.968	33.068	2.814	10.133	31.523
Ceará	37.261	57.272	116.588	6.906	26.016	81.321	10.060	22.348	78.495
Rio Grande do Norte	21.943	17.909	44.767	10.122	7.422	31.038	3.532	9.890	30.378
Paraíba	22.097	22.092	64.464	8.095	16.818	49.197	9.048	12.928	37.503
Pernambuco	81.622	77.726	137.721	25.949	27.269	97.412	13.412	24.638	93.190
Alagoas	44.886	26.653	56.109	12.567	17.352	49.060	15.100	16.358	32.719
Sergipe	16.555	9.935	32.779	5.423	9.761	26.387	4.398	5.499	24.923
Bahia	121.571	92.129	197.689	41.959	44.740	129.303	22.501	47.130	141.748
<b>SUDESTE</b>	<b>590.651</b>	<b>263.040</b>	<b>710.780</b>	<b>170.068</b>	<b>119.424</b>	<b>559.528</b>	<b>143.406</b>	<b>109.249</b>	<b>494.255</b>
Minas Gerais	192.425	86.643	247.322	52.796	37.908	165.946	40.565	36.075	150.341
Espírito Santo	34.820	29.714	51.536	8.226	14.102	39.374	9.595	8.397	30.586
Rio de Janeiro	92.396	46.407	107.444	37.572	29.774	108.741	25.617	17.940	89.275
São Paulo	271.010	100.276	304.478	71.474	37.640	245.467	67.629	46.837	224.053
<b>SUL</b>	<b>354.647</b>	<b>118.156</b>	<b>292.786</b>	<b>107.830</b>	<b>54.968</b>	<b>265.319</b>	<b>90.070</b>	<b>48.220</b>	<b>213.318</b>
Paraná	132.115	49.424	122.174	38.603	21.201	104.887	29.182	24.958	82.354
Santa Catarina	40.376	17.812	53.446	16.690	12.519	61.204	9.316	7.882	46.570
Rio Grande do Sul	182.156	50.920	117.166	52.537	21.248	99.228	51.572	15.380	84.394
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>171.698</b>	<b>66.513</b>	<b>158.836</b>	<b>74.679</b>	<b>33.646</b>	<b>136.292</b>	<b>63.606</b>	<b>33.040</b>	<b>122.640</b>
Mato Grosso do Sul	29.772	10.768	32.309	9.690	8.013	29.080	9.721	5.301	32.701
Mato Grosso	42.845	20.917	36.770	14.135	8.566	34.695	14.891	5.691	34.594
Goiás	78.343	25.540	71.179	37.435	11.579	59.707	28.931	17.177	42.043
Distrito Federal	20.738	9.288	18.578	13.419	5.488	12.810	10.063	4.871	13.302

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Na taxa são excluídos da população de 4 a 17 anos aqueles que já concluíram o Ensino Médio.

Fonte: IBGE – Pnad 2005, 2014 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

**Tabela 1.15 Taxa de abandono no Ensino Médio em 2015 (%)**  
**– Brasil, regiões e unidades da federação**

	Abandono Ensino Médio total	Abandono na 1ª série	Abandono na 2ª série	Abandono na 3ª série	Abandono na 4ª série	Abandono Ensino Médio Não Seriado total
<b>BRASIL</b>	<b>6,8</b>	<b>8,8</b>	<b>6,3</b>	<b>4,6</b>	<b>6,5</b>	<b>7,7</b>
<b>NORTE</b>	<b>13,2</b>	<b>15,8</b>	<b>12,4</b>	<b>10,2</b>	<b>3,7</b>	<b>15,2</b>
Rondônia	9,3	13,0	8,0	5,2	1,5	5,6
Acre	9,6	13,0	6,0	8,2	3,0	10,0
Amazonas	11,2	13,9	10,9	8,0	0,0	--
Roraima	9,2	12,6	8,3	5,1	2,4	0,8
Pará	16,8	19,5	16,2	14,0	4,9	20,5
Amapá	10,7	13,3	9,0	8,5	4,7	6,0
Tocantins	7,7	10,2	7,0	4,8	3,5	9,0
<b>NORDESTE</b>	<b>8,0</b>	<b>10,5</b>	<b>7,3</b>	<b>5,3</b>	<b>3,6</b>	<b>6,6</b>
Maranhão	8,2	10,3	7,8	5,7	5,1	5,5
Piauí	11,8	14,9	11,1	8,6	6,3	2,0
Ceará	7,2	9,7	7,0	4,5	3,6	6,2
Rio Grande do Norte	10,8	13,6	10,0	7,7	1,0	24,7
Paraíba	11,5	15,5	10,1	7,0	6,1	13,2
Pernambuco	2,3	2,9	2,0	1,6	2,9	5,5
Alagoas	13,8	18,0	12,7	9,1	4,7	3,5
Sergipe	13,4	17,5	12,0	8,2	12,5	21,9
Bahia	7,5	9,6	6,8	5,4	3,3	2,3
<b>SUDESTE</b>	<b>4,2</b>	<b>5,2</b>	<b>3,9</b>	<b>2,7</b>	<b>11,1</b>	<b>3,6</b>
Minas Gerais	6,7	7,9	6,3	4,4	13,2	7,0
Espírito Santo	4,7	6,5	4,3	2,4	1,4	2,3
Rio de Janeiro	3,6	4,8	3,6	2,0	4,1	3,7
São Paulo	3,2	4,1	3,1	2,2	0,7	1,5
<b>SUL</b>	<b>7,4</b>	<b>9,7</b>	<b>6,7</b>	<b>5,3</b>	<b>4,5</b>	<b>7,4</b>
Paraná	7,7	8,8	7,6	6,4	2,8	11,1
Santa Catarina	7,4	13,0	5,5	4,6	6,4	1,4
Rio Grande do Sul	7,1	9,3	6,5	4,1	6,8	6,4
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>7,9</b>	<b>10,8</b>	<b>6,5</b>	<b>5,1</b>	<b>8,3</b>	<b>13,6</b>
Mato Grosso do Sul	8,9	12,3	7,4	6,0	14,5	5,2
Mato Grosso	13,5	17,6	10,1	8,8	5,6	17,9
Goiás	5,9	7,6	5,5	4,2	1,0	1,0
Distrito Federal	3,9	5,4	3,6	2,1	—	0,0

Nota: “—” sem dados.

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI.

Os dados da **Tabela 1.16** mostram a taxa de crianças e jovens entre 10 e 14 anos que ainda não completaram o Ensino Fundamental, e os da **Tabela 1.17** mostram os jovens de 15 a 17 anos que ainda não completaram o Ensino Médio, que só estudam, trabalham e estudam, só trabalham ou não trabalham nem estudam. No entanto, vale ressaltar que até os 14 anos a criança, por lei, deveria apenas estudar. Qualquer atividade laboral realizada em idade inferior a 14 anos é considerada trabalho infantil, sendo os responsáveis passíveis de ação judicial. Além disso, no Brasil, só é permitido trabalhar entre os 14 e 15 anos na condição de aprendiz. Atualmente, 41.974 crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos estão nessa condição e, ao mesmo tempo, fora das salas de aula - número que representa 0,3% da fatia populacional nessa faixa etária. Também estão fora da escola, porém sem trabalhar, 288.462 mil crianças de 10 a 14 anos - 1,8% do total - que deveriam estar no Ensino Fundamental. Os números são menores do que nos anos anteriores, mas é fundamental combater o trabalho infantil e garantir que todas as crianças frequentem a escola.

**Tabela 1.16 Situação de crianças de 10 a 14 anos – Brasil**

	2005		2014		2015	
	%	Número absoluto de crianças	%	Número absoluto de crianças	%	Número absoluto de crianças
Só estudam	85,1	14.533.815	91,9	14.974.855	93,7	15.138.677
Trabalham e estudam	11,3	1.926.501	6,0	972.666	4,2	680.186
Só trabalham	1,1	193.717	0,4	65.784	0,3	41.974
Não trabalham nem estudam	2,5	427.566	1,7	280.872	1,8	288.462

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar.

Fonte: IBGE – Phad 2005, 2014 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

No caso da população entre 15 e 17 anos, os dados da **Tabela 1.17** mostram que no período de 2005 a 2015 houve aumento das porcentagens daqueles que apenas estudam e consequente queda nas demais. Em 2015, 67,8% da população nessa faixa etária dedica-se somente aos estudos, enquanto 15,9% trabalha e estuda, 6,0% só trabalha e 10,2% não estuda nem trabalha. →

**Tabela 1.17 Situação de jovens de 15 a 17 anos – Brasil**

	2005		2014		2015	
	%	Número absoluto de jovens	%	Número absoluto de jovens	%	Número absoluto de jovens
Só estudam	54,5	5.558.540	62,7	5.558.540	67,8	6.450.688
Trabalham e estudam	23,9	2.432.706	19,3	1.831.959	15,9	1.516.136
Só trabalham	10,5	1.073.795	7,3	697.372	6,0	569.489
Não trabalham nem estudam	11,1	569.489	10,7	1.016.197	10,2	974.224

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar.

Fonte: IBGE – Pnad 2005, 2014 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

## Diferenças por sexo

A análise do indicador por situação para o sexo feminino, na **Tabela 1.18**, traz um quadro que demanda políticas públicas intersetoriais para garantir às jovens apoio na prevenção da gravidez precoce e, caso ela aconteça, na garantia do direito à Educação. Na faixa de 10 a 17 anos, embora representem menos da metade do total de crianças e jovens fora da escola (44,6%), elas são maioria entre o grupo que não estuda nem trabalha (54,4%). Além disso, entre as meninas dessa faixa etária que deixaram de frequentar a sala de aula, 31,1% já têm filhos, percentual que caiu em relação a 2014, mas não se alterou em comparação com 2005.

**Tabela 1.18 População de 10 a 17 anos fora da escola por sexo e por situação – Brasil**

	2005		2014		2015	
	%	Número absoluto de crianças e jovens	%	Número absoluto de crianças e jovens	%	Número absoluto de crianças e jovens
<b>Total – Fora da escola</b>	<b>100</b>	<b>2.264.567</b>	<b>100</b>	<b>2.060.225</b>	<b>100</b>	<b>1.874.149</b>
Masculino	42	948.960	55	1.127.474	55,4	1.038.386
Feminino	58	1.315.607	45	932.751	44,6	835.763
Feminino com filhos	31,1	409.755	33,6	313.589	31,1	259.733
<b>Total – Não estudam nem trabalham</b>	<b>100</b>	<b>1.553.756</b>	<b>100</b>	<b>1.297.069</b>	<b>100</b>	<b>1.262.686</b>
Masculino	39,5	613.653	43,4	563.023	45,6	575.735
Feminino	60,5	940.103	56,6	734.046	54,4	686.951

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar.

Fonte: IBGE – Pnad 2005, 2014 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

No grupo de meninas 10 a 17 anos que já têm filhos, 57,2% não trabalham nem estudam – porcentagem que vem caindo na última década, já que em 2005 elas somavam 61%, como se vê na **Tabela 1.19**. Dentre essas mães que ainda estão em idade escolar, somente 28,6% apenas estudam, e 11,1% apenas trabalham.

Já entre as meninas de 10 a 17 anos sem filhos que ainda não concluíram a Educação Básica, a maioria, 89%, apenas estuda, e 6,3% estudam e trabalham, enquanto 0,9% só trabalha e 3,9% não estudam nem trabalham (**Tabela 1.20**).

**Tabela 1.19 Situação de meninas de 10 a 17 anos com filhos – Brasil**

	2005		2014		2015	
	%	Número absoluto de meninas	%	Número absoluto de meninas	%	Número absoluto de meninas
Só estudam	15,4	80.969	23,5	103.112	28,6	108.565
Trabalham e estudam	6,6	34.473	–	22.236	–	11.831
Só trabalham	17,1	89.566	13,2	58.050	11,1	42.352
Não trabalham nem estudam	61,0	320.189	58,2	255.539	57,2	217.381

Nota 1: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar.  
Nota 2: “–” significa dados sem representatividade estatística.

Fonte: IBGE – Pnad 2005, 2014 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

**Tabela 1.20 Situação de meninas de 10 a 17 anos sem filhos – Brasil**

	2005		2014		2015	
	%	Número absoluto de meninas	%	Número absoluto de meninas	%	Número absoluto de meninas
Só estudam	81,0	10.372.957	86,9	10.478.355	89,0	10.776.124
Trabalham e estudam	11,9	1.530.226	8,0	964.620	6,3	759.382
Só trabalham	2,2	285.938	1,2	140.655	0,9	106.460
Não trabalham nem estudam	4,8	619.914	4,0	478.507	3,9	469.570

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar.

Fonte: IBGE – Pnad 2005, 2014 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.





# Meta 2

Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos

*Até 2010, 80% ou mais, e até 2022, 100% das crianças deverão apresentar as habilidades básicas de leitura, escrita e matemática até o final do 2º ano do Ensino Fundamental*

**E**m 2006, quando o Todos Pela Educação (TPE) estabeleceu 5 Metas para a Educação brasileira, o País não dispunha de uma avaliação que diagnosticasse a situação da alfabetização das crianças matriculadas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Para suprir essa lacuna, uma parceria entre o TPE, a Fundação Cesgranrio, o Instituto Paulo Montenegro/Ibope e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) tornou possível a criação e a realização da Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização, mais conhecida como Prova ABC. A avaliação foi aplicada por dois anos – a última edição, em 2012, mostrava que somente 44,5% dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental apresentavam proficiência adequada em leitura, 30,1% em escrita e 33,3% em matemática.

Naquele mesmo ano, o Ministério da Educação (MEC) anunciou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), programa federal considerado uma das principais políticas públicas educacionais do governo Dilma Rousseff. A meta do Pnaic era alfabetizar todas as crianças brasileiras de escolas públicas até os 8 anos, ao fim do 3º ano do Ensino Fundamental, série que encerra o chamado ciclo de alfabetização. Para isso, um dos eixos estruturantes do pacto foi a realização de uma avaliação anual em larga escala denominada Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). Inspirada na Prova ABC, a ANA também analisa a proficiência dos alunos em leitura, escrita e matemática.

A primeira edição da ANA foi realizada em 2013, mas seus resultados não foram divulgados integralmente – foram divulgadas somente as médias de leitura e matemática por nível. O MEC afirma que essa primeira aplicação serviu de “teste do instrumento”. Em 2014, uma nova edição foi realizada e os dados são apresentados e analisados neste capítulo. A prova de 2015 foi cancelada e os dados da edição de 2016 ainda não foram publicados.

As três áreas analisadas pela ANA são divididas em níveis de proficiência, do mesmo modo que na Prova Brasil e no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Em leitura e matemática, são quatro níveis, sendo o nível 1 o mais baixo e o nível 4, o mais alto. Em escrita, são cinco níveis de desempenho.

A edição 2014 da ANA mostra que 77,8% dos alunos do 3º ano são proficientes em leitura, como apresenta a **Tabela 2.1**. O MEC considera os níveis 2, 3 e 4 da escala como adequados para a área avaliada. Como se vê na tabela, a maior parte

das crianças, 34%, está concentrada no nível 2, considerado baixo. Apenas 11,2% estão no nível 4, o mais elevado.

**Tabela 2.1** Taxa de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental da rede pública por nível de proficiência em leitura (%) – Brasil, 2014

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível adequado MEC (2+3+4)
<b>BRASIL</b>	<b>22,2</b>	<b>34,0</b>	<b>32,6</b>	<b>11,2</b>	<b>77,8</b>

Nota: o MEC considera como alunos em nível adequado os que se encontram nos níveis 2, 3 e 4. A descrição da escala de leitura da ANA/Inep/MEC está disponível na página <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/matriz-e-escalas>> (último acesso em 12 de maio de 2017).

Fonte: MEC/Inep/Daeb/ANA.

Observando o desempenho dos alunos em escrita na **Tabela 2.2**, a porcentagem de crianças proficientes é mais baixa do que em leitura: 65,5% podem ser consideradas alfabetizadas. Apenas 9,9% delas estão no quinto patamar, o mais alto da escala, enquanto a maioria, 55,7%, está concentrada no nível 4. O MEC só considera os níveis 4 e 5 como adequados.

**Tabela 2.2** Taxa de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental da rede pública por nível de proficiência em escrita (%) – Brasil, 2014

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível adequado MEC (4+5)
<b>BRASIL</b>	<b>11,6</b>	<b>15,0</b>	<b>7,8</b>	<b>55,7</b>	<b>9,9</b>	<b>65,5</b>

Nota: o MEC considera como alunos em nível adequado os que se encontram nos níveis 2, 3 e 4. A descrição da escala de leitura da ANA/Inep/MEC está disponível na página <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/matriz-e-escalas>> (último acesso em 12 de maio de 2017).

Fonte: MEC/Inep/Daeb/ANA.

Matemática, assunto da **Tabela 2.3**, registra as piores taxas das três competências avaliadas pela ANA. Os dados mostram que menos da metade (42,9%) dos alunos do 3º ano estava com proficiência adequada em matemática em 2014. Outro aspecto preocupante é o fato de praticamente um quarto das crianças (24,3%) estarem no nível mais baixo de proficiência. O MEC considera apenas os níveis 3 e 4 como adequados na escala de matemática. →

**Tabela 2.3** Taxa de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental da rede pública por nível de proficiência em matemática (%) – Brasil, 2014

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível adequado MEC (3+4)
<b>BRASIL</b>	<b>24,3</b>	<b>32,8</b>	<b>17,8</b>	<b>25,2</b>	<b>42,9</b>

Nota: o MEC considera como alunos em nível adequado os que se encontram nos níveis 2, 3 e 4.  
A descrição da escala de leitura da ANA/Inep/MEC está disponível na página <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/matrizes-e-escalas>> (último acesso em 12 de maio de 2017).

Fonte: MEC/Inep/Daeb/ANA.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, os Anos Iniciais do Ensino Fundamental devem ser oferecidos prioritariamente pelos municípios. Portanto, as redes municipais são as principais responsáveis pelo processo de alfabetização dos alunos brasileiros, apesar de existir também uma pequena parcela atendida pelos governos estaduais.

Quando observados os dados de leitura por rede de ensino, a porcentagem de crianças do 3º ano proficientes nas redes estaduais é de 84,7% e, nas municipais, de 76,2%, como se vê na **Tabela 2.4**. As maiores discrepâncias em relação à taxa de alfabetização em leitura entre os tipos de redes públicas aparecem nos níveis socioeconômicos (NSEs) inferiores (baixo e médio-baixo, como se vê na tabela), sendo que os resultados da rede estadual são sempre superiores aos da municipal.

**Tabela 2.4** Taxa de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental no nível adequado de proficiência em leitura por rede e nível socioeconômico (%) – Brasil, 2014

	Todos os NSEs*	NSE muito baixo	NSE baixo	NSE médio-baixo	NSE médio	NSE médio-alto	NSE alto	NSE muito alto
Rede pública	77,8	45,4	57,0	64,6	75,7	85,9	93,1	98,3
Rede estadual	84,7	45,8	65,1	70,0	78,6	87,4	93,1	98,8
Rede municipal	76,2	45,3	56,6	64,1	75,1	85,4	93,1	97,5

\* Nível socioeconômico.  
Nota: o MEC considera como alunos em nível adequado os que se encontram nos níveis 2, 3 e 4. A descrição da escala de leitura da ANA/Inep/MEC está disponível na página <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/matrizes-e-escalas>> (último acesso em 12 de maio de 2017).

Fonte: MEC/Inep/Daeb/ANA.

Em escrita, a situação se repete, com exceção do NSE muito baixo, no qual a rede municipal alcança 25% de alunos alfabetizados e a estadual, 18,8%. De maneira geral, os dados da **Tabela 2.5** mostram que 75,3% e 63,3% das crianças do 3º ano estão proficientes em escrita nas escolas estaduais e municipais, respectivamente.

**Tabela 2.5** Taxa de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental no nível adequado de proficiência em escrita por rede e nível socioeconômico (%) – Brasil, 2014

	Todos os NSEs*	NSE muito baixo	NSE baixo	NSE médio-baixo	NSE médio	NSE médio-alto	NSE alto	NSE muito alto
Rede pública	65,5	24,9	37,6	45,1	60,9	78,0	88,3	95,4
Rede estadual	75,3	18,8	45,4	52,6	64,3	80,0	88,3	95,2
Rede municipal	63,3	25,0	37,3	44,5	60,2	77,4	88,3	94,9

\* Nível socioeconômico.  
Nota: o MEC considera como alunos em nível adequado os que se encontram nos níveis 2, 3 e 4. A descrição da escala de leitura da ANA/Inep/MEC está disponível na página <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/matrizes-e-escalas>> (último acesso em 12 de maio de 2017).

Fonte: MEC/Inep/Daeb/ANA.

A rede estadual apresenta um desempenho melhor do que a municipal também em matemática: 53,7% frente a 40,5%, respectivamente, como se vê na **Tabela 2.6**. A diferença se mantém em todos os NSEs analisados, sendo menor nos níveis muito baixo (17,5% e 14,2%) e muito alto (87,5% e 83,7%).

**Tabela 2.6** Taxa de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental no nível adequado de proficiência em matemática por rede e nível socioeconômico (%) – Brasil, 2014

	Todos os NSEs*	NSE muito baixo	NSE baixo	NSE médio-baixo	NSE médio	NSE médio-alto	NSE alto	NSE muito alto
Rede pública	42,9	14,3	21,5	26,1	36,6	52,6	68,4	85,9
Rede estadual	53,7	17,5	30,8	34,3	41,5	56,9	69,9	87,5
Rede municipal	40,5	14,2	21,1	25,5	35,5	51,2	67,6	83,7

\* Nível socioeconômico.  
Nota: o MEC considera como alunos em nível adequado os que se encontram nos níveis 2, 3 e 4. A descrição da escala de leitura da ANA/Inep/MEC está disponível na página <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/matrizes-e-escalas>> (último acesso em 12 de maio de 2017).

Fonte: MEC/Inep/Daeb/ANA.

## Localidade

Nas três áreas de conhecimento avaliadas pela ANA, os resultados dos alunos residentes na zona rural do País são consideravelmente inferiores aos dos que moram na zona urbana. Em leitura, 64% dos alunos do campo são proficientes, mas essa taxa sobe para 80% nas escolas urbanas. A diferença é bastante acentuada no NSE mais baixo da escala: 44,5% frente a 57,4%, como se vê na **Tabela 2.7**. Além disso, os indicadores da zona rural são inferiores às médias nacionais em cinco das seis categorias de NSE analisadas.

**Tabela 2.7** Taxa de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental no nível adequado de proficiência em leitura por localidade e nível socioeconômico (%) – Brasil, 2014

	Todos os NSEs*	NSE muito baixo	NSE baixo	NSE médio-baixo	NSE médio	NSE médio-alto	NSE alto	NSE muito alto
Todas as localidades	77,8	45,4	57,0	64,6	75,7	85,9	93,1	98,3
Localidade rural	64,0	44,5	55,5	63,9	77,0	84,4	93,0	-
Localidade urbana	80,0	57,4	59,1	64,8	75,6	85,9	93,1	98,3

\* Nível socioeconômico.  
 Nota 1: o MEC considera como alunos em nível adequado os que se encontram nos níveis 2, 3 e 4. A descrição da escala de leitura da ANA/Inep/MEC está disponível na página <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/matriz-es-calas>> (último acesso em 12 de maio de 2017).  
 Nota 2: segundo os critérios do MEC, não há população de NSE muito alto matriculada nas escolas da zona rural.

Fonte: MEC/Inep/Daeb/ANA.

Em escrita (**Tabela 2.8**), a distância entre as taxas por localidade acentua-se ainda mais, uma vez que 47,7% das crianças da zona rural dominam a competência, percentual bastante inferior aos 68,3% registrados na zona urbana. A maior discrepância está no NSE muito baixo: 23,9% de crianças proficientes na zona rural, contra 38,4% nas áreas urbanas. →

**Tabela 2.8** Taxa de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental no nível adequado de proficiência em escrita por localidade e nível socioeconômico (%) – Brasil, 2014

	Todos os NSEs*	NSE muito baixo	NSE baixo	NSE médio-baixo	NSE médio	NSE médio-alto	NSE alto	NSE muito alto
Todas as localidades	65,5	24,9	37,6	45,1	60,9	78,0	88,3	95,4
Localidade rural	47,7	23,9	36,9	46,7	63,5	76,1	86,3	-
Localidade urbana	68,3	38,4	38,7	44,6	60,7	78,1	88,4	95,4

\* Nível socioeconômico.

Nota 1: o MEC considera como alunos em nível adequado os que se encontram nos níveis 2, 3 e 4. A descrição da escala de leitura da ANA/Inep/MEC está disponível na página <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/matriz-es-e-escalas>> (último acesso em 12 de maio de 2017).

Nota 2: segundo os critérios do MEC, não há população de NSE muito alto matriculada nas escolas da zona rural.

Fonte: MEC/Inep/Daeb/ANA.

Quanto à proficiência em matemática (**Tabela 2.9**), 45,3% das crianças residentes na localidade urbana atingem desempenho adequado, segundo os critérios do MEC. Na zona rural, a taxa cai para 27,8%. As maiores diferenças estão no nível socioeconômico muito baixo (13,4% para zona rural e 26,6% para zona urbana) e médio-alto (47,8% e 52,8%, respectivamente).

**Tabela 2.9** Taxa de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental no nível adequado de proficiência em matemática por localidade e nível socioeconômico (%) – Brasil, 2014

	Todos os NSEs*	NSE muito baixo	NSE baixo	NSE médio-baixo	NSE médio	NSE médio-alto	NSE alto	NSE muito alto
Todas as localidades	42,9	14,3	21,5	26,1	36,6	52,6	68,4	85,9
Localidade rural	27,8	13,4	20,7	26,2	38,1	47,8	63,3	-
Localidade urbana	45,3	26,6	22,7	26,1	36,5	52,8	68,4	85,9

\* Nível socioeconômico.

Nota 1: o MEC considera como alunos em nível adequado os que se encontram nos níveis 2, 3 e 4. A descrição da escala de leitura da ANA/Inep/MEC está disponível na página <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/matriz-es-e-escalas>> (último acesso em 12 de maio de 2017).

Nota 2: segundo os critérios do MEC, não há população de NSE muito alto matriculada nas escolas da zona rural.

Fonte: MEC/Inep/Daeb/ANA.

## Unidades da federação

As tabelas subsequentes apresentam a porcentagem de alunos do 3º ano no nível adequado em leitura, escrita e matemática por rede em cada unidade da federação. Os dados mostram que, no que tange à leitura (**Tabela 2.10**), Acre, Ceará e todos os estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste encontram-se acima da média nacional de 77,8%. A Região Sul tem a melhor média do País, com 88,1% das crianças alfabetizadas, enquanto o Nordeste registra a pior média, 64,4%. →

As regiões Norte e Nordeste encontram-se bastante abaixo da média nacional de desempenho em escrita (**Tabela 2.11**): 42,9% e 46,3%, respectivamente. Com 81,5%, a Região Sul novamente apresenta os melhores resultados regionais do País, sendo Santa Catarina o estado de maior média: 86,6% – mais de 20 pontos percentuais acima do índice nacional de 65,5%. →

Em matemática (**Tabela 2.12**), o Sudeste apresenta a melhor média regional: 57,1% – bem acima da média do País, de 42,9%. O estado com melhor desempenho é Minas Gerais, que registrou 62,6% de alunos alfabetizados na disciplina em 2014. Os dados mais preocupantes vêm do Norte (25,1%) e Nordeste (25,9%), onde apenas um quarto das crianças pode ser considerado proficiente em matemática. Nessas regiões, nenhum estado atingiu a média nacional. →



**Tabela 2.10** Taxa de alunos do 3º ano de Ensino Fundamental no nível adequado de proficiência em leitura (%) – Brasil, regiões, unidades da federação e rede, 2014

	Rede pública	Rede estadual			Rede municipal		
	% no nível adequado	% no nível adequado	% que realizou a ANA	Número absoluto	% no nível adequado	% que realizou a ANA	Número absoluto
<b>BRASIL</b>	<b>77,8</b>	<b>84,7</b>	<b>18,3</b>	<b>458.963</b>	<b>76,2</b>	<b>81,7</b>	<b>2.050.662</b>
<b>NORTE</b>	<b>64,9</b>	<b>74,0</b>	<b>21,0</b>	<b>63.857</b>	<b>62,5</b>	<b>79,0</b>	<b>240.504</b>
Rondônia	77,7	84,3	34,2	10.809	74,3	65,8	20.808
Acre	83,1	85,0	49,7	6.903	81,2	50,0	6.946
Amazonas	69,1	79,7	27,7	19.225	65,1	72,3	50.202
Roraima	71,4	88,2	7,1	591	70,0	92,5	7.657
Pará	57,5	58,3	10,7	15.561	57,4	89,1	129.077
Amapá	55,9	57,2	37,6	5.329	55,1	62,4	8.832
Tocantins	73,9	79,1	24,3	5.436	72,3	75,7	16.979
<b>NORDESTE</b>	<b>64,4</b>	<b>63,9</b>	<b>4,9</b>	<b>34.972</b>	<b>64,5</b>	<b>95,1</b>	<b>679.830</b>
Maranhão	55,7	63,5	2,9	2.884	55,5	97,1	97.367
Piauí	62,9	78,0	2,6	1.195	62,5	97,4	45.576
Ceará	85,0	77,1	0,6	544	85,1	99,4	96.934
Rio Grande do Norte	64,9	67,4	21,0	7.366	64,2	78,9	27.719
Paraíba	62,4	62,9	20,1	9.539	62,3	79,9	37.901
Pernambuco	64,7	67,5	1,3	1.471	64,7	98,7	112.414
Alagoas	56,5	53,2	5,6	2.914	56,7	94,4	49.219
Sergipe	56,8	59,7	24,0	7.399	55,9	76,0	23.391
Bahia	62,6	75,3	0,9	1.654	62,5	99,1	189.302
<b>SUDESTE</b>	<b>87,0</b>	<b>90,2</b>	<b>23,2</b>	<b>216.275</b>	<b>85,9</b>	<b>76,7</b>	<b>713.930</b>
Minas Gerais	90,7	92,6	32,9	71.534	89,8	67,0	145.523
Espírito Santo	83,7	85,1	17,7	9.185	83,4	82,3	42.652
Rio de Janeiro	78,4	95,8	0,3	440	78,3	99,3	165.857
São Paulo	88,5	89,2	27,3	135.114	88,2	72,7	359.894
<b>SUL</b>	<b>88,1</b>	<b>85,8</b>	<b>22,3</b>	<b>80.289</b>	<b>88,7</b>	<b>77,7</b>	<b>280.126</b>
Paraná	90,4	88,5	0,1	207	90,4	99,9	141.562
Santa Catarina	90,8	88,0	29,6	23.907	91,9	70,3	56.666
Rio Grande do Sul	84,1	84,9	40,7	56.174	83,5	59,3	81.896
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>83,9</b>	<b>86,5</b>	<b>31,8</b>	<b>63.568</b>	<b>82,7</b>	<b>68,2</b>	<b>136.271</b>
Mato Grosso do Sul	84,8	87,9	26,6	10.455	83,6	73,4	28.914
Mato Grosso	81,8	82,5	30,1	13.708	81,5	69,9	31.787
Goiás	83,3	89,1	6,6	5.359	82,9	93,3	75.569
Distrito Federal	87,3	87,3	100,0	34.046	–	0	0

Nota 1: o MEC considera como alunos em nível adequado os que se encontram nos níveis 2, 3 e 4. A descrição da escala de leitura da ANA/Inep/MEC está disponível na página <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/matriz-es-e-escalas>> (último acesso em 12 de maio de 2017).

Fonte: MEC/Inep/Daeb/ANA.

**Tabela 2.11** Taxa de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental no nível adequado de proficiência em escrita (%) – Brasil, regiões, unidades da federação e rede, 2014

	Rede pública	Rede estadual			Rede municipal		
	% no nível adequado	% no nível adequado	% que realizou a ANA	Número absoluto	% no nível adequado	% que realizou a ANA	Número absoluto
<b>BRASIL</b>	<b>65,5</b>	<b>75,3</b>	<b>18,3</b>	<b>458.963</b>	<b>63,3</b>	<b>81,7</b>	<b>2.050.662</b>
<b>NORTE</b>	<b>42,9</b>	<b>54,1</b>	<b>21,0</b>	<b>63.857</b>	<b>39,9</b>	<b>79,0</b>	<b>240.504</b>
Rondônia	60,1	69,9	34,2	10.809	55,0	65,8	20.808
Acre	64,7	66,6	49,7	6.903	62,7	50,0	6.946
Amazonas	43,8	56,7	27,7	19.225	38,9	72,3	50.202
Roraima	60,0	85,4	7,1	591	57,9	92,5	7.657
Pará	34,3	34,9	10,7	15.561	34,1	89,1	129.077
Amapá	40,2	43,2	37,6	5.329	38,4	62,4	8.832
Tocantins	53,0	59,5	24,3	5.436	51,0	75,7	16.979
<b>NORDESTE</b>	<b>46,3</b>	<b>46,7</b>	<b>4,9</b>	<b>34.972</b>	<b>46,2</b>	<b>95,1</b>	<b>679.830</b>
Maranhão	38,0	52,4	2,9	2.884	37,6	97,1	97.367
Piauí	41,3	56,4	2,6	1.195	40,9	97,4	45.576
Ceará	60,9	54,1	0,6	544	61,0	99,4	96.934
Rio Grande do Norte	54,2	57,0	21,0	7.366	53,4	78,9	27.719
Paraíba	37,6	37,8	20,1	9.539	37,6	79,9	37.901
Pernambuco	50,5	56,5	1,3	1.471	50,4	98,7	112.414
Alagoas	39,5	34,6	5,6	2.914	39,8	94,4	49.219
Sergipe	40,1	43,7	24,0	7.399	38,9	76,0	23.391
Bahia	45,3	58,3	0,9	1.654	45,2	99,1	189.302
<b>SUDESTE</b>	<b>80,1</b>	<b>84,9</b>	<b>23,2</b>	<b>216.275</b>	<b>78,6</b>	<b>76,7</b>	<b>713.930</b>
Minas Gerais	80,3	82,9	32,9	71.534	79,0	67,0	145.523
Espírito Santo	69,9	72,1	17,7	9.185	69,4	82,3	42.652
Rio de Janeiro	67,5	84,1	0,3	440	67,3	99,3	165.857
São Paulo	85,3	86,9	27,3	135.114	84,6	72,7	359.894
<b>SUL</b>	<b>81,5</b>	<b>78,2</b>	<b>22,3</b>	<b>80.289</b>	<b>82,4</b>	<b>77,7</b>	<b>280.126</b>
Paraná	85,3	79,0	0,1	207	85,3	99,9	141.562
Santa Catarina	86,6	83,8	29,6	23.907	87,8	70,3	56.666
Rio Grande do Sul	74,6	75,7	40,7	56.174	73,7	59,3	81.896
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>72,6</b>	<b>75,8</b>	<b>31,8</b>	<b>63.568</b>	<b>71,1</b>	<b>68,2</b>	<b>136.271</b>
Mato Grosso do Sul	70,8	72,5	26,6	10.455	70,2	73,4	28.914
Mato Grosso	72,4	74,3	30,1	13.708	71,6	69,9	31.787
Goiás	71,8	79,5	6,6	5.359	71,3	93,3	75.569
Distrito Federal	76,8	76,8	100,0	34.046	–	0	0

Nota 1: o MEC considera como alunos em nível adequado os que se encontram nos níveis 2, 3 e 4. A descrição da escala de leitura da ANA/Inep/MEC está disponível na página <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/matrizes-e-escalas>> (último acesso em 12 de maio de 2017).

Fonte: MEC/Inep/Daeb/ANA.

**Tabela 2.12** Taxa de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental no nível adequado de proficiência em matemática (%) – Brasil, regiões, unidades da federação e rede, 2014

	Rede pública	Rede estadual			Rede municipal		
	% no nível adequado	% no nível adequado	% que realizou a ANA	Número absoluto	% no nível adequado	% que realizou a ANA	Número absoluto
<b>BRASIL</b>	<b>42,9</b>	<b>53,7</b>	<b>18,3</b>	<b>458.963</b>	<b>40,5</b>	<b>81,7</b>	<b>2.050.662</b>
<b>NORTE</b>	<b>25,1</b>	<b>34,6</b>	<b>21,0</b>	<b>63.857</b>	<b>22,6</b>	<b>79,0</b>	<b>240.504</b>
Rondônia	38,7	48,7	34,2	10.809	33,5	65,8	20.808
Acre	40,6	44,8	49,7	6.903	36,3	50,0	6.946
Amazonas	28,1	39,1	27,7	19.225	23,9	72,3	50.202
Roraima	31,1	52,4	7,1	591	29,4	92,5	7.657
Pará	18,6	17,1	10,7	15.561	18,7	89,1	129.077
Amapá	17,1	18,6	37,6	5.329	16,2	62,4	8.832
Tocantins	32,2	41,1	24,3	5.436	29,4	75,7	16.979
<b>NORDESTE</b>	<b>25,9</b>	<b>26,3</b>	<b>4,9</b>	<b>34.972</b>	<b>25,9</b>	<b>95,1</b>	<b>679.830</b>
Maranhão	16,3	24,5	2,9	2.884	16,1	97,1	97.367
Piauí	21,2	32,1	2,6	1.195	20,9	97,4	45.576
Ceará	48,7	44,5	0,6	544	48,7	99,4	96.934
Rio Grande do Norte	24,4	27,7	21,0	7.366	23,3	78,9	27.719
Paraíba	23,9	25,8	20,1	9.539	23,4	79,9	37.901
Pernambuco	29,0	36,4	1,3	1.471	28,9	98,7	112.414
Alagoas	20,1	15,4	5,6	2.914	20,4	94,4	49.219
Sergipe	18,9	21,9	24,0	7.399	18,0	76,0	23.391
Bahia	22,2	45,6	0,9	1.654	22,0	99,1	189.302
<b>SUDESTE</b>	<b>57,1</b>	<b>64,8</b>	<b>23,2</b>	<b>216.275</b>	<b>54,7</b>	<b>76,7</b>	<b>713.930</b>
Minas Gerais	62,6	66,4	32,9	71.534	60,8	67,0	145.523
Espírito Santo	49,3	51,8	17,7	9.185	48,8	82,3	42.652
Rio de Janeiro	38,7	61,8	0,3	440	38,4	99,3	165.857
São Paulo	61,7	64,9	27,3	135.114	60,4	72,7	359.894
<b>SUL</b>	<b>53,9</b>	<b>53,4</b>	<b>22,3</b>	<b>80.289</b>	<b>54,0</b>	<b>77,7</b>	<b>280.126</b>
Paraná	55,0	61,2	0,1	207	55,0	99,9	141.562
Santa Catarina	60,7	57,5	29,6	23.907	62,1	70,3	56.666
Rio Grande do Sul	48,8	51,7	40,7	56.174	46,9	59,3	81.896
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>45,1</b>	<b>50,3</b>	<b>31,8</b>	<b>63.568</b>	<b>42,7</b>	<b>68,2</b>	<b>136.271</b>
Mato Grosso do Sul	42,3	48,7	26,6	10.455	40,0	73,4	28.914
Mato Grosso	43,3	45,7	30,1	13.708	42,2	69,9	31.787
Goiás	44,8	55,5	6,6	5.359	44,0	93,3	75.569
Distrito Federal	51,7	51,7	100,0	34.046	–	0	0

Nota 1: o MEC considera como alunos em nível adequado os que se encontram nos níveis 2, 3 e 4. A descrição da escala de leitura da ANA/Inep/MEC está disponível na página <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/matriz-es-e-escalas>> (último acesso em 12 de maio de 2017).

Fonte: MEC/Inep/Daeb/ANA.

## Consequências

Alfabetizar-se na idade adequada é fundamental para uma aprendizagem de qualidade ao longo da vida escolar, além de essencial para o exercício pleno da cidadania. Como mostram os dados apresentados, o Brasil tem um déficit histórico na Educação Básica, que se arrasta até a vida adulta de 12,9 milhões de pessoas – número de brasileiros com mais de 15 anos que se autodeclararam analfabetos em 2015, de acordo com a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad – IBGE). O total (8% da população nessa faixa etária) é cerca de duas vezes a população de um país como a Escócia, por exemplo. A meta do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, é erradicar o analfabetismo em sete anos. O índice de alfabetização da população brasileira de 15 anos ou mais, atualmente em 92%, é superior ao do ano anterior em 0,3 ponto percentual, como registra a **Tabela 2.13**. Desde 2001, o aumento registrado é de 4,4 pontos percentuais.

A região brasileira com a maior taxa de alfabetização é o Sul, com 95,9%. Historicamente, os estados sulistas registram os maiores índices regionais desde 2001, com exceção do ano de 2011. Em contrapartida, o Nordeste vem apresentando as taxas mais baixas e, em 2015, com 83,8%, foi a única região com percentual abaixo dos 90% e da média nacional.

**Tabela 2.13** Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais (%) – Brasil e regiões

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
<b>BRASIL</b>	<b>87,6</b>	<b>88,1</b>	<b>88,4</b>	<b>88,5</b>	<b>88,8</b>	<b>89,5</b>	<b>89,9</b>	<b>90,0</b>	<b>90,3</b>	<b>91,4</b>	<b>91,3</b>	<b>91,5</b>	<b>91,7</b>	<b>92,0</b>
NORTE	88,8	89,6	89,4	87,0	88,1	88,3	88,6	88,8	89,0	89,8	90,0	90,5	91,0	90,9
NORDESTE	75,7	76,6	76,8	77,5	78,0	79,2	80,0	80,5	81,2	83,1	82,6	83,1	83,4	83,8
SUDESTE	92,5	92,8	93,2	93,4	93,4	94,0	94,2	94,2	94,3	95,2	95,2	95,2	95,4	95,7
SUL	92,9	93,3	93,6	93,7	94,1	94,3	94,5	94,5	94,5	95,1	95,6	95,4	95,6	95,9
CENTRO-OESTE	89,8	90,4	90,5	90,8	91,1	91,7	92,0	91,8	92,0	93,7	93,3	93,5	93,5	94,3

Fonte: IBGE – Pnad.

A distância histórica entre as taxas de analfabetismo das zonas urbana e rural do País ainda é uma realidade, sendo que o campo concentra as maiores taxas. Os dados de 2015 mostram que, apesar dos progressos das duas últimas décadas, essa diferença ainda é de 13,9 pontos percentuais – em 2001, a diferença chegou a ser de 19,2, como se vê na

**Tabela 2.14.** →

**Tabela 2.14** Taxa de alfabetização da população urbana e rural de 15 anos ou mais (%) – Brasil

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Urbana	90,5	90,9	91,1	91,3	91,5	92,1	92,4	92,5	92,6	93,5	93,4	93,6	93,7	94,1
Rural	71,3	72,3	72,8	74,2	75	75,8	76,7	76,6	77,4	78,8	78,9	79,2	79,9	80,2

Fonte: IBGE – Pnad.

O nível socioeconômico é outro fator de influência nas taxas de analfabetismo, mostrando mais uma vez que, quanto maior a renda, maiores as chances de o indivíduo ser alfabetizado e, conseqüentemente, de obter uma escolaridade de melhor qualidade ao longo da vida. Os dados de 2015 mostram que a taxa de alfabetização dos 25% mais pobres da população brasileira era de 88%, enquanto a do quartil mais rico chegou a 98,2% – uma distância de 10,2 pontos percentuais, que há 15 anos era mais que o dobro, 21,4 pontos percentuais, como mostra a **Tabela 2.15**.

**Tabela 2.15** Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais por renda familiar *per capita* (%) – Brasil

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
25% mais pobres	76,6	78,1	79,1	79,5	80,8	82,1	82,4	83,1	84,0	85,8	86,0	86,9	87,4	88,0
25% mais ricos	98,0	98,2	97,9	97,9	97,9	98,1	98,1	98,0	97,9	98,2	98,3	98,0	98,0	98,2

Fonte: IBGE – Pnad.

Os dados da **Tabela 2.16** mostram que a população autodeclarada preta tem a taxa de alfabetização mais baixa (89,3%) entre as categorias de raça/cor em 2015, enquanto os pardos registraram 89,4%, e os brancos, 95,1%.

**Tabela 2.16** Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais por raça/cor (%) – Brasil

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Branco	92,3	92,5	92,9	92,8	92,9	93,4	93,8	93,8	94,1	94,7	94,7	94,8	95,0	95,1
Pretos	81,3	83,2	83,1	83,4	85,3	85,8	85,5	86,6	86,7	87,1	88,1	87,9	88,8	89,3
Pardos	81,9	82,7	83,1	83,8	84,3	85,2	85,8	86,3	86,5	88,4	88,2	88,6	88,9	89,4

Fonte: IBGE – Pnad.

Entre as unidades da federação, Alagoas, Maranhão e Piauí apresentam as taxas mais baixas de alfabetização da população acima dos 15 anos: 80,0%, 81,2% e 81,8%, respectivamente. Por outro lado, Rio de Janeiro e Distrito Federal apresentam as mais altas: 97% em ambos os casos. As **Tabelas 2.17a e 2.17b** contêm os dados completos no período 2001-2015.

<b>Tabela 2.17a Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais (%)</b>														
<b>– Brasil, regiões e unidades da federação</b>														
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
<b>BRASIL</b>	<b>87,6</b>	<b>88,1</b>	<b>88,4</b>	<b>88,5</b>	<b>88,9</b>	<b>89,5</b>	<b>89,9</b>	<b>90,0</b>	<b>90,3</b>	<b>91,4</b>	<b>91,3</b>	<b>91,5</b>	<b>91,7</b>	<b>92,0</b>
<b>NORTE</b>	<b>88,8</b>	<b>89,6</b>	<b>89,5</b>	<b>87,0</b>	<b>88,1</b>	<b>88,3</b>	<b>88,6</b>	<b>88,8</b>	<b>89,0</b>	<b>89,8</b>	<b>90,0</b>	<b>90,5</b>	<b>91,0</b>	<b>90,9</b>
Rondônia	89,8	91,4	91,4	89,6	90,1	89,4	90,5	90,8	90,2	90,3	91,4	91,4	91,7	92,0
Acre	83,3	87,0	83,1	81,9	79,0	82,5	84,3	85,1	83,7	85,6	86,5	85,4	86,9	86,2
Amazonas	92,3	93,7	93,4	91,0	93,3	92,2	92,1	91,2	92,7	91,6	91,7	92,7	93,8	93,3
Roraima	88,5	87,9	90,3	89,3	87,5	91,2	89,0	90,3	92,3	90,4	92,6	90,2	92,5	92,0
Pará	88,8	89,3	89,4	85,4	86,6	86,7	87,3	87,5	87,2	89,4	89,5	89,9	90,0	90,1
Amapá	92,8	93,8	90,7	91,5	92,6	94,7	92,8	95,3	96,7	92,4	93,3	94,0	95,8	94,1
Tocantins	81,5	81,9	82,4	82,8	83,7	85,1	85,8	85,6	86,5	87,8	86,6	87,8	87,8	88,6
<b>NORDESTE</b>	<b>75,7</b>	<b>76,6</b>	<b>76,8</b>	<b>77,5</b>	<b>78,0</b>	<b>79,2</b>	<b>80,0</b>	<b>80,5</b>	<b>81,2</b>	<b>83,1</b>	<b>82,6</b>	<b>83,1</b>	<b>83,4</b>	<b>83,8</b>
Maranhão	76,6	77,1	76,2	76,9	77,0	77,2	78,6	80,5	80,9	78,4	79,2	80,1	80,4	81,2
Piauí	70,6	70,4	71,6	72,7	72,6	73,8	76,6	75,7	76,6	80,7	81,2	80,3	79,8	81,8
Ceará	75,2	77,4	77,3	78,2	77,4	79,4	80,8	80,9	81,5	83,5	83,7	83,3	83,7	82,7
Rio Grande do Norte	75,8	77,3	76,6	77,7	78,5	78,2	80,4	80,0	81,9	84,2	84,0	82,8	83,8	84,2
Paraíba	72,8	72,9	74,8	74,7	74,8	77,3	76,5	76,5	78,4	82,8	81,4	81,8	83,1	82,9
Pernambuco	78,0	78,4	78,2	78,6	79,4	81,4	81,3	82,0	82,2	84,3	83,3	84,7	85,2	84,6
Alagoas	69,4	68,8	69,6	70,5	70,7	73,6	74,9	74,3	75,4	78,2	78,2	78,4	78,0	80,0
Sergipe	78,6	79,8	80,8	80,6	80,3	81,8	83,2	83,1	83,7	84,0	83,7	83,1	82,9	84,4
Bahia	77,2	78,3	78,7	79,6	81,2	81,4	81,5	82,5	83,1	85,6	84,1	85,1	85,3	86,5
<b>SUDESTE</b>	<b>92,5</b>	<b>92,8</b>	<b>93,2</b>	<b>93,4</b>	<b>93,4</b>	<b>94,0</b>	<b>94,2</b>	<b>94,2</b>	<b>94,3</b>	<b>95,2</b>	<b>95,2</b>	<b>95,2</b>	<b>95,4</b>	<b>95,7</b>
Minas Gerais	88,3	88,9	88,9	90,1	89,9	90,9	91,1	91,3	91,4	92,1	92,6	92,4	92,9	93,2
Espírito Santo	88,5	89,3	89,7	90,5	91,3	90,5	91,5	91,2	91,5	93,6	93,3	93,4	93,5	94,0
Rio de Janeiro	94,4	94,8	95,3	95,1	95,1	95,7	95,6	95,6	96,0	96,3	96,2	96,3	96,8	97,0
São Paulo	94,0	94,1	94,6	94,5	94,6	95,0	95,4	95,3	95,3	96,3	96,2	96,3	96,2	96,5
<b>SUL</b>	<b>92,9</b>	<b>93,3</b>	<b>93,6</b>	<b>93,7</b>	<b>94,1</b>	<b>94,3</b>	<b>94,5</b>	<b>94,5</b>	<b>94,5</b>	<b>95,1</b>	<b>95,6</b>	<b>95,4</b>	<b>95,6</b>	<b>95,9</b>
Paraná	91,3	92,1	92,2	92,0	92,9	93,4	93,4	93,4	93,3	93,7	94,7	94,7	95,0	94,9
Santa Catarina	94,1	94,5	95,0	95,2	94,8	94,9	95,6	95,6	95,1	96,1	96,8	96,5	96,7	96,5
Rio Grande do Sul	93,8	93,7	94,2	94,5	94,8	94,8	95,0	95,0	95,4	95,7	95,7	95,6	95,5	96,5
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>89,8</b>	<b>90,4</b>	<b>90,5</b>	<b>90,8</b>	<b>91,1</b>	<b>91,7</b>	<b>92,0</b>	<b>91,8</b>	<b>92,0</b>	<b>93,7</b>	<b>93,3</b>	<b>93,5</b>	<b>93,5</b>	<b>94,3</b>
Mato Grosso do Sul	89,7	91,0	90,4	90,5	90,9	91,5	91,7	91,9	91,3	93,6	93,0	92,8	93,5	94,0
Mato Grosso	88,8	89,8	89,3	89,9	90,3	90,8	89,9	90,4	89,8	92,6	91,9	92,2	92,7	92,9
Goiás	88,3	88,7	89,1	89,3	89,8	90,4	91,2	90,7	91,4	92,8	92,7	92,9	92,3	93,9
Distrito Federal	94,5	94,3	95,5	95,8	95,3	96,2	96,3	96,0	96,6	96,9	96,5	96,8	97,3	97,0

Fonte: IBGE – Phad.

**Tabela 2.17b** Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais (%) – regiões metropolitanas

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Belém – PA	95,8	95,3	94,4	95,0	95,7	96,0	95,6	95,8	95,6	96,8	97,1	96,6	96,5	96,8
Fortaleza – CE	87,5	88,6	88,0	88,4	88,0	88,8	90,2	89,8	90,4	90,8	90,8	91,3	91,1	91,3
Recife – PE	89,0	89,5	88,6	89,3	90,4	91,4	91,3	91,1	91,8	92,2	91,9	91,1	93,3	92,0
Salvador – BA	93,3	92,8	92,9	93,2	93,9	94,4	94,7	95,2	94,6	95,0	95,4	95,4	96,0	96,5
Belo Horizonte – MG	94,3	94,2	94,1	94,4	94,7	95	95,3	95,6	95,3	95,9	96,3	96,0	96,4	96,5
Rio de Janeiro – RJ	95,1	95,8	96,4	95,8	96,1	96,6	96,3	96,4	96,8	97,1	96,8	96,8	97,5	97,7
São Paulo – SP	94,8	95,1	95,4	95,6	95,4	96,2	96,2	96,3	95,8	97,0	9,07	96,9	96,8	97,1
Curitiba – PR	95,6	95,7	96,4	95,8	96,2	96,6	96,3	97	96,6	95,9	97,0	97,1	97,4	97,0
Porto Alegre – RS	95,8	95,7	96,3	96,4	96,5	96,5	96,5	96,3	97	97,0	97,3	97,4	97,3	97,9

Fonte: IBGE – Pnad.

## Indicador de alfabetismo funcional

Os dados de analfabetismo da Pnad são autodeclarados, o que significa que não existe nenhum tipo de avaliação aplicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – ou mesmo pelo Inep/MEC – para comprovar se o indivíduo sabe ler e escrever. O único instrumento disponível hoje para aferir esse diagnóstico é o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), cujo cálculo vem sendo realizado desde 2001 por meio de uma parceria entre o Instituto Paulo Montenegro e a associação civil sem fins lucrativos Ação Educativa, com apoio do Ibope Inteligência. Por meio da aplicação de questionários e testes práticos em entrevistas em domicílio, o Inaf classifica a população em dois grupos, que se subdividem em outras categorias: analfabetos funcionais (analfabetos e rudimentares) e alfabetizados funcionalmente (elementares, intermediários e proficientes). Com esse nível de detalhamento, é possível ter ideia das habilidades de leitura, escrita e em matemática dos brasileiros acima dos 15 anos.

Os dados da **Tabela 2.18** mostram que, desde 2001, o percentual de analfabetos funcionais caiu de 39% para 27%, enquanto o de alfabetizados funcionalmente subiu de 61% para 73%.

**Tabela 2.18** Taxa de analfabetos funcionais e de funcionalmente alfabetizados (%) – Brasil

	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2007	2009	2011-2012	2015
Analfabetos funcionais	39	39	38	37	34	27	27	27
Funcionalmente alfabetizados	61	61	62	63	66	73	73	73

Fonte: Inaf/Ação Educativa e Instituto Paulo Montenegro, 2001-2002 e 2015.

As desagregações por idade, raça/cor e localidade dos dados permitem um diagnóstico preciso do perfil populacional que demanda políticas de alfabetização para jovens e adultos. Os dados da **Tabela 2.19** mostram que, entre os jovens de 15 a 24 anos, a maior parte é funcionalmente alfabetizada: 83%. No entanto, a taxa vai decaindo quanto maior a idade do indivíduo, chegando a 52% entre a população de 50 a 64 anos. Da mesma forma, os índices de analfabetismo funcional, que são menores nas camadas mais jovens da população, crescem entre os mais velhos, passando de 17% para 49%.

**Tabela 2.19** Níveis de alfabetismo da população de 15 a 64 anos por faixa etária (%) – Brasil

Níveis	15 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 49 anos		50 a 64 anos	
	2001-02	2015	2001-02	2015	2001-02	2015	2001-02	2015
Analfabetos funcionais	22	17	33	20	46	26	66	49
Funcionalmente alfabetizados	78	83	67	80	54	74	34	52
BASES	632	500	458	436	538	617	372	449

Fonte: Inaf/Ação Educativa e Instituto Paulo Montenegro, 2001-2002 e 2015.

Nas categorias de cor/raça, os pretos entre 15 e 64 anos registram a maior taxa de analfabetos funcionais (34%), e a menor (66%) de alfabetizados funcionalmente (**Tabela 2.20**).

**Tabela 2.20** Níveis de alfabetismo da população de 15 a 64 anos, por raça/cor (%) – Brasil

Níveis	Branca		Preta		Parda	
	2001-02	2015	2001-02	2015	2001-02	2015
Analfabetos funcionais	32	23	51	34	44	30
Funcionalmente alfabetizados	68	77	49	66	56	70
BASES	975	768	284	266	625	919

Fonte: Inaf/Ação Educativa e Instituto Paulo Montenegro, 2001-2002 e 2015.

O Inaf segue a tendência dos dados anteriormente apresentados da Pnad, que mostram que a zona rural concentra os piores índices de alfabetização da população. Enquanto na zona urbana 25% dos residentes são considerados analfabetos funcionais, essa taxa sobe para 41% no campo (**Tabela 2.21**).

**Tabela 2.21** Níveis de alfabetismo da população de 15 a 64 anos por localidade (%) – Brasil

Níveis	Urbano		Rural	
	2001-02	2015	2001-02	2015
Analfabetos funcionais	34	25	64	41
Funcionalmente alfabetizados	66	75	36	59
BASES	1636	1780	339	222

Fonte: Inaf/Ação Educativa e Instituto Paulo Montenegro, 2001-2002 e 2015.



# Meta 3

Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano

*Até 2022, 70% ou mais dos alunos terão aprendido o que é adequado para seu ano*

Em quase três décadas de avaliações educacionais de larga escala, o Brasil tem cada vez mais condições de acompanhar e analisar os índices de aprendizagem dos estudantes da Educação Básica. Desde a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em 1990, o acesso aos dados sobre o desempenho do alunado brasileiro vem crescendo, assim como a divulgação dessas informações para toda a sociedade. Mesmo que muitas pessoas ainda não saibam o significado de siglas como Ideb, de Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, é possível afirmar que gestores e comunidade escolar têm se apropriado cada vez mais desses diagnósticos para pensar e criar programas e políticas públicas que incidam na aprendizagem das crianças e jovens.

Hoje, o País dispõe de uma base de dados bastante sólida e reconhecida internacionalmente. Entre as avaliações educacionais que alimentaram tal banco até agora estão três principais, todas integrantes do Saeb: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), aplicada bianualmente a amostras de alunos dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio de escolas públicas e particulares com até 10 estudantes matriculados nas turmas avaliadas; a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil, censitária e bianual para os 5º e 9º anos do Ensino Fundamental da rede pública; e, por fim, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), censitária para o 3º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas. Portaria publicada pelo Ministério da Educação (MEC) em 20 de abril de 2017 alterou o público-alvo do Saeb. A partir da próxima edição, todas as escolas públicas e privadas com 10 ou mais alunos matriculados na 3ª ou 4ª séries do Ensino Médio farão o Saeb de forma censitária. Com isso, a partir de 2018, todas essas escolas terão o Ideb calculado para essa etapa de ensino.

As avaliações de larga escala revelam as competências dos estudantes em língua portuguesa e matemática. As pontuações atingidas em cada uma delas correspondem a índices de uma escala, que pode ser vista como uma régua de proficiência, na qual cada número – ou seja, cada pontuação – equivale aos conhecimentos e habilidades acumulados pelo aluno até o momento. Contudo, mesmo com a escala do Saeb, as avaliações em larga escala não cobrem 100% das aprendizagens construídas pelos estudantes. Portanto, a análise dos resultados precisa sempre estar articulada a outros fatores qualitativos da Educação.

A Meta 3 do Todos Pela Educação foi criada em 2006 com o mote “Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano”. O objetivo do movimento é que, até 2022, 70% ou mais dos alunos tenham aprendido os conteúdos correspondentes à série em que estão matriculados. Para medir esse indicador, o Todos Pela Educação criou parâmetros de qualidade para interpretar os dados resultantes das avaliações. Tais parâmetros foram inspirados no desempenho médio dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) à época. Assim, utilizando a escala do Saeb, adotaram-se níveis de proficiência que permitem saber se o estudante está, enfim, progredindo corretamente em sua trajetória na Educação Básica.

Na **Tabela 3.1**, é possível visualizar os níveis de proficiência considerados adequados pelo movimento em cada etapa de ensino.

**Tabela 3.1** Nível de proficiência esperado por disciplina para o respectivo ano, na escala do Saeb

	Língua Portuguesa	Matemática
5º ano do Ensino Fundamental	200	225
9º ano do Ensino Fundamental	275	300
3ª série do Ensino Médio	300	350

Fonte: Todos Pela Educação.

## Brasil e regiões

Os dados originados pelas avaliações de 2015, divulgados em 2016, confirmam a tendência observada nos últimos anos: o aprendizado das crianças do 5º ano do Ensino Fundamental, tanto em língua portuguesa como em matemática, vem avançando em todo o País, enquanto o 9º ano dessa etapa parece estagnado e o 3º ano do Ensino Médio apresenta algum retrocesso.

Conforme mostra a **Tabela 3.2**, em 2015, 54,7% dos alunos do 5º ano do País apresentaram nível de aprendizado adequado em língua portuguesa, porcentagem que excedeu em 9,6 pontos percentuais (p.p.) o anterior, de 45,1%, em 2013. Já em matemática, 42,9% dos estudantes tiveram desempenho adequado, taxa 3,4 p.p. maior que a da última edição, que foi de 39,5%. →

Como ocorre historicamente, as diferenças regionais são grandes. Em língua portuguesa, com exceção da região

Norte, todas superaram as metas intermediárias para 2015. Norte e Nordeste registraram os maiores aumentos em pontos percentuais entre 2013 e 2015: 10,1 e 11,2, respectivamente. Já o Sudeste foi a região que apresentou o maior índice de alunos com aprendizado adequado: 65,6%. Em matemática, apesar de as taxas de crescimento serem inferiores às de língua portuguesa, todas as regiões registraram aumento. Também nesse caso, Norte e Nordeste foram as que mais cresceram: 3,8 e 3,6 p.p., respectivamente. As regiões Sudeste e Sul, com percentual de 55,2% cada uma, apresentaram o maior índice do País, e a única a superar a meta intermediária foi a Sul.

### Legenda

- **Meta não atingida**  
 Meta maior do que o limite superior do intervalo de confiança.
- **Meta atingida**  
 A meta está dentro do intervalo de confiança.
- **Meta superada**  
 A meta é menor do que o limite inferior do intervalo de confiança.

**Tabela 3.2** Porcentagem de alunos com nível de aprendizado considerado adequado pelo Todos Pela Educação, 5º ano do Ensino Fundamental – Brasil e regiões

	Língua Portuguesa						
	Pública <sup>1</sup>	Total 2013 <sup>2</sup>	Total 2015 <sup>2</sup>	Diferença	Intervalo de confiança		Meta 2015
					Inferior	Superior	
<b>BRASIL</b>	50,9	45,1	54,7	9,6	54,5	54,9	53,7
NORTE	36,9	33,3	43,5	10,1	43,2	43,7	45,1
NORDESTE	35,4	33,8	44,9	11,2	44,6	45,2	44,3
SUDESTE	61,8	56,8	65,6	8,8	65,2	65,9	61,7
SUL	61,6	57,6	65,1	7,5	64,7	65,5	58,3
CENTRO-OESTE	54,8	52,0	60,0	8,1	59,7	60,4	55,5
	Matemática						
	Pública <sup>1</sup>	Total 2013 <sup>2</sup>	Total 2015 <sup>2</sup>	Diferença	Intervalo de confiança		Meta 2015
					Inferior	Superior	
<b>BRASIL</b>	39,2	39,5	42,9	3,4	42,7	43,1	49,5
NORTE	23,8	25,2	29,0	3,8	28,7	29,3	35,2
NORDESTE	23,4	27,2	30,9	3,6	30,6	31,2	38,5
SUDESTE	51,3	51,9	55,2	3,3	54,8	55,6	57,3
SUL	51,0	53,0	55,2	2,3	54,8	55,7	54,5
CENTRO-OESTE	39,2	44,6	45,2	0,6	44,8	45,6	50,8

1. Dados da Prova Brasil 2015. Incluem todas as escolas da rede pública (federal, estadual e municipal) com mais de 20 alunos.
2. Dados do Saeb. Para o Brasil, incluem escolas federais, estaduais, municipais e privadas das áreas urbana e rural com mais de 10 alunos; para estados e regiões, escolas estaduais, municipais e privadas apenas da área urbana com mais de 10 alunos. A utilização desse recorte da amostra do Saeb para estados e regiões é importante para manter a mesma metodologia de cálculo da projeção dos valores intermediários da Meta 3.

Fonte: MEC/Inep/Daeb – Saeb e Prova Brasil 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

No 9º ano do Ensino Fundamental (**Tabela 3.3**), o percentual de alunos com aprendizado adequado no País também apresentou crescimento, especialmente em língua

portuguesa: de 28,7% para 33,9%. Em matemática, apesar da queda de 0,5 p.p. verificada entre 2011 e 2013, houve um aumento de 1,8 p.p. de 2013 para 2015, passando de 16,4% das crianças com aprendizado adequado para 18,2%.

Entre as regiões, nenhuma atingiu ou superou as metas intermediárias para 2015. O Centro-Oeste apresentou os maiores crescimentos em pontos percentuais, tanto em língua portuguesa como em matemática. Na primeira, subiu 6,4 p.p., indo de 31,8% para 38,3% dos alunos com aprendizado adequado; na segunda, o aumento foi de 2,9 p.p., de 17,8% para 20,7%.

**Tabela 3.3** Porcentagem de alunos com nível de aprendizado considerado adequado pelo Todos Pela Educação, 9º ano do Ensino Fundamental – Brasil e regiões

	Língua Portuguesa						
	Pública <sup>1</sup>	Total 2013 <sup>2</sup>	Total 2015 <sup>2</sup>	Diferença	Intervalo de confiança		Meta 2015
					Inferior	Superior	
<b>BRASIL</b>	29,0	28,7	33,9	5,2	33,7	34,1	49,9
NORTE	21,6	22,5	26,6	4,1	26,3	26,9	42,0
NORDESTE	20,7	22,4	28,0	5,7	27,8	28,3	41,3
SUDESTE	33,6	34,2	39,7	5,5	39,3	40,1	53,9
SUL	34,9	32,8	38,6	5,8	38,1	39,1	53,0
CENTRO-OESTE	32,4	31,8	38,3	6,4	37,8	38,7	49,0
	Matemática						
	Pública <sup>1</sup>	Total 2013 <sup>2</sup>	Total 2015 <sup>2</sup>	Diferença	Intervalo de confiança		Meta 2015
					Inferior	Superior	
<b>BRASIL</b>	13,4	16,4	18,2	1,8	18,0	18,4	45,4
NORTE	7,7	9,5	10,8	1,3	10,5	11,0	33,2
NORDESTE	8,2	11,6	13,5	2,0	13,3	13,8	36,7
SUDESTE	16,5	20,9	22,8	1,8	22,3	23,2	49,5
SUL	17,7	18,9	21,7	2,8	21,3	22,1	50,2
CENTRO-OESTE	14,8	17,8	20,7	2,9	20,2	21,1	43,1

1. Dados da Prova Brasil 2015. Incluem todas as escolas da rede pública (federal, estadual e municipal) com mais de 20 alunos.

2. Dados do Saeb. Para o Brasil, incluem escolas federais, estaduais, municipais e privadas das áreas urbana e rural com mais de 10 alunos; para estados e regiões, escolas estaduais, municipais e privadas apenas da área urbana com mais de 10 alunos.

A utilização desse recorte da amostra do Saeb para estados e regiões é importante para manter a mesma metodologia de cálculo da projeção dos valores intermediários da Meta 3.

Fonte: MEC/Inep/Daeb – Saeb e Prova Brasil 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

A situação do Ensino Médio, mais uma vez, é crítica. Os dados mostram a estagnação já conhecida de divulgações anteriores, com tendência de queda em matemática (**Tabela 3.4**). Em 2015, o percentual de alunos do País com aprendi-

zado adequado em língua portuguesa na 3ª série foi de 27,5%, patamar equivalente ao de 2013 (27,2%), uma vez que a variação de 0,3 p.p. não é estatisticamente significativa. Já em matemática, o retrocesso foi de 2 p.p.: a taxa caiu de 9,3% em 2013 para 7,3% em 2015.

Apenas as regiões Norte e Nordeste apresentaram variação estatística relevante na porcentagem de alunos com aprendizado adequado em língua portuguesa, saindo, respectivamente, de 16,2% em 2013 para 20,6% em 2015, e de 18,6% para 20,4%. Em contrapartida, em matemática, o índice de todas as regiões diminuiu. A maior queda foi no Sul, de 12,2% para 9,0%, totalizando decréscimo de 3,2 p.p.

### Legenda

- **Meta não atingida**  
 Meta maior do que o limite superior do intervalo de confiança.
- **Meta atingida**  
 A meta está dentro do intervalo de confiança.
- **Meta superada**  
 A meta é menor do que o limite inferior do intervalo de confiança.

**Tabela 3.4** Porcentagem de alunos com nível de aprendizado considerado adequado pelo Todos Pela Educação, 3ª série do Ensino Médio – Brasil e regiões

	Língua Portuguesa						
					Intervalo de confiança		Meta 2015
	Pública <sup>1</sup>	Total 2013 <sup>2</sup>	Total 2015 <sup>2</sup>	Diferença	Inferior	Superior	
<b>BRASIL</b>	21,9	27,2	27,5	0,3	27,0	28,1	49,0
NORTE	16,7	16,2	20,6	4,4	19,4	21,8	38,9
NORDESTE	14,8	18,6	20,4	1,7	19,7	21,0	42,1
SUDESTE	26,1	34,3	32,2	-2,1	31,0	33,4	51,8
SUL	26,2	31,6	32,9	1,2	31,6	34,1	53,9
CENTRO-OESTE	24,5	29,4	30,9	1,5	29,7	32,1	50,9
	Matemática						
					Intervalo de confiança		Meta 2015
	Pública <sup>1</sup>	Total 2013 <sup>2</sup>	Total 2015 <sup>2</sup>	Diferença	Inferior	Superior	
<b>BRASIL</b>	3,6	9,3	7,3	-2,0	7,0	7,6	40,6
NORTE	2,0	3,6	3,5	-0,1	3,0	3,9	28,6
NORDESTE	2,1	5,7	4,7	-1,0	4,4	5,0	36,9
SUDESTE	4,8	12,1	9,3	-2,8	8,7	9,9	46,2
SUL	4,3	12,2	9,0	-3,2	8,3	9,6	47,8
CENTRO-OESTE	3,5	9,5	7,7	-1,8	7,1	8,3	45,3

1. Dados da Prova Brasil 2015. Incluem todas as escolas da rede pública (federal, estadual e municipal) com mais de 20 alunos.
2. Dados do Saeb. Para o Brasil, incluem escolas federais, estaduais, municipais e privadas das áreas urbana e rural com mais de 10 alunos; para estados e regiões, escolas estaduais, municipais e privadas apenas da área urbana com mais de 10 alunos. A utilização desse recorte da amostra do Saeb para estados e regiões é importante para manter a mesma metodologia de cálculo da projeção dos valores intermediários da Meta 3.

Fonte: MEC/Inep/Daeb – Saeb e Prova Brasil 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

## Unidades da federação

A desagregação dos dados da Meta 3 por unidades da federação permite enxergar desigualdades dentro das próprias

### Legenda

- Meta não atingida**  
 Meta maior do que o limite superior do intervalo de confiança.
- Meta atingida**  
 A meta está dentro do intervalo de confiança.
- Meta superada**  
 A meta é menor do que o limite inferior do intervalo de confiança.

regiões. No 5º ano do Ensino Fundamental, por exemplo, 17 estados e o Distrito Federal superaram as metas intermediárias de língua portuguesa. Os maiores saltos de aprendizado entre 2013 e 2015 foram registrados por Ceará (de 45,4% para 61,0%), Alagoas (de 26,9% para 38,8%) e Pará (de 25,5% para 37,0%). Vale ressaltar que os dois últimos partiram de um patamar muito baixo, o que fez com que, mesmo com a evolução, ainda apresentassem indicadores muito abaixo da média nacional. Os estados do Sul e do Sudeste, que historicamente apresentam as melhores taxas do Brasil, também subiram seus índices.

Em matemática, apenas seis unidades da federação conseguiram superar as metas estabelecidas para 2015. Entre elas, novamente o destaque é o Ceará, que atingiu 44% de alunos com aprendizado adequado na disciplina – um aumento de 8,5 p.p. em dois anos. As **Tabelas 3.5a** e **3.5b** trazem os dados completos. →

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental (**Tabelas 3.6a** e **3.6b**), Santa Catarina foi o estado com os maiores aumentos em pontos percentuais entre 2013 e 2015 nas duas disciplinas avaliadas: em língua portuguesa, subiu de 31,7% para 46,4% (14,7 p.p.) e, em matemática, de 18,2% para 28,7% (10,5 p.p.). A rede catarinense é seguida de perto pela do Mato Grosso do Sul, que cresceu de 32,4% para 45% em língua portuguesa (9,6 p.p.) e de 16,5% para 21,9% em matemática (5,4 p.p.). Nas duas disciplinas, porém, nenhuma unidade da federação atingiu as metas intermediárias. →

**Tabela 3.5a** Porcentagem de alunos com nível de aprendizado considerado adequado pelo Todos Pela Educação, 5º ano do Ensino Fundamental – unidades da federação

	Língua Portuguesa						
					Intervalo de confiança		Meta 2015
	Pública <sup>1</sup>	Total 2013 <sup>2</sup>	Total 2015 <sup>2</sup>	Diferença	Inferior	Superior	
<b>BRASIL</b>	50,9	45,1	54,7	9,6	54,5	54,9	53,7
<b>NORTE</b>							
Rondônia	49,3	44,6	54,4	9,8	53,6	55,2	48,4
Acre	51,9	46,9	56,1	9,2	55,2	57,1	52,4
Amazonas	44,0	40,2	50,5	10,3	50,1	51,0	42,6
Roraima	40,1	37,3	45,3	8,0	44,0	46,6	47,5
Pará	29,7	25,5	37,0	11,5	36,5	37,5	45,2
Amapá	27,6	23,4	33,2	9,8	32,2	34,2	44,5
Tocantins	40,4	39,0	44,6	5,5	43,8	45,3	42,8
<b>NORDESTE</b>							
Maranhão	25,3	23,4	33,8	10,4	33,0	34,5	40,7
Piauí	35,4	33,5	44,6	11,1	43,6	45,5	41,8
Ceará	56,3	45,4	61,0	15,6	60,3	61,7	49,2
Rio Grande do Norte	31,8	33,2	41,7	8,4	40,7	42,6	37,9
Paraíba	33,4	32,5	43,3	10,7	42,2	44,3	44,6
Pernambuco	36,7	37,2	46,7	9,5	45,7	47,6	45,1
Alagoas	29,1	26,9	38,8	11,9	38,0	39,6	40,5
Sergipe	27,4	30,5	40,3	9,8	39,1	41,6	46,0
Bahia	32,8	31,5	42,8	11,4	42,1	43,5	44,9
<b>SUDESTE</b>							
Minas Gerais	63,0	59,1	66,4	7,3	66,0	66,8	63,8
Espírito Santo	56,5	50,3	60,7	10,4	60,0	61,3	57,9
Rio de Janeiro	53,2	50,3	59,4	9,1	58,3	60,5	59,3
São Paulo	64,4	59,0	67,9	8,9	67,4	68,3	61,9
<b>SUL</b>							
Paraná	64,8	59,7	68,3	8,6	67,7	68,8	58,5
Santa Catarina	65,9	60,1	69,3	9,1	68,7	69,9	57,4
Rio Grande do Sul	55,7	53,9	59,4	5,5	58,6	60,2	58,5
<b>CENTRO-OESTE</b>							
Mato Grosso do Sul	55,3	49,6	59,3	9,6	58,7	59,9	52,1
Mato Grosso	49,0	42,4	53,8	11,3	53,1	54,5	48,4
Goiás	55,3	53,3	60,4	7,1	59,8	61,0	55,2
Distrito Federal	60,3	60,8	66,6	5,8	65,6	67,6	65,4

1. Dados da Prova Brasil 2015. Incluem todas as escolas da rede pública (federal, estadual e municipal) com mais de 20 alunos.
2. Dados do Saeb. Para o Brasil, incluem escolas federais, estaduais, municipais e privadas das áreas urbana e rural com mais de 10 alunos; para estados e regiões, escolas estaduais, municipais e privadas apenas da área urbana com mais de 10 alunos. A utilização desse recorte da amostra do Saeb para estados e regiões é importante para manter a mesma metodologia de cálculo da projeção dos valores intermediários da Meta 3.

Fonte: MEC/Inep/Daeb – Saeb e Prova Brasil 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.



**Tabela 3.5b** Porcentagem de alunos com nível de aprendizado considerado adequado pelo Todos Pela Educação, 5º ano do Ensino Fundamental – unidades da federação

	Matemática						
					Intervalo de confiança		
	Pública <sup>1</sup>	Total 2013 <sup>2</sup>	Total 2015 <sup>2</sup>	Diferença	Inferior	Superior	Meta 2015
<b>BRASIL</b>	39,2	39,5	42,9	3,4	42,7	43,1	49,5
<b>NORTE</b>							
Rondônia	36,1	38,9	40,5	1,7	39,8	41,3	38,5
Acre	38,9	36,8	43,2	6,3	42,2	44,1	40,2
Amazonas	29,6	30,2	35,1	4,9	34,7	35,6	39,3
Roraima	29,5	32,5	35,0	2,6	33,7	36,3	41,4
Pará	17,0	17,4	22,1	4,7	21,7	22,6	29,9
Amapá	14,7	15,6	19,1	3,5	18,3	20,0	33,9
Tocantins	27,7	32,6	31,5	-1,1	30,8	32,2	38,5
<b>NORDESTE</b>							
Maranhão	13,2	16,4	19,0	2,6	18,5	19,6	32,4
Piauí	23,0	26,7	31,1	4,4	30,2	31,9	35,9
Ceará	41,4	35,4	44,0	8,5	43,2	44,7	39,3
Rio Grande do Norte	19,6	26,7	28,0	1,3	27,1	28,9	33,4
Paraíba	21,3	26,7	30,0	3,3	29,0	31,0	39,7
Pernambuco	26,0	31,0	33,3	2,3	32,4	34,3	44,0
Alagoas	19,9	22,1	26,3	4,2	25,6	27,1	35,0
Sergipe	18,7	25,6	28,7	3,0	27,4	29,9	38,8
Bahia	20,7	26,3	29,3	3,0	28,5	30,0	39,0
<b>SUDESTE</b>							
Minas Gerais	51,8	54,9	56,1	1,1	55,6	56,5	62,1
Espírito Santo	42,2	44,6	47,8	3,2	47,2	48,5	53,2
Rio de Janeiro	39,1	42,9	44,5	1,6	43,4	45,7	53,4
São Paulo	55,7	54,8	59,3	4,5	58,8	59,8	56,5
<b>SUL</b>							
Paraná	55,7	55,8	59,9	4,1	59,4	60,5	58,7
Santa Catarina	54,7	54,8	59,0	4,1	58,3	59,6	50,2
Rio Grande do Sul	44,1	48,8	48,4	-0,4	47,6	49,2	51,7
<b>CENTRO-OESTE</b>							
Mato Grosso do Sul	39,9	42,2	44,2	2,0	43,6	44,9	46,3
Mato Grosso	35,4	35,9	40,5	4,6	39,8	41,2	41,9
Goiás	38,6	45,6	44,7	-0,9	44,1	45,4	49,8
Distrito Federal	44,6	53,3	52,1	-1,2	50,9	53,2	63,4

1. Dados da Prova Brasil 2015. Incluem todas as escolas da rede pública (federal, estadual e municipal) com mais de 20 alunos.

2. Dados do Saeb. Para o Brasil, incluem escolas federais, estaduais, municipais e privadas das áreas urbana e rural com mais de 10 alunos; para estados e regiões, escolas estaduais, municipais e privadas apenas da área urbana com mais de 10 alunos.

A utilização desse recorte da amostra do Saeb para estados e regiões é importante para manter a mesma metodologia de cálculo da projeção dos valores intermediários da Meta 3.

Fonte: MEC/Inep/Daeb – Saeb e Prova Brasil 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

**Tabela 3.6a** Porcentagem de alunos com nível de aprendizado considerado adequado pelo Todos Pela Educação, 9º ano do Ensino Fundamental – Unidades da federação

	Língua Portuguesa						
					Intervalo de confiança		Meta 2015
	Pública <sup>1</sup>	Total 2013 <sup>2</sup>	Total 2015 <sup>2</sup>	Diferença	Inferior	Superior	
<b>BRASIL</b>	29,0	28,7	33,9	5,2	33,7	34,1	49,9
<b>NORTE</b>							
Rondônia	30,2	25,3	33,7	8,4	32,8	34,5	49,5
Acre	25,3	27,8	28,2	0,4	27,1	29,3	45,5
Amazonas	26,3	23,8	30,8	7,0	30,3	31,3	35,0
Roraima	19,0	18,8	22,5	3,7	21,3	23,8	46,4
Pará	17,4	21,0	23,6	2,6	23,0	24,2	43,7
Amapá	13,8	18,5	19,0	0,6	18,1	20,0	42,3
Tocantins	23,3	23,6	27,0	3,4	26,2	27,7	40,0
<b>NORDESTE</b>							
Maranhão	14,8	16,7	21,1	4,4	20,5	21,6	38,9
Piauí	21,2	26,4	29,6	3,2	28,7	30,5	43,6
Ceará	32,3	30,6	37,6	7,0	36,8	38,3	39,6
Rio Grande do Norte	20,2	26,1	28,2	2,0	27,2	29,2	41,7
Paraíba	18,4	20,5	26,4	5,9	25,5	27,3	40,0
Pernambuco	21,2	23,0	28,4	5,3	27,6	29,1	40,3
Alagoas	14,7	15,0	21,8	6,8	20,9	22,8	35,8
Sergipe	19,1	22,3	29,0	6,7	27,9	30,1	48,1
Bahia	18,9	20,3	26,5	6,3	25,9	27,2	44,4
<b>SUDESTE</b>							
Minas Gerais	36,9	38,3	40,9	2,7	40,6	41,3	53,9
Espírito Santo	32,7	32,9	38,4	5,5	37,7	39,1	51,1
Rio de Janeiro	30,0	34,0	38,3	4,3	37,3	39,3	53,7
São Paulo	32,9	32,9	39,6	6,8	39,0	40,3	54,2
<b>SUL</b>							
Paraná	30,8	31,7	36,0	4,3	35,4	36,5	47,7
Santa Catarina	42,2	31,7	46,4	14,7	45,7	47,2	56,3
Rio Grande do Sul	34,9	35,1	36,0	1,0	34,5	37,5	55,8
<b>CENTRO-OESTE</b>							
Mato Grosso do Sul	38,5	32,4	42,0	9,6	41,3	42,8	51,6
Mato Grosso	23,7	23,2	28,2	5,0	27,5	28,8	41,4
Goiás	34,4	33,9	40,8	6,8	40,0	41,6	47,5
Distrito Federal	33,3	36,6	40,8	4,3	39,8	41,9	58,2

1. Dados da Prova Brasil 2015. Incluem todas as escolas da rede pública (federal, estadual e municipal) com mais de 20 alunos.
2. Dados do Saeb. Para o Brasil, incluem escolas federais, estaduais, municipais e privadas das áreas urbana e rural com mais de 10 alunos; para estados e regiões, escolas estaduais, municipais e privadas apenas da área urbana com mais de 10 alunos. A utilização desse recorte da amostra do Saeb para estados e regiões é importante para manter a mesma metodologia de cálculo da projeção dos valores intermediários da Meta 3.

Fonte: MEC/Inep/Daeb – Saeb e Prova Brasil 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

**Tabela 3.6b** Porcentagem de alunos com nível de aprendizado considerado adequado pelo Todos Pela Educação, 9º ano do Ensino Fundamental – Unidades da federação

	Matemática						
					Intervalo de confiança		Meta 2015
	Pública <sup>1</sup>	Total 2013 <sup>2</sup>	Total 2015 <sup>2</sup>	Diferença	Inferior	Superior	
<b>BRASIL</b>	13,4	16,4	18,2	1,8	18,0	18,4	45,4
<b>NORTE</b>							
Rondônia	12,8	12,0	15,5	3,5	14,9	16,2	45,8
Acre	9,8	10,8	12,0	1,2	11,2	12,7	31,0
Amazonas	10,0	10,6	13,3	2,7	12,9	13,7	31,5
Roraima	5,9	8,8	8,9	0,1	8,0	9,7	37,8
Pará	5,1	7,7	7,9	0,2	7,5	8,4	31,7
Amapá	3,0	5,2	6,2	1,0	5,6	6,8	27,1
Tocantins	10,9	12,5	14,3	1,8	13,7	14,9	28,4
<b>NORDESTE</b>							
Maranhão	4,2	6,6	8,0	1,3	7,5	8,4	31,5
Piauí	8,9	15,8	16,7	0,9	15,9	17,5	41,7
Ceará	15,6	16,7	20,0	3,3	19,3	20,7	37,2
Rio Grande do Norte	7,9	14,2	14,0	-0,2	13,2	14,8	37,0
Paraíba	6,4	11,0	12,5	1,6	11,8	13,3	34,4
Pernambuco	9,1	12,4	13,9	1,6	13,2	14,6	37,2
Alagoas	5,7	7,7	10,2	2,5	9,4	11,0	33,2
Sergipe	6,4	12,0	12,9	1,0	12,0	13,8	43,4
Bahia	6,4	9,7	12,2	2,5	11,6	12,8	37,2
<b>SUDESTE</b>							
Minas Gerais	19,7	25,0	24,3	-0,7	23,9	24,6	53,0
Espírito Santo	16,2	21,5	22,8	1,3	22,1	23,5	49,4
Rio de Janeiro	13,9	19,7	20,8	1,1	19,9	21,8	47,4
São Paulo	15,7	19,7	22,7	2,9	21,9	23,4	47,9
<b>SUL</b>							
Paraná	15,0	18,9	20,4	1,5	19,8	20,9	48,4
Santa Catarina	24,0	18,2	28,7	10,5	28,0	29,4	49,7
Rio Grande do Sul	16,6	19,6	17,8	-1,8	16,8	18,8	52,3
<b>CENTRO-OESTE</b>							
Mato Grosso do Sul	18,5	16,5	21,9	5,4	21,2	22,6	43,7
Mato Grosso	10,0	11,6	14,2	2,6	13,7	14,8	34,1
Goiás	16,1	19,2	22,6	3,4	21,8	23,5	39,6
Distrito Federal	14,8	22,8	22,6	-0,3	21,5	23,6	57,4

1. Dados da Prova Brasil 2015. Incluem todas as escolas da rede pública (federal, estadual e municipal) com mais de 20 alunos.

2. Dados do Saeb. Para o Brasil, incluem escolas federais, estaduais, municipais e privadas das áreas urbana e rural com mais de 10 alunos; para estados e regiões, escolas estaduais, municipais e privadas apenas da área urbana com mais de 10 alunos.

A utilização desse recorte da amostra do Saeb para estados e regiões é importante para manter a mesma metodologia de cálculo da projeção dos valores intermediários da Meta 3.

Fonte: MEC/Inep/Daeb – Saeb e Prova Brasil 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

O Ensino Médio repete a situação do 9º ano no que tange ao fato de que nenhum estado nem o Distrito Federal conseguiu atingir suas metas intermediárias (**Tabelas 3.7a e 3.7b**). O agravante da última etapa da Educação Básica é que as taxas de várias unidades da federação estão retrocedendo ao longo dos anos, especialmente em matemática, disciplina em que só Amazonas e Roraima não apresentaram decréscimo em seus índices de 2015 (1,4 e 1,6 p.p., respectivamente, aumentando suas porcentagens para apenas 4,4% e 4,3% dos alunos sabendo o suficiente). As unidades da federação com as maiores porcentagens foram o Distrito Federal (12,8%) e o Espírito Santo (12,7%).

Em língua portuguesa, os maiores crescimentos ocorreram nos estados do Amazonas, Espírito Santo e Paraná (9,1, 7,3 e 5,9 p.p., respectivamente). Já os maiores percentuais de alunos no nível adequado estão no Distrito Federal (41,1%), Espírito Santo (35,9%), Rio de Janeiro (34,4%) e Mato Grosso do Sul (34,1%). →

**Tabela 3.7a** Porcentagem de alunos com nível de aprendizado considerado adequado pelo Todos Pela Educação, 3ª série do Ensino Médio – unidades da federação

	Língua Portuguesa						
					Intervalo de confiança		
	Pública <sup>1</sup>	Total 2013 <sup>2</sup>	Total 2015 <sup>2</sup>	Diferença	Inferior	Superior	Meta 2015
<b>BRASIL</b>	21,9	27,2	27,5	0,3	27,0	28,1	49,0
<b>NORTE</b>							
Rondônia	21,5	24,2	24,2	0,0	21,9	26,6	47,0
Acre	18,7	21,7	21,7	0,0	19,6	23,8	44,1
Amazonas	18,8	14,6	23,7	9,1	22,0	25,3	28,1
Roraima	17,4	18,8	22,2	3,4	19,5	24,9	45,7
Pará	15,1	14,8	19,0	4,2	16,8	21,3	40,3
Amapá	13,4	17,4	18,2	0,8	16,0	20,4	46,4
Tocantins	14,3	16,9	17,5	0,6	15,8	19,1	39,2
<b>NORDESTE</b>							
Maranhão	11,3	12,2	15,1	2,9	13,5	16,7	33,9
Piauí	13,7	18,9	20,7	1,8	19,1	22,3	43,2
Ceará	14,5	21,2	21,5	0,3	20,1	22,9	46,7
Rio Grande do Norte	12,1	15,6	18,5	2,9	16,8	20,2	41,6
Paraíba	15,5	22,6	22,0	-0,5	20,3	23,8	38,2
Pernambuco	23,8	25,0	27,7	2,7	25,9	29,5	43,1
Alagoas	10,1	12,6	15,9	3,3	14,1	17,8	41,8
Sergipe	13,1	19,2	23,0	3,8	21,3	24,8	47,7
Bahia	12,7	16,2	17,5	1,3	15,9	19,1	41,1
<b>SUDESTE</b>							
Minas Gerais	24,5	30,2	30,0	-0,3	28,3	31,6	53,7
Espírito Santo	29,0	28,6	35,9	7,3	34,2	37,7	51,7
Rio de Janeiro	27,9	36,0	34,4	-1,6	32,9	36,0	49,9
São Paulo	26,2	35,9	32,3	-3,7	30,4	34,1	51,5
<b>SUL</b>							
Paraná	27,3	27,3	33,2	5,9	31,1	35,3	51,6
Santa Catarina	24,9	31,5	32,8	1,4	30,8	34,9	51,7
Rio Grande do Sul	25,7	37,9	32,4	-5,5	30,3	34,5	57,7
<b>CENTRO-OESTE</b>							
Mato Grosso do Sul	28,4	32,5	34,1	1,6	31,8	36,4	54,8
Mato Grosso	18,6	20,3	23,7	3,3	21,4	26,0	47,9
Goiás	23,9	28,6	28,9	0,4	26,8	31,1	44,2
Distrito Federal	30,7	40,2	41,1	0,8	39,1	43,0	62,3

1. Dados da Prova Brasil 2015. Incluem todas as escolas da rede pública (federal, estadual e municipal) com mais de 20 alunos.
2. Dados do Saeb. Para o Brasil, incluem escolas federais, estaduais, municipais e privadas das áreas urbana e rural com mais de 10 alunos; para estados e regiões, escolas estaduais, municipais e privadas apenas da área urbana com mais de 10 alunos.  
A utilização desse recorte da amostra do Saeb para estados e regiões é importante para manter a mesma metodologia de cálculo da projeção dos valores intermediários da Meta 3.

Fonte: MEC/Inep/Daeb – Saeb e Prova Brasil 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

**Tabela 3.7b** Porcentagem de alunos com nível de aprendizado considerado adequado pelo Todos Pela Educação, 3ª série do Ensino Médio – unidades da federação

	Matemática						
					Intervalo de confiança		Meta 2015
	Pública <sup>1</sup>	Total 2013 <sup>2</sup>	Total 2015 <sup>2</sup>	Diferença	Inferior	Superior	
<b>BRASIL</b>	3,6	9,3	7,3	-2,0	7,0	7,6	40,6
<b>NORTE</b>							
Rondônia	3,1	5,0	4,6	-0,4	3,6	5,6	38,2
Acre	1,5	3,4	2,7	-0,7	2,0	3,4	31,6
Amazonas	2,8	2,9	4,4	1,4	3,7	5,1	23,9
Roraima	2,1	2,7	4,3	1,6	3,1	5,6	32,4
Pará	1,5	3,5	2,9	-0,6	2,1	3,7	27,5
Amapá	0,8	4,1	2,6	-1,5	1,8	3,3	25,6
Tocantins	1,3	4,8	3,5	-1,3	2,8	4,2	33,7
<b>NORDESTE</b>							
Maranhão	0,6	2,8	1,5	-1,3	1,1	2,0	29,1
Piauí	1,9	7,6	5,2	-2,4	4,4	5,9	45,0
Ceará	2,1	6,6	6,0	-0,6	5,3	6,8	42,6
Rio Grande do Norte	1,2	3,8	3,8	0,0	3,1	4,5	34,4
Paraíba	1,6	7,3	4,8	-2,5	4,1	5,6	36,7
Pernambuco	5,5	8,1	7,0	-1,1	6,1	8,0	35,5
Alagoas	1,0	3,8	3,2	-0,6	2,5	3,9	37,1
Sergipe	1,5	6,0	5,4	-0,6	4,6	6,2	43,3
Bahia	1,3	4,6	4,0	-0,7	3,3	4,6	33,4
<b>SUDESTE</b>							
Minas Gerais	5,6	12,4	9,6	-2,8	8,6	10,5	50,4
Espírito Santo	6,6	13,1	12,7	-0,4	11,6	13,8	43,1
Rio de Janeiro	5,0	13,1	9,3	-3,8	8,3	10,3	41,4
São Paulo	4,4	11,7	9,0	-2,7	8,0	10,0	45,9
<b>SUL</b>							
Paraná	5,0	11,0	8,9	-2,1	7,8	10,0	46,9
Santa Catarina	3,2	12,4	9,3	-3,0	8,3	10,4	46,0
Rio Grande do Sul	4,2	13,8	8,9	-4,9	7,8	9,9	50,1
<b>CENTRO-OESTE</b>							
Mato Grosso do Sul	4,8	8,9	8,1	-0,8	6,9	9,2	46,3
Mato Grosso	1,8	5,9	4,9	-1,1	4,0	5,8	37,6
Goiás	3,5	8,6	6,8	-1,8	5,8	7,9	43,9
Distrito Federal	4,7	17,0	12,8	-4,2	11,5	14,0	53,7

1. Dados da Prova Brasil 2015. Incluem todas as escolas da rede pública (federal, estadual e municipal) com mais de 20 alunos.
2. Dados do Saeb. Para o Brasil, incluem escolas federais, estaduais, municipais e privadas das áreas urbana e rural com mais de 10 alunos; para estados e regiões, escolas estaduais, municipais e privadas apenas da área urbana com mais de 10 alunos. A utilização desse recorte da amostra do Saeb para estados e regiões é importante para manter a mesma metodologia de cálculo da projeção dos valores intermediários da Meta 3.

Fonte: MEC/Inep/Daeb – Saeb e Prova Brasil 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

**Legenda**

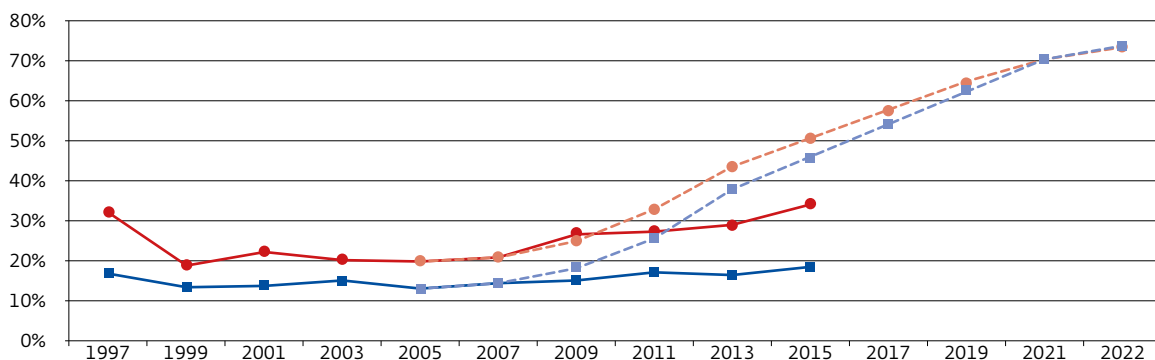
- % de alunos com 275 pontos ou mais no Saeb de língua portuguesa
- - Meta de língua portuguesa
- % de alunos com 300 pontos ou mais no Saeb de matemática
- - Meta de matemática

**Evoluções**

Os dados descritos anteriormente também podem ser observados em gráficos, o que permite verificar a evolução do País nos diversos níveis de ensino nos últimos 12 anos.

No 5º ano do Ensino Fundamental (**Gráfico 3.1**), tanto em língua portuguesa como em matemática, as curvas estatísticas evoluem com as metas, cumprindo e/ou superando as taxas projetadas para cada ano entre 1997 e 2015.

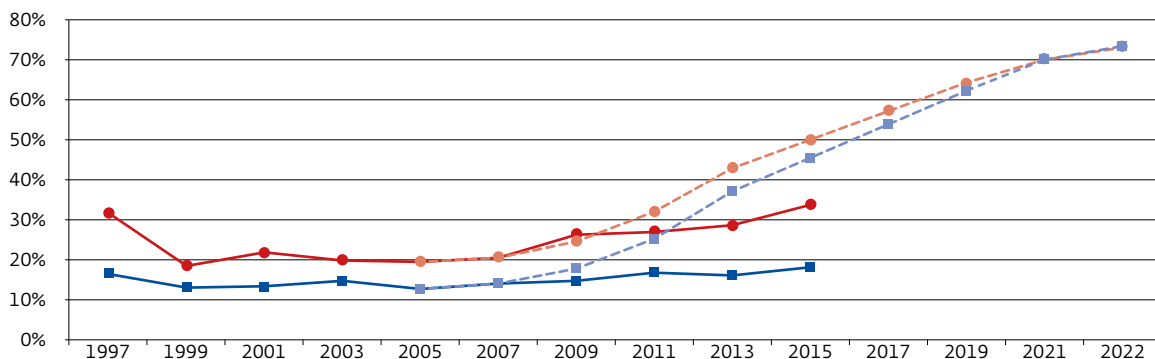
**Gráfico 3.1** Evolução dos percentuais de alunos com aprendizado esperado no 5º ano (4ª série) do Ensino Fundamental (%) – Brasil



Fonte: MEC/Inep/Daeb – Saeb e Prova Brasil. Elaboração: Todos Pela Educação.

Já no 9º ano (**Gráfico 3.2**), a curva correspondente a língua portuguesa, apesar de não acompanhar as metas intermediárias, demonstra um movimento ascendente, enquanto a trajetória estatística de matemática não apresenta evoluções significativas desde 1997.

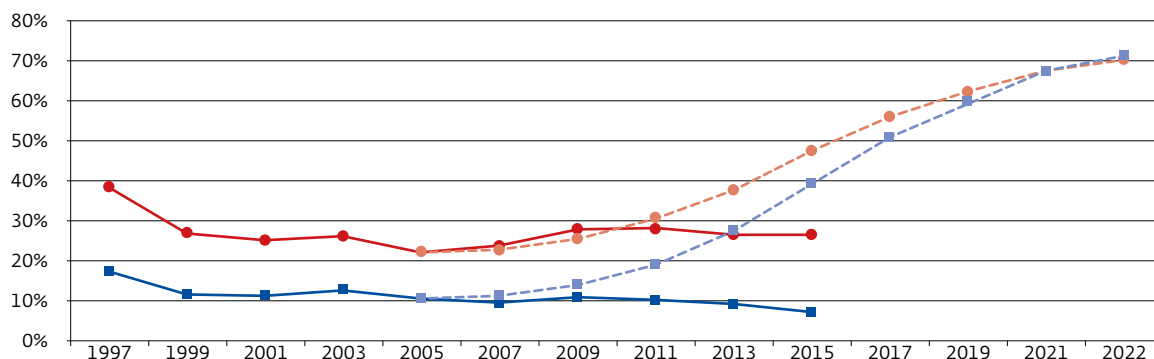
**Gráfico 3.2** Evolução dos percentuais de alunos com aprendizado esperado no 9º ano (8ª série) do Ensino Fundamental (%) – Brasil



Fonte: MEC/Inep/Daeb – Saeb e Prova Brasil 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

Tanto para língua portuguesa como para matemática, as curvas dos percentuais de alunos com aprendizado esperado na 3ª série do Ensino Médio apresentaram estagnação no decorrer dos anos, descolando-se das metas estabelecidas pelo movimento, como se vê no **Gráfico 3.3**.

**Gráfico 3.3** Evolução dos percentuais de alunos com aprendizado esperado na 3ª série do Ensino Médio – Brasil



Fonte: MEC/Inep/Daeb – Saeb e Prova Brasil 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

## Desigualdades

O Brasil só alcançará equidade em seu sistema educacional quando todos os alunos tiverem as mesmas condições de aprendizado, o que inclui corrigir desigualdades de gênero, localidade, raça/cor e nível socioeconômico. Nas últimas décadas, diversas pesquisas mostraram que as condições de vida das crianças e adolescentes influenciam diretamente o aprendizado escolar, ou seja, não se pode desprezar o histórico familiar dos estudantes ao recebê-los no sistema de ensino, uma vez que cada um tem um “ponto de partida” diferente mediante sua trajetória de vida.

Os dados de 2015 indicam que, no que tange às diferenças de gênero, enquanto os meninos apresentam maiores níveis de desempenho adequado em matemática, as meninas têm as melhores taxas em língua portuguesa.

No 5º ano, por exemplo, a taxa de aprendizado adequado em língua portuguesa continua mais alta entre as meninas (61,1%, ante 52,5% em 2013) do que entre os meninos (51,1%, ante 41,8%). Já em matemática, eles registraram 45,3%, ante 42,2% em 2013, e elas, 42,7%, ante 40,4%.

O Ensino Médio, contudo, manteve-se estagnado na correção da desigualdade de sexo/gênero, apresentando, inclusive, decréscimo nas porcentagens de aprendizado adequado



em matemática tanto para os alunos como para as alunas: de 12,4% em 2013 para 9,7% em 2015 e de 7,2% para 5,6%, respectivamente. A **Tabela 3.8** traz os dados completos.

**Tabela 3.8** Porcentagem de alunos com aprendizado adequado por gênero – Brasil, 2011-2015

	Língua Portuguesa											
	5º ano do Ensino Fundamental				9º ano do Ensino Fundamental				3ª série do Ensino Médio			
	Meninos		Meninas		Meninos		Meninas		Meninos		Meninas	
	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto
2011	35,6	547.227	47,1	687.242	22,7	315.721	31,3	486.725	26,6	232.964	31,7	382.642
2013	41,8	573.182	52,5	691.976	24,1	338.651	33,7	508.508	25,1	223.043	29,4	337.611
2015	51,1	725.639	61,1	833.894	29,7	386.451	38,6	528.462	24,6	215.863	30,2	339.385
	Matemática											
	5º ano do Ensino Fundamental				9º ano do Ensino Fundamental				3ª série do Ensino Médio			
	Meninos		Meninas		Meninos		Meninas		Meninos		Meninas	
	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto
2011	38,8	595.800	35,8	522.160	19,6	273.075	14,9	231.630	14,1	123.154	7,8	94.042
2013	42,2	533.275	40,4	578.385	18,5	259.379	14,9	224.729	12,4	109.725	7,2	82.483
2015	45,3	642.902	42,7	583.045	21,3	276.862	15,6	214.223	9,7	85.093	5,6	62.940

Nota: dados incluem escolas federais, estaduais, municipais e privadas das áreas urbana e rural com mais de 10 alunos.  
Fonte: MEC/Inep/Daeb – Saeb 2011, 2013 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

No que se refere à localidade dos alunos, o que se vê é que tanto os dados da zona rural como os da urbana vêm crescendo (**Tabela 3.9**). Contudo, a área rural não evoluiu o suficiente para diminuir a distância em relação à urbana. Isso pode ser observado no 5º ano, em língua portuguesa. Enquanto o índice dos estudantes das cidades aumentou 9,5 p.p., saltando de 48,0% em 2013 para 57,5% em 2015, o dos estudantes do campo cresceu 9,9 p.p., de 22,8% para 32,7%. Em matemática, a melhora foi mais tímida: a taxa de alunos com aprendizado adequado da área urbana subiu de 42,2% para 45,5% (3,3 p.p.), e da rural, de 19,5% para 23,1% (3,6 p.p.). →

Mais uma vez o Ensino Médio traz dados preocupantes. Isso porque, em língua portuguesa, o percentual de alunos com aprendizado adequado da zona urbana se manteve – 27,8% em 2013 e 28,1% em 2015, uma variação estatisticamente insignificante –, enquanto na rural o aumento foi de apenas 2 p.p., chegando a 12,4%. Em matemática, a redução da diferença entre as duas localidades não é uma boa notícia: a área rural não apresentou crescimento significativo, já que aumentou de 1,8% em 2013 para apenas 2,2% em

2015. Já a taxa de alunos da zona urbana com conhecimento adequado na disciplina registrou decréscimo, caindo de 9,5% para 7,5%.

**Tabela 3.9** Porcentagem de alunos com aprendizado adequado por localidade e etapa – Brasil, 2011-2015

	Língua Portuguesa											
	5º ano do Ensino Fundamental				9º ano do Ensino Fundamental				3ª série do Ensino Médio			
	Urbana		Rural		Urbana		Rural		Urbana		Rural	
	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto
2011	42,58	1.178.845	20,59	75.293	28,50	779.914	11,18	30.074	29,76	610.470	13,67	9.785
2013	48,0	1.225.910	22,8	77.528	30,1	827.483	13,9	36.974	27,8	565.940	10,4	7.490
2015	57,5	1.486.160	32,7	108.523	35,5	887.023	18,0	46.232	28,1	556.881	12,4	9.590
	Matemática											
	5º ano do Ensino Fundamental				9º ano do Ensino Fundamental				3ª série do Ensino Médio			
	Urbana		Rural		Urbana		Rural		Urbana		Rural	
	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto
2011	38,67	1.070.626	17,99	65.788	17,96	491.351	6,60	17.768	10,58	217.018	2,73	1.952
2013	42,2	1.076.797	19,5	66.210	17,3	475.542	6,7	17.864	9,5	194.241	1,8	1.303
2015	45,5	1.175.248	23,1	76.746	19,3	480.836	7,5	19.253	7,5	148.846	2,2	1.696

Nota: dados referentes a alunos de escolas federais, estaduais, municipais e privadas participantes com mais de 10 alunos nas turmas avaliadas.

Fonte: MEC/Inep/Daeb – Saeb 2011, 2013 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

No caso das desigualdades educacionais por raça/cor (**Tabelas 3.10a**, **3.10b** e **3.10c**), a distância entre alunos pretos e brancos recuou no 5º ano do Ensino Fundamental em língua portuguesa: de 23,8 p.p. em 2013 para 21,5 p.p. em 2015, ano em que 63,1% dos brancos e 41,5% dos pretos registraram aprendizado adequado na disciplina. O índice dos pardos ficou em 56,3%. Em matemática, a distância entre estudantes brancos e pretos também recuou nos últimos dois anos, caindo de 24,4 p.p. em 2013 para 22,2 p.p. em 2015. Por sua vez, 43,7% dos declarados pardos registraram aprendizado adequado na disciplina. →

Além disso, nos dois níveis do Ensino Fundamental, os saltos ocorridos nesses três segmentos da população entre 2013 e 2015 foram superiores aos verificados entre 2011 e 2013, o que pode ser considerado positivo. Já no Ensino Médio, nos últimos dois anos, a taxa de aprendizado em língua portuguesa dos alunos pretos e pardos aumentou e a dos brancos diminuiu. Em matemática, houve queda nos três segmentos de raça/cor.

**Tabela 3.10a** Porcentagem de alunos com aprendizado adequado por raça/cor e etapa – Brasil, 2011-2015

	<b>Língua Portuguesa</b>					
	<b>5º ano do Ensino Fundamental</b>					
	Branços		Pardos		Pretos	
	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto
2011	49,3	469.362	39,5	521.085	27,6	74.800
2013	55,9	479.050	46,3	508.771	32,1	78.447
2015	63,1	521.548	56,3	680.604	41,5	103.281
	<b>Matemática</b>					
	<b>5º ano do Ensino Fundamental</b>					
	Branços		Pardos		Pretos	
	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto
2011	46,3	440.748	35,2	464.775	23,1	62.784
2013	50,7	433.962	40,4	443.470	26,2	64.005
2015	51,8	428.707	43,8	529.403	29,7	73.779

Nota: dados referentes a alunos de escolas federais, estaduais, municipais e privadas participantes com mais de 10 alunos nas turmas avaliadas. Raça/cor autodeclarada pelos alunos que responderam ao questionário.

Fonte: MEC/Inep/Daeb – Saeb 2011, 2013 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

**Tabela 3.10b** Porcentagem de alunos com aprendizado adequado por raça/cor e etapa – Brasil, 2011-2015

	<b>Língua Portuguesa</b>					
	<b>9º ano do Ensino Fundamental</b>					
	Branços		Pardos		Pretos	
	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto
2011	36,5	375.035	22,9	292.172	19,2	57.167
2013	38,7	381.423	25,3	319.892	20,0	59.987
2015	44,8	360.514	30,8	377.899	24,5	74.075
	<b>Matemática</b>					
	<b>9º ano do Ensino Fundamental</b>					
	Branços		Pardos		Pretos	
	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto
2011	24,9	256.261	13,1	166.851	10,8	31.995
2013	24,8	244.703	12,9	163.828	9,4	28.195
2015	27,4	220.342	15,0	184.338	10,7	32.261

Nota: dados referentes a alunos de escolas federais, estaduais, municipais e privadas participantes com mais de 10 alunos nas turmas avaliadas. Raça/cor autodeclarada pelos alunos que responderam ao questionário.

Fonte: MEC/Inep/Daeb – Saeb 2011, 2013 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

**Tabela 3.10c** Porcentagem de alunos com aprendizado adequado por raça/cor e etapa – Brasil, 2011-2015

Língua Portuguesa						
3ª série do Ensino Médio						
	Branços		Pardos		Pretos	
	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto
2011	38,7	314.577	23,7	215.851	22,3	46.093
2013	38,0	299.275	21,0	186.798	20,3	42.302
2015	37,5	260.454	22,7	210.694	22,0	51.979
Matemática						
3ª série do Ensino Médio						
	Branços		Pardos		Pretos	
	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto
2011	16,8	136.782	6,2	56.638	5,6	11.528
2013	15,1	119.133	5,8	51.864	4,3	8.914
2015	12,2	84.542	5,0	46.815	3,5	8.295

Nota: dados referentes a alunos de escolas federais, estaduais, municipais e privadas participantes com mais de 10 alunos nas turmas avaliadas. Raça/cor autodeclarada pelos alunos que responderam ao questionário.

Fonte: MEC/Inep/Daeb – Saeb 2011, 2013 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

## Municípios

Os municípios são entes federados constitucionalmente responsáveis pela Pré-Escola e pelos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Além dos cuidados com a primeira infância, a alfabetização inicial, etapa fundamental na escolaridade de qualquer criança, também é atribuição deles, uma vez que esse processo deveria ocorrer até o 2º ano. Portanto, observar o desempenho das redes municipais é uma boa maneira de perceber como as desigualdades aparecem desde cedo no sistema de ensino.

O monitoramento da Meta 3 mostra que, entre 2005 e 2015, o número de municípios com menos de 25% dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado em língua portuguesa caiu 48,9 p.p., despencando de 62,6% para 13,7%. Os dados também revelam que houve um avanço geral dos municípios para faixas maiores de estudantes com aprendizado adequado: em 2015, a quantidade de prefeituras que atingiram entre 50% e 75% de seus alunos com aprendizado adequado na disciplina superou o número de municípios na faixa de 25% a 50%.

Em matemática, o movimento é semelhante: em uma década, houve uma queda de 56,1 p.p. no total de prefeituras com menos de um quarto de alunos com proficiência

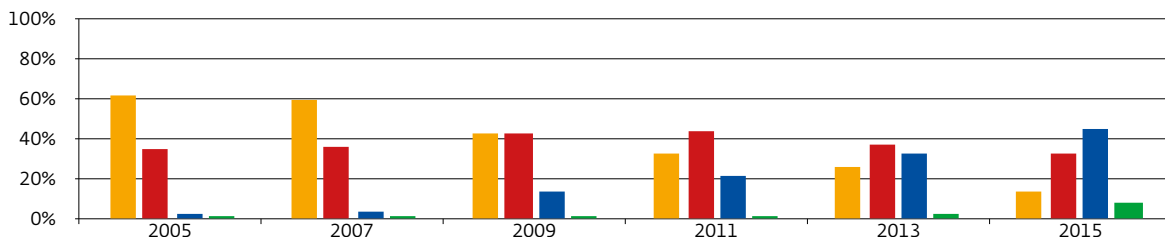
**Legenda**

- Menos de 25% dos alunos com aprendizado adequado
- De 25% a 50%
- De 50% a 75%
- Mais de 75%

esperada. No entanto, nota-se menor mobilidade dos municípios em direção a percentuais mais altos de alunos com aprendizado adequado, como mostram os **Gráficos 3.4 e 3.5**.

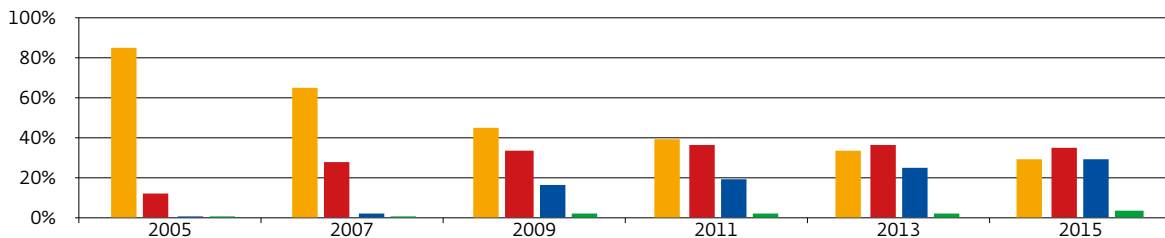
Quando se observa a quantidade de municípios com mais de 75% dos alunos aprendendo o adequado a seu ano, as notícias também são positivas para as duas disciplinas no 5º ano: em uma década, o salto foi de 0,1% para 8,4% em língua portuguesa e de 0% para 4,2% em matemática.

**Gráfico 3.4** Percentual de municípios conforme percentagem de alunos com aprendizado adequado em língua portuguesa – 5º ano do Ensino Fundamental



Fonte: MEC/Inep/Daeb/Saeb e Prova Brasil. Elaboração: Todos Pela Educação.

**Gráfico 3.5** Percentual de municípios conforme percentagem de alunos com aprendizado adequado em matemática – 5º ano do Ensino Fundamental



Fonte: MEC/Inep/Daeb/Saeb e Prova Brasil. Elaboração: Todos Pela Educação.

O cenário para os Anos Finais, no entanto, reflete as dificuldades já conhecidas da etapa, dando a entender que os avanços no 5º ano perdem fôlego nos anos subsequentes. Apesar da migração, no período de 2005 a 2015, das redes de piores resultados para a faixa entre 25% e 50% dos alunos com aprendizado adequado, são poucos os municípios que atingem percentuais superiores a 50%, o que indica que apenas aqueles com resultados mais baixos vêm melhorando, enquanto os medianos e os avançados estão estagnados.

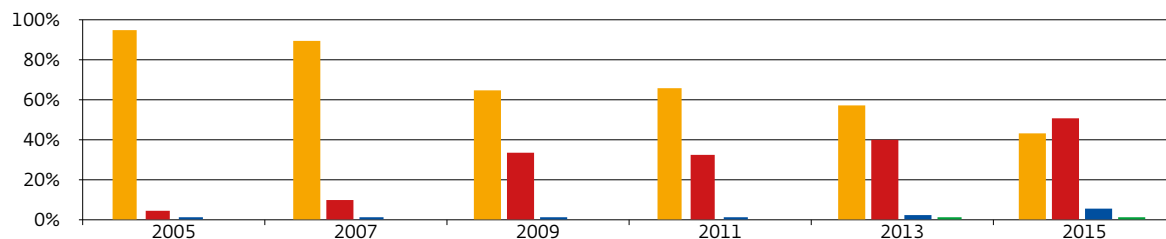
Um exemplo é a situação das prefeituras em relação ao aprendizado adequado em matemática, onde a situação é preocupante. Os dados mostram que praticamente não houve evolução dos municípios desde 2005 na disciplina. A faixa

daqueles com menos de um quarto dos alunos aprendendo o adequado recuou pouco, de 95,7% para 85,3%. Já a porcentagem daqueles que têm mais de 75% dos adolescentes aprendendo o suficiente para a disciplina, desde o início da série histórica, não deixou o 0%, conforme se vê nos **Gráficos 3.6** e **3.7**.

#### Legenda

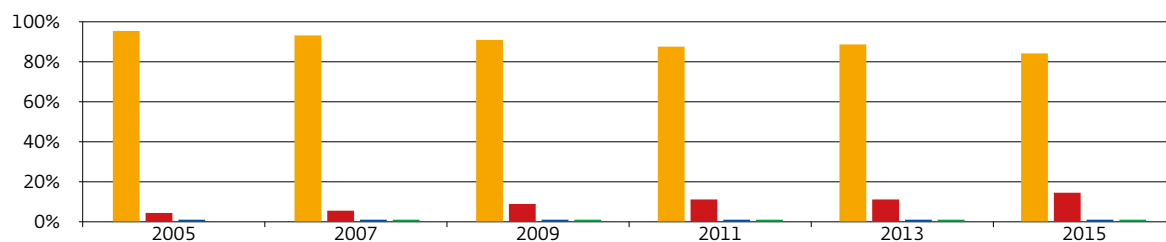
- Menos de 25% dos alunos com aprendizado adequado
- De 25% a 50%
- De 50% a 75%
- Mais de 75%

**Gráfico 3.6** Percentual de municípios conforme porcentagem de alunos com aprendizado adequado em língua portuguesa – 9º ano do Ensino Fundamental



Fonte: MEC/Inep/Daeb/Saeb e Prova Brasil. Elaboração: Todos Pela Educação.

**Gráfico 3.7** Percentual de municípios conforme porcentagem de alunos com aprendizado adequado em matemática – 9º ano do Ensino Fundamental



Fonte: MEC/Inep/Daeb/Saeb e Prova Brasil. Elaboração: Todos Pela Educação.

Quando se analisam os resultados com base no Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de uma cidade, é notável a correlação: quanto maior esse número, maior o percentual de alunos com aprendizado adequado. Por exemplo: municípios com menos de 10% dos estudantes com desempenho adequado têm, em média, PIB *per capita* abaixo da média nacional. No 5º ano, em língua portuguesa, por exemplo, aqueles que figuram no patamar mais baixo de aprendizado apresentam PIB *per capita* de R\$ 5.294,06/ano, o equivalente a quase um terço da média nacional, como se vê na **Tabela 3.11**. →

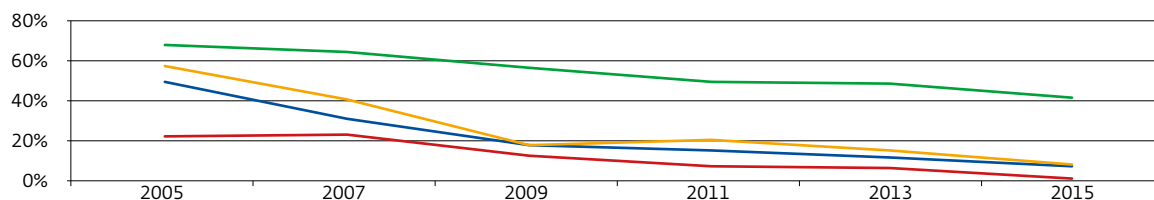
Já os municípios que ocupam essa faixa de desempenho no 9º ano, por serem mais numerosos, têm PIB *per capita* médio mais similar ao conjunto de municípios brasileiros, embora ainda sejam notadamente mais pobres.

**Tabela 3.11** Características dos municípios com menos de 10% dos alunos com aprendizado adequado – Brasil, 2012

	PIB <i>per capita</i>	% da média brasileira
Municípios brasileiros	R\$ 14.894,53	100,0%
Municípios com menos de 10% dos alunos com aprendizado adequado em língua portuguesa – 5º ano do Ensino Fundamental	R\$ 5.294,06	35,5%
Municípios com menos de 10% dos alunos com aprendizado adequado em matemática – 5º ano do Ensino Fundamental	R\$ 6.414,92	43,1%
Municípios com menos de 10% dos alunos com aprendizado adequado em língua portuguesa – 9º ano do Ensino Fundamental	R\$ 7.230,52	48,5%
Municípios com menos de 10% dos alunos com aprendizado adequado em matemática – 9º ano do Ensino Fundamental	R\$ 10.361,32	69,6%

Fonte: MEC/Inep/Daeb – Saeb e Prova Brasil 2015 e IBGE 2012. Elaboração: Todos Pela Educação.

A boa notícia é que, de acordo com a série histórica, o número de municípios com menos de 10% dos alunos com aprendizado adequado vem caindo. Mas o **Gráfico 3.8** deixa evidente a dificuldade no avanço em matemática, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, etapa na qual a porcentagem de municípios nessa condição ainda está próxima dos 40%.

**Gráfico 3.8** Percentual de municípios com menos de 10% dos alunos com aprendizado adequado

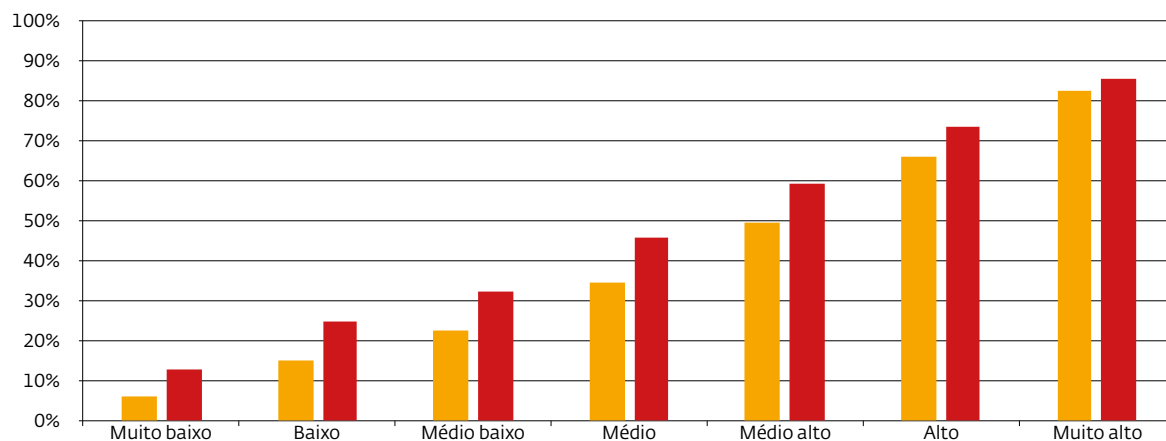
Fonte: MEC/Inep/Daeb/SAEB e Prova Brasil. Elaboração: Todos Pela Educação.

#### Legenda

- Língua portuguesa – 5º ano do Ensino Fundamental
- Matemática – 5º ano do Ensino Fundamental
- Língua portuguesa – 9º ano do Ensino Fundamental
- Matemática – 9º ano do Ensino Fundamental

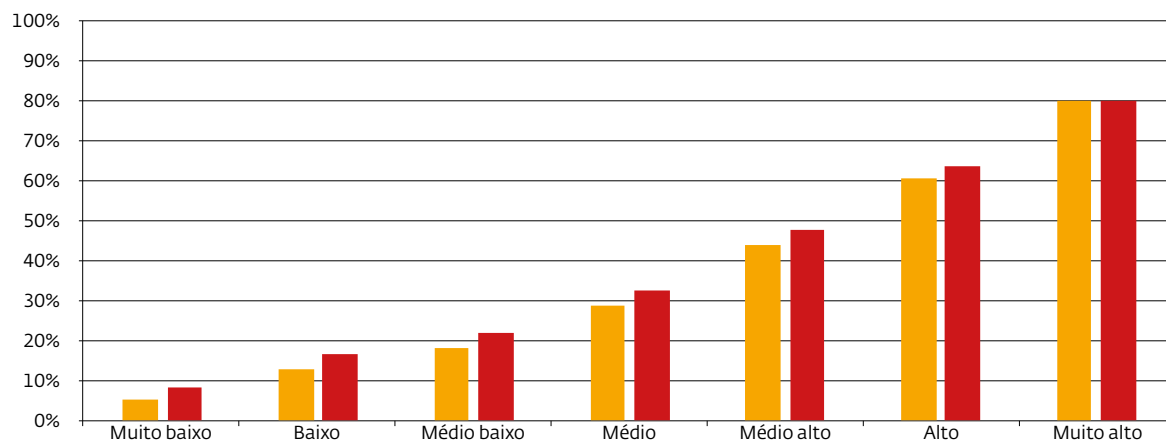
Os **Gráficos 3.9 a 3.12** deixam bastante evidente a correlação entre o nível socioeconômico (NSE) dos alunos e o resultado das avaliações. Nos gráficos, é possível observar a porcentagem de alunos com desempenho adequado em matemática e em língua portuguesa, no 5º e no 9º ano, por faixa de nível socioeconômico. É notável como essa porcentagem é mínima nos NSEs mais baixos, em comparação aos níveis mais altos, retratando a grande desigualdade existente hoje no sistema educacional brasileiro. →

**Gráfico 3.9** Porcentagem de estudantes da rede pública com aprendizado adequado em língua portuguesa no 5º ano por NSE – Brasil, 2013 e 2015



Nota: somente tem informação de nível socioeconômico 95% dos 2,3 milhões de participantes da Prova Brasil 2015 - 5º ano EF.  
 Fonte: Saeb/Inep/MEC e INSE/Inep/MEC. Elaboração: Todos Pela Educação.

**Gráfico 3.10** Porcentagem de estudantes da rede pública com aprendizado adequado em matemática no 5º ano por NSE – Brasil, 2013 e 2015



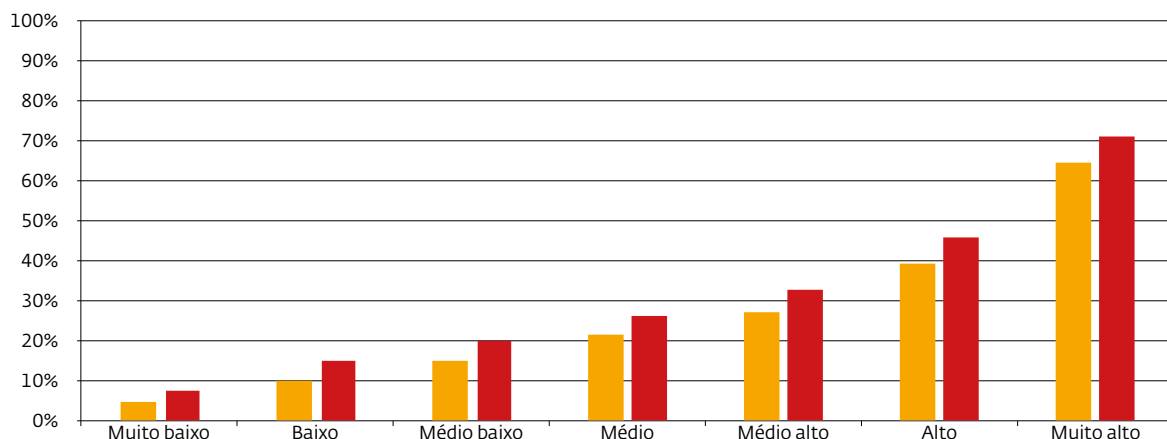
Nota: somente tem informação de nível socioeconômico 95% dos 2,3 milhões de participantes da Prova Brasil 2015 - 5º ano EF.  
 Fonte: Saeb/Inep/MEC e INSE/Inep/MEC. Elaboração: Todos Pela Educação.

#### Legenda

- 2013
- 2015

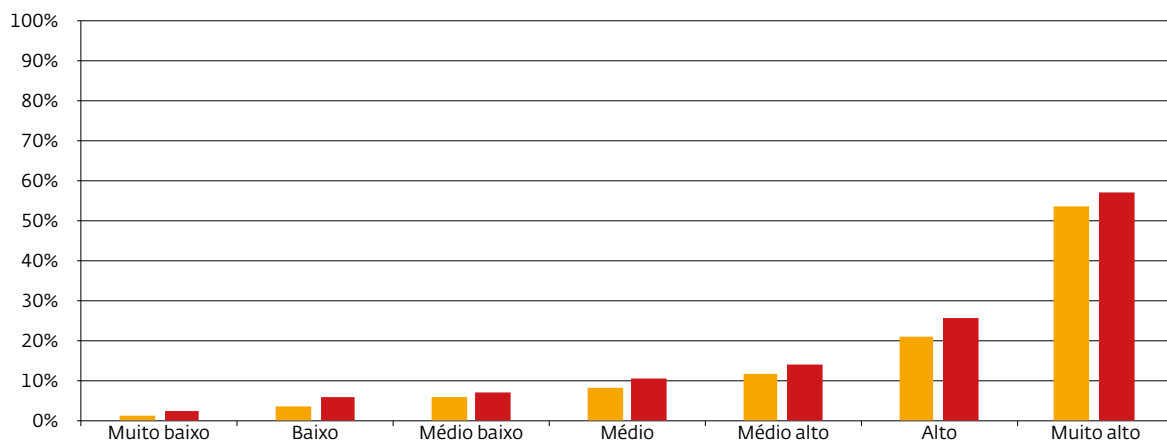


**Gráfico 3.11** Porcentagem de estudantes da rede pública com aprendizado adequado em língua portuguesa no 9º ano por NSE – Brasil, 2013 e 2015



Nota: somente tem informação de nível socioeconômico 96% dos 2,2 milhões de participantes da Prova Brasil 2015 - 9º ano EF.  
 Fonte: Saeb/Inep/MEC e INSE/Inep/MEC. Elaboração: Todos Pela Educação.

**Gráfico 3.12** Porcentagem de estudantes da rede pública com aprendizado adequado em matemática no 9º ano por NSE – Brasil, 2013 e 2015



Nota: somente tem informação de nível socioeconômico 96% dos 2,2 milhões de participantes da Prova Brasil 2015 - 9º ano EF.  
 Fonte: Saeb/Inep/MEC e INSE/Inep/MEC. Elaboração: Todos Pela Educação.

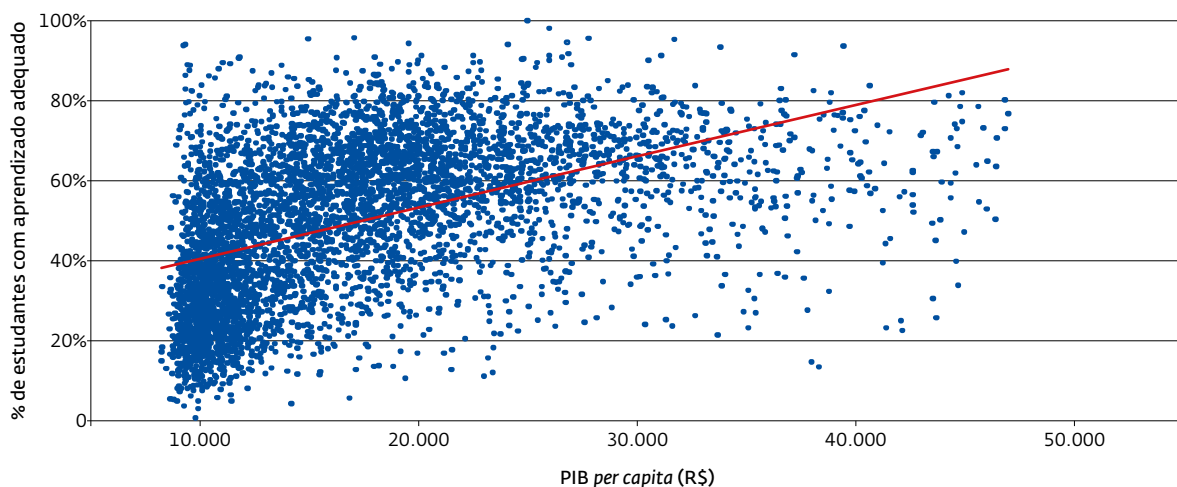
**Legenda**

- 2013
- 2015

É preciso ressaltar, porém, que apesar da forte correlação entre NSE e aprendizado, o NSE deve ser tomado como explicação, mas não como justificativa. Há municípios mais pobres em que essa correlação não existe. Mesmo com um PIB *per capita* baixo, por exemplo, algumas cidades têm conquistado bons resultados, como as cearenses Groaíras e Brejo Santo, que apresentam percentuais de alunos com aprendizado adequado em língua portuguesa e matemática bem acima da média nacional.

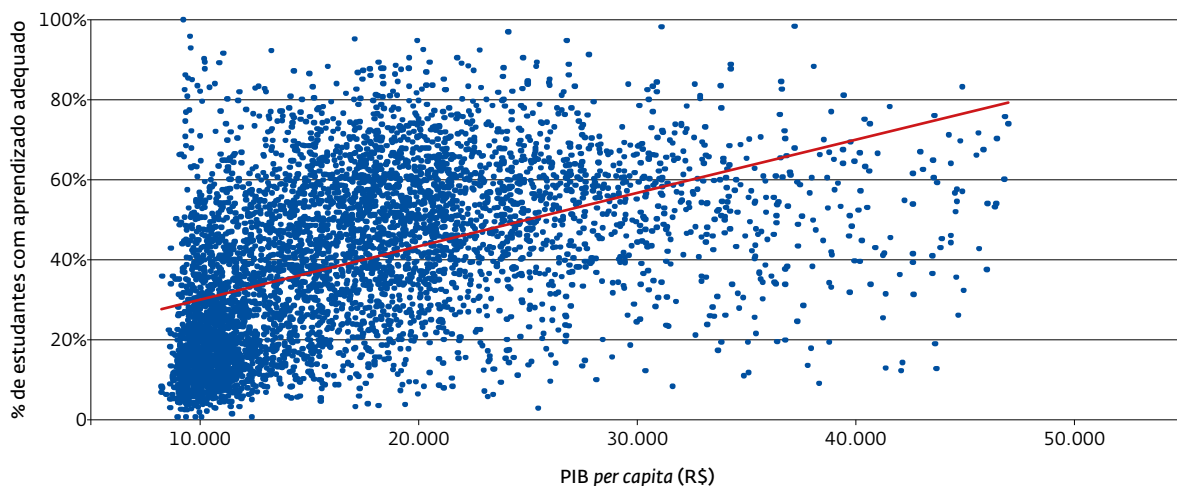
Os **Gráficos 3.13 a 3.16** trazem a correlação entre desempenho e riqueza dos municípios em língua portuguesa e matemática para o 5º e o 9º anos. Neles, cada ponto representa um município, localizado no gráfico conforme a porcentagem de estudantes com aprendizado adequado (eixo vertical) *versus* o PIB *per capita* anual (eixo horizontal). Estão considerados 5.121 municípios (97,3% do total) com PIB *per capita* inferior a R\$ 47 mil. →

**Gráfico 3.13** Distribuição dos municípios conforme correlação entre desempenho e riqueza, 5º ano, língua portuguesa – Brasil, 2015



Fonte: MEC/Inep/Daeb/Saeb e Prova Brasil 2015 e IBGE. Elaboração: Todos Pela Educação.

**Gráfico 3.14** Distribuição dos municípios conforme correlação entre desempenho e riqueza, 5º ano, matemática – Brasil, 2015

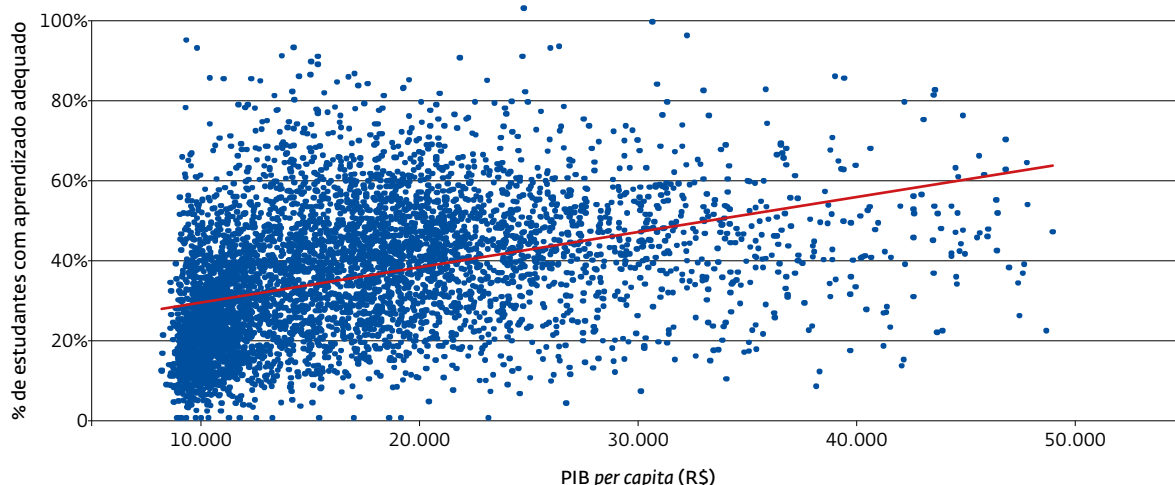


Fonte: MEC/Inep/Daeb/Saeb e Prova Brasil 2015 e IBGE. Elaboração: Todos Pela Educação.

**Legenda**

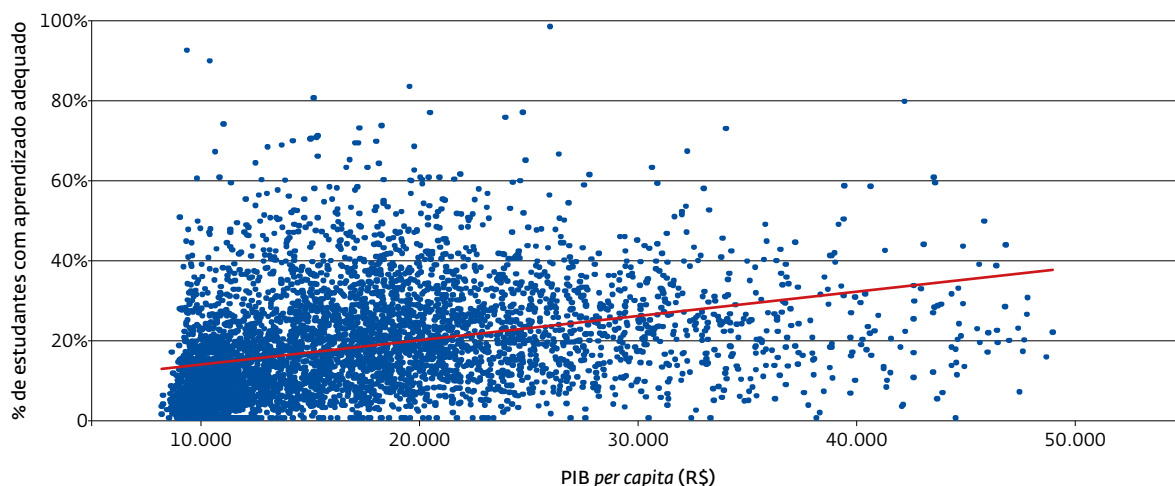
- Distribuição média
- Municípios

**Gráfico 3.15** Distribuição dos municípios conforme correlação entre desempenho e riqueza, 9º ano, língua portuguesa – Brasil, 2015



Fonte: MEC/Inep/Daeb/Saeb e Prova Brasil 2015 e IBGE. Elaboração: Todos Pela Educação.

**Gráfico 3.16** Distribuição dos municípios conforme correlação entre desempenho e riqueza, 9º ano, matemática – Brasil, 2015



Fonte: MEC/Inep/Daeb/Saeb e Prova Brasil 2015 e IBGE. Elaboração: Todos Pela Educação.

A mesma correlação perceptível nos municípios ocorre com as escolas da rede pública: aquelas com os piores desempenhos estão, na maioria, nas faixas de NSE mais baixo. São unidades de ensino que demandam atendimento prioritário do poder público e políticas educacionais focadas na correção das desigualdades. ◆

# Meta 4

Todo aluno com o Ensino Médio  
concluído até os 19 anos

*Até 2022, 95% ou mais dos jovens brasileiros de  
16 anos deverão ter completado o Ensino Fundamental,  
e 90% ou mais dos jovens brasileiros de 19 anos deverão  
ter completado o Ensino Médio*

A juventude brasileira tem sido bastante discutida nos últimos três anos, em um debate que ganhou mais força recentemente com as ocupações de escolas públicas pelos secundaristas de todo o País e com a sanção da lei (originada pela Medida Provisória 746/2016) que reforma o Ensino Médio. A insatisfação dos alunos com essa etapa, cujo modelo não dialoga com o cotidiano e com o projeto de vida dos jovens, somada aos altos índices de abandono, evasão e reprovação escolar e às baixas taxas de aprendizagem formam uma equação que o Brasil tenta resolver, sem sucesso, há décadas.

No entanto, como mostram os dados, o problema não começa no Ensino Médio. Desde os primeiros anos de vida escolar, as crianças já começam a acumular defasagens que vão culminar nessa situação alarmante no final da Educação Básica. Os indicadores educacionais mostram que o sistema não consegue alfabetizar plenamente as crianças até os 8 anos de idade. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, apesar de haver melhora nos índices de aprendizagem, as desigualdades ainda são muito grandes entre os diferentes segmentos da população – mais ricos e mais pobres, brancos e negros, moradores da cidade e da área rural. Nos Anos Finais dessa etapa, as dificuldades se aprofundam, como mostram os dados da Meta 3 do Todos Pela Educação, “Todo aluno com aprendizado adequado ao ano”: o percentual de alunos com a proficiência esperada nas avaliações de português e matemática não mantém o fôlego da melhora alcançada nos Anos Iniciais. Além disso, aumentam as taxas de reprovação, distorção idade-série e abandono.

Tal quadro impacta diretamente no fluxo escolar, retardando a conclusão da Educação Básica por parte dos alunos que enfrentam tais dificuldades. Em consequência, fica comprometido o alcance da Meta 4 do movimento: até 2022, 95% ou mais dos jovens brasileiros de 16 anos deverão ter completado o Ensino Fundamental, e 90% ou mais dos jovens brasileiros de 19 anos deverão ter completado o Ensino Médio.

Apesar de o Brasil estar muito distante das metas parciais estabelecidas pelo Todos Pela Educação, o fluxo escolar do sistema nacional de ensino vem melhorando desde 2005, quando apenas 58,9% concluíam o Ensino Fundamental aos 16 anos, e somente 41,4% terminavam o Ensino Médio aos 19 anos. Em 2015, essas taxas saltaram para 76,0% e 58,5%, respectivamente – aumentos de 17,1 pontos percentuais.

Entre 2014 e 2015, enquanto a taxa de conclusão do Ensino Fundamental aumentou de 73,7% para 76%, valor abaixo da meta parcial de 87,9%, a do Ensino Médio foi de 56,7% para 58,5% – percentual também bastante inferior à meta de 74,5%, como se vê na **Tabela 4.1**.

**Tabela 4.1** Conclusão do Ensino Fundamental aos 16 anos e do Ensino Médio aos 19 anos – Brasil

	2005		2014		2015		Diferença 2005-2015 (em pontos percentuais)
	Taxa de conclusão %	Número absoluto de alunos concluintes	Taxa de conclusão %	Número absoluto de alunos concluintes	Taxa de conclusão %	Número absoluto de alunos concluintes	
Ensino Fundamental concluído aos 16 anos	58,9	2.106.316	73,7	2.596.218	76,0	2.632.138	17,1
<b>META DO TPE</b>	-	-	<b>86,0</b>	-	<b>87,9</b>	-	-
Ensino Médio concluído aos 19 anos	41,4	1.442.101	56,7	1.951.586	58,5	1.957.260	17,1
<b>META DO TPE</b>	-	-	<b>69,0</b>	-	<b>74,5</b>	-	-

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar.

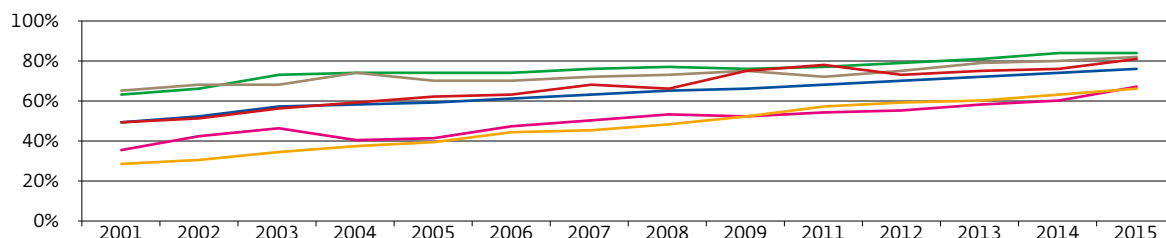
Fonte: IBGE – Pnad 2005, 2013, 2014 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

### Legenda

- Brasil
- Norte
- Nordeste
- Sudeste
- Sul
- Centro-Oeste

Nos **Gráficos 4.1** e **4.2**, é possível observar a evolução das taxas de conclusão do Ensino Fundamental aos 16 anos e do Ensino Médio aos 19 anos de 2001 a 2015, para o Brasil e regiões. Todas as curvas apresentam movimento ascendente. Ainda é notória a desigualdade entre as regiões, mas os indicadores mostram que a distância tem diminuído.

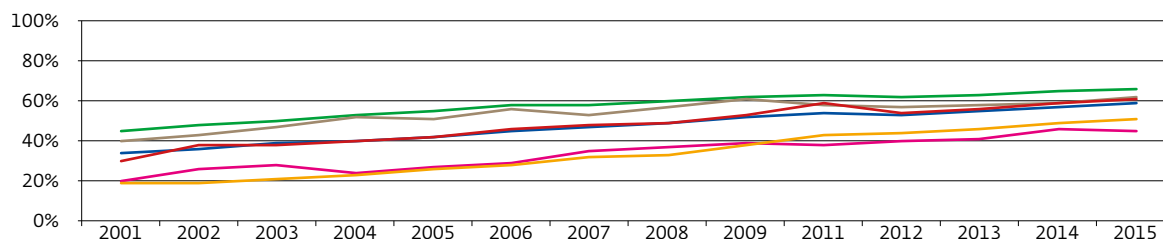
**Gráfico 4.1** Taxa de conclusão do Ensino Fundamental aos 16 anos (%) – Brasil e regiões



Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Não foi realizada Pnad no ano de 2010.

Fonte: IBGE – Pnad. Elaboração: Todos Pela Educação.

### Gráfico 4.2 Taxa de conclusão do Ensino Médio aos 19 anos (%) – Brasil e regiões



Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Não foi realizada Pnad no ano de 2010.

Fonte: IBGE – Pnad. Elaboração: Todos Pela Educação.

Entretanto, apesar dos aumentos observados no período 2005-2015, nenhuma região atingiu a meta parcial do movimento para o Ensino Fundamental, tampouco para o Ensino Médio.

Em relação à taxa de conclusão do Ensino Fundamental aos 16 anos, observa-se na **Tabela 4.2** que, entre 2014 e 2015, o maior crescimento foi na região Norte, que aumentou 6,8 pontos percentuais – de 59,9% para 66,7% – ficando, porém, abaixo ainda da meta parcial de 84,9% para a região. O Centro-Oeste teve um aumento de 5,1 pontos percentuais. A situação do Sudeste merece atenção: a taxa permaneceu estagnada em 83,5% no mesmo período. No Sul também houve estagnação, já que a taxa de 2015 ficou dentro do intervalo de confiança de 2014.

#### Legenda

- **Meta não atingida**  
 Meta maior do que o limite superior do intervalo de confiança.
- **Meta atingida**  
 A meta está dentro do intervalo de confiança.
- **Meta superada**  
 A meta é menor do que o limite inferior do intervalo de confiança.

**Tabela 4.2 Taxa de conclusão do Ensino Fundamental aos 16 anos e as metas do Todos Pela Educação (%) – Brasil e regiões**

	2014				2015			
	Taxa de conclusão	Meta	Intervalo de confiança		Taxa de conclusão	Meta	Intervalo de confiança	
			Inferior	Superior			Inferior	Superior
<b>BRASIL</b>	<b>73,7</b>	<b>86,0</b>	<b>72,5</b>	<b>74,8</b>	<b>76,0</b>	<b>87,9</b>	<b>74,8</b>	<b>77,2</b>
NORTE	59,9	82,1	57,0	62,9	66,7	84,9	63,6	69,7
NORDESTE	62,6	81,4	60,3	64,9	65,9	84,4	63,4	68,3
SUDESTE	83,5	89,2	81,8	85,2	83,5	90,3	81,7	85,3
SUL	79,7	88,6	77,0	82,5	82,3	89,8	79,3	85,2
CENTRO-OESTE	76,3	86,5	73,1	79,4	81,4	88,2	78,2	84,7

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março.

Fonte: IBGE – Pnad. Elaboração: Todos Pela Educação.



No Ensino Médio, a taxa de conclusão aos 19 anos ficou estagnada em todas as regiões em 2015, com resultados pouco diferentes em relação ao ano anterior e dentro do intervalo de confiança, como mostra a **Tabela 4.3**.

**Tabela 4.3** Taxa de conclusão do Ensino Médio aos 19 anos e as metas do Todos Pela Educação (%) – Brasil e regiões

	2014				2015			
	Taxa de conclusão	Meta	Intervalo de confiança		Taxa de conclusão	Meta	Intervalo de confiança	
			Inferior	Superior			Inferior	Superior
<b>BRASIL</b>	<b>56,7</b>	<b>69,0</b>	<b>55,3</b>	<b>58,1</b>	<b>58,5</b>	<b>74,5</b>	<b>57,1</b>	<b>59,9</b>
NORTE	45,7	61,0	42,4	48,9	45,1	68,7	41,9	48,3
NORDESTE	48,4	60,4	46,0	50,7	50,7	68,2	48,0	53,3
SUDESTE	64,4	74,7	61,8	66,9	65,8	78,6	63,4	68,1
SUL	59,0	73,6	55,2	62,7	61,9	77,9	58,2	65,5
CENTRO-OESTE	58,9	69,1	55,0	62,8	60,6	74,6	56,6	64,7

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março.

Fonte: IBGE – Pnad 2014 e 2015. Elaboração: Todos Pela Educação.

### Legenda

- **Meta não atingida**  
 Meta maior do que o limite superior do intervalo de confiança.
- **Meta atingida**  
 A meta está dentro do intervalo de confiança.
- **Meta superada**  
 A meta é menor do que o limite inferior do intervalo de confiança.

As taxas de conclusão do Ensino Fundamental aos 16 anos evoluíram quando se observa a diferença entre 2005 e 2015, tanto para o quartil mais baixo quanto para o mais alto de renda familiar *per capita*, assunto da **Tabela 4.4**. Entre os jovens pertencentes ao grupo de 25% de famílias mais pobres da população, a taxa aumentou 25,4 pontos percentuais no período: de 38,8% para 64,2%. Entre os 25% mais ricos, o aumento foi consideravelmente menor, de 4,1 pontos percentuais, passando de 90,0% para 94,1% – é preciso considerar que esse grupo já tem, historicamente, um patamar bem mais alto. Entre as regiões, o Nordeste é a que apresenta o maior crescimento em ambos os quartis: 33,9 e 16,8 pontos percentuais entre os mais pobres e os mais ricos, respectivamente.

No intervalo entre 2014 e 2015, a mudança não foi tão significativa na média nacional: a taxa de conclusão do Ensino Fundamental até os 16 anos entre os jovens de menor renda aumentou de 62,7% para 64,2%; entre os jovens de famílias com maior poder econômico, cresceu de 92,2% para 94,1%. →

**Tabela 4.4** Taxa de conclusão do Ensino Fundamental aos 16 anos, por quartil da renda familiar *per capita* (%) – Brasil e regiões

	2005		2014		2015		Diferença 2005-2015 (em pontos percentuais)	
	25% mais pobres	25% mais ricos	25% mais pobres	25% mais ricos	25% mais pobres	25% mais ricos	25% mais pobres	25% mais ricos
<b>BRASIL</b>	<b>38,8</b>	<b>90,0</b>	<b>62,7</b>	<b>92,2</b>	<b>64,2</b>	<b>94,1</b>	<b>25,4</b>	<b>4,1</b>
NORTE	25,8	74,6	50,8	81,0	58,8	82,9	33,0	8,3
NORDESTE	25,8	75,8	54,1	83,2	59,7	92,6	33,9	16,8
SUDESTE	59,7	94,5	77,3	93,5	70,3	96,1	10,6	1,6
SUL	55,4	91,1	69,7	97,8	73,8	92,9	18,4	1,8
CENTRO-OESTE	44,9	86,9	70,6	87,8	75,8	95,2	30,9	8,3

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março.  
Fonte: IBGE – Pnad. Elaboração: Todos Pela Educação.

No Ensino Médio, o movimento é praticamente o mesmo, como mostra a **Tabela 4.5**: a taxa de conclusão aos 19 anos entre o quartil mais pobre aumentou 23,7 pontos percentuais desde 2005, enquanto o quartil mais rico registrou melhora de 4,6 pontos percentuais. Novamente, o Nordeste registrou a maior evolução em dez anos, com 31,2 pontos percentuais entre os 25% mais pobres e 21,7 entre os 25% mais ricos.

Entre 2014 e 2015, a taxa de conclusão também apresentou evolução entre os jovens de 19 anos mais pobres, aumentando de 36,8% para 41,8%. Mesmo assim, as taxas no quartil de menor renda em todas as regiões ainda estão muito abaixo das observadas entre os mais ricos, estagnada em 85%.

**Tabela 4.5** Taxa de conclusão do Ensino Médio aos 19 anos, por quartil da renda familiar *per capita* (%) – Brasil e regiões

	2005		2014		2015		Diferença 2005-2015 (em pontos percentuais)	
	25% mais pobres	25% mais ricos	25% mais pobres	25% mais ricos	25% mais pobres	25% mais ricos	25% mais pobres	25% mais ricos
<b>BRASIL</b>	<b>18,1</b>	<b>80,4</b>	<b>36,8</b>	<b>84,9</b>	<b>41,8</b>	<b>85,0</b>	<b>23,7</b>	<b>4,6</b>
NORTE	11,6	58,7	29,7	75,6	33,6	83,9	22,0	25,2
NORDESTE	9,2	62,9	32,4	75,2	40,4	84,6	31,2	21,7
SUDESTE	31,7	89,4	45,3	88,0	48,7	86,6	16,9	-2,9
SUL	22,6	78,6	35,1	88,1	42,9	83,8	20,4	5,2
CENTRO-OESTE	15,1	84,3	43,7	85,7	38,2	81,1	23,2	-3,2

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março.  
Fonte: IBGE – Pnad. Elaboração: Todos Pela Educação.

É importante notar nas **Tabelas 4.4 e 4.5** que, com a evolução, a distância entre os mais ricos e os mais pobres vem regredindo, o que traz mais equidade para o sistema nacional de ensino.

Quando observados os dados de conclusão por raça/cor, também é perceptível que as distâncias entre brancos, pardos e pretos vem diminuindo. No Ensino Fundamental, entre 2005 e 2015, todos os segmentos tiveram crescimento nas taxas de conclusão aos 16 anos (**Tabela 4.6**). Entre os brancos, o aumento foi de 10,7 pontos percentuais, elevando a taxa de 72,2% para 82,9%. Já os pardos registraram o maior aumento – 24,1 pontos percentuais –, de 47,8% para 71,8%. Entre os que se declaram pretos, a taxa cresceu 21,9 pontos percentuais, de 48,2% para 70,0%. A Região Norte merece destaque por ter aumentado a taxa dos alunos pretos em 40,5 pontos percentuais no período, saindo de apenas 30% da população de 16 anos com Ensino Fundamental concluído para 71,2%, juntando-se ao Centro-Oeste e Sudeste no grupo de regiões acima da média nacional nesse indicador.

No intervalo 2014-2015, enquanto a taxa dos autodeclarados brancos permaneceu estagnada em 82,9%, entre os alunos pretos e pardos foi registrado crescimento, respectivamente, de 66,4% para 70,0% e de 67,8% para 71,8%.

Entretanto, mesmo com alguns importantes movimentos de redução da desigualdade, a população preta e parda ainda tem mais dificuldades de concluir o Ensino Fundamental na idade adequada, apresentando em 2015 taxas de conclusão inferiores às dos jovens brancos em 2005.

**Tabela 4.6 Taxa de conclusão do Ensino Fundamental aos 16 anos por raça/cor (%) – Brasil e regiões**

	2005			2014			2015			Diferença 2005-2015 (em pontos percentuais)		
	Branco	Pretos	Pardos	Branco	Pretos	Pardos	Branco	Pretos	Pardos	Branco	Pretos	Pardos
<b>BRASIL</b>	<b>72,2</b>	<b>48,2</b>	<b>47,8</b>	<b>82,9</b>	<b>66,4</b>	<b>67,8</b>	<b>82,9</b>	<b>70,0</b>	<b>71,8</b>	<b>10,7</b>	<b>21,9</b>	<b>24,1</b>
NORTE	55,5	30,7	37,6	69,8	46,1	59,3	69,0	71,2	66,4	13,5	40,5	28,8
NORDESTE	49,8	31,5	35,6	73,0	61,1	59,2	69,7	63,6	64,7	19,8	32,2	29,2
SUDESTE	82,2	61,4	64,8	88,2	77,8	79,2	87,7	75,0	81,0	5,5	13,7	16,2
SUL	73,5	59,4	54,5	83,1	52,6	74,5	85,3	69,6	73,2	11,8	10,2	18,7
CENTRO-OESTE	71,7	54,5	56,2	82,2	70,1	74,3	88,9	71,7	77,2	17,3	17,2	21,0

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março.

Fonte: IBGE – Pnad. Elaboração: Todos Pela Educação.

Para o Ensino Médio, as taxas de conclusão aos 19 anos são menores que as de conclusão do Ensino Fundamental aos 16 anos – resultado de todas as defasagens acumuladas ao longo da Educação Básica associada a um modelo de Ensino Médio pouco atrativo aos jovens. Ainda assim, houve aumentos significativos no intervalo 2005-2015, de 14,1 pontos percentuais, 20,6 pontos percentuais e 21,6 pontos percentuais para brancos, pretos e pardos, respectivamente, como se observa na **Tabela 4.7**. O maior crescimento de 2014 para 2015 se deu na taxa de conclusão dos jovens pretos.

**Tabela 4.7** Taxa de conclusão do Ensino Médio aos 19 anos por raça/cor (%) – Brasil e regiões

	2005			2014			2015			Diferença 2005-2015 (em pontos percentuais)		
	Branco	Pretos	Pardos	Branco	Pretos	Pardos	Branco	Pretos	Pardos	Branco	Pretos	Pardos
<b>BRASIL</b>	<b>54,2</b>	<b>29,8</b>	<b>30,3</b>	<b>66,6</b>	<b>46,9</b>	<b>50,1</b>	<b>68,3</b>	<b>50,4</b>	<b>51,9</b>	<b>14,1</b>	<b>20,6</b>	<b>21,6</b>
NORTE	32,4	32,8	24,4	51,1	43,6	44,7	58,9	37,2	41,8	26,5	4,5	17,4
NORDESTE	35,9	19,0	22,4	57,2	39,0	46,4	60,5	50,7	47,2	24,6	31,7	24,8
SUDESTE	62,9	40,1	44,8	72,8	54,5	56,5	72,6	50,5	61,6	9,7	10,4	16,9
SUL	56,4	25,8	27,6	65,1	32,2	42,7	67,8	48,0	43,6	11,4	22,2	16,0
CENTRO-OESTE	56,1	25,1	31,7	65,1	54,8	56,1	66,9	66,1	56,0	10,8	41,1	24,4

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março.

Fonte: IBGE – Pnad. Elaboração: Todos Pela Educação.

A **Tabela 4.8** permite observar que o local de residência dos alunos também é revelador quanto às taxas de conclusão da Educação Básica. De 2005 a 2015, o percentual de jovens de 16 anos com Ensino Fundamental concluído cresceu 26,8 pontos percentuais na zona rural (de 34,4% para 61,3%), com destaque mais uma vez para a Região Nordeste, que registrou aumento maior que a média nacional: 35,5 pontos percentuais no mesmo período (19,7% para 55,2%). Na zona urbana, o aumento foi de 14,2 pontos percentuais na média do País (de 65,1% para 79,3%), sendo que o Norte teve a maior média regional, com 25,1 pontos percentuais de crescimento (de 48,3% para 73,4%).

De 2014 para 2015, tanto as taxas rurais quanto as urbanas evoluíram, sendo que no campo a taxa cresceu de 59,7% para 61,3%, enquanto nas áreas urbanas o aumento foi de 76,5% para 79,3%. →

**Tabela 4.8 Taxa de conclusão do Ensino Fundamental aos 16 anos por localidade (%) – Brasil e regiões**

	2005		2014		2015		Diferença 2005-2015 (em pontos percentuais)	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
<b>BRASIL</b>	<b>34,4</b>	<b>65,1</b>	<b>59,7</b>	<b>76,5</b>	<b>61,3</b>	<b>79,3</b>	<b>26,8</b>	<b>14,2</b>
NORTE	21,8	48,3	47,0	64,4	49,4	73,4	27,5	25,1
NORDESTE	19,7	48,9	53,0	66,3	55,2	70,7	35,5	21,8
SUDESTE	55,1	75,9	73,5	84,4	75,6	84,2	20,5	8,2
SUL	66,3	70,8	78,8	79,9	81,7	82,4	15,3	11,5
CENTRO-OESTE	53,3	64,1	72,1	76,7	77,0	81,9	23,7	17,8

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março.

Fonte: IBGE – Pnad. Elaboração: Todos Pela Educação.

Embora com valores menores, a taxa de conclusão do Ensino Médio aos 19 anos observada na **Tabela 4.9** teve evolução semelhante à do Fundamental aos 16 anos: saltos de 24,2 e de 15,0 pontos percentuais para as zonas rural e urbana, que passaram dos percentuais 16,8% e 46,6% em 2005 para 41,0% e 61,6% em 2015, respectivamente. Embora ainda com a segunda taxa mais baixa entre as regiões, o Nordeste foi a região que mais aumentou o percentual de conclusão do Ensino Médio na idade certa (28,0 pontos percentuais na zona rural e 23,4 pontos percentuais na zona urbana).

No intervalo 2014-2015 também houve crescimento: enquanto a taxa de conclusão da etapa na zona rural foi de 37,9% para 41,0%, a zona urbana registrou aumento de 59,7% para 61,6%.

**Tabela 4.9 Taxa de conclusão do Ensino Médio aos 19 anos por localidade (%) – Brasil e regiões**

	2005		2014		2015		Diferença 2005-2015 (em pontos percentuais)	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
<b>BRASIL</b>	<b>16,8</b>	<b>46,6</b>	<b>37,9</b>	<b>59,7</b>	<b>41,0</b>	<b>61,6</b>	<b>24,2</b>	<b>15,0</b>
NORTE	9,1	33,0	22,3	51,9	25,8	51,0	16,8	18,0
NORDESTE	9,5	32,3	36,6	52,4	37,5	55,7	28,0	23,4
SUDESTE	30,7	56,7	50,6	65,1	53,2	66,5	22,5	9,8
SUL	34,2	53,7	46,9	60,2	59,5	62,2	25,3	8,5
CENTRO-OESTE	21,1	44,5	40,6	60,1	44,0	62,1	22,9	17,6

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março.

Fonte: IBGE – Pnad. Elaboração: Todos Pela Educação.

## Conclusão por sexo dos estudantes

Ao analisar os dados de acordo com o sexo da população na **Tabela 4.10**, observa-se que as mulheres apresentam taxas de conclusão superiores às apresentadas pelos homens. Em 2015, 79,3% das meninas concluíram o Ensino Fundamental até os 16 anos, sendo que, entre os meninos, esse percentual foi de 69,4%. Em contrapartida, quando observamos o período 2005-2015, eles evoluíram mais do que elas: 19,0 pontos percentuais frente a 16,9 pontos percentuais, respectivamente.

**Tabela 4.10** Taxa de conclusão do Ensino Fundamental aos 16 anos por sexo (%) – Brasil e regiões

	2005		2014		2015		Diferença 2005-2015 (em pontos percentuais)	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
<b>BRASIL</b>	<b>62,4</b>	<b>50,4</b>	<b>77,8</b>	<b>65,2</b>	<b>79,3</b>	<b>69,4</b>	<b>16,9</b>	<b>19,0</b>
NORTE	50,0	40,0	70,9	56,3	74,4	61,8	24,4	21,8
NORDESTE	51,9	31,9	69,9	56,6	72,5	60,6	20,7	28,7
SUDESTE	75,8	68,8	86,1	76,6	85,6	77,5	9,8	8,6
SUL	73,0	64,2	84,3	71,0	87,2	75,8	14,2	11,6
CENTRO-OESTE	67,1	58,8	81,6	71,8	82,6	80,8	15,4	22,0

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março.

Fonte: IBGE – Pnad. Elaboração: Todos Pela Educação.

Em relação à conclusão do Ensino Médio aos 19 anos, assunto da **Tabela 4.11**, o aumento da taxa de meninos e meninas foi semelhante no período. Em 2015, 62,5% da população feminina de 19 anos havia concluído essa etapa, ao passo que essa taxa era de 50,3% entre a fatia populacional masculina. Na última década, elas evoluíram mais do que eles no que tange ao término da Educação Básica, aumentando a taxa de conclusão em 17,7 pontos percentuais entre 2005 e 2015. No caso dos homens, o crescimento foi de 16,4 pontos percentuais. →

**Tabela 4.11** Taxa de conclusão do Ensino Médio aos 19 anos por sexo (%) – Brasil e regiões

	2005		2014		2015		Diferença 2005-2015 (em pontos percentuais)	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
<b>BRASIL</b>	<b>44,8</b>	<b>33,9</b>	<b>61,2</b>	<b>49,9</b>	<b>62,5</b>	<b>50,3</b>	<b>17,7</b>	<b>16,4</b>
NORTE	33,6	26,1	49,1	47,1	48,2	43,9	14,6	17,9
NORDESTE	34,6	22,4	57,1	43,1	59,5	44,4	24,9	22,0
SUDESTE	59,7	46,1	68,3	57,1	69,3	58,3	9,7	12,2
SUL	54,6	45,0	66,2	51,0	66,8	54,8	12,2	9,8
CENTRO-OESTE	45,6	40,5	66,8	54,1	70,5	50,9	24,9	10,4

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março.

Fonte: IBGE – Pnad. Elaboração: Todos Pela Educação.

### Legenda

- **Meta não atingida**  
 Meta maior do que o limite superior do intervalo de confiança.
- **Meta atingida**  
 A meta está dentro do intervalo de confiança.
- **Meta superada**  
 A meta é menor do que o limite inferior do intervalo de confiança.

### Conclusão nas unidades da federação

A **Tabela 4.12** evidencia que, tanto em 2014 como em 2015, apenas seis unidades da federação atingiram – mas não superaram – as metas parciais de taxa de conclusão do Ensino Fundamental aos 16 anos. Roraima, São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso atingiram as metas parciais nos dois anos observados. O Distrito Federal e a Paraíba alcançaram os objetivos em 2015, e os estados do Acre e do Amapá tinham atingido suas metas parciais para 2014, mas não em 2015. Entre os que não atingiram as metas em 2015, o maior aumento entre 2014 e 2015 foi observado no Pará (11,5 pontos percentuais). →

**Tabela 4.12 Taxa de conclusão do Ensino Fundamental aos 16 anos e as metas do Todos Pela Educação (%) – Brasil, regiões e unidades da federação**

	2014				2015			
	Observado	Meta	Intervalo de confiança		Observado	Meta	Intervalo de confiança	
			Inferior	Superior			Inferior	Superior
<b>BRASIL</b>	<b>73,7</b>	<b>86,0</b>	<b>72,5</b>	<b>74,8</b>	<b>76,0</b>	<b>87,9</b>	<b>74,8</b>	<b>77,2</b>
<b>NORTE</b>	<b>59,9</b>	<b>82,1</b>	<b>57,0</b>	<b>62,9</b>	<b>66,7</b>	<b>84,9</b>	<b>63,6</b>	<b>69,7</b>
Rondônia	70,5	84,1	62,5	78,6	63,8	86,4	54,2	73,5
Acre	73,9	83,4	61,7	86,0	62,6	85,9	53,7	71,5
Amazonas	60,6	82,4	55,0	66,2	73,0	85,2	65,9	80,1
Roraima	76,8	86,5	65,6	88,0	80,0	88,2	69,7	90,3
Pará	51,1	79,9	46,3	55,9	62,6	83,2	57,9	67,3
Amapá	72,4	85,3	59,3	85,5	63,6	87,3	50,8	76,5
Tocantins	76,2	85,0	68,1	84,3	74,4	87,1	68,1	80,8
<b>NORDESTE</b>	<b>62,6</b>	<b>81,4</b>	<b>60,3</b>	<b>64,9</b>	<b>65,9</b>	<b>84,4</b>	<b>63,4</b>	<b>68,3</b>
Maranhão	67,0	80,7	61,0	73,1	69,5	83,8	61,8	77,2
Piauí	59,0	80,7	49,1	68,9	62,7	83,9	53,9	71,5
Ceará	75,6	84,5	70,9	80,3	75,9	86,7	70,6	81,2
Rio Grande do Norte	58,3	82,9	45,3	71,3	59,5	85,5	51,7	67,4
Paraíba	58,0	78,8	49,6	66,4	71,3	82,5	58,6	84,0
Pernambuco	65,1	81,5	59,2	71,1	68,4	84,5	62,8	74,0
Alagoas	50,4	78,3	41,9	58,9	53,5	82,1	46,0	60,9
Sergipe	45,6	79,6	37,2	54,0	54,2	83,0	42,8	65,5
Bahia	59,7	81,1	55,0	64,4	62,3	84,2	57,3	67,2
<b>SUDESTE</b>	<b>83,5</b>	<b>89,2</b>	<b>81,8</b>	<b>85,2</b>	<b>83,5</b>	<b>90,3</b>	<b>81,7</b>	<b>85,3</b>
Minas Gerais	82,4	87,6	78,9	86,0	79,5	89,1	75,7	83,3
Espírito Santo	75,9	87,0	66,7	85,0	78,8	88,6	71,8	85,9
Rio de Janeiro	66,3	87,0	62,1	70,5	73,1	88,6	69,1	77,1
São Paulo	91,4	91,1	89,4	93,5	89,6	91,8	87,2	92,0
<b>SUL</b>	<b>79,7</b>	<b>88,6</b>	<b>77,0</b>	<b>82,5</b>	<b>82,3</b>	<b>89,8</b>	<b>79,3</b>	<b>85,2</b>
Paraná	80,1	88,0	75,3	84,8	81,5	89,3	76,6	86,3
Santa Catarina	89,0	90,2	84,5	93,5	84,9	91,1	77,9	91,9
Rio Grande do Sul	72,6	88,2	67,8	77,3	81,3	89,5	77,3	85,4
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>76,3</b>	<b>86,5</b>	<b>73,1</b>	<b>79,4</b>	<b>81,4</b>	<b>88,2</b>	<b>78,2</b>	<b>84,7</b>
Mato Grosso do Sul	64,9	86,0	57,3	72,6	65,5	87,9	56,7	74,3
Mato Grosso	86,3	86,1	81,0	91,5	92,7	87,9	87,9	97,4
Goiás	74,5	86,6	69,3	79,7	80,6	88,3	75,0	86,2
Distrito Federal	78,9	87,2	72,3	85,5	84,1	88,7	78,6	89,7

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março.

Fonte: IBGE – Phad. Elaboração: Todos Pela Educação.



### Legenda

---

- **Meta não atingida**  
Meta maior do que o limite superior do intervalo de confiança.
  - **Meta atingida**  
A meta está dentro do intervalo de confiança.
  - **Meta superada**  
A meta é menor do que o limite inferior do intervalo de confiança.
- 

Quanto ao Ensino Médio, nenhuma unidade da federação atingiu a meta parcial de conclusão aos 19 anos para 2015, ao contrário do ano anterior, quando seis o fizeram, como mostra a **Tabela 4.13**. Apenas dois estados, Roraima e Goiás, apresentaram crescimento, de 15,8 e 7,7 pontos percentuais, respectivamente. Todas as demais unidades da federação ficaram estagnadas no indicador, considerando o intervalo de confiança. →

**Tabela 4.13 Taxa de conclusão do Ensino Médio aos 19 anos e as metas do Todos Pela Educação (%) – Brasil, regiões e unidades da federação**

	2014				2015			
	Observado	Meta	Intervalo de confiança		Observado	Meta	Intervalo de confiança	
			Inferior	Superior			Inferior	Superior
<b>BRASIL</b>	<b>56,7</b>	<b>69,0</b>	<b>55,3</b>	<b>58,1</b>	<b>58,5</b>	<b>74,5</b>	<b>57,1</b>	<b>59,9</b>
<b>NORTE</b>	<b>45,7</b>	<b>61,0</b>	<b>42,4</b>	<b>48,9</b>	<b>45,1</b>	<b>68,7</b>	<b>41,9</b>	<b>48,3</b>
Rondônia	51,4	66,5	44,7	58,1	48,7	72,7	39,9	57,6
Acre	56,0	61,7	42,1	69,9	39,3	69,2	28,2	50,3
Amazonas	51,1	63,7	45,1	57,0	52,6	70,7	45,7	59,4
Roraima	44,7	71,5	33,1	56,3	60,5	76,3	49,9	71,1
Pará	37,5	56,3	32,0	43,1	40,2	65,0	35,3	45,1
Amapá	51,3	67,0	40,0	62,6	35,1	73,1	21,9	48,3
Tocantins	60,7	63,3	49,1	72,3	50,5	70,4	37,5	63,6
<b>NORDESTE</b>	<b>48,4</b>	<b>60,4</b>	<b>46,0</b>	<b>50,7</b>	<b>50,7</b>	<b>68,2</b>	<b>48,0</b>	<b>53,3</b>
Maranhão	48,7	59,4	41,0	56,5	54,8	67,4	47,9	61,8
Piauí	45,5	57,5	38,1	52,9	43,3	65,9	36,0	50,5
Ceará	53,9	63,3	47,9	60,0	57,5	70,4	52,6	62,5
Rio Grande do Norte	48,6	66,4	40,8	56,5	53,4	72,7	39,8	67,0
Paraíba	52,5	56,6	44,0	61,0	51,3	65,3	39,5	63,2
Pernambuco	56,3	61,2	50,5	62,1	53,5	68,8	46,4	60,5
Alagoas	37,9	54,5	30,4	45,4	37,7	63,6	28,3	47,0
Sergipe	39,8	61,6	29,7	49,9	42,7	69,1	29,9	55,6
Bahia	43,7	59,7	38,8	48,6	47,4	67,6	42,1	52,6
<b>SUDESTE</b>	<b>64,4</b>	<b>74,7</b>	<b>61,8</b>	<b>66,9</b>	<b>65,8</b>	<b>78,6</b>	<b>63,4</b>	<b>68,1</b>
Minas Gerais	60,6	69,6	56,3	64,9	59,3	75,0	55,1	63,6
Espírito Santo	59,4	71,4	50,0	68,8	59,5	76,3	49,3	69,8
Rio de Janeiro	54,0	72,9	48,9	59,2	53,7	77,3	48,7	58,6
São Paulo	70,1	78,0	66,3	73,9	73,8	81,1	70,4	77,2
<b>SUL</b>	<b>59,0</b>	<b>73,6</b>	<b>55,2</b>	<b>62,7</b>	<b>61,9</b>	<b>77,9</b>	<b>58,2</b>	<b>65,5</b>
Paraná	59,4	74,9	53,4	65,4	61,6	78,8	55,7	67,6
Santa Catarina	62,7	75,4	54,3	71,1	67,7	79,2	60,5	74,9
Rio Grande do Sul	56,4	71,1	50,5	62,2	57,6	76,1	51,3	63,8
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>58,9</b>	<b>69,1</b>	<b>55,0</b>	<b>62,8</b>	<b>60,6</b>	<b>74,6</b>	<b>56,6</b>	<b>64,7</b>
Mato Grosso do Sul	53,1	67,0	43,4	62,7	50,5	73,1	41,3	59,7
Mato Grosso	60,5	65,5	52,4	68,6	60,9	72,0	51,9	69,8
Goiás	53,8	69,6	47,2	60,3	61,5	75,0	54,7	68,3
Distrito Federal	72,4	74,0	65,4	79,3	67,1	78,1	59,4	74,8

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março.

Fonte: IBGE – Phad. Elaboração: Todos Pela Educação.

## Distorção idade-série

Os dados dos últimos nove anos compilados na **Tabela 4.14** mostram que as taxas de distorção idade-série vêm decrescendo no Ensino Fundamental. Entre 2007 e 2015, a redução foi de 8,5 pontos percentuais. Todas as regiões apresentaram redução no percentual de alunos com idade acima da considerada adequada para o ano escolar em que estão no período. As maiores reduções foram observadas no Nordeste e no Norte – queda de 13,8 e 12,6 pontos percentuais, respectivamente. Entre 2014 e 2015 também foi registrada queda nas taxas de distorção idade-série em todas elas.

**Tabela 4.14** Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental (%) – Brasil e regiões

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Diferença 2007-2015
<b>BRASIL</b>	<b>27,7</b>	<b>22,1</b>	<b>23,3</b>	<b>23,6</b>	<b>22,9</b>	<b>22,0</b>	<b>21,0</b>	<b>20,0</b>	<b>19,2</b>	<b>-8,5</b>
NORTE	40,9	29,2	33,2	34,8	34,2	32,9	31,3	29,8	28,3	-12,6
NORDESTE	40,1	28,3	31,6	32,7	31,6	30,3	28,9	27,5	26,3	-13,8
SUDESTE	17,4	16,4	15,9	15,5	15,0	14,6	14,0	13,2	12,7	-4,7
SUL	18,1	17,7	17,9	17,8	17,4	16,6	16,2	16,1	15,9	-2,2
CENTRO-OESTE	25,4	22,4	21,6	21,3	20,3	19,4	17,9	16,5	15,8	-9,6

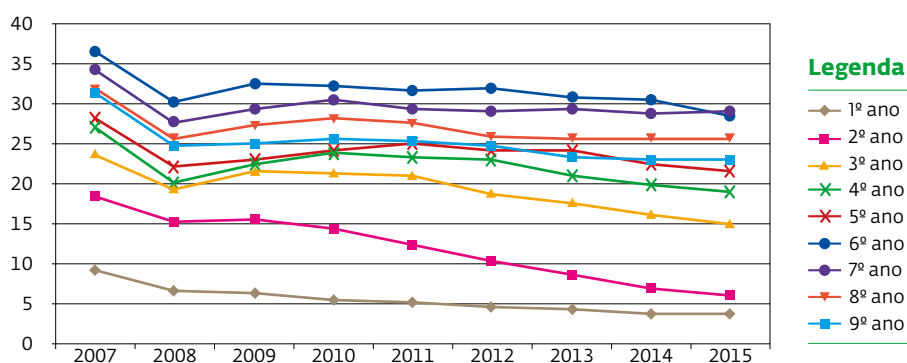
Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI.

Em 2015, pela primeira vez na série histórica, o 7º ano do Fundamental apresentou a maior taxa na etapa (29,1%), superando o 6º ano (28,7%), cujo valor era o mais elevado desde 2007. A evolução dos dados de acesso, desempenho e fluxo escolar – monitorados pelas Metas 1, 3 e 4 do TPE – mostra que a melhora verificada nos Anos Iniciais não continua no mesmo ritmo de crescimento nos anos subsequentes, o que reforça a necessidade urgente de políticas públicas focalizadas nos Anos Finais da etapa. A **Tabela 4.15** e o **Gráfico 4.3** apresentam os dados completos. →

**Tabela 4.15** Taxa de distorção idade-série por ano do Ensino Fundamental (%) – Brasil

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
2007	9,2	18,3	23,7	27,2	28,2	36,7	34,4	32,1	31,6
2008	6,5	15,3	19,3	20,3	22,2	30,3	27,8	25,8	24,9
2009	6,2	15,4	21,5	22,5	23	32,6	29,5	27,5	25
2010	5,4	14,5	21,4	24	24,4	32,5	30,7	28,3	25,7
2011	5	12,4	21,2	23,3	25	31,8	29,6	27,6	25,3
2012	4,6	10,4	18,8	23,1	24,2	32,1	29,1	26,1	24,8
2013	4,1	8,7	17,5	21	24,3	30,8	29,5	25,7	23,3
2014	3,5	6,8	16	19,9	22,5	30,7	28,8	25,8	23,1
2015	3,5	5,9	14,9	18,9	21,5	28,7	29,1	25,6	23,2

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI.

**Gráfico 4.3** Taxa de distorção idade-série por ano do Ensino Fundamental (%) – Brasil

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI.

No Ensino Médio, o Brasil também apresenta redução na taxa de distorção idade-série no período 2007-2015: 15,1 pontos percentuais, sendo que nos últimos dois anos a queda foi de 28,2% para 27,4%. Das regiões, a única que registrou aumento entre 2014 e 2015 foi o Sul (de 21,7% para 22,4%), como se vê na **Tabela 4.16**. →

**Tabela 4.16** Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio (%) – Brasil e regiões

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Diferença 2007-2015
<b>BRASIL</b>	<b>42,5</b>	<b>33,7</b>	<b>34,4</b>	<b>34,5</b>	<b>32,8</b>	<b>31,1</b>	<b>29,5</b>	<b>28,2</b>	<b>27,4</b>	<b>-15,1</b>
NORTE	60,5	44,4	48,5	50,0	48,3	47,0	45,2	44,1	42,8	-17,7
NORDESTE	59,5	40,5	45,1	46,6	44,0	41,8	39,4	38,0	36,5	-23,0
SUDESTE	31,1	28,4	26,4	26,2	24,9	23,0	21,6	20,5	19,4	-11,7
SUL	28,4	27,4	25,9	24,6	23,6	23,3	22,6	21,7	22,4	-6,0
CENTRO-OESTE	39,5	34,4	33,9	33,2	31,1	30,5	29,0	27,7	27,0	-12,5

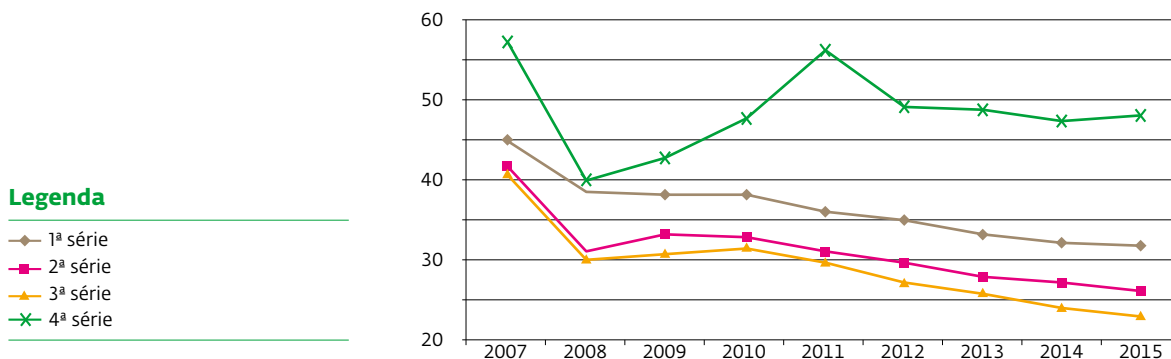
Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI.

Todos os anos apresentam queda na taxa de distorção idade-série no Ensino Médio entre 2007 e 2015. O destaque vai para a 3ª série, cujo decréscimo foi o maior no período: 17,8 pontos percentuais – de 40,6% para 22,8%. No intervalo 2014-2015, as taxas também mostraram queda, sendo a mais acentuada observada na 2ª série: 1,2 ponto percentual. **A Tabela 4.17** e o **Gráfico 4.4** contêm os dados completos.

**Tabela 4.17** Taxa de distorção idade-série por série do Ensino Médio – Brasil

	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
2007	44,8	41,4	40,6	57,1
2008	38,2	31,0	29,8	39,7
2009	38,1	32,9	30,4	42,5
2010	37,8	32,6	31,3	47,4
2011	36,0	30,8	29,4	56,1
2012	34,9	29,4	26,8	49,0
2013	33,1	27,8	25,4	48,6
2014	31,8	27,0	23,8	47,1
2015	31,4	25,8	22,8	48,0

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI.

**Gráfico 4.4** Taxa de distorção idade-série por ano do Ensino Médio (%) – Brasil

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI.

## Situação

Desde 2005, os dados mostram que tanto na população de 16 anos como na de 19 anos caíram as taxas de jovens que trabalham e estudam e só trabalham. Ao mesmo tempo, os percentuais dos jovens que só estudam apresentaram crescimento nas duas faixas etárias, como se vê nas **Tabelas 4.18** e **4.19**.

No caso dos jovens de 16 anos que não concluíram o Ensino Fundamental na idade esperada, a taxa daqueles que só estudam saltou de 38,7% para 51,9% entre 2005 e 2015. Entre os jovens de 19 anos que não concluíram o Ensino Médio, o aumento é mais tímido: de 18,1% para 19,5%. Entre aqueles que trabalham e estudam, a queda na taxa da faixa dos 16 anos foi de 23,6% para 15,5%, enquanto na de 19 anos foi de 19,7% para 12,1%. A taxa dos jovens de 16 anos que estão fora da escola e apenas trabalham recuou de 18,7% para 10,4%. Para os de 19 anos que apenas trabalham a queda foi de 37,7% para 35,9%.

Já a taxa de jovens que não trabalham nem estudam, e ainda não concluíram a Educação Básica, aumentou nos dois segmentos. Enquanto para a população de 16 anos o percentual move-se de 19% em 2005 para 22,2% em 2015, para os jovens de 19 anos a situação é mais crítica: a taxa sobe de 24,5% para 32,6%. Entretanto, como consequência de uma mudança demográfica, em números absolutos há menos jovens nessa situação em 2015 do que em 2005, um total de 637.593 frente a 779.888, respectivamente.

**Tabela 4.18 Situação dos jovens de 16 anos que não concluíram o Ensino Fundamental – Brasil**

	2005		2014		2015	
	%	Número absoluto de jovens	%	Número absoluto de jovens	%	Número absoluto de jovens
Só estudam	38,7%	567.391	49,6%	460.930	51,9%	430.840
Trabalham e estudam	23,6%	345.826	16,6%	154.434	15,5%	128.736
Só trabalham	18,7%	274.638	14,1%	131.175	10,4%	86.401
Não trabalham nem estudam	19,0%	279.279	19,6%	181.966	22,2%	184.604

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março.

Fonte: IBGE – Pnad. Elaboração: Todos Pela Educação.

**Tabela 4.19 Situação dos jovens de 19 anos que não concluíram o Ensino Médio – Brasil**

	2005		2014		2015	
	%	Número absoluto de jovens	%	Número absoluto de jovens	%	Número absoluto de jovens
Só estudam	18,1%	369.094	15,0%	223.637	19,5%	270.108
Trabalham e estudam	19,7%	402.865	14,3%	212.721	12,1%	167.421
Só trabalham	37,7%	770.536	41,8%	622.387	35,9%	497.757
Não trabalham nem estudam	24,5%	500.609	28,8%	428.953	32,6%	452.989

Nota: as estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março.

Fonte: IBGE – Pnad. Elaboração: Todos Pela Educação.

## Aprovação e reprovação

Entre 2007 e 2015, o Brasil apresentou aumento nas taxas de aprovação em todas as etapas de ensino (**Tabela 4.20**). Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o aumento foi de 85,8% para 93,2% (7,4 pontos percentuais); nos Anos Finais, foi de 79,8% para 85,7% (5,9 pontos percentuais). No Ensino Médio, o crescimento foi de 74,1% para 81,7% (7,6 pontos percentuais). →

Todas as regiões brasileiras apresentaram evolução nas taxas de aprovação para o mesmo período em todas as fases da Educação Básica. O Nordeste, por exemplo, teve um acréscimo de 8,9 pontos percentuais no Ensino Médio em 12 anos, de 71,6% para 80,5% na taxa de aprovação – maior aumento entre as regiões. O mesmo ocorreu nos Anos Finais do Ensino Fundamental: os estados nordestinos saltaram, em média, de 72,6% para 81,0% – ou 8,4 pontos percentuais entre 2007 e 2015.

Quanto às unidades da federação, nos Anos Finais do Ensino Fundamental as maiores taxas de aprovação em 2015 foram as de Mato Grosso (95,1%) e de São Paulo (93,4%). Já no Ensino Médio, os estados com as maiores taxas são Pernambuco (88,8%), São Paulo (87,5%) e Goiás (85,7%). Deve-se ressaltar que, entre 2007 e 2015, Pernambuco registrou os maiores aumentos em pontos percentuais nas taxas de aprovação dos Anos Finais e do Ensino Médio: 16,2 e 18,7, respectivamente.

O aumento nas taxas de aprovação de 2007 e 2015 resultou em queda nas taxas de reprovação no mesmo período (**Tabela 4.21**) na média do País. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, houve um decréscimo de 11% para 5,8%,

nos Anos Finais, de 13,5% para 11,1%, e no Ensino Médio, de 12,7% para 11,5%. →

Nos Anos Iniciais, o Sul foi a região que teve menor queda na taxa de reprovação – apenas 3,1 pontos percentuais. Nos Anos Finais, o Centro-Oeste registrou o maior decréscimo entre 2007 e 2015: 3,6 pontos percentuais. No entanto, a taxa de reprovação aumentou no Ensino Médio, saltando de 12,4% para 12,9%.

Entre as unidades da federação, os maiores decréscimos na comparação 2007-2015 por etapa foram: Pará, com queda de 10,3 pontos percentuais nos Anos Iniciais; Amazonas, com recuo de 6,1 pontos percentuais nos Anos Finais e, por fim, o Distrito Federal, com diminuição de 7,1 pontos percentuais no Ensino Médio. Já o Mato Grosso e o Rio Grande do Norte tiveram aumento nas taxas de reprovação na última etapa da Educação Básica em 9,6 e 7,8 pontos percentuais, respectivamente.



**Tabela 4.20 Taxa de aprovação por etapa (%) – Brasil, regiões e unidades da federação**

	2007			2015		
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Anos Finais do Ensino Fundamental	Ensino Médio	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Anos Finais do Ensino Fundamental	Ensino Médio
<b>BRASIL</b>	<b>85,8</b>	<b>79,8</b>	<b>74,1</b>	<b>93,2</b>	<b>85,7</b>	<b>81,7</b>
<b>NORTE</b>	<b>76,1</b>	<b>77,1</b>	<b>69,9</b>	<b>88,9</b>	<b>82,6</b>	<b>77,1</b>
Rondônia	85,5	76	74,4	92,7	80,7	77,3
Acre	79	86,1	75,9	90,3	90,2	79,5
Amazonas	77,8	74,8	77,9	90,9	87,3	83
Roraima	87,1	81,9	79,5	93,3	83,3	81,2
Pará	70,2	75,1	63,3	86,1	79,6	72,9
Amapá	79,4	83,1	70	88,7	81,4	75,7
Tocantins	89,7	85,5	80,1	93,4	84,3	80,5
<b>NORDESTE</b>	<b>79,2</b>	<b>72,6</b>	<b>71,6</b>	<b>90,3</b>	<b>81</b>	<b>80,5</b>
Maranhão	84	80,3	75	92,2	84,3	80,7
Piauí	77	76,9	70,6	88,5	83,5	80,4
Ceará	85,7	81,4	76,7	95,9	90,2	85,6
Rio Grande do Norte	83	68,8	68,3	89,2	75,9	73,9
Paraíba	76	68,8	72,8	90,1	79,7	79,3
Pernambuco	78,6	67,8	70,1	90,5	84	88,8
Alagoas	77,1	67,2	71,7	88,9	75,6	75
Sergipe	74,4	69,2	71,5	86,3	70,2	71,4
Bahia	74,9	68,9	68,7	87,2	75,7	76,1
<b>SUDESTE</b>	<b>92,1</b>	<b>84,8</b>	<b>76,3</b>	<b>96,1</b>	<b>89,6</b>	<b>84,9</b>
Minas Gerais	91,2	79,5	75,6	97,9	87,8	81,1
Espírito Santo	88,2	81,5	77,2	93	82	79,6
Rio de Janeiro	86,8	78,8	67,3	90,7	84,1	83
São Paulo	95	90	79,8	97,6	93,4	87,5
<b>SUL</b>	<b>91</b>	<b>82,2</b>	<b>75,9</b>	<b>94,5</b>	<b>85,3</b>	<b>79</b>
Paraná	91,8	83,4	79,7	95,3	86,9	81,4
Santa Catarina	93,3	87,1	83,8	96,5	89,3	79,9
Rio Grande do Sul	89	78,1	68	92,4	81	75,6
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>89</b>	<b>80,4</b>	<b>73</b>	<b>94,8</b>	<b>88,7</b>	<b>79,2</b>
Mato Grosso do Sul	85	77,3	72,9	90,2	82,1	76,3
Mato Grosso	90,2	83,3	73,3	98,1	95,1	68,1
Goiás	90	81,5	73,6	95,6	90,9	85,7
Distrito Federal	89,5	76,8	71,1	94,1	83,1	82,3

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI.

**Tabela 4.21 Taxa de reprovação por etapa (%) – Brasil, regiões e unidades da federação**

	2007			2015		
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Anos Finais do Ensino Fundamental	Ensino Médio	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Anos Finais do Ensino Fundamental	Ensino Médio
<b>BRASIL</b>	<b>11</b>	<b>13,5</b>	<b>12,7</b>	<b>5,8</b>	<b>11,1</b>	<b>11,5</b>
<b>NORTE</b>	<b>17,3</b>	<b>13,5</b>	<b>13,7</b>	<b>8,8</b>	<b>11,7</b>	<b>9,7</b>
Rondônia	11,7	17,3	12,4	6,4	15,5	13,4
Acre	14,7	7,5	9,2	7,8	5,7	10,9
Amazonas	15,3	13	10,9	6,7	6,9	5,8
Roraima	10,5	13,5	11,6	5,6	11,4	9,6
Pará	21,4	14,3	16,7	11,1	13,7	10,3
Amapá	17,1	10,4	10,4	9,5	14,2	13,6
Tocantins	8,3	10,8	8,2	5,9	12,8	11,8
<b>NORDESTE</b>	<b>15,1</b>	<b>15,6</b>	<b>9,1</b>	<b>8</b>	<b>14</b>	<b>11,5</b>
Maranhão	11,4	11	7,5	6	11,1	11,1
Piauí	18,3	14,7	9,7	10	12,5	7,8
Ceará	11,4	11,5	8,6	3,5	7,2	7,2
Rio Grande do Norte	12,6	20,5	7,5	9	18,6	15,3
Paraíba	15,9	15,3	8,3	7,7	13,5	9,2
Pernambuco	15,5	16,6	7,9	8,2	12,7	8,9
Alagoas	15,5	14,7	8,4	8,6	16,1	11,2
Sergipe	20,4	20,6	10,2	11,5	22,7	15,2
Bahia	17,7	18,4	11,4	10,4	18,3	16,4
<b>SUDESTE</b>	<b>6,8</b>	<b>11,7</b>	<b>14,8</b>	<b>3,5</b>	<b>8,6</b>	<b>10,9</b>
Minas Gerais	7,4	15	12,4	1,8	9,9	12,2
Espírito Santo	10,1	12,9	10,3	6,5	16,1	15,7
Rio de Janeiro	10,9	16	18,7	8,4	13,8	13,4
São Paulo	4,7	8,4	15	2,3	5,3	9,3
<b>SUL</b>	<b>8,4</b>	<b>14,7</b>	<b>13,9</b>	<b>5,3</b>	<b>12,6</b>	<b>13,6</b>
Paraná	7,9	12,8	11,3	4,6	10,3	10,9
Santa Catarina	6,4	11,7	9,1	3,4	9,7	12,7
Rio Grande do Sul	9,9	18,6	19	7,1	17	17,3
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>8,7</b>	<b>12,7</b>	<b>12,4</b>	<b>4,7</b>	<b>9,1</b>	<b>12,9</b>
Mato Grosso do Sul	12,8	17,2	14,4	9,2	14,6	14,8
Mato Grosso	6,8	9,2	8,8	1,7	3,8	18,4
Goiás	7,3	9,8	10,5	3,8	7	8,4
Distrito Federal	9,7	20,2	20,9	5,6	14,2	13,8

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI.

# Meta 5

Investimento em Educação  
ampliado e bem gerido

*Até 2010, mantendo-se até 2022, o investimento público em Educação Básica obrigatória deverá ser de 5% ou mais do PIB*

A aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014 trouxe novas e, à época, animadoras perspectivas para o financiamento da Educação na década que se iniciava com a sanção da lei. O texto da meta 20 do PNE diz: “Ampliar o investimento público em Educação Pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio”. Além do PNE, a aprovação da Lei 12.858 em 2013, que previa a aplicação de 75% dos royalties do petróleo e 50% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal na Educação brasileira, também deixou a impressão de que o País viveria, pelo menos no médio prazo, um período de ampliação dos investimentos na área educacional, especialmente nas redes públicas.

O cenário de otimismo, no entanto, foi abalado pela crise financeira, agravada sobretudo nos últimos dois anos. O ápice desse processo foi a promulgação da chamada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Gastos Públicos, no fim de 2016, na forma da Emenda Constitucional 95. Com ela, as despesas da Educação poderão ficar comprimidas por duas décadas em razão do estabelecimento de um limite anual para as despesas primárias totais dos três poderes federais. Isso significa que o total a ser gasto anualmente será o mesmo do ano anterior, ajustado apenas pela inflação. Segundo a emenda, a regra poderá ser revista após dez anos de vigência. O objetivo do governo federal com a medida é reequilibrar as contas públicas.

Até a aprovação da emenda, a Constituição Brasileira obrigava que a União destinasse à Educação o percentual mínimo de 18% da arrecadação federal de impostos por ano, independentemente da inflação. O montante deveria ser investido em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). Assim, quanto mais a União arrecadava em um ano, maior era o montante mínimo a ser investido. Agora, o mínimo vai ser corrigido pela inflação e não mais pelo aumento das receitas, o que tende a ser pior. Vale destacar que, nos últimos anos, a União vinha investindo acima dos 18%.

Com o congelamento dos gastos federais, o financiamento da Educação brasileira ganha um cenário incerto, admitindo dúvidas sobre o cumprimento do PNE, uma vez que a Educação passou a ser menos protegida do que era antes. Diante de tal panorama, fica ainda mais evidente a necessidade de uma melhor gestão dos gastos públicos, dando transparência aos dados para que os investimentos na área

sejam realizados de maneira focalizada para garantir mais equidade ao sistema público de ensino do País.

Como se vê na **Tabela 5.1**, em 2014, o percentual do investimento público direto em Educação (inclui apenas investimento em Educação pública e exclui, por exemplo, o financiamento estudantil) em relação ao PIB brasileiro foi de 5%. Houve crescimento em comparação ao ano 2000, quando o investimento correspondeu a 3,9%. No entanto, é possível notar que, desde 2010, o percentual oscilou em torno dos 5%. →

A tabela mostra também o percentual investido em cada etapa da Educação. De modo geral, ao analisar os dados desde 2000, é possível notar que todas elas – da Educação Infantil à Educação Superior – apresentaram elevação no percentual de investimento público direto em Educação em relação ao PIB até 2010 e estagnação nos anos posteriores. Em 2014, na Educação Básica – mais custosa do que a Superior (4,2% perante 0,8%, respectivamente) –, a fase com maior percentual foram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental: 1,4%.

A estimativa dos valores nominais de investimento público direto em Educação por aluno em cada etapa escolar, apresentada na **Tabela 5.2**, permite outra visão dos gastos na área. Em 2014, enquanto um aluno da Educação Básica custava R\$ 5.935 anualmente, um estudante da Educação Superior consumia R\$ 21.875. Dentro da Educação Básica, o aluno do Ensino Médio era o mais caro: R\$ 6.021 por ano. Os dados estão atualizados para 2014 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). →

Observando o investimento público total em Educação por etapa, o qual inclui, por exemplo, os recursos destinados ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e ao Programa Universidade para Todos (Prouni), considerados repasses à iniciativa privada, o que se vê desde 2000, na **Tabela 5.3**, é que o Ensino Médio foi a fase da Educação Básica que mais cresceu em porcentagem do PIB: de 0,6% para 1,1%. Na sequência, aparecem a Educação Infantil e os Anos Finais do Ensino Fundamental, ambos tendo crescido 0,3 pontos percentuais nesse período. Os Anos Iniciais do Fundamental oscilaram de 1,5% a 1,8%, em 2009, mas recuaram para 1,6%, em 2014. →

**Tabela 5.1** Estimativa do percentual do investimento público direto em Educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por nível de ensino (%) – Brasil

Ano	Todos os níveis de ensino	Níveis de ensino					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
				De 1º a 4º anos ou Anos Iniciais	De 5º a 8º anos ou Anos Finais		
2000	3,9	3,2	0,3	1,3	1,0	0,5	0,7
2001	4,0	3,3	0,3	1,2	1,1	0,6	0,7
2002	4,1	3,3	0,3	1,4	1,1	0,4	0,8
2003	3,8	3,1	0,3	1,3	1,0	0,5	0,7
2004	3,8	3,2	0,4	1,3	1,1	0,4	0,6
2005	3,9	3,2	0,3	1,3	1,1	0,4	0,7
2006	4,2	3,6	0,3	1,4	1,3	0,6	0,7
2007	4,4	3,7	0,4	1,4	1,3	0,6	0,7
2008	4,6	3,9	0,4	1,5	1,4	0,6	0,7
2009	4,8	4,1	0,3	1,6	1,5	0,6	0,7
2010	4,9	4,1	0,4	1,6	1,5	0,7	0,8
2011	5,0	4,2	0,4	1,5	1,4	0,9	0,8
2012	5,0	4,3	0,5	1,5	1,3	0,9	0,8
2013	5,1	4,3	0,5	1,5	1,3	0,9	0,8
2014	5,0	4,2	0,6	1,4	1,3	0,9	0,8

## Notas:

1. Utilizaram-se os seguintes grupos de natureza de despesa: pessoal ativo e encargos sociais; outras despesas correntes; investimentos e inversões financeiras.
2. Não se incluem nessas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas; pensões; recursos para bolsas de estudo e financiamento estudantil; despesas com juros, encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional; e a modalidade de aplicação: transferências correntes e de capital ao setor privado.
3. Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrada).
4. A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de graduação (presencial e a distância, exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação *stricto sensu* – mestrado, mestrado profissional e doutorado (excetuando-se as especializações *lato sensu*).
5. Esses dados referem-se aos investimentos em Educação consolidados do governo federal, dos estados e do Distrito Federal e dos municípios.
6. Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional os valores despendidos pelo governo federal para o Programa Bolsa-Escola.
7. Entre os anos 2000 e 2005, para os dados estaduais, utilizou-se como fonte de informações um trabalho técnico realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, usou-se uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente.
8. A partir de 2006, utilizou-se como fonte de dados estaduais e municipais o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
9. Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi/STN) para todos os anos.
10. Para o cálculo dos valores de investimentos públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários: Inep/MEC; Secretaria do Tesouro Nacional (STN); FNDE; Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Caixa Econômica Federal (CEF); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Fonte: Inep/MEC. Elaboração: DEED/Inep.

**Tabela 5.2 Estimativa do investimento público direto em Educação por estudante, com valores atualizados para 2014 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por nível de ensino (R\$) – Brasil**

Ano	Todos os níveis de ensino	Níveis de ensino					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
				De 1º a 4º anos ou Anos Iniciais	De 5º a 8º anos ou Anos Finais		
2000	<b>2.338</b>	1.946	2.455	1.866	1.954	1.878	21.341
2001	<b>2.416</b>	2.014	2.191	1.846	2.129	2.112	21.089
2002	<b>2.397</b>	1.986	2.051	2.174	2.051	1.423	19.531
2003	<b>2.355</b>	1.978	2.338	2.088	1.977	1.578	17.067
2004	<b>2.497</b>	2.135	2.353	2.385	2.205	1.441	16.157
2005	<b>2.660</b>	2.254	2.188	2.556	2.378	1.528	17.409
2006	<b>3.164</b>	2.749	2.391	2.863	3.125	2.123	18.023
2007	<b>3.696</b>	3.218	2.899	3.365	3.552	2.576	19.044
2008	<b>4.183</b>	3.695	3.097	3.877	4.134	2.980	17.602
2009	<b>4.601</b>	4.046	3.101	4.374	4.567	3.142	19.769
2010	<b>5.294</b>	4.654	3.808	5.000	5.010	3.958	21.013
2011	<b>5.791</b>	5.045	4.507	5.175	5.189	4.906	22.389
2012	<b>6.168</b>	5.472	5.313	5.572	5.353	5.582	20.335
2013	<b>6.601</b>	5.847	5.783	5.873	5.809	5.902	22.753
2014	<b>6.669</b>	5.935	5.878	5.911	5.927	6.021	21.875

## Notas:

- Utilizaram-se os seguintes grupos de natureza de despesa: pessoal ativo e encargos sociais; outras despesas correntes; investimentos e inversões financeiras.
- Não se incluem nessas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas; pensões; recursos para bolsas de estudo e financiamento estudantil; despesas com juros, encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional; e a modalidade de aplicação: transferências correntes e de capital ao setor privado.
- Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrada).
- A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de graduação (presencial e a distância, exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação *stricto sensu* – mestrado, mestrado profissional e doutorado (excetuando-se as especializações *lato sensu*).
- Esses dados referem-se aos investimentos em Educação consolidados do governo federal, dos estados e do Distrito Federal e dos municípios.
- Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional os valores despendidos pelo governo federal para o Programa Bolsa-Escola.
- Entre os anos 2000 e 2005, para os dados estaduais, utilizou-se como fonte de informações um trabalho técnico realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, usou-se uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente.
- A partir de 2006, utilizou-se como fonte de dados estaduais e municipais o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
- Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi/STN) para todos os anos.
- Para o cálculo dos valores de investimentos públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários: Inep/MEC; Secretaria do Tesouro Nacional (STN); FNDE; Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Caixa Econômica Federal (CEF); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Fonte: Inep/MEC. Elaboração: DEED/Inep.

**Tabela 5.3 Estimativa do percentual do investimento público total em Educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por nível de ensino (%) – Brasil**

Ano	Todos os níveis de ensino	Níveis de ensino					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
				De 1º a 4º anos ou Anos Iniciais	De 5º a 8º anos ou Anos Finais		
2000	4,6	3,7	0,4	1,5	1,2	0,6	0,9
2001	4,7	3,8	0,4	1,4	1,3	0,7	0,9
2002	4,7	3,8	0,3	1,6	1,3	0,5	1,0
2003	4,6	3,7	0,4	1,5	1,2	0,6	0,9
2004	4,5	3,6	0,4	1,5	1,2	0,5	0,8
2005	4,5	3,6	0,4	1,5	1,2	0,5	0,9
2006	4,9	4,1	0,4	1,6	1,5	0,6	0,8
2007	5,1	4,2	0,4	1,6	1,5	0,7	0,9
2008	5,3	4,4	0,4	1,7	1,6	0,7	0,8
2009	5,6	4,7	0,4	1,8	1,7	0,8	0,9
2010	5,6	4,7	0,4	1,8	1,7	0,8	0,9
2011	5,8	4,8	0,5	1,7	1,6	1,0	1,0
2012	5,9	4,9	0,6	1,7	1,5	1,1	1,0
2013	6,0	4,9	0,6	1,6	1,5	1,1	1,1
2014	6,0	4,9	0,7	1,6	1,5	1,1	1,2

Notas:

1. Utilizaram-se os seguintes grupos de natureza de despesa: pessoal ativo e encargos sociais; outras despesas correntes; investimentos e inversões financeiras.
2. Não se incluem nessas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas; pensões; recursos para bolsas de estudo e financiamento estudantil; despesas com juros, encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional; e a modalidade de aplicação: transferências correntes e de capital ao setor privado.
3. Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrada).
4. A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de graduação (presencial e a distância, exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação *stricto sensu* – mestrado, mestrado profissional e doutorado (excetuando-se as especializações *lato sensu*).
5. Esses dados referem-se aos investimentos em Educação consolidados do governo federal, dos estados e do Distrito Federal e dos municípios.
6. Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional os valores despendidos pelo governo federal para o Programa Bolsa-Escola.
7. Entre os anos 2000 e 2005, para os dados estaduais, utilizou-se como fonte de informações um trabalho técnico realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente.
8. A partir de 2006, utilizou-se como fonte de dados estaduais e municipais o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
9. Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi/STN) para todos os anos.
10. Para o cálculo dos valores de investimentos públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários: Inep/MEC; Secretaria do Tesouro Nacional (STN); FNDE; Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Caixa Econômica Federal (CEF); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Fonte: Inep/MEC. Elaboração: DEED/Inep.



Já a **Tabela 5.4**, sobre a proporção relativa do investimento público total em Educação por etapa, mostra que, em 2014, 80,7% do montante referia-se à Educação Básica, enquanto a Superior consumia 19,3%. Chama a atenção novamente o fato de que, desde o ano 2000, os valores para a Educação Infantil e o Ensino Médio aumentaram, enquanto os Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental apresentaram queda. →

## Investimento por esfera de governo

Em relação ao investimento por esfera de governo, a série histórica disponível vai somente até 2012. A **Tabela 5.5** mostra que, desde 2000, houve crescimento do percentual em todos os níveis de governo. Mesmo com algumas oscilações, União (de 0,7% para 0,9%), estados (de 1,7% para 2,0%) e municípios (de 1,5% para 2,1%) conseguiram elevar suas taxas de investimento público direto na área educacional. →

Na **Tabela 5.6**, é possível comparar a participação de cada esfera no investimento direto. No todo, os municípios arcaram com a maior parte dos gastos educacionais em 2012: 41,8%, percentual que cresceu desde 2000. Os estados aparecem em seguida, com 40% do total, apresentando recuo em relação àquele ano. A União, portanto, despendeu a menor porcentagem: 18,2%, praticamente mantendo a média no período de treze anos. →

O cenário não é muito diferente quando se analisam as estimativas do percentual do investimento público total em Educação, que inclui, por exemplo, os recursos destinados ao Fies e ao Prouni, considerados repasses à iniciativa privada. Em relação ao PIB, é possível observar, na **Tabela 5.7**, que o Brasil elevou a taxa de investimento total em 1,3 ponto percentual de 2000 a 2012. As três esferas de governo também apresentaram crescimento no mesmo período, especialmente os municípios, que saltaram de 1,8% para 2,4%. →

A **Tabela 5.8** confirma que coube aos municípios a maior fatia do investimento público total em Educação, 40,6%, seguida dos estados, 39,1%, e da União, 20,3%. →

**Tabela 5.4** Estimativa da proporção relativa do investimento público total em Educação, por nível de ensino (%) – Brasil

Ano	Todos os níveis de ensino	Níveis de ensino					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
				De 1º a 4º anos ou Anos Iniciais	De 5º a 8º anos ou Anos Finais		
2000	100,0	79,9	8,4	32,2	26,2	13,2	20,1
2001	100,0	80,4	7,8	30,1	27,0	15,4	19,6
2002	100,0	79,6	7,4	34,7	26,9	10,6	20,4
2003	100,0	80,6	8,5	33,2	26,5	12,3	19,4
2004	100,0	81,7	8,9	34,2	27,4	11,2	18,3
2005	100,0	80,8	8,2	33,9	27,6	11,1	19,2
2006	100,0	83,3	7,5	32,0	30,7	13,1	16,7
2007	100,0	83,2	7,9	31,9	29,9	13,5	16,8
2008	100,0	84,1	7,6	31,9	30,7	13,9	15,9
2009	100,0	83,8	7,0	32,3	31,0	13,5	16,2
2010	100,0	83,6	7,6	31,3	29,7	14,9	16,4
2011	100,0	82,4	8,7	29,0	27,3	17,4	17,6
2012	100,0	82,7	10,0	28,6	25,9	18,2	17,3
2013	100,0	81,8	10,5	27,4	25,5	18,5	18,2
2014	100,0	80,7	10,8	26,8	24,3	18,8	19,3

## Notas:

1. Utilizaram-se os seguintes grupos de natureza de despesa: pessoal ativo e encargos sociais; outras despesas correntes; investimentos e inversões financeiras.
2. Não se incluem nessas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas; pensões; recursos para bolsas de estudo e financiamento estudantil; despesas com juros, encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional; e a modalidade de aplicação: transferências correntes e de capital ao setor privado.
3. Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrada).
4. A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de graduação (presencial e a distância, exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação *stricto sensu* – mestrado, mestrado profissional e doutorado (excetuando-se as especializações *lato sensu*).
5. Esses dados referem-se aos investimentos em Educação consolidados do governo federal, dos estados e do Distrito Federal e dos municípios.
6. Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional os valores despendidos pelo governo federal para o Programa Bolsa-Escola.
7. Entre os anos 2000 e 2005, para os dados estaduais, utilizou-se como fonte de informações um trabalho técnico realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente.
8. A partir de 2006, utilizou-se como fonte de dados estaduais e municipais o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
9. Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi/STN) para todos os anos.
10. Para o cálculo dos valores de investimentos públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários: Inep/MEC; Secretaria do Tesouro Nacional (STN); FNDE; Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Caixa Econômica Federal (CEF); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Fonte: Inep/MEC. Elaboração: DEED/Inep.

**Tabela 5.5 Estimativa do percentual do investimento público direto em Educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por esfera de governo (%) – Brasil**

Ano	Todos os níveis de ensino	União	Estados	Municípios
2000	3,9	0,7	1,7	1,5
2001	4,0	0,9	1,7	1,6
2002	4,1	0,7	1,8	1,6
2003	3,8	0,7	1,6	1,6
2004	3,8	0,6	1,6	1,7
2005	3,9	0,7	1,5	1,6
2006	4,2	0,7	1,7	1,8
2007	4,4	0,8	1,9	1,8
2008	4,6	0,8	1,9	1,9
2009	4,8	1,0	2,0	1,9
2010	4,9	1,0	2,0	2,0
2011	5,0	1,1	2,0	1,9
2012	5,0	0,9	2,0	2,1

## Notas:

- Utilizaram-se os seguintes grupos de natureza de despesa: pessoal ativo e encargos sociais; outras despesas correntes; investimentos e inversões financeiras.
- Não se incluem nessas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas; pensões; recursos para bolsas de estudo e financiamento estudantil; despesas com juros, encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional; e a modalidade de aplicação: transferências correntes e de capital ao setor privado.
- Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrada).
- A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de graduação (presencial e a distância, exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação *stricto sensu* – mestrado, mestrado profissional e doutorado (excetuando-se as especializações *lato sensu*).
- Esses dados referem-se aos investimentos em Educação consolidados do governo federal, dos estados e do Distrito Federal e dos municípios.
- Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional os valores despendidos pelo governo federal para o Programa Bolsa-Escola.
- Entre os anos 2000 e 2005, para os dados estaduais, utilizou-se como fonte de informações um trabalho técnico realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente.
- A partir de 2006, utilizou-se como fonte de dados estaduais e municipais o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
- Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi/STN) para todos os anos.
- Para o cálculo dos valores de investimentos públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários: Inep/MEC; Secretaria do Tesouro Nacional (STN); FNDE; Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Caixa Econômica Federal (CEF); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- Os indicadores constantes nessa tabela consistem no recálculo das informações por esfera de governo divulgadas no artigo "Gasto da União em educação pública é 1% do PIB há 4 anos" para estabelecer conformidade com a atualização do investimento em Educação em porcentagem do PIB realizada em 2016. Ou seja, utilizaram-se os novos dados do total do investimento em porcentagem do PIB e ajustaram-se proporcionalmente as informações para cada esfera de governo. Pelo fato de as informações originais possuírem apenas uma casa decimal, a soma das informações das esferas de governo pode não coincidir com o total.

Fonte: MEC/Inep/DEED, com base em "Gasto da União em educação pública é 1% do PIB há 4 anos". *Blog do Fernando Rodrigues*, UOL Notícias, 19 mar. 2014. Disponível em: <<http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/03/19/gasto-direto-da-uniao-em-educacao-publica-e-1-do-pib-ha-4-anos>>. Acesso em 15 de maio de 2017.

**Tabela 5.6 Estimativa do percentual do investimento público direto em Educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por esfera de governo (%) – Brasil**

Ano	Todos os níveis de ensino	União	Estados	Municípios
2000	100,0	18,1	43,9	38,7
2001	100,0	21,2	41,5	39,0
2002	100,0	17,3	44,4	39,5
2003	100,0	17,9	41,0	41,0
2004	100,0	15,4	41,0	43,6
2005	100,0	17,5	40,0	42,5
2006	100,0	17,5	40,0	42,5
2007	100,0	17,8	42,2	40,0
2008	100,0	17,0	42,6	40,4
2009	100,0	20,4	40,8	38,8
2010	100,0	20,0	40,0	40,0
2011	100,0	21,2	40,4	38,5
2012	100,0	18,2	40,0	41,8

## Notas:

- Utilizaram-se os seguintes grupos de natureza de despesa: pessoal ativo e encargos sociais; outras despesas correntes; investimentos e inversões financeiras.
- Não se incluem nessas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas; pensões; recursos para bolsas de estudo e financiamento estudantil; despesas com juros, encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional; e a modalidade de aplicação: transferências correntes e de capital ao setor privado.
- Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrada).
- A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de graduação (presencial e a distância, exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação *stricto sensu* – mestrado, mestrado profissional e doutorado (excetuando-se as especializações *lato sensu*).
- Esses dados referem-se aos investimentos em Educação consolidados do governo federal, dos estados e do Distrito Federal e dos municípios.
- Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional os valores despendidos pelo governo federal para o Programa Bolsa-Escola.
- Entre os anos 2000 e 2005, para os dados estaduais, utilizou-se como fonte de informações um trabalho técnico realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente.
- A partir de 2006, utilizou-se como fonte de dados estaduais e municipais o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
- Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi/STN) para todos os anos.
- Para o cálculo dos valores de investimentos públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários: Inep/MEC; Secretaria do Tesouro Nacional (STN); FNDE; Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Caixa Econômica Federal (CEF); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- Os indicadores constantes nessa tabela foram calculados com base nos dados divulgados no artigo "Gasto da União em educação pública é 1% do PIB há 4 anos". Os dados originais possuem apenas uma casa decimal, de maneira que a soma das participações das esferas de governo pode não igualar 100,0%.

Fonte: MEC/Inep/DEED, com base em "Gasto da União em educação pública é 1% do PIB há 4 anos". *Blog do Fernando Rodrigues*, UOL Notícias, 19 mar. 2014. Disponível em: <<http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/03/19/gasto-direto-da-uniao-em-educacao-publica-e-1-do-pib-ha-4-anos>>. Acesso em 15 de maio de 2017.

**Tabela 5.7 Estimativa do percentual do investimento público total em educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por esfera de governo (%) – Brasil**

Ano	Todos os níveis de ensino	União	Estados	Municípios
2000	4,6	0,9	2,0	1,8
2001	4,7	0,9	2,0	1,8
2002	4,7	0,9	2,1	1,8
2003	4,6	0,9	1,9	1,8
2004	4,5	0,8	1,8	1,9
2005	4,5	0,8	1,8	1,9
2006	4,9	0,9	2,0	1,9
2007	5,1	1,0	2,0	1,9
2008	5,3	1,0	2,2	2,0
2009	5,6	1,2	2,2	2,1
2010	5,6	1,2	2,2	2,2
2011	5,8	1,2	2,4	2,2
2012	5,9	1,2	2,3	2,4

## Notas:

- Utilizaram-se os seguintes grupos de natureza de despesa: pessoal ativo e encargos sociais; outras despesas correntes; investimentos e inversões financeiras.
- Não se incluem nessas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas; pensões; recursos para bolsas de estudo e financiamento estudantil; despesas com juros, encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional; e a modalidade de aplicação: transferências correntes e de capital ao setor privado.
- Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrada).
- A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de graduação (presencial e a distância, exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação *stricto sensu* – mestrado, mestrado profissional e doutorado (excetuando-se as especializações *lato sensu*).
- Esses dados referem-se aos investimentos em Educação consolidados do governo federal, dos estados e do Distrito Federal e dos municípios.
- Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional os valores despendidos pelo governo federal para o Programa Bolsa-Escola.
- Entre os anos 2000 e 2005, para os dados estaduais, utilizou-se como fonte de informações um trabalho técnico realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente.
- A partir de 2006, utilizou-se como fonte de dados estaduais e municipais o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
- Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi/STN) para todos os anos.
- Para o cálculo dos valores de investimentos públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários: Inep/MEC; Secretaria do Tesouro Nacional (STN); FNDE; Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Caixa Econômica Federal (CEF); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- Os indicadores constantes nessa tabela consistem no recálculo das informações por esfera de governo divulgadas no artigo "Gasto da União em educação pública é 1% do PIB há 4 anos" para estabelecer conformidade com a atualização do investimento em Educação em porcentagem do PIB realizada em 2016. Ou seja, utilizaram-se os novos dados do total do investimento em porcentagem do PIB e ajustaram-se proporcionalmente as informações para cada esfera de governo. Pelo fato de as informações originais possuírem apenas uma casa decimal, a soma das informações das esferas de governo pode não coincidir com o total.

Fonte: MEC/Inep/DEED, com base em "Gasto da União em educação pública é 1% do PIB há 4 anos". *Blog do Fernando Rodrigues*, UOL Notícias, 19 mar. 2014. Disponível em: <<http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/03/19/gasto-direto-da-uniao-em-educacao-publica-e-1-do-pib-ha-4-anos>>. Acesso em 15 de maio de 2017.

**Tabela 5.8** Estimativa do percentual do investimento público total em Educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por esfera de governo (%) – Brasil

Ano	Todos os níveis de ensino	União	Estados	Municípios
2000	100,0	19,1	42,6	38,3
2001	100,0	18,8	41,7	37,5
2002	100,0	18,8	43,8	37,5
2003	100,0	19,6	41,3	39,1
2004	100,0	17,8	40,0	42,2
2005	100,0	17,8	40,0	42,2
2006	100,0	18,0	42,0	40,0
2007	100,0	19,2	40,4	38,5
2008	100,0	18,5	42,6	38,9
2009	100,0	21,1	40,4	38,6
2010	100,0	20,7	39,7	39,7
2011	100,0	21,3	41,0	37,7
2012	100,0	20,3	39,1	40,6

## Notas:

- Utilizaram-se os seguintes grupos de natureza de despesa: pessoal ativo e encargos sociais; outras despesas correntes; investimentos e inversões financeiras.
- Não se incluem nessas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas; pensões; recursos para bolsas de estudo e financiamento estudantil; despesas com juros, encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional; e a modalidade de aplicação: transferências correntes e de capital ao setor privado.
- Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrada).
- A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de graduação (presencial e a distância, exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação *stricto sensu* – mestrado, mestrado profissional e doutorado (excetuando-se as especializações *lato sensu*).
- Esses dados referem-se aos investimentos em Educação consolidados do governo federal, dos estados e do Distrito Federal e dos municípios.
- Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional os valores despendidos pelo governo federal para o Programa Bolsa-Escola.
- Entre os anos 2000 e 2005, para os dados estaduais, utilizou-se como fonte de informações um trabalho técnico realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente.
- A partir de 2006, utilizou-se como fonte de dados estaduais e municipais o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
- Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi/STN) para todos os anos.
- Para o cálculo dos valores de investimentos públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários: Inep/MEC; Secretaria do Tesouro Nacional (STN); FNDE; Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Caixa Econômica Federal (CEF); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- Os indicadores constantes nessa tabela foram calculados com base nos dados divulgados no artigo "Gasto da União em educação pública é 1% do PIB há 4 anos". Os dados originais possuem apenas uma casa decimal, de maneira que a soma das participações das esferas de governo pode não igualar 100,0%.

Fonte: MEC/Inep/DEED, com base em "Gasto da União em educação pública é 1% do PIB há 4 anos". *Blog do Fernando Rodrigues*, UOL Notícias, 19 mar. 2014. Disponível em: <<http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/03/19/gasto-direto-da-uniao-em-educacao-publica-e-1-do-pib-ha-4-anos>>. Acesso em 15 de maio de 2017.

## O Brasil no mundo

A **Tabela 5.9** mostra o gasto anual por estudante, em 2013, em cada etapa de ensino de 39 países-membros e países convidados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), bem como a média entre todos os países-membros. O cálculo leva em conta a trajetória do Ensino Fundamental à Educação Superior e revela que o Brasil gastou um total de US\$ 4.318 por estudante anualmente, colocando-o na 36ª posição entre os países citados. A título de comparação, Luxemburgo, na primeira posição, investiu US\$ 21.320 anuais. Além disso, o aluno brasileiro custou menos da metade do que o aluno representado pela média da OCDE, de US\$ 10.493. Os únicos países que investiram menos do que o Brasil foram México, Colômbia e Indonésia. →

Por etapa, a despesa anual do Brasil com um aluno dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental foi semelhante ao gasto com aquele matriculado entre os Anos Finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio: US\$ 3.826 e US\$ 3.822, respectivamente. Já um estudante da Educação Superior custou US\$ 13.540.

**Tabela 5.9** Gasto anual por estudante, por etapa de ensino, em US\$ convertidos pela paridade de poder de compra – 2013

Ano	Ensino Fundamental ao Superior	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Anos Finais do Ensino Fundamental ao Ensino Médio	Ensino Superior
Luxemburgo <sup>1</sup>	21.320	17.959	19.762	40.933
Suíça <sup>1</sup>	19.052	15.930	18.994	25.126
Estados Unidos	15.720	10.959	12.740	27.924
Noruega	15.466	13.274	15.283	20.379
Áustria	14.361	10.780	15.024	16.695
Reino Unido	13.613	10.669	12.200	25.744
Suécia	13.072	10.664	11.354	23.219
Canadá <sup>1 2</sup>	12.967	9.130	–	21.458
Bélgica	12.407	9.957	12.763	15.911
Dinamarca	12.294	11.355	10.933	16.460
Holanda	12.247	8.371	12.269	18.947
Alemanha	11.545	8.103	11.106	16.895
Japão	11.309	8.748	10.273	17.883
Finlândia	11.221	8.519	10.237	17.868
Austrália	11.169	8.289	10.932	18.337
França	10.907	7.201	11.482	16.194

**Tabela 5.9** Gasto anual por estudante, por etapa de ensino, em US\$ convertidos pela paridade de poder de compra – 2013 [continuação]

Ano	Ensino Fundamental ao Superior	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Anos Finais do Ensino Fundamental ao Ensino Médio	Ensino Superior
<b>MÉDIA DA OCDE</b>	<b>10.493</b>	<b>8.477</b>	<b>9.811</b>	<b>15.772</b>
Islândia	10.067	10.569	9.041	11.256
Irlanda <sup>1</sup>	10.065	8.002	10.804	13.663
Nova Zelândia	10.045	7.354	10.198	14.585
Eslovênia	9.597	9.121	8.739	12.064
Itália <sup>1</sup>	9.238	8.392	9.023	11.172
Portugal	9.218	7.258	10.074	11.106
Espanha	8.755	6.956	8.520	12.604
Coreia do Sul	8.658	7.957	8.592	9.323
Estônia	8.107	7.138	6.417	11.607
Israel	7.840	6.941	5.831	15.185
República Tcheca	7.493	4.730	7.861	10.432
Polônia	7.195	6.919	6.505	8.929
Eslováquia <sup>1</sup>	6.735	5.942	5.795	10.321
Letônia	6.526	5.974	6.010	8.193
Lituânia	6.027	5.079	4.826	8.697
Rússia	5.999	–	5.100	8.483
Hungria	5.591	5.435	4.236	9.980
Chile <sup>3</sup>	5.092	4.021	4.127	7.642
Turquia	4.482	2.894	3.590	10.637
<b>BRASIL<sup>1</sup></b>	<b>4.318</b>	<b>3.826</b>	<b>3.822</b>	<b>13.540</b>
México	3.387	2.717	3.065	7.568
Colômbia	3.165	2.074	2.835	6.391
Indonésia	1.209	1.184	984	2.094

Notas:

1. Somente instituições públicas (para a Itália, exceto na Educação terciária; para Canadá, Eslováquia e Luxemburgo, apenas na Educação terciária).

2. Ano de referência: 2012.

3. Ano de referência: 2014.

Fonte: OCDE, *Education at a Glance*, 2016.



# Artigos

Nas próximas páginas, textos escritos por especialistas em Educação apresentam dados e debatem em profundidade temas considerados fundamentais para o cumprimento das Metas e das Bandeiras do **Todos Pela Educação**

**1** Fora da escola  
não pode!

**2** Tecnologia e  
formação de professores

**3** Formação de professores e  
ensino de qualidade

**4** Precisamos ouvir mais  
os jovens

**5** O Fundeb como alternativa no  
contexto da EC nº 95/2016

# Fora da escola não pode!

Programa Busca Ativa Escolar, iniciativa do Unicef, da Undime, do Congemas e do Instituto TIM, promove a intersectorialidade e a união de esforços como caminho para garantir o direito à Educação aos 2,8 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos que ainda não estão nas salas de aula, em especial os mais vulneráveis

ÍTALO DUTRA

Aos 12 anos, Renata<sup>1</sup> tinha deixado a escola. Moradora da periferia de uma grande cidade no Sudeste brasileiro, a menina nunca teve quem zelasse pela garantia de seus direitos. Vivia com a mãe doente em um barraco sujo, sem banheiro nem água encanada. O pai, nunca conheceu. Os irmãos mais velhos, havia muito não encontrava. Sozinha, a garota cuidava da mãe, da casa e de si mesma. Na escola, também estava só. Vivendo em condições precárias, chegava suja à sala de aula e sofria *bullying* dos colegas. Professores e diretores fechavam os olhos, não percebendo que a garota tímida precisava de ajuda. Sem forças, começou a faltar às aulas, foi se afastando dos estudos e entrou para as estatísticas.

Como Renata, 2.802.258<sup>2</sup> meninos e meninas de 4 a 17 anos estavam fora da escola em 2015 no Brasil, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE). A exclusão escolar não é novidade. Há quase 10 anos, o Unicef vem alertando o País sobre o grande número de crianças e adolescentes que não estudam. Em 2005, 11% da população dessa faixa etária estava longe das salas de aula. De lá para cá, o percentual caiu para 6,5%, mas o desafio da universalização da Educação Básica no Brasil ainda não está superado.

A exclusão escolar é realidade no País e tem nome e endereço. Estão fora da escola meninos e meninas como Renata, vindos das camadas mais pobres da população, já privadas de outros direitos constitucionais. Em 2005, 87% dessas crianças e adolescentes viviam em famílias com renda domiciliar *per capita* de até 1 salário mínimo. Passados 10 anos, o perfil dos excluídos se manteve praticamente o mesmo: a maior parcela (85%) está em domicílios com menos de 1 salário mínimo *per capita*.

Esses meninos e meninas – oriundos de populações vulneráveis – não estão apenas fora da escola. Encontram-se excluídos de todo um sistema de garantia de direitos. São crianças e adolescentes com menos acesso a direitos básicos como registro civil, atendimento de saúde e vacinação. Estão mais expostos a formas extremas de violência, explora-

## Ítalo Dutra

Chefe da área de Educação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Brasil.

1. O nome da criança foi trocado para preservar sua identidade.

2. Para calcular o número de crianças e jovens fora da escola, o Unicef considera como data de corte de matrícula aquela em que é realizada a Pnad/IBGE. Por isso, o número difere daquele divulgado pelo Todos Pela Educação, que considera 31 de março como data de corte, conforme resolução do Conselho Nacional de Educação.

ção e abuso sexual. Muitas vezes, tornam-se “invisíveis” às políticas públicas.

Encontrar cada uma dessas crianças e adolescentes, entender os problemas que os afastam dos estudos e tomar as medidas necessárias para saná-los é urgente. Não se trata apenas de ampliar a oferta de vagas e esperar que os alunos cheguem à escola.

É necessário um trabalho consistente e intersetorial, envolvendo diferentes áreas – Educação, Saúde, Assistência Social, entre outras – para retirar essas crianças e adolescentes de um contexto de exclusão e trazê-los para dentro do sistema, garantindo não só a matrícula, mas a aprendizagem e a permanência na escola.

### **Primeiro passo: entender onde estão esses meninos e meninas**

Reverter o atual quadro de exclusão exige, primeiramente, colocar luz sobre essas crianças e adolescentes e entender onde se encontram.

Em termos regionais, a exclusão escolar brasileira não faz exceções; é realidade em todas as regiões do País. Em termos percentuais, o problema é mais grave no Norte, Centro-Oeste e Sul, onde 8,8%, 7,7% e 7,3% da população de 4 a 17 anos está fora da escola, respectivamente. Nordeste e Sudeste apresentam percentuais um pouco menores (6,5% e 5,3%), mas merecem atenção por seus números absolutos. Sendo as regiões mais populosas, são responsáveis por 1,7 milhão dos 2,8 milhões de meninos e meninas excluídos do sistema educacional.

A mesma lógica vale quando o recorte é a localização. Uma primeira análise mostra que os maiores percentuais de exclusão se concentram na zona rural (8,3%, diante de 6% na zona urbana). Dispersos pelo Brasil, 661.110 meninos e meninas estão longe das salas de aula do campo, seja por falta de vagas em instituições próximas, problemas de transporte ou outros fatores que impedem o acesso e a permanência na escola. Muitas dessas crianças e adolescentes vivem na região amazônica ou no semiárido brasileiro, espalhados por mais de 2,2 mil municípios.

Em relação à zona urbana, embora a exclusão escolar seja percentualmente menor, é nas cidades que se concentra a maior parcela da população. Há, no País, 2.141.148 meninos e meninas fora da escola em centros urbanos. Muitos

deles vivem nas periferias, convivendo com desigualdades dentro de cada território.

## Segundo passo: analisar os fatores de exclusão em cada faixa etária

Além de analisar o aspecto geográfico, é necessário entender como a exclusão afeta cada faixa etária. Dos 2,8 milhões de meninos e meninas fora da escola no País, 821.595 têm 4 ou 5 anos; 387.512, de 6 a 14; e 1.593.151, de 15 a 17.

Embora a etapa de ensino para crianças de 4 e 5 anos (pré-escola) seja obrigatória desde 2009, 15,7% do total de meninos e meninas dessa idade não tinham seu direito garantido em 2015. Em geral, o problema da exclusão na pré-escola está relacionado a questões estruturais, como falta de vagas em escolas próximas aos locais em que as famílias vivem.

O atendimento pré-escolar na zona rural ainda é um grande desafio no País. De cada 10 crianças de 4 e 5 anos no campo, duas estão longe das salas de aula. O problema é mais grave no Norte, Centro-Oeste e Sul. Nessas regiões, cerca de quatro de cada 10 crianças não frequentam a pré-escola.

Na faixa etária de 6 a 14 anos, os avanços foram mais expressivos. No Brasil, 98,6% dos meninos e meninas dessa idade estão na escola. O 1,4% que falta, no entanto, merece um olhar atento: são 387.512 crianças e adolescentes que permanecem vítimas da exclusão.

O problema é mais grave na região Nordeste, responsável por 38% da população de 6 a 14 anos fora da escola (148.539). A região Norte tem uma população total de crianças bem menor, mas conta com 74.367 meninos e meninas dessa faixa etária longe das salas de aula.

Um olhar mais apurado sobre esses números revela uma exclusão com diferentes faces. Violência, *bullying*, preconceito e homofobia são alguns dos problemas que afastam meninos e meninas dos estudos em todo o País. A exclusão começa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e persiste até o Ensino Médio.

Crianças e adolescentes com deficiência entram também no grupo de excluídos. São eles os que mais sofrem com a precariedade da infraestrutura das escolas. Faltam desde ambientes acessíveis que lhes permita chegar às salas de aula até profissionais capacitados para acompanhá-los em classe e professores formados para lidar com suas potencialidades.

A isso se soma uma questão estrutural, que merece ser discutida em profundidade: o fracasso escolar. Quando o tema é exclusão, problemas de aprendizagem e distorção idade-série podem ser colocados no topo do *ranking*. Segundo dados do Censo Escolar 2015, 19% dos estudantes do Ensino Fundamental apresentavam dois anos ou mais de atraso escolar.

As dificuldades começam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com alfabetização incompleta e os conhecimentos de ciências, matemática, história, arte, entre outros, não abordados de maneira sistemática e criteriosa. Sem ter garantidas as oportunidades necessárias para seu desenvolvimento, esses meninos e meninas vão passando pela vida escolar sem aprender, e muitos acabam, assim, deixando a escola.

Prova disso é que o problema da exclusão escolar está concentrado, principalmente, na faixa de 15 a 17 anos. Dos 2,8 milhões de crianças e jovens longe das salas de aula no País, 1,5 milhão têm essa idade. Muitos já estiveram no sistema, mas nem chegaram a concluir o Ensino Fundamental e evadiram. E muitos dos que chegaram ao Ensino Médio com distorção idade-série foram ficando para trás e também não concluíram essa etapa. Atualmente, a taxa de distorção idade-série é de 27% no Ensino Médio, ou seja, três em cada dez alunos apresentam dois ou mais anos de atraso escolar.

Para trazer esses estudantes de volta, não adianta apenas matriculá-los no mesmo sistema que acabou por excluí-los. É necessário repensar a prática pedagógica, os currículos e a gestão das escolas de Ensinos Fundamental e Médio, de modo a ampliar o diálogo entre professores e alunos, combater problemas como *bullying*, homofobia e preconceito, garantir a inclusão de meninos e meninas com deficiência, reduzir a violência e buscar meios de garantir uma aprendizagem que não deixe ninguém para trás.

### **Terceiro passo: unir esforços em prol de cada criança e adolescente**

A boa notícia é que alguns passos importantes têm sido dados. O Brasil vem discutindo amplamente a nova Base Nacional Comum Curricular, muitas instituições de ensino têm aberto processos de diálogo com os estudantes sobre questões que impactam sua vida acadêmica e começam a surgir iniciativas concretas e intersetoriais para combater os diferentes aspectos que levam à exclusão escolar.

Uma dessas estratégias é a Busca Ativa Escolar, iniciativa lançada este ano pelo Unicef, União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e Instituto TIM para garantir a inclusão escolar. A proposta é reunir, em cada município, representantes das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, entre outras, para identificar crianças e adolescentes longe das salas de aula, entender as causas da exclusão e tomar as medidas necessárias em cada esfera pública para garantir o acesso à escola, a permanência nela e a aprendizagem de cada menino e menina, em especial os mais vulneráveis. A metodologia e a ferramenta de gestão foram desenvolvidas e testadas inicialmente em oito municípios, no ano passado. Em seguida, passaram por aperfeiçoamentos e foram aplicadas de maneira controlada em mais 24 municípios, em abril deste ano. Por meio de um grande processo de mobilização, o programa ganhou escala nacional a partir de junho de 2017 (saiba mais em <<http://buscaativaescolar.org.br>>).

A pequena Renata, que abre este artigo, foi uma das crianças encontradas pela Busca Ativa Escolar. Um agente de saúde esteve em sua casa, identificou que ela estava fora da escola e fez um alerta. Começava aí uma grande mobilização das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social. Era preciso apoiar a família, garantir condições sociais mínimas para que vivesse com dignidade, encontrar um tratamento de saúde adequado para a mãe e iniciar um trabalho de inclusão da menina em uma nova escola, com o apoio de professores, diretores e alunos.

O esforço conjunto trouxe resultados. Em outubro de 2016, Renata deixou de fazer parte da massa de 2,8 milhões de crianças e adolescentes excluídos e pôde começar a escrever um futuro melhor, dentro de uma sala de aula. É uma criança a mais, mas ainda faltam muitas. Por isso, é preciso continuar. Fora da escola não pode! ♦



# Tecnologia e formação de professores

É fundamental refletir sobre como e para que a tecnologia pode ser aliada do processo pedagógico, promovendo um campo favorável à aprendizagem e ao desenvolvimento dos alunos

BEATRIZ CARDOSO

**T**ransformações da sociedade influenciam todos os campos do conhecimento e provocam neles adequações em maior ou menor grau. De modo inerente ao avanço histórico, tais mudanças ocorrem, em alguns casos, com mais agilidade e de forma mais orgânica, e, em outros, de maneira mais descompassada e lenta. Inevitavelmente, a dinâmica social nos diferentes momentos históricos interfere nos processos e práticas de todos os setores. A Educação não foge à regra.

Com grande frequência, os mais variados fóruns educacionais debatem sobre quanto a escola está ultrapassada e antiga. Cada vez mais, as palavras “inovação” e “tecnologia” são empregadas para representar a esperança de alcançar uma Educação adequada ao mundo contemporâneo.

Como todos sabem, a tecnologia vem ocupando um espaço imensurável, em situações formais ou informais, e se tornou parte de nossa vida em todos os âmbitos. Por essa razão, a maneira como a incorporamos e usamos na relação pedagógica ganha ainda mais importância. Não cabe à escola reproduzir o que já está ao alcance fora dela. Ao contrário, compete ao contexto educacional ampliar e, justamente, suprir o que os espaços informais não oferecem. Portanto, urge uma reflexão sobre como e para que a tecnologia pode ser aliada do processo pedagógico, promovendo um campo favorável à aprendizagem e ao desenvolvimento dos alunos.

Quantas vezes, nas discussões e debates, nos perdemos na proposição de políticas que apostam no instrumental (lousas eletrônicas, *laptops*, aplicativos, *softwares*, gameficação etc.) como fatores capazes de provocar uma transformação?

Esses elementos podem, sem dúvida alguma, contribuir, mas também ofuscar e atrapalhar se vierem isolados. Para aproveitar o real potencial de tais recursos, o mais importante é a atuação de um professor bem formado, que tenha capacidade e autonomia para reconhecer as necessidades dos alunos e para escolher as ferramentas que o ajudarão a alcançar maior sintonia com os desafios dados.

César Coll, em artigo publicado em 2014, descreveu com precisão duas lições importantes em torno da incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) à Educação<sup>1</sup>:

### Beatriz Cardoso

Doutora pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), *fellow* Advanced Leadership Initiative-Harvard 2013, *senior fellow* Ashoka e presidente do Laboratório de Educação ([www.labedu.org.br](http://www.labedu.org.br)).

1. COLL, César. Os educadores, as TIC e a nova ecologia da aprendizagem. *Nova Escola*, maio 2014. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/253/educadores-tic-nova-ecologia-aprendizagem-tecnologia>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

A primeira: como já assinalou Cuban, os investimentos para facilitar o acesso a essas tecnologias não garantem a utilização delas, nem que o uso que se faz seja inovador e repercuta na melhora da aprendizagem e do ensino. Tanto o grau de utilização como o caráter mais ou menos inovador das TIC dependem de uma série de fatores, tais como a formação técnico-pedagógica dos educadores, o apoio tecnológico de que dispõem, suas ideias e expectativas sobre o valor educativo das TIC e, em especial, o planejamento pedagógico e a visão do que significa ensinar e aprender.

A segunda: a chave para analisar e avaliar o impacto das TIC nos processos de ensino e aprendizagem reside no seu papel mediador das relações entre alunos, professores e conteúdo. O potencial das TIC para inovar e melhorar a Educação está na capacidade de promover novas formas de ensinar e aprender a fim de implementar processos de ensino e aprendizagem que não seriam viáveis sem as possibilidades oferecidas por elas para organizar de forma diversa a atividade conjunta de professores e alunos. Não se trata de fazer com as TIC o mesmo que se vinha fazendo sem elas. Mas analisar e rever reflexiva e criticamente o que se faz com dupla finalidade: verificar se as possibilidades oferecidas permitem que o que já é realizado seja melhorado; e averiguar se viabilizam projetar e desenvolver trabalhos distintos dos realizados habitualmente.

Os recursos tecnológicos, portanto, só fazem sentido se ajudarem a aprimorar a intencionalidade educativa e a enriquecer a intervenção pedagógica. Como disse Martin Hilbert, assessor de tecnologia da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos: “Uma tecnologia é apenas uma ferramenta. Pode-se usar um martelo para coisas boas, como erguer uma casa, mas também para matar alguém. Nenhuma tecnologia é tecnologicamente determinada, sempre é socialmente construída”<sup>2</sup>.

2. LISSARDY, Gerardo. “Despreparada para a era digital, a democracia está sendo destruída”, afirma guru do “big data”. Entrevista com Martin Hilbert. *BBC Brasil*, 9 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/geral-39535650>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

## Se não faz pensar, não serve

O precário cenário educacional persistente no Brasil<sup>3</sup> tem mobilizado setores e estimulado a busca de caminhos de enfrentamento. Por sua natureza prática e atraente, a tecnologia sempre aparece como solução (muitas vezes mágica) de boa parte dos problemas, ainda que prevaleça uma tensão conceitual entre uma visão determinista ou uma instrumentalista<sup>4</sup>. Tanto em artigos que abordam os fundamentos do discurso predominante sobre as relações entre as tecnologias e a Educação<sup>5</sup> como nas interlocuções com os educadores das redes públicas, essa tem sido uma temática recorrente, que muitas vezes representa um divisor de águas.

Indiscutivelmente, a tecnologia pode ser uma grande parceira. No entanto, qualquer transformação sustentável depende do investimento em capacitação dos profissionais da Educação<sup>6</sup>, sejam os que atuam em sala de aula, sejam os que ingressarão na carreira em breve. Até mesmo para refletir sobre o impacto da tecnologia nos alunos, é preciso, antes de tudo, considerar o papel do professor, as dinâmicas e os contextos formativos em que está inserido.

A discussão sobre esse tema terá maior relevância sempre que colaborar para que o uso dos recursos tecnológicos disponíveis favoreça a reflexão dos alunos, dos professores e dos gestores. O problema é que, como há uma urgência por resultados, cria-se um “campo minado”, propenso ao surgimento de muitas e desconexas estratégias promissoras, e apenas o fortalecimento da capacidade pedagógica dos educadores pode reverter consistentemente o cenário.

A missão não é fácil e depende, em primeiro lugar, de uma visão sistêmica do processo educacional, em que o professor, embora elemento central, não deve ser responsabilizado isoladamente pelo sucesso ou fracasso de seu trabalho.

3. CRUZ, Priscila; MONTEIRO, Luciano (Orgs.). Anuário Brasileiro da Educação Básica. São Paulo: Todos Pela Educação/Moderna, 2017. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1567/anuario-brasileiro-da-educacao-basica-2017>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

4. BARBOSA MOREIRA, Antonio Flavio; KRAMER, Sonia. Contemporaneidade, educação e tecnologia. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1037-57, out. 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313704019>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

5. PEIXOTO, Joana; SANTOS ARAÚJO, Cláudia Helena dos. Tecnologia e educação: algumas considerações sobre o discurso pedagógico contemporâneo. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 118, p. 253-68, jan.-mar. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87322726016>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

6. MOROSOV ALONSO, Katia. Tecnologias da informação e comunicação e formação de professores: sobre rede e escolas. *Educação & Sociedade*, v. 29, n. 104 – Especial, p. 747-68, out. 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87314209006>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

A engrenagem dos sistemas públicos, composta por diferentes quadros, precisa ser considerada e fortalecida, sem perder de vista a necessidade de um sólido investimento na formação do professor, que o prepare para conhecer o objeto do conhecimento com o qual trabalha, o processo de desenvolvimento dos alunos e a gestão pedagógica<sup>7</sup>. Se esse tripé estiver garantido e contar com o apoio dos gestores, aumentam as chances de uma oferta mais qualificada das condições de aprendizagem aos alunos. Nesse contexto, é muito mais provável que o uso de tecnologias passe a ser, de fato, um aliado no processo.

Mais do que novos métodos ou equipamentos, o foco do investimento em qualificação profissional deve estar na construção de critérios fundamentados em conhecimentos que permitam ao professor formar um repertório que lhe dê autonomia na tomada de decisão sobre como conduzir as situações pedagógicas.

Tome-se por base o trabalho pedagógico no campo da leitura e escrita. Na hora de planejar uma situação de aprendizagem para os alunos, algumas perguntas (que, aos poucos, se traduzirão em critérios) precisam ser formuladas. Por exemplo: qual dos recursos disponíveis criará um campo mais produtivo para alcançar o objetivo esperado? Pensando praticamente, se a atividade é para crianças que ainda não têm autonomia de leitura, introduzir um livro digital que lhes permita ouvir a narração conforme leem gera uma situação propícia para que avancem na apropriação do sistema alfabético, à medida que interagem com a história e a linguagem própria dos textos. Porém, mesmo nesse caso, vale a pena criar demandas mais específicas, com base na história em questão. Uma possibilidade é convidar os alunos a congelar determinadas passagens para analisar e discutir a forma como certas palavras foram grafadas.

No caso da escrita, a tecnologia elimina a dificuldade do registro manual e, assim, abre uma oportunidade para que as crianças produzam o texto com maior facilidade; o teclado permite o foco nas questões do registro escrito propriamente dito. Para as já familiarizadas com o sistema de escrita, por sua vez, o uso de maneira estruturada de um celular com

7. MCKINSEY. Como os sistemas escolares de melhor desempenho do mundo chegaram ao topo. *Todos Pela Educação*, 10 jun. 2008. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/2755c21f-ddb8-45a4-ae85-cf637b2d231b.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

acesso à internet, para buscar sinônimos de palavras e construir listas e categorizações, também pode ser desafiante.

Em suma, para qualquer atividade, a introdução de algum recurso tem de ser planejada e responder a um questionamento sobre como ele vai potencializar a aprendizagem esperada. Qual desafio cognitivo pode ser criado no contexto digital/virtual? Ele contribui para promover a aprendizagem além do que o lápis e o papel fariam? Qual diferença cognitiva o livro digital oferece em relação ao livro de papel? Se nos fizermos esse tipo de perguntas, passaremos do uso instrumental para o intencional, em diálogo com o processo de aprendizagem. No entanto, nenhuma dessas propostas será produtiva de modo isolado. A sequenciação e o encadeamento de atividades formarão um conjunto consistente. Para que as crianças efetivamente se apropriem da língua, são essenciais a recorrência e a regularidade da abordagem das diferentes dimensões da linguagem. A tecnologia pode ser muito útil para favorecer as diversas maneiras de analisar uma mesma questão.

Essas são algumas ideias para resistir a uma entrada da tecnologia em sala de aula que transforma o professor em executor de pautas externas, minando sua competência profissional e, em consequência, sua responsabilidade sobre o processo de aprendizagem dos alunos.

O campo da Educação tem se caracterizado por um emaranhado de ofertas, ferramentas e dispositivos que vendem a panaceia e sufocam o dia a dia. Tanto em escolas públicas como privadas, temos assistido à entrada de recursos e soluções que rompem valores fundamentais em torno dos quais a relação pedagógica se estrutura, entre eles a confiança. Exemplos disso são a instalação de câmeras em sala de aula para que os pais monitorem os filhos a distância e reuniões virtuais de pais. Ora, a escola e o professor existem para zelar por espaços de ampliação das relações e, para tal, a confiança é elemento-chave, seja entre pais e professores, seja entre pais e filhos, seja entre alunos e professores. Esse é apenas um caso que ilustra e caracteriza a complexidade e a relevância do debate sobre o potencial e os limites dos recursos tecnológicos na escola.

## **Formação (des)continuada**

Com a presença de metodologias isoladas e a invasão de produtos inovadores na cena pedagógica, é preciso atentar,

ainda, para o fato de que tem crescido geometricamente o número de iniciativas colocadas sob o grande guarda-chuva da chamada Educação continuada<sup>8</sup>. Embora de natureza diferente, a multiplicação na oferta de cursos com ênfase em conteúdos diversificados, oriundos de distintos setores e instituições, também acaba se tornando um elemento de fragilização da formação dos profissionais da Educação.

Em vez de investir tempo e recursos em ações isoladas, o esforço deveria ser direcionado ao enfrentamento mais estruturado e coerente do currículo de formação inicial<sup>9</sup>, bem como à definição de parâmetros para a formação continuada. Se, como em qualquer outra profissão, não conseguirmos fazer refletir no processo formativo os requisitos e a natureza da atuação profissional para a qual os alunos estão se preparando, a Educação continuada a ser um campo frágil, sujeito a modismos ou externalidades.

Os sistemas públicos são motores que cumprirão seu papel se cada ator envolvido tiver o conhecimento técnico, as oportunidades para reflexão sobre a própria prática e a compreensão de sua responsabilidade pelo coletivo. Todo o esforço deve estar canalizado para aprimorar e potencializar as conexões entre os diferentes atores do sistema de ensino de modo que a engrenagem trabalhe em prol da aprendizagem. O professor certamente é peça-chave, mas a formação dos outros profissionais também tem de ser considerada, sobretudo a dos coordenadores pedagógicos.

## Sistema complexo

Para que haja Educação de qualidade, é preciso cuidar, ao mesmo tempo, da gestão da escola, da infraestrutura, das relações institucionais e dos processos de ensino e de aprendizagem. Assim, qualquer metodologia precisa levar em consideração que a “alma” da transformação está diretamente relacionada ao funcionamento do conjunto do sistema, com especial destaque ao investimento na supervisão e na reflexão sobre o trabalho cotidiano de professores, diretores e coordenadores, articulando teoria e prática e favorecendo uma aproximação aos problemas reais da sala de

8. GATTI, Bernadete. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, p. 57-70, jan.-abr. 2008.

9. GATTI, Bernadete; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. *Políticas docentes no Brasil: um estado da arte*. Brasília: Unesco, 2011. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002121/212183por.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

aula. A aprendizagem deve ser o sentido e a razão de ser de qualquer investimento no campo educacional<sup>10</sup>.

Ensinar é tarefa para profissionais, e essa competência precisa ser adquirida ao longo da formação<sup>11</sup>. O trabalho pedagógico requer conhecimento, autonomia, prazer e inovação. O professor não pode ser “infantilizado” no processo formativo; ao contrário, tem de ser tratado como profissional capaz de tomar, de maneira reflexiva, decisões relacionadas à organização do tempo e ao planejamento de situações didáticas em razão da aprendizagem dos alunos. Isso implica refutar a mentalidade de pacotes de curso, tão presente na formação continuada, que trazem a informação “mastigada”, muitas vezes associada a um conjunto de soluções tecnológicas que consideram o professor um eterno estudante. Em lugar disso, a construção da autonomia e do trabalho colaborativo deve assumir o primeiro plano.

A formação docente é contínua e supõe o movimento de ação-reflexão-ação. Ensinar, assim como aprender, não é reproduzir um comportamento, mas agir com compreensão e sentido. Se queremos aprendizagem com significado para os alunos, temos de nos certificar de que o desenvolvimento profissional tenha significado para o educador.

Nos dias de hoje, a tecnologia é inescapável e faz parte da solução. No entanto, não é a primeira vez na história que a relação pedagógica é modificada por seu impacto<sup>12</sup>. A introdução da lousa, do caderno, da TV, entre outros, foram marcos importantes de reorganização dos sistemas educacionais<sup>13</sup>. O importante é ficar atento a como se introduzem novos recursos na cena educacional, evitando a pirotecnia improdutiva, que a reveste de atualidade, mas que nem por isso cumpre a tarefa principal de entregar a cada aluno o ferramental necessário para entrar no mundo do conhecimento.

## Ser professor

A essência do trabalho docente consiste em: saber sobre ensinar e sobre aprender; saber como ensinar; saber o que e

10. SHULMAN, Lee S.; SHULMAN, Judith H. How and what teachers learn: a shifting perspective. *Journal of Curriculum Studies*, v. 36, n. 2, p. 257-71, 2004.

11. CARDOSO, B. et al. (Org.). *Ensinar: tarefa para profissionais*. São Paulo: Record, 2007.

12. CHARTIER, A. M. Los efectos de la escritura en la lectura: una aproximación histórica. IV WRITING RESEARCH ACROSS BORDERS (WRAB). Bogotá, 14-16 fev. 2017.

13. CHARTIER, A. M. Um dispositivo sem autor: cadernos e fichários na escola primária. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 3, p. 9-26, jan.-jun. 2002.



para que ensinar. Nenhuma dessas ideias é nova nem consegue promover mudanças de modo isolado. A revolução silenciosa que pode e precisa ser feita está, justamente, em fazer com que os investimentos estejam, de fato, a favor tanto da formação inicial como da formação continuada no exercício da profissão<sup>14</sup>. A intenção é criar um contexto no qual os professores possam:

- ampliar suas relações sociais, por meio da oportunidade de interagir com os pares e de ampliar o contato com profissionais da rede de ensino na qual atuam ou fazem estágio;
- institucionalizar práticas características da profissão docente (elaboração e participação cooperativa em situações de planejamento; documentação e análise da própria prática etc.);
- desenvolver ferramentas conceituais a fim de que se sintam com autonomia suficiente para promover a melhoria da qualidade da aprendizagem;
- instituir práticas de intercâmbio, de experiências, de conhecimento e de estudo entre as equipes escolares;
- ter momentos para estudar investigações de caráter científico com vistas a promover a construção de uma perspectiva didática consistente.

Transformar de maneira efetiva a prática docente não significa necessariamente revolucionar o que se faz atualmente, mas colocar ênfase no resgate do sentido do ensino e do trabalho do professor à luz dos objetivos educativos. As escolas devem ser entendidas como “organizações que aprendem”, o que supõe romper com estratégias isoladas e restritas à sala de aula, que tradicionalmente caracterizam a cultura profissional do magistério. Assim como uma criança pode realizar atividades sem aprender, um professor pode executar atividades sem ensinar.

O desenvolvimento profissional depende, portanto, da garantia de uma equipe em que os mais experientes tenham a responsabilidade de promover reflexões individuais e coletivas, no contexto de realização de várias situações didáticas em sala de aula, restituindo aos professores a possibilidade

14. ABRUCIO, Fernando Luiz. Formação inicial: situação atual e propostas de mudança. *De olho nas metas 2013-14*. São Paulo: Todos Pela Educação, 2015, p. 86-101. Disponível em: <[https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/de\\_olho\\_nas\\_metas\\_2013\\_141.pdf](https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/de_olho_nas_metas_2013_141.pdf)>. Acesso em: 9 jun. 2017.

de: assumir consciente e reflexivamente os propósitos que orientam sua tarefa; tomar decisões ajustadas e antecipar o que acontecerá na sala de aula como consequência dessas decisões; discutir com outros e analisar tanto as dificuldades quanto as conquistas no dia a dia.

Ao lado desse espaço de análise contextualizada da prática, é preciso que existam momentos de institucionalização, de explicitação, de descontextualização e de acesso a novas informações. Ou seja, é importante garantir a generalização de conhecimentos didáticos elaborados com base em situações específicas e, portanto, estreitamente ligados a elas. Isso implica a elaboração e a explicitação de conceitualizações didáticas reutilizáveis em outros contextos. Com isso, ao ir e vir do particular para o geral, é possível promover um processo de reconceitualizações sucessivas que favoreça a reflexão assentada em conhecimentos elaborados e a formulação de novas questões que abram caminhos para a continuidade das aprendizagens dos professores.

Nessa perspectiva, para que as escolas sejam ambientes formadores e transformadores, é preciso fazer rodar uma “engrenagem articulada”. Nela, cada profissional assume responsabilidade por sua parte, na garantia das condições necessárias para que a formação permanente seja intrínseca ao trabalho educacional. Promover uma reorganização dessa ordem no sistema é um movimento gradativo que depende não só de decisão política, mas também da compreensão de que se deve transpor esse conceito para os diferentes níveis e dimensões que regem o campo da Educação.

Mais do que buscar metodologias inovadoras ou percorrer caminhos que se mostram complexos, o esforço tem de estar em estabelecer as conexões necessárias de maneira a garantir coerência entre a formação inicial e a continuada, fazendo com que os pilares da profissão docente na escola, conforme aqui descrito, sejam pontos de partida e de chegada. Os sistemas, por sua vez, precisam conectar os pontos e, acima de tudo, promover coerência nas ações que desencadeiam<sup>15</sup>. ♦

15. REIMERS, Fernando et al. *Connecting the dots to build the future teaching and learning*. London: Varkey Education Foundation, 2016.

# Formação de professores e ensino de qualidade

Este artigo analisa as relações entre a formação de professores, concebida como um processo que ocorre ao longo da vida desses profissionais, e um ensino que possibilite a aprendizagem dos estudantes, em uma perspectiva que leva em conta as características contextuais da ação pedagógica

ALINE MARIA DE MEDEIROS RODRIGUES REALI

A sociedade atual vem assumindo que a qualidade do ensino tem papel preponderante na configuração do desempenho dos alunos e que a escola, usualmente, carece desse atributo. Em geral, seu propósito é suprir lacunas de desempenho e nivelar os resultados de grupos marginalizados aos de outros mais favorecidos. Pressupostos a respeito têm sustentado a base conceitual de políticas públicas e norteado, nas últimas décadas, a legislação, os currículos e os referenciais de atuação e de formação docente. Um efeito desses processos reformistas é que eles também influenciam as imagens de ensino que representam as práticas de formação docente projetadas por diversas fontes.

Tais representações, com frequência, levam as pessoas a conceber a existência de uma “imagem unificada de qualidade de ensino” (Wang et al., 2011, p. 331) e da própria formação de professores. No caso desta, o atributo qualidade passa a ser representado, por exemplo, pelo domínio que o docente deve ter de um conjunto específico de competências e habilidades que, embora relevantes como referência, não esgotam os possíveis significados nem contemplam sua essência, pois, no processo de aprender a ensinar, há elementos dependentes e articulados entre si, que funcionam como um ecossistema, impactando uns aos outros. Além disso, não há garantia de que dispor dessas competências e habilidades resulte no ensino de qualidade ou mesmo que o professor as leve em conta em suas práticas pedagógicas.

Essas imagens únicas, ao serem aplicadas à formação e ao desenvolvimento profissional de professores, “modelam e são modeladas” por elas (Wang et al., 2011, p. 331) e desconsideram, com frequência, especificidades como percursos, currículos e modelos formativos.

O exame mais cuidadoso desse quadro revela uma compreensão desigual, pelos diferentes sujeitos, das imagens criadas a respeito de um ensino de qualidade, além da coexistência de uma variedade de significados e de como se relacionam com a formação de professores.

A definição de ensino de qualidade, ou de como ele é alcançado, não está limitada a uma única representação. Trata-se de algo mais amplo do que uma imagem única e mais do que a mera soma de itens de uma lista de competências e habilidades. É uma problemática que demanda exploração empírica e conceitual mais aprofundada (Wang et al., 2011) e que, para ser definida, caracterizada e compreendida, exi-

### **Aline Maria de Medeiros Rodrigues Reali**

É professora titular do Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Foi secretária de Educação a Distância da UFSCar (2009-2016). Pesquisa sobre desenvolvimento e aprendizagem profissional da docência, formação continuada de professores e formação de professores via internet. É graduada em psicologia, mestre em Educação Especial e doutora em psicologia experimental.

ge, entre vários aspectos, levar em conta a voz dos próprios professores. O mesmo pode ser afirmado sobre o que seria uma formação docente de qualidade.

## **Mudanças sociais contemporâneas e a profissão docente**

As grandes e aceleradas mudanças no mundo contemporâneo têm afetado a escola e sua função educativa. De maneira mais específica, em face dessa sociedade inovadora, mutante, multifacetada, desigual em termos socioculturais, diversificada em suas estruturas materiais e institucionais, nas formas de organização da convivência, nos modelos de família, de produção e de distribuição, tem-se como consequência inevitável a alteração nos modos de pensar, de sentir e de agir das novas gerações (Imbernón, 2006).

A escola e os professores têm sido cada vez mais desafiados a garantir aos estudantes a capacidade de compreender os conteúdos, de pensar criticamente, de solucionar problemas, de sintetizar informações, de expressar-se com proficiência em consonância com certas diretrizes e, continuamente, de adaptar-se e atualizar-se com novas informações e práticas. À escola também se atribui a tarefa de garantir processos educacionais compatíveis com essas exigências, considerando ainda as demandas das populações tradicionalmente excluídas. Isso inclui investir em “um conjunto mais amplo de meios de construção de compreensões que possibilitam viver melhor” (Gatti, 2016, p. 165). Tendo em vista que cabe aos professores propiciar a intermediação dos processos voltados para uma formação social, moral, cognitiva, afetiva, em determinado contexto histórico (idem, p. 163), é possível concluir que são profissionais fundamentais na Educação das atuais e futuras gerações.

Nessa nova ordem, ao mesmo tempo que se espera que a escola e os professores respondam de maneira adequada às demandas que lhes são endereçadas, esses profissionais estão, *paradoxalmente*, no “olho do furacão”. Ao longo das últimas décadas, “o seu estatuto social diminui, a sua identidade profissional se apresenta diluída, a legitimidade institucional de seu trabalho é posta em dúvida, a eficácia de seus métodos de ensino é contestada” (Barroso, 2004, p. 50). Esse quadro mostra que a profissão docente, em comparação com outras ocupações relevantes e valorizadas pela sociedade, não se revela uma atividade concorrida, desejada por seus

objetivos, condições de trabalho e reconhecimento social. O exercício profissional não conta com mecanismos reguladores, exceto uma defesa tênue de que o professor tem de ser licenciado na área em que vai ensinar, e há evidências de maior burocratização, intensificação e controle sobre o que ele deve fazer na escola e na sala de aula, configurando o exercício docente como “difícil”. Observa-se, de um lado, a baixa procura pelos cursos de formação inicial (licenciaturas) e pela profissão docente e, de outro, a desmotivação e o baixo sentimento de autoeficácia naqueles que permanecem na atividade. Em contrapartida, constata-se o reconhecimento da posição central ocupada pelos professores e de iniciativas voltadas para o fortalecimento de seu profissionalismo, como é o caso da aprovação do piso salarial nacional e da inclusão na carga horária regular dos horários de trabalho pedagógico individual e coletivo.

Em uma perspectiva estendida e em resposta às mudanças mencionadas, tem-se observado um processo de reprofissionalização da atividade à luz das demandas apontadas. Esse movimento pode ser reconhecido na indicação de que os professores, além de ensinar, sejam capazes de trabalhar em equipe, de colaborar, de planejar em conjunto com os pares e de envolver-se em tarefas formativas de outros e de si próprios.

De acordo com Esteve (2009), não se trata de meramente aceitar as alterações propostas por reformas educacionais, mas de admitir que as mudanças sociais obrigam os professores a modificar seu trabalho inúmeras vezes ao longo da trajetória profissional, exigência que se converte em elemento básico para o êxito. Todos esses aspectos reforçam a concepção de que a docência tem se mostrado uma atividade em mutação e que os efeitos das transformações na configuração do que significa ser professor na atualidade são pouco claros. No entanto, García (2002) adverte que qualquer mudança pretendida que envolva a formação de professores e o ensino não pode se dar à margem da compreensão dos processos de aprendizagem e desenvolvimento profissional da docência, o que será abordado em seguida.

## **Aprendizagem e desenvolvimento profissional da docência: o que um professor precisa saber para ensinar e ser um profissional?**

A pesquisa sobre formação de formadores aponta que a aprendizagem docente é um processo contínuo, que não se limita a sistemas formais e tradicionais. Uma fonte de conhecimentos sobre o ensino e sobre os alunos são as muitas horas vivenciadas ao longo da própria escolarização. Por meio da observação das práticas docentes a que estiveram expostos e a situações escolares que parecem significativas sobre o que é escola, ensinar, aprender, bom aluno etc., os futuros professores constroem crenças e teorias pessoais, que influenciam decisões curriculares e parte das atividades que realizarão em sala de aula.

Os cursos de formação inicial são outra fonte fundamental de aprendizagem da docência. Trata-se de um processo que, em tese, possibilita aos licenciandos construir conhecimentos sobre a profissão sob uma base teórica, relacionar essas referências às práticas pedagógicas, bem como refletir sobre a função docente e a realidade educacional em que atuarão. Independentemente de sua importância, os cursos de licenciatura apresentam limitações derivadas da especificidade de seu propósito inicial, das características dos processos de aprendizagem profissional e da dificuldade de propiciar imersão supervisionada do licenciando na escola por um longo período, para que ele se exponha ao dinamismo da atuação como professor.

Há outros processos relevantes de aprendizagem da docência. Grande parte dos conhecimentos sobre o ensino deriva de experiências práticas em sala de aula, isto é, os professores se desenvolvem ensinando ao longo de sua trajetória profissional. Aprendem, também, com seus pares, por meio de trocas informais ou mesmo em comunidades de prática no contexto da escola.

Analisando esses diferentes processos, depreende-se que a aprendizagem docente se relaciona às diversas fases da vida profissional e aos contextos das experiências vivenciadas: as que antecedem a formação inicial, na escola básica; as da formação inicial, na universidade e nos estágios; as que correspondem ao ingresso na carreira e aos primeiros tempos de atuação em sala de aula, entre outras.

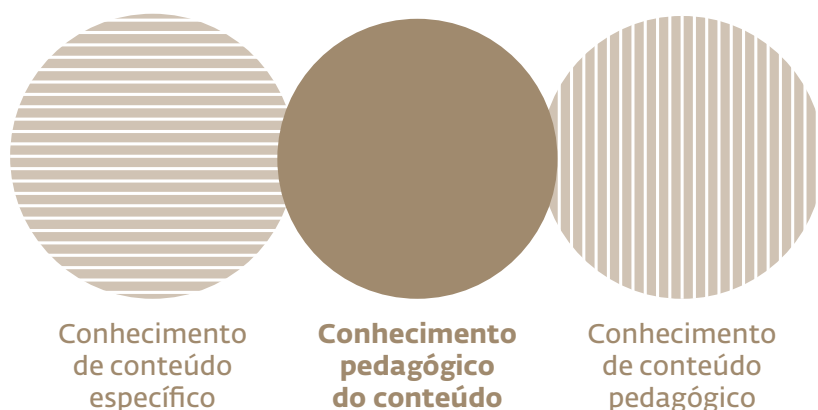
*O que um professor precisa saber para ensinar* pode ser compreendido como um conjunto de conhecimentos que promo-

vam a aprendizagem dos alunos. Designado como *base de conhecimento para o ensino* (BCE), esse conjunto de saberes deve permitir ao docente usar, realocar e redirecionar diferentes recursos para responder às demandas sociais mais amplas, bem como àquelas específicas da sala de aula, dos estudantes e da escola. Segundo Mizukami (2004, p. 5-6), a BCE “é diversificada e flexível a partir da experiência profissional refletida e objetivada. Não é fixa e imutável. Implica construção contínua, já que muito ainda está para ser descoberto, inventado, criado”.

Shulman (1986, 1987) propõe dois modelos explicativos, um para a construção da BCE e outro para a construção dos conhecimentos profissionais. Em sua proposição, de acordo com Mizukami (2004), destaca-se a consideração de que o ensino se caracteriza como atividade profissional, pois dispõe de um campo de conhecimentos que pode ser sistematizado e partilhado.

Em relação ao primeiro modelo, três tipos de conhecimento, sinteticamente, configuram a BCE (**Figura 1**).

**Figura 1** Representação da base de conhecimento para o ensino (BCE)



Fonte: Shulman (1986, 1987).

**Conhecimento de conteúdo específico** – É composto dos conceitos básicos de determinada área do conhecimento que devem ser dominados pelo professor. Implica tanto o conhecimento de uma disciplina particular quanto o de sua estrutura, ou seja, como os conceitos se organizam, se articulam e são construídos. É mais evidente no caso de professores de



áreas específicas — matemática, história, geografia, língua portuguesa, inglês etc. — do que no daqueles que trabalham com diversos componentes curriculares ao mesmo tempo — por exemplo, professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Embora o conhecimento de conteúdo específico seja essencial ao ensino, seu domínio, por si só, não garante que seja ensinado e aprendido com sucesso. *É necessário, mas não suficiente.*

**Conhecimento de conteúdo pedagógico** — Esse grupo transcende o domínio de uma área específica e inclui o conhecimento de objetivos, metas, propósitos e fundamentos educacionais, de currículos e de políticas públicas. Abrange o conhecimento do professor sobre ensino, aprendizagem e estudantes, ou seja, sobre manejo de classe, sobre estratégias instrucionais para conduzir aulas e criar ambientes motivadores, sobre como os alunos aprendem.

Por exemplo, saber falar inglês não é a mesma coisa que saber ensinar essa língua a uma diversidade de estudantes em contextos particulares. Para tanto, o professor precisa ir além do domínio do conteúdo específico. Deve conhecer os objetivos de ensinar tal disciplina e as diferentes filosofias que envolvem o ensino, bem como os conteúdos pedagógicos que propiciarão a adequação de uma ou outra atividade.

Outro ponto relevante é que tais contextos importam, sim, para o conhecimento do professor. Isso quer dizer que o conhecimento do professor tanto modela como é modelado por eles (Shulman, *apud* Gaia, 2003, p. 33).

**Conhecimento pedagógico do conteúdo** — Inclui a compreensão do que significa ensinar um tópico de determinada disciplina, assim como dos princípios e técnicas necessários para tal ensino. Durante o exercício profissional, o professor desenvolve um novo tipo de conhecimento da área específica, que é melhorado e enriquecido por outros tipos (do aluno, do currículo, de conteúdos relacionados a outras disciplinas, do conteúdo pedagógico etc.).

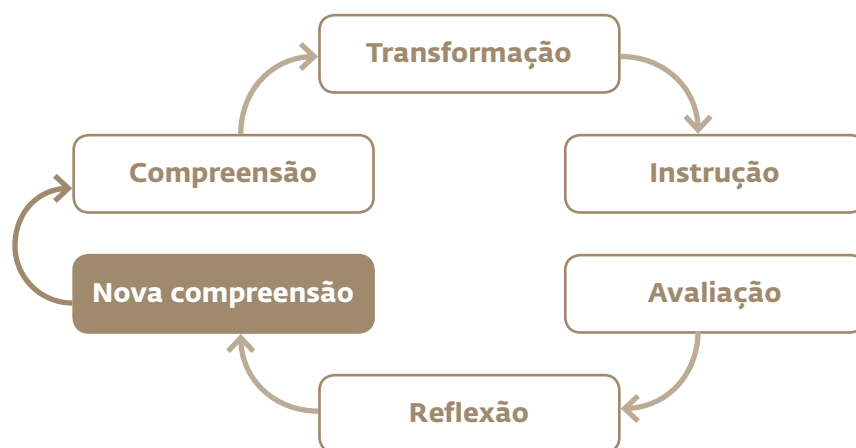
O conhecimento pedagógico do conteúdo é típico da docência, dado que se renova ao longo do exercício profissional. É construído constantemente pelo professor ao ensinar a matéria e enriquecido e melhorado quando os outros tipos de conhecimento explicitados na base se consolidam. Abrange as representações das ideias a serem ensinadas, as analogias, as ilustrações, os exemplos, as explanações e as demonstrações. Caracteriza o docente como profissional, pois é especí-

fico da atividade de ensinar. Significa saber ensinar determinado tópico a estudantes com características e repertórios prévios diferentes ou mesmo adequar a maneira de ensinar em função de uma dúvida apresentada por um deles. É um tipo de conhecimento que possibilita a “tradução” do significado do conteúdo para o aluno de modo que ele consiga aprendê-lo. Não deve, porém, ser reduzido à mera coletânea de formas diversas de representação do conteúdo, pois implica a *transformação do conteúdo ensinado em conteúdo aprendido*.

Esse conhecimento é fundamental nos processos de aprendizagem da docência, considerando o protagonismo do professor em sua construção ao longo do exercício profissional, e, por isso, tem relação estreita com as experiências individuais. Em sua configuração, não pode ser ignorado ou minimizado o que se aprende em cursos de formação inicial, que, por sua vez, devem possibilitar a inserção dos licenciandos em situações concretas de ensino para que eles comecem a desenvolver o conhecimento pedagógico do conteúdo.

O segundo modelo proposto por Shulman (1986, 1987) é o processo pelo qual os conhecimentos profissionais são construídos. Ele considera também a base de conhecimento para o ensino e retrata como os conhecimentos são acionados e construídos. Trata-se do *modelo de raciocínio pedagógico (MRP)*, que pode ser descrito de acordo com seis elementos que compõem o *ato de ensinar* (Figura 2):

**Figura 2** Representação do modelo de raciocínio pedagógico (MRP)



Fonte: Shulman (1986, 1987).

**Compreensão** – Primeira etapa do processo, refere-se ao domínio do professor sobre o tópico a ser ensinado e sua relação com outros conceitos e áreas. Uma implicação relevante de sua natureza é que deve ir além da visão pessoal; o docente precisa ter um entendimento especializado do conteúdo, da disciplina, da área de conhecimento que lhe dê sustentação para que a maioria de seus alunos aprenda.

**Transformação** – É a capacidade de introduzir variações na representação da matéria e envolve: a interpretação crítica ou a revisão de materiais instrucionais; um repertório de metáforas, ilustrações, casos, exemplos, experimentações etc.; a escolha de como o processo de ensino e aprendizagem será desenvolvido; a adaptação do conteúdo às características dos estudantes, levando em conta as habilidades, a motivação, as concepções prévias etc.; e casos específicos.

**Instrução** – Envolve a ação prática do professor em sala, o manejo da classe, o tratamento específico a grupos de alunos, a coordenação das atividades previstas, a dosagem dos conteúdos, as explicações, os questionamentos e as discussões.

**Avaliação** – Consiste na aferição da compreensão dos estudantes durante e após a instrução, por meio da checagem informal, tirando dúvidas ou corrigindo equívocos, e também por meio de processos formais de avaliação.

**Reflexão** – Corresponde à avaliação realizada pelo professor de si próprio e de suas ações, que resulta na aprendizagem por meio da experiência.

**Nova compreensão** – É a compreensão enriquecida e consciente da instrução, de seus propósitos, dos conteúdos específicos e de outros domínios da base de conhecimento para o ensino.

Com a análise dos processos relacionados a *o que um professor precisa saber para ensinar e ser um profissional*, evidencia-se a grande complexidade do ensino e da dinâmica processual e contínua que caracteriza e define a constituição do professor. Nos modelos considerados, a experiência e as aprendizagens resultantes se destacam. Todavia, apresentam caráter situado, isto é, são influenciadas por variáveis contextuais específicas, como as particularidades da turma de alunos, a cultura da escola, as crenças e experiências anteriores do professor, e por outras mais amplas, como a política educacional que orienta o currículo. Embora as aprendizagens profissionais componham a base de conhecimento para o ensino, esta não é estática, renova-se continuamente.

Em face dessas características multifacetadas (ser processual, situada, idiossincrática etc.) atinentes à docência e à sua aprendizagem, como definir *qualidade do ensino*? Com base em quais concepções? E a *qualidade do professor* e a de sua *formação*? Como se configuram as relações do ensino com a aprendizagem dos estudantes? Como podem ser descritas?

## Reflexões finais

A qualidade educacional, incluindo a do ensino e a da formação docente, tem se mostrado um conceito relativo, dinâmico e, de acordo com Aguerrondo (1993), altamente referencial, ou seja, as pessoas e as instituições definem a qualidade com base em sua visão, em seu campo de atuação, no momento histórico e nas características sociais. É multidimensional, pois a cada período corresponde um conjunto de requisitos específico, de acordo com os compromissos da sociedade em criar uma Educação que responda a demandas particulares. As tentativas de defini-la buscaram explicitar as opções ideológicas e pedagógicas assumidas pelas instâncias responsáveis pelos processos educativos e sua avaliação. Apesar da relevância nos esforços de clarear sua conceituação, observa-se que a expressão *qualidade do ensino* continua apresentando grande dispersão semântica, da mesma forma que as concepções a ela associadas, como a formação docente.

[Assim como os] padrões fascinantes dentro de um caleidoscópio se transformam quando é girado, a imagem estática da qualidade de ensino também se altera em função de mudanças nos indivíduos, contextos, ideologias e outros fatores. Em vista desta situação, é possível ou desejável tentar identificar ou impor um padrão específico? Ou talvez seja o caso, afinal de contas, de o ensino de qualidade ser tão complexo e matizado para poder ser dimensionado. Por outro lado, quem sabe um padrão de ensino de qualidade unificado seja deduzido em última análise de teorias abrangentes a serem ainda construídas e que possam descrever [...] as relações complexas entre ensino de qualidade, desempenho dos alunos e aprendizagem docente (Wang et al., 2011, p. 336).

Considerando tais ideias, qual posição adotar? ♦

## Referências bibliográficas

- AGUERRONDO, I. La calidad de la educación: ejes para su definición y evaluación. *Revista Iberoamericana de Desarrollo Educativo. La Educación*, Buenos Aires, v. 37, n. 116, p. 561-78, 1993. Disponível em: <<http://campus-oei.org/calidad/aguerrondo.htm>>. Acesso em: 25 maio 2017.
- BARROSO, J. Os professores e os novos modos de regulação da escola pública: das mudanças de contexto de trabalho às mudanças da formação. In: BARBOSA, R. L. L. (Org.). *Trajetórias e perspectivas da formação docente*. São Paulo: Unesp, 2004.
- ESTEVE, J. M. La profesión docente ante los desafíos de la sociedad del conocimiento. In: MEDRANO, C. V. de; VAILLANT, D. (Coord.). *Aprendizaje y desarrollo profesional docente*. Madri: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI), 2009, p. 17-27. (Colección Metas educativas 2021).
- GAIA, S. Os professores de Inglês e sua formação contínua. Dissertação (Mestrado em Educação) na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2003.
- GAIA, S.; CESÁRIO, M.; TANCREDI, R. M. S. P. Formação profissional e pessoal: a trajetória de vida de Shulman e suas contribuições para o campo educacional. *Revista Eletrônica de Educação (Reveduc)*, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/8/8>>. Acesso: em 25 maio 2017.
- GARCÍA, C. M. Los profesores como trabajadores del conocimiento. Certidumbres y desafíos para una formación a lo largo de la vida. *Educar*, Barcelona, n. 30, p. 27-56, 2002. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/educar/article/viewFile/20762/20602>>. Acesso em: 25 maio 2017.
- GATTI, B. Formação de professores: condições e problemas atuais. *Revista Internacional de Formação de Professores (RIFP)*, Itapetininga, v. 1, n. 2, p. 161-71, 2016.
- IMBERNÓN, F. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e incerteza*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- MIZUKAMI, M. G. N. Aprendizagem da docência: algumas contribuições de L. S. Shulman. *Revista Educação*, Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2004. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2004/02/r3.htm>>. Acesso em: 25 maio 2017.
- SHULMAN, L. S. Knowledge and teaching: foundations of the new reform. *Harvard Educational Review*, v. 57, n. 1, p. 1-22, 1987.

- \_\_\_\_\_. Those who understand: knowledge growth in teaching. *Educational Researcher*, v. 15, n. 2, p. 4-14, 1986.
- WANG, J. et al. Quality teaching and teacher education: a kaleidoscope of notions. *Journal of Teacher Education*, v. 62, n. 4, p. 331-8, 2011.

# Precisamos ouvir mais os jovens

A pesquisa “Repensar o Ensino Médio” mostra que o estudante dessa etapa quer ir à escola, quer ter boas aulas, quer sentir que a instituição esta atenta às dificuldades dos colegas com deficiência e quer uma infraestrutura adequada

CAROLINA FERNANDES E EDUARDO ROMBAUER

**O** Brasil enfrenta uma notória dificuldade para superar a má qualidade do sistema educacional. Dentre muitos fatores que impedem os avanços está a mentalidade que coloca a Educação como um processo exclusivo de preparação para o mercado de trabalho e, em consequência, o Ensino Médio como uma etapa meramente preparatória para o Ensino Superior.

Ainda se reconhece pouco o valor intrínseco da Educação. Não se percebe que os princípios éticos desenvolvidos ao longo da escolaridade são tão ou mais determinantes para a vida quanto os conhecimentos cognitivos adquiridos. Quando escutamos os jovens, reconhecendo seu protagonismo na melhoria do quadro educacional, a necessidade de mudar essa perspectiva se torna mais que evidente.

A pesquisa “Repensar o Ensino Médio”<sup>1</sup>, publicada recentemente pelo movimento Todos Pela Educação (TPE), caminhou nesse sentido, ao ouvir 1.551 jovens entre 15 e 19 anos de todo o País. Os resultados mostram que o estudante dessa etapa quer ir à escola, quer ter boas aulas, quer sentir que a instituição está atenta às dificuldades dos colegas com deficiência e quer uma infraestrutura adequada, que dê suporte ao trabalho em sala de aula. A fala dos entrevistados também revela um pedido: eles querem ser ouvidos pela direção.

Os jovens ouvidos na pesquisa surpreendem ao afirmar que segurança (85,2%), atenção às pessoas com deficiência (83,1%), professores assíduos (81,3%) e boa infraestrutura (81,2%) são, concomitantemente, os itens de maior importância e de menor satisfação em relação às instituições em que estudam. Ou seja, eles valorizam aspectos básicos da escola, e esses anseios não estão sendo percebidos nem pela gestão das unidades nem pela gestão pública da área educacional.

O Ensino Médio é, há décadas, a etapa mais desafiadora da Educação Básica. Desinteressante para o jovem brasileiro, a escola não tem obtido êxito em estabelecer conexão entre o que se aprende nos bancos escolares e a vida do estudante. Ademais, o movimento das ocupações dos secundaristas tem mostrado que eles querem se sentir mais integrados a esse ambiente. Com efeito, o aluno não participa do dia a dia escolar e não é perguntado sobre o que pensa desse nível de ensino. Isso reforça a percepção de que a etapa é apenas um trampolim para a entrada na universidade – 69,4% assinalaram essa opção na pesquisa.

### **Carolina Fernandes**

Formada em direito, é responsável pelas ações de juventude e coordenadora de relações governamentais do Todos Pela Educação.

### **Eduardo Rombauer**

Consultor, facilitador de diálogos, mestre em prática social reflexiva pela London Metropolitan University e membro do Fórum do Amanhã e do Instituto Democracia e Sustentabilidade.

1. Disponível em <<https://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1566/pesquisa-repensar-o-ensino-medio---relatorio/>>.



Quando questionado sobre o próprio futuro, seja na universidade, seja em uma especialização profissional, o jovem vê muitas barreiras pela frente. A dificuldade financeira é apontada como um dos principais motivos da não continuidade dos estudos após o término da Educação Básica (42%). Em se tratando da inserção no mercado de trabalho, disciplinas dirigidas à formação profissional e técnica e o aconselhamento são vistos como muito importantes por 77,6% dos estudantes. No entanto, metade dos alunos do Ensino Médio regular ou da Educação de Jovens e Adultos (EJA) não conhece nenhuma modalidade de Educação Técnica. Eles anseiam por mais informações a respeito e até trocariam um terço das matérias do Ensino Médio regular por disciplinas técnicas (41%).

Os professores são figuras centrais para a qualidade da Educação, e isso não escapa à opinião dos entrevistados. Entre os atributos dos docentes considerados mais importantes, os jovens destacam cinco características desejáveis: paixão pela profissão (80,9%), não desistir dos alunos (79,5%), cobrá-los (79,3%), focar a preparação para os vestibulares (78,6%) e estimular a curiosidade (77,6%). Por outro lado, os estudantes não estão totalmente satisfeitos com a maneira como algumas atividades são realizadas ou até mesmo com a ausência delas: uso de tecnologia em sala de aula (52,9%), visitas culturais (41,3%) e projetos interdisciplinares (34,2%).

Esses aspectos estão, de um modo ou de outro, associados à baixa motivação intrínseca e à formação precária dos professores – desvalorização que compromete a atuação docente dessa geração e que impacta na composição do futuro quadro de professores, conforme apontam os dados da pesquisa. Apenas uma pequena parte dos jovens (23,5%) já cogitou a carreira docente, mas desistiu diante de dificuldades como desrespeito em sala de aula, baixo salário e pouca valorização da profissão pela sociedade. Uma parcela ainda mais restrita (14,1%) pensa em se tornar professor.

É urgente, portanto, uma reformulação que faça com que o Ensino Médio seja um lugar onde a formação integral e os anseios dos jovens caminhem juntos, propiciando uma mudança de rumo que transforme a relação do jovem com a Educação e fortaleça as trocas no ambiente escolar. Na contramão desse quadro, a Lei de Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), aprovada por medida provisória, chegou com pouco ou nenhum diálogo com os jovens e a comunidade escolar. Alguns desafios já despontam no horizonte: a imple-

mentação da reforma em todas as unidades da federação e a incerteza em relação a essa lei ser o instrumento adequado para responder às demandas da juventude, diminuindo as desigualdades existentes no País e tornando a etapa atraente a ponto de assegurar que os jovens concluam os estudos. Hoje, segundo dados do Ministério da Educação, 8,8% dos alunos abandonam a escola nesse nível e, entre os que ficam, apenas 7,3% aprendem o esperado em matemática, e 27,5%, em língua portuguesa.

A pesquisa do TPE aponta que o futuro começa agora, com medidas que precisam ser construídas e pactuadas com a juventude. Os jovens têm muito a dizer e são essenciais para a transformação da escola. Se escutados com atenção, seguramente indicarão elementos importantes para que se implementem as mudanças necessárias para um novo ciclo na Educação do País.

Cabe a nós ter os ouvidos mais abertos e disposição para questionar algumas de nossas próprias perspectivas sobre a Educação que queremos. ♦

# O Fundeb como alternativa no contexto da EC nº 95/2016

Com o aporte federal limitado e restrito à correção inflacionária nas próximas duas décadas em função da EC nº 95/2016, reformular o Fundeb é alternativa para ampliar o necessário investimento em Educação

CLAUDIO RIYUDI TANNO  
CAIO CALLEGARI

Os movimentos finais da cena legislativa em 2016 trouxeram novos contornos ao arcabouço legal que rege o financiamento educacional público brasileiro. Em 15 de dezembro de 2016, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional (EC) nº 95, instituindo o “Novo Regime Fiscal”.

A emenda foi aprovada no Senado Federal por 53 votos a 16, após seis meses de intenso debate na sociedade. Defendida como ajuste fiscal necessário para trazer maior realismo e racionalidade às definições orçamentárias, criticada sobretudo por ameaçar direitos constitucionais e investimentos sociais, ela carrega em seu bojo regras que afetam diretamente os gastos do governo federal com a área da Educação. As mudanças trazem riscos para as políticas de desenvolvimento educacional, e é preciso pensar alternativas fiscais para esse quadro, considerando que o Brasil vem se distanciando da meta estipulada pelo Todos Pela Educação de aplicar ao menos 5% do Produto Interno Bruto (PIB) na Educação Básica pública (p. 96).

## As mudanças relativas à EC nº 95

Em primeiro lugar, a EC nº 95 estabelece, ao longo dos próximos 20 anos, um limite anual para as despesas primárias totais dos poderes federais (Executivo, Legislativo e Judiciário)<sup>1</sup>. Só se poderá gastar por ano o valor da despesa do ano anterior, ajustado pela inflação do período, como prevê o inciso II do § 1º do novo artigo 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Assim, a somatória das despesas (da qual faz parte o orçamento da Educação) ficará congelada em termos reais.

Além de estabelecer o teto por 20 anos, a EC nº 95 reformula as vinculações orçamentárias mínimas para as pastas da Saúde e da Educação. O *caput* do artigo 212 da Constituição determina que, anualmente, a União tenha em des-

### Claudio Riyudi Tanno

Engenheiro, especialista em Administração Pública e consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, com atuação no Núcleo de Educação, Cultura e Esporte.

### Caio Callegari

Economista pela FEA-USP e coordenador de projetos do movimento Todos Pela Educação, atuando com maior enfoque nos temas de financiamento público da Educação Básica, políticas para a equidade educacional e potencialização da voz dos jovens.

1. “Art. 107. Ficam estabelecidos, para cada exercício, limites individualizados para as despesas primárias:

I – do Poder Executivo;

II – do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça, da Justiça do Trabalho, da Justiça Federal, da Justiça Militar da União, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e Territórios, no âmbito do Poder Judiciário;

III – do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União, no âmbito do Poder Legislativo;

IV – do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público; e

V – da Defensoria Pública da União.”

pesas com manutenção e desenvolvimento do ensino no mínimo 18% da receita líquida de impostos (RLI, receita de impostos deduzida de transferências constitucionais a estados e municípios).

Agora, com o novo artigo 110 do ADCT, o mínimo deixa de ser definido como parcela da RLI e passa a ser reajustado ano a ano pela inflação – a partir de 2018, tomando-se como base a aplicação de 18% de impostos apurada em 2017:

Art. 110. Na vigência do Novo Regime Fiscal, as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino equivalerão:

I – no exercício de 2017, às aplicações mínimas calculadas nos termos do inciso I do § 2º do art. 198 e do *caput* do art. 212, da Constituição Federal; e

II – nos exercícios posteriores, aos valores calculados para as aplicações mínimas do exercício imediatamente anterior, corrigidos na forma estabelecida pelo inciso II do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias<sup>2</sup>.

## Os efeitos previstos da EC nº 95 na Educação

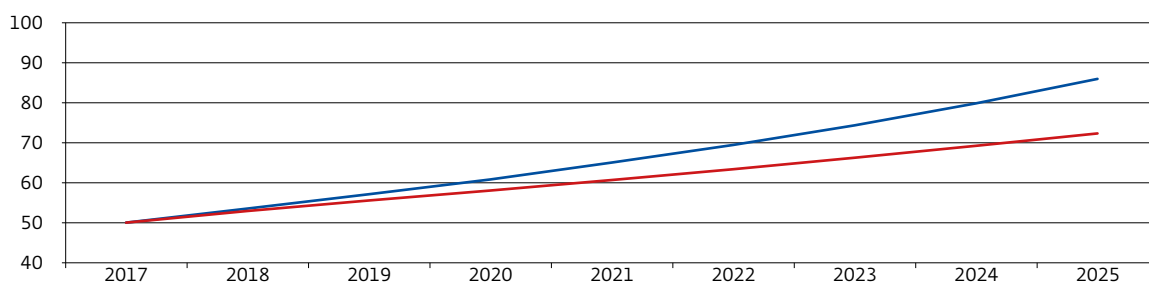
Alguns defensores da mudança trazida pela EC nº 95 afirmam que, ao se vincular o mínimo constitucional à inflação, na realidade há um aumento da proteção ao setor. Isso seria verdade se fosse tomado como referência que a inflação foi maior que o avanço da receita de impostos da União em 2014, 2015 e 2016.

Contudo, de acordo com a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (Conof/CD), o crescimento da RLI deverá ser superior à inflação já em 2017 e assim continuará ao longo do prazo estabelecido pela emenda. Portanto, a previsão é que, nesse período, o mínimo de investimento em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE, categoria definida pelo artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996) seja inferior ao que seria sob a regra anterior. Segundo a pro-

2. “Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária.”

jeção da Conof/CD, em 2025 a redução desse limite mínimo seria de R\$ 13,6 bilhões (R\$ 9,0 bilhões em valores de 2017). Com a projeção de redução do mínimo sob as novas regras, o efeito será de maior margem para cortes de recursos para a Educação (**Gráfico 1**).

**Gráfico 1** Cenário possível dos investimentos mínimos da União em MDE (R\$)



Fonte: Conof/CD e IBGE. Elaboração: Todos Pela Educação.

É preciso explicitar que o limite mínimo para a Educação diz respeito apenas às aplicações de impostos em despesas com MDE. A EC nº 95, considerando a correção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), preserva apenas a aplicação correspondente a 18% da RLI, a ser apurada em 2017. Ocorre que, diferentemente do piso da Saúde, o mínimo da Educação refere-se só a uma parcela das dotações necessárias para a execução das políticas educacionais vigentes.

De acordo com o Estudo Técnico nº 1/2017 da Conof/CD, nos termos das dotações constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2017, desconsideradas as despesas de inativos dos respectivos ministérios, o piso para o Ministério da Educação (MEC) corresponde a 55,6% de suas despesas totais, enquanto para o Ministério da Saúde equivale a 98,3%.

Apesar de o piso da Educação estar estimado em R\$ 52,2 bilhões, as aplicações totais em MDE, consideradas todas as fontes, somam R\$ 85,7 bilhões, ou seja, o piso representa 60,9% das aplicações totais. Em outra perspectiva, ações voltadas para a Educação vão além daquelas de MDE. O orçamento da Educação a ser executado pela União em 2017 pode ser apurado pelo conjunto das ações agrupadas na **Tabela 1**. →

#### Legenda

- Aplicação mínima pelo IPCA (EC nº 95)
- Aplicação mínima (18% da RLI)

**Tabela 1** Despesas da União com Educação, em R\$ milhões – 2017

Grupo de despesa	LOA 2017
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	85.668,8
Ministério da Educação – demais ações	24.569,7
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies)	20.788,2
Subfunções típicas da Educação – demais programações <sup>1</sup>	163,0
<b>TOTAL</b>	<b>131.189,6</b>
Notas: (1) Subfunções: Ensino Profissional, Ensino Superior, Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos.	
Extraído do Estudo Técnico nº 1/2017 da Conof/CD.	
Fonte: LOA 2017. Elaboração: autores.	

É possível perceber que o mínimo constitucional não garante recursos suficientes para o desenvolvimento dos investimentos federais em Educação. O mínimo constitucional representa, em uma estimativa para 2017, apenas 40% das despesas totais destinadas à Educação. Isso pode significar um risco quando se consideram a dinâmica de funcionamento do teto de gastos federais e o cenário político brasileiro.

Conforme já assinalado, o teto de gastos corrigido pela inflação não se aplica individualmente à Educação, mas ao somatório de todas as áreas orçamentárias. Nesse sentido, uma ampliação de recursos acima da inflação para determinada pasta incorrerá em um orçamento reajustado abaixo da inflação no conjunto dos outros setores.

Como vem ocorrendo nos últimos anos, a Previdência Social terá orçamento reajustado anualmente acima da inflação, devido ao crescente número de aposentadorias e da regra de reajuste dos benefícios previdenciários, com aumento real do salário mínimo. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287/2016, que propõe alterações nas regras previdenciárias que incorrerão em reduções de despesas dessa área do governo, ainda não conta com cenário favorável para aprovação no Congresso. Mesmo que o seja, o impacto nas contas públicas será lento e não deverá mudar o quadro em que o orçamento da Previdência Social crescerá acima da inflação nos próximos anos.

Dessa maneira, a soma dos demais orçamentos, incluindo o da Educação, terá de ser ajustada em percentual abaixo da inflação. Isso não quer dizer que a Educação necessariamente sofrerá perdas reais, uma vez que os gastos sociais poderão ser preservados diante de outras despesas do governo – o que exigirá intensas negociações políticas no Poder Executivo e no Congresso anualmente no momento da

edição dos orçamentos. Também há a possibilidade de que os gastos em políticas sociais sejam reduzidos se a pressão de diferentes áreas for mais forte.

Outras despesas obrigatórias devem impactar ainda mais o orçamento limitado pelo teto global de gastos, a exemplo das de pessoal ativo da União, sujeito a crescimento vegetativo da folha de remunerações e a reajustes concedidos em 2016, que repercutirão nos próximos exercícios financeiros. Consequentemente, as demais despesas, ditas de natureza discricionária, em especial investimentos e custeio dos estabelecimentos de ensino em todos os níveis, terão de ser comprimidas.

Na ótica do Congresso, no primeiro ano de elaboração da peça orçamentária já nos termos propostos pela PEC nº 241/2016, os prognósticos não são animadores. Conforme levantamento realizado pela Conof/CD, o acréscimo de dotações orçamentárias na LOA 2017 durante tramitação no Congresso Nacional direcionou-se sobretudo para as pastas de Integração Nacional (R\$ 3,2 bilhões, +110,2%), das Cidades (R\$ 3,2 bilhões, +28,6%) e dos Transportes, Portos e Aviação Civil (R\$ 2,4 bilhões, +16,9%), como se vê na **Tabela 2.** →



**Tabela 2** Despesas do Poder Executivo sujeitas a remanejamento e apreciação pelo Congresso Nacional, em R\$ milhões – 2017

Órgão (Cód/Desc)	PLOA 2017		LOA 2017		VARIÇÃO	
	(A)	%	(B)	%	(B-A)	(B/A)
53000 - Ministério da Integração Nacional	2.908,4	2,8%	6.112,3	5,0%	3.203,9	110,2%
56000 - Ministério das Cidades	11.070,2	10,5%	14.232,9	11,6%	3.162,8	28,6%
39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	14.283,6	13,6%	16.704,0	13,7%	2.420,4	16,9%
26000 - Ministério da Educação	25.594,6	24,3%	27.398,5	22,4%	1.803,9	7,0%
52000 - Ministério da Defesa	14.258,3	13,5%	15.762,8	12,9%	1.504,5	10,6%
22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.509,3	1,4%	2.724,3	2,2%	1.215,0	80,5%
30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	3.342,0	3,2%	4.331,1	3,5%	989,1	29,6%
51000 - Ministério do Esporte	856,5	0,8%	1.378,3	1,1%	521,7	60,9%
47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	1.510,5	1,4%	2.001,0	1,6%	490,5	32,5%
54000 - Ministério do Turismo	260,4	0,2%	732,7	0,6%	472,3	181,3%
20000 - Presidência da República	2.230,2	2,1%	2.487,2	2,0%	257,0	11,5%
44000 - Ministério do Meio Ambiente	889,1	0,8%	1.078,2	0,9%	189,1	21,3%
42000 - Ministério da Cultura	933,7	0,9%	1.093,9	0,9%	160,2	17,2%
55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	5.004,6	4,8%	5.160,7	4,2%	156,0	3,1%
36000 - Ministério da Saúde	1.300,0	1,2%	1.433,6	1,2%	133,6	10,3%
28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	904,1	0,9%	1.034,7	0,8%	130,6	14,4%
24000 - Ministério da C&T, Inovações e Comunicações	5.916,8	5,6%	6.047,1	4,9%	130,3	2,2%
49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário	-	0,0%	68,0	0,1%	68,0	-
40000 - Ministério do Trabalho	806,0	0,8%	835,3	0,7%	29,3	3,6%
63000 - Advocacia-Geral da União	438,4	0,4%	458,4	0,4%	20,0	4,6%
32000 - Ministério de Minas e Energia	710,5	0,7%	728,5	0,6%	18,0	2,5%
25000 - Ministério da Fazenda	4.344,2	4,1%	4.350,1	3,6%	5,8	0,1%
74000 - Operações Oficiais de Crédito	872,3	0,8%	877,3	0,7%	5,0	0,6%
35000 - Ministério Das Relações Exteriores	1.667,3	1,6%	1.668,1	1,4%	0,9	0,1%
60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República	4,9	0,0%	4,8	0,0%	-0,1	-2,0%
73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	12,5	0,0%	12,2	0,0%	-0,3	-2,1%
37000 - Ministério da Transparência, Fiscalização e CGU	85,1	0,1%	84,0	0,1%	-1,2	-1,4%
71000 - Encargos Financeiros da União	3.587,0	3,4%	3.573,1	2,9%	-13,9	-0,4%
<b>PODER EXECUTIVO - TOTAL</b>	<b>105.300,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>122.373,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>17.072,5</b>	<b>16,2%</b>

1. Orçamentos fiscal e da seguridade social. Indicador de resultado primário RP 2 (discricionárias) e RP 3 (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC) e Identificador de uso IU (não destinadas a contrapartida, excluídas ações e serviços).

Extraído do Estudo Técnico nº 1/2017 da Conof/CD.

Observa-se, assim, a dificuldade em priorizar uma área que representa quase 25% das dotações remanejáveis, as quais ano a ano sofrem crescente compressão devido ao incremento das despesas obrigatórias. Na comparação dos orçamentos aprovados em 2016 e 2017, verifica-se expressiva redução nas programações consolidadas dos grupos de investimentos e custeio, em termos nominais, no âmbito do MEC (-5,3%), *vis-à-vis* os demais órgãos do Poder Executivo (+24,0%), conforme aponta a Nota Técnica nº 2/2017 da Conof/CD.

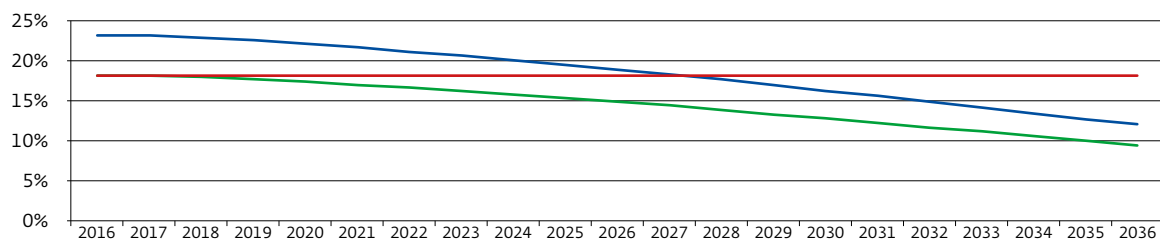
Mesmo que a área da Educação conquistou um reajuste orçamentário equivalente à inflação, sem perdas reais, o resultado poderá ser bastante grave para as políticas educacionais, como mostra o estudo realizado pelo movimento Todos Pela Educação em 2016:

Tomando como base as projeções feitas pela Conof/CD e calculando-se prospectivamente um dos cenários possíveis (inflação na meta de 4,5% e mesma trajetória de crescimento das receitas projetada pela Conof/CD), o reajuste apenas pela inflação levaria ao valor de R\$ 105 bilhões como investimento máximo em MDE pelo governo federal em 2028. Nesse mesmo ano, se mantida a regra atual [*pré-aprovação da EC nº 95*] de aplicação mínima de 18% das receitas líquidas de impostos, o investimento mínimo seria da ordem de R\$ 108,5 bilhões.

Ou seja, a PEC 241/55 [*aprovada como EC nº 95*] levaria, nesse cenário, ao estabelecimento de um máximo de investimento abaixo do que hoje é o mínimo – já considerado insuficiente. Nessa projeção, em 2036 (último ano de vigência da PEC), o governo federal estaria investindo no máximo 11,8% das receitas líquidas de impostos em MDE – e no mínimo 9,3%. Frente à regra atual de vinculação mínima de 18%, a perda seria de pelo menos R\$ 77,9 bilhões em 2036. No agregado de 2028 a 2036, a perda seria de pelo menos R\$ 302,2 bilhões.<sup>3</sup>

O **Gráfico 2** apresenta a projeção desses investimentos. →

3. PEC do teto dos gastos públicos e os riscos para a Educação. *Todos Pela Educação*, 11 out. 2016. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/39980/pec-do-teto-dos-gastos-publicos-e-os-riscos-para-a-educacao>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

**Gráfico 2** Cenário possível dos investimentos da União em MDE (% da RLI)

Fonte: Conof/CD e IBGE. Elaboração: Todos Pela Educação.

### Legenda

- Aplicação mínima - % da RLI
- Aplicação máxima hipotética - % da RLI
- 18% da RLI

## As perspectivas para reversão do quadro de risco

A perda potencial de recursos para a Educação mesmo em um cenário de reajuste pela inflação traz um sério risco para as perspectivas de avanço da Educação brasileira – algo essencial para que o País atinja um elevado e sustentado nível de desenvolvimento socioeconômico. Por certo, o progresso educacional deve contar com melhor gestão dos investimentos, permitindo que cada real aplicado na Educação tenha uma capacidade mais elevada de se traduzir em aprendizagens para nossas crianças e jovens. No entanto, também são necessários mais recursos para garantir condições qualificadas de oferta de ensino.

Na comparação internacional, a média de investimento por aluno dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nos países membros da OCDE é 156,7% maior que o indicador brasileiro.<sup>4</sup> Investir mais em Educação é uma demanda da sociedade definida em lei pelo Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 13.005/2014) para que metas de progressão educacional sejam cumpridas, como a universalização da Educação Básica. Em 2015, ainda eram 2,8 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora da escola.<sup>5</sup> Mais recursos também seriam necessários para, por exemplo, garantir maior atratividade à carreira do magistério – em 2015, a remuneração média dos professores da rede pública da Educação Básica com formação superior era apenas a me-

4. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). *Education at a Glance*, 2016.

5. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE). Cálculo realizado pelo Todos Pela Educação.

tade da média dos demais profissionais com mesmo nível de formação.<sup>6</sup>

Esse imperioso incremento de recursos para a área da Educação, principalmente para a Educação Básica, centra-se sobretudo na expectativa de expansão da contribuição financeira do governo federal, no exercício constitucional de sua ação supletiva e redistributiva. A União contribui com apenas 18% do financiamento da Educação pública,<sup>7</sup> ante uma arrecadação de cerca de 70% dos impostos,<sup>8</sup> sendo, portanto, o ente da federação com maior potencial de esforço fiscal. Contudo, são justamente os investimentos educacionais da União que estão pressionados pela EC nº 95.

Há, no entanto, uma brecha para que o governo federal amplie seus aportes de recursos fiscais na Educação.<sup>9</sup> Essa brecha está inscrita na própria EC nº 95, especificamente no § 6º do novo artigo 107, que dispõe sobre as exceções à aplicação do teto (ou das despesas que estão fora do limite de reajuste).

Estão excluídas do limite global de gastos as transferências constitucionais de receitas tributárias para estados, Distrito Federal e municípios (art. 159 da Constituição), as da cota-parte do salário-educação (art. 212, § 6º) e as decorrentes da exploração de petróleo e gás natural (art. 20, § 1º). Trata-se de recursos tributários que transitam no orçamento da União, mas que são de usufruto dos demais entes federados. Além disso, também ficam excetuadas do teto as despesas da União com a complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), definidas pelos incisos V e VII do *caput* do artigo 60 do ADCT. Essa é a brecha para que a União amplie seus investimentos no desenvolvimento da Educação Básica pública, sem restrições quanto ao teto de gastos, como sugere o Estudo Técnico nº 1/2017 da Conof/CD.

O texto da EC nº 95, de maneira implícita e potencial, permite unicamente a priorização da área educacional. Dentre as despesas da União, apenas a complementação de

6. *Idem*.

7. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC).

8. Receita Federal; Ministério da Fazenda. *Carga tributária no Brasil 2014*, out. 2015. Disponível em: <<https://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/29-10-2015-carga-tributaria-2014>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

9. O governo federal também poderia ampliar despesas de natureza financeira com Educação como as do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e as renúncias de receitas como as do Programa Universidade para Todos (Prouni). Não se trataria, porém, de um investimento fiscal a maior.

recursos ao Fundeb possui valor mínimo e, assim, pode ser acrescida sem que se submeta ao teto global de gastos.

## **Considerações sobre a complementação da União ao Fundeb**

De acordo com o artigo 60 do ADCT, a complementação da União no escopo do Fundeb deverá ser suficiente para que todos os fundos estaduais que o compõem alcancem o valor mínimo aluno/ano estabelecido anualmente para todo o País em portaria interministerial. Também nunca poderá ser inferior a 10% da soma dos recursos que constituem o Fundeb.

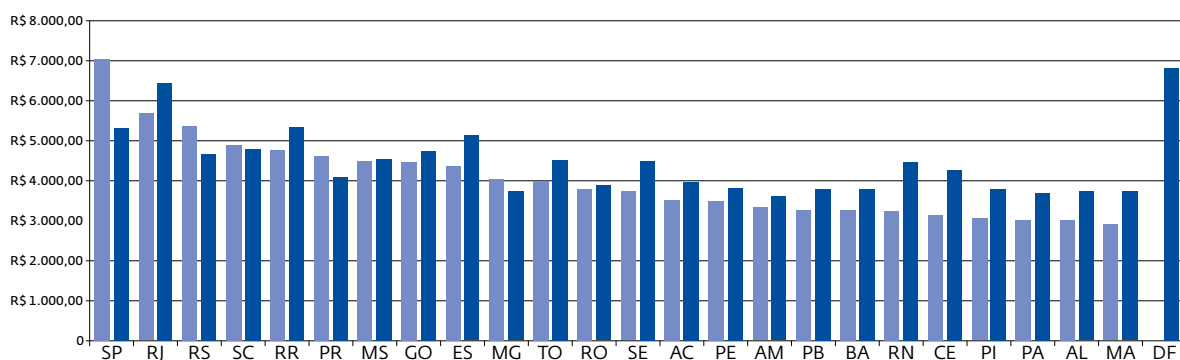
Essa complementação sempre se ateve ao patamar mínimo (com o valor mínimo aluno/ano definido contabilmente com esse fim), tendo atingido R\$ 13 bilhões em 2017,<sup>10</sup> menor valor em termos reais da série histórica. Do total, 90% deverão ser redistribuídos para os fundos estaduais com menores valores aluno/ano no Fundeb (hoje, nove estados recebem complementação), seguindo a regra do artigo 4º da Lei nº 11.494/2007. Os 10% restantes poderão ser destinados tanto para esses mesmos fundos estaduais por meio de programas direcionados para a melhoria da qualidade da Educação Básica (a critério de uma Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, conforme explicitado no artigo 7º da Lei nº 11.494) como para projetos em regime de colaboração ou em consórcios municipais, considerando os planos locais de Educação, o esforço fiscal dos entes federados e os esforços de melhoria da aprendizagem, do fluxo escolar e da formação de professores.

Os preceitos que regem a distribuição da complementação da União são a equidade (90% direcionados para “dar mais a quem tem menos”) e os esforços locais para a qualidade e melhoria da governança das responsabilidades (no escopo dos 10% restantes) e, assim, possuem elevado efeito redistributivo, equalizando aplicações mínimas nas unidades da federação mais pobres. Portanto, utilizar essa rubrica para expandir os investimentos da União na Educação Básica é algo desejável, não incorrendo em improbidade administrativa pela não observação da EC nº 95 e descentralizando recursos sob critérios positivos que induzem avanços na qualidade e na equidade educacional.

10. Ministério da Educação; Ministério da Fazenda. Portaria Interministerial nº 8, de 26 de dezembro de 2016.

A atual complementação logra reduzir, por exemplo, 65% da distância entre Maranhão e São Paulo em termos de valor repassado por ano para cada estudante da rede pública na lógica do Fundeb. Contudo, muitos especialistas em Educação a consideram tímida para amenizar suficientemente as distorções de financiamento educacional do País, como revela o **Gráfico 3**, extraído do relatório final do Grupo de Trabalho sobre o Custo Aluno-Qualidade (GT-CAQ), coordenado pela Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase/MEC).

**Gráfico 3** Valor total por aluno nas redes e sistemas de ensino – 2015<sup>1</sup>



Nota:

1. Valor aluno/ano dos Anos Finais do Ensino Fundamental (regiões urbanas), considerando a combinação de recursos disponíveis nas diferentes esferas de governo.

Fonte: Relatório GT-CAQ 2015/Sase/MEC.

O relatório do GT-CAQ traz ainda uma crítica conceitual ao mecanismo de complementação do Fundeb que é de alta relevância quando se passa a tratá-la como opção fiscal no contexto da EC nº 95. Uma vez que o Fundeb não abarca todas as fontes tributárias dos estados e municípios, a redistribuição de recursos e a definição dos valores aluno/ano não levam em conta importantes receitas tributárias de alguns entes federados, como o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), o Imposto sobre Serviços (ISS) e o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Intervivos (ITBI). Assim, redes de ensino com altos valores aluno/ano reais (ao considerar a totalidade de recursos à disposição) recebem complementação, ao passo que municípios muito pobres de estados não complementados (como Minas Gerais) têm valor aluno/ano muito próximo do mínimo nacional, abaixo de R\$ 3 mil por ano. Isso traz à luz o imperativo de reformulações positivas nas regras do Fundeb que evitem desigualdades não corrigidas e, em alguns casos, até aprofundadas pela complementação.

#### Legenda

- Governo do estado
- Prefeituras

Na perspectiva do PNE, o acréscimo de recursos de complementação da União ao Fundeb ajusta-se à necessidade de implantação do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi). Este, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional, deveria ocorrer até 2016, com financiamento calculado com base nos insumos indispensáveis ao processo educacional e reajuste progressivo até a implementação plena do CAQ (estratégia 20.6). O PNE estabelece, ainda, que cabe à União a complementação de recursos financeiros a todos os estados, ao Distrito Federal e aos municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ (estratégia 20.10).

### **Possibilidades de reformulação do Fundeb e alternativa fiscal para a EC nº 95**

Em tramitação no Congresso, a PEC nº 15/2015 visa tornar o Fundeb um instrumento redistributivo permanente (hoje ele é instituído apenas como disposição constitucional transitória com vigência até 2020). Essa é uma oportunidade para aprimoramentos nas regras de funcionamento do fundo.

A PEC prevê a perenização do Fundeb tal qual sua configuração atual, dada pela Lei nº 11.494/2007.<sup>11</sup> Contudo, a inserção de aprimoramentos tem sido defendida por especialistas dos diversos campos de atuação educacional nas audiências públicas organizadas pela Comissão Especial da Câmara (Cesp) que analisa a PEC. Uma das possibilidades levantadas é que se amplie, por lei, o percentual de complementação da União ao Fundeb. Também há propostas de que o mínimo passe de 10% para 15%, 16%, 20%, 25% ou 50% dos recursos somados dos fundos estaduais (o último percentual,<sup>12</sup> inclusive, é o indicado por outra PEC, a nº 17/2017, apresentada em maio no Senado Federal).

Essas propostas não alteram, porém, a lógica de redistribuição; apenas fazem com que a complementação chegue a mais fundos estaduais, além de elevar o valor mínimo aluno/ano, equalizando-o nas unidades da federação que receberiam

11. A PEC nº 15/2015 prevê algumas mudanças em relação ao funcionamento do Fundeb: a opção aos entes federados, no âmbito de sua autonomia, de incluir na conta do Fundeb os recursos provenientes da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural; e a possibilidade de os recursos do Fundeb serem utilizados com despesas que não são tipicamente de MDE, uma vez que a restrição do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 não aparece no teor da PEC.

12. Em valores previstos para 2017, a complementação da União equivalente a 50% dos recursos que compõem as receitas do Fundeb equivaleria a um acréscimo de R\$ 52 bilhões.

a complementação. Elas ampliam o potencial de geração de equidade do Fundeb por meio do papel supletivo da União e seu efeito redistributivo, mas não chegam a corrigir as distorções do sistema de financiamento, tampouco induzem comportamentos adequados de gestão pelas redes de ensino.

Considerando a complementação do Fundeb como alternativa para o progresso da Educação no contexto da EC nº 95, é impreterível aprimorar o modelo atual para que impulse, de fato, a qualidade educacional com equidade e efetividade na Educação Básica. Ainda assim, o acréscimo de recursos destinados à complementação para além dos 10% mínimos é uma possibilidade imediata, que pode ajudar no enfrentamento das carências educacionais existentes.

Nessa perspectiva, a Cesp poderia refletir sobre qual seria a nova regulamentação do Fundeb (estabelecida não como emenda constitucional, mas como lei ordinária posterior) de forma a garantir a contribuição adequada do governo federal para o desenvolvimento educacional.

São fundamentais, nesse sentido, instrumentos de apoio financeiro da União aos governos locais para que erradiquem situações críticas de oferta, avancem na qualidade do ensino e façam uso eficiente dos recursos. Esses instrumentos, vinculados legalmente à complementação da União ao Fundeb, podem envolver maior controle social dos fundos, distribuição de recursos da União por meio de mecanismos de incentivo à qualidade e à equidade, reestruturação de fatores de ponderação do Fundeb de acordo com padrões reais de insumos e verificação de localidades nas quais o aporte é mais urgente. Tais aprimoramentos, direta ou indiretamente, contribuiriam para a plena implantação do CAQ, ainda a ser formulado e definido.

No seio da reflexão, é importante realizar uma etapa de simulação e estudos de impacto dos diferentes cenários sugeridos, como pressuposto para uma implementação exitosa de mudanças que não tenha como efeito a regressão das condições educacionais em nenhuma localidade. Isso contempla, também, a averiguação de quais fontes de recursos permitiriam a expansão de aportes financeiros na Educação.

Com a perspectiva de redistribuição de recursos alicerçada nos necessários avanços da Educação e de apropriado planejamento das mudanças, o acréscimo na complementação da União se fortalece como a alternativa fiscal de investimento – principalmente no caso de retomada de crescimento econômico – no contexto dos riscos trazidos pela EC nº 95. ♦



# Boletins

Monitoramento das Metas do  
**Todos Pela Educação** e indicadores  
socioeconômicos e educacionais  
dos estados e do Distrito Federal

Nas páginas seguintes, apresentamos a situação atual de cada estado brasileiro e do Distrito Federal com relação às Metas do Todos Pela Educação (TPE) passíveis de acompanhamento no nível das unidades da federação (Metas 1, 2, 3 e 4).

O acompanhamento da Meta 2 foi realizado, em 2011 e 2012, por meio dos resultados da Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização (Prova ABC), iniciativa do movimento em parceria com a Fundação Cesgranrio, o Instituto Paulo Montenegro/Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Em 2013, o Inep realizou a primeira edição da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), porém os dados consolidados por unidade da federação, regiões e País não foram publicados. A primeira divulgação integral dos dados da ANA refere-se aos resultados de 2014.

Com relação à Meta 5, não há indicadores parciais a respeito da porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB) aplicada à Educação em cada unidade da federação. Portanto, o TPE acompanha o número nacional calculado pelo Ministério da Educação.

Também são apresentados indicadores socioeconômicos e educacionais que contextualizam as informações sobre as Metas. São eles:

- ◆ **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)** do 5º e do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio. O Ideb total da unidade da federação refere-se às escolas municipais e estaduais urbanas e às escolas privadas urbanas. O número sintetiza informações de fluxo escolar (taxa de aprovação) e de desempenho dos estudantes – nota da Prova Brasil/Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Teoricamente, o Ideb varia de 0 a 10, mas, na prática, valores próximos a 0 ou a 10 não são observados. Em 2011, o Ideb das unidades da federação variou de 2,8 a 5,9. Valores próximos a 6 são considerados razoáveis, porque compatíveis com o nível de qualidade médio de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2006.
- ◆ **Taxas bruta e líquida de matrículas na Educação Básica.** A taxa bruta corresponde à proporção entre o número de alunos matriculados e o total da população com idade adequada ao segmento. A taxa líquida representa a

## Legenda

- **Meta não atingida**  
Meta maior do que o limite superior do intervalo de confiança.
- **Meta atingida**  
A meta está dentro do intervalo de confiança.
- **Meta superada**  
A meta é menor do que o limite inferior do intervalo de confiança.

proporção entre o número de alunos na idade adequada matriculados no segmento e o total da população nessa mesma faixa etária.

- ◆ **População em idade escolar.** Totais por faixa etária (4 e 5 anos, 6 a 14 anos e 15 a 17 anos, faixas que correspondem às etapas da Pré-Escola, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio).
- ◆ **Taxa de distorção idade-série.** Proporção entre o número de alunos com dois anos ou mais de defasagem e o total de matriculados no segmento.
- ◆ **Taxa de reprovação.** Proporção entre o número de alunos reprovados e o total de matrículas iniciais no segmento.
- ◆ **Taxa de abandono.** Proporção entre o número de alunos que se evadem durante o ano letivo e o total de matrículas iniciais no segmento.
- ◆ **Taxa de analfabetismo.** Proporção entre o número de pessoas com 15 anos ou mais consideradas analfabetas e o total da população nessa mesma faixa etária.
- ◆ **Escolaridade média em anos de estudo.** Refere-se à população de 25 anos ou mais.
- ◆ **Docentes com curso superior.** Totais por segmento de ensino.
- ◆ **Índice de Gini da renda domiciliar *per capita*.** Medida de desigualdade de renda, varia de 0, total igualdade, a 1, situação de máxima desigualdade, e se baseia na relação entre as porcentagens acumuladas da população e do indicador de renda.
- ◆ **Renda média domiciliar *per capita* mensal.** Rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento domiciliar.
- ◆ **Produto Interno Bruto (PIB).** Soma de todos os bens e serviços finais produzidos na unidade da federação no ano.

## ACRE

MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO							
Meta	Indicador	Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015		
			Inferior	Superior			
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola	89,9	2,7	62,6	39,3		
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)	Leitura	83,1				
		Escrita	64,7				
		Matemática	40,6				
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	83,1	86,6	93,2	95,4
			Matemática	64,7	55,2	57,1	52,4
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	40,6	42,2	44,1	40,2
			Matemática	56,1	27,1	29,3	45,5
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	43,2	11,2	12,7	31,0
			Matemática	28,2	19,6	23,8	44,1
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF	12,0	2,0	3,4	31,6		
	% da população de 19 anos que concluiu o EM	21,7	53,7	71,5	85,9		

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS				
Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	5,4	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		4,5	
	EM		3,6	
Matrículas na Educação Básica		2015	272.943	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	104,8	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		94,5	
	EM (bruta)		88,2	
	EM (líquida)		58,7	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	230.750	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		31.182	
	De 6 a 14 anos		141.752	
	De 15 a 17 anos		57.816	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	24,0	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		30,7	
	EM		33,0	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	7,8	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		5,7	
	EM		10,9	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	1,9	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		4,1	
	EM		9,6	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	13,8	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	9,3	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	61,0	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		55,9	
	Anos Iniciais do EF		77,5	
	Anos Finais do EF		58,0	
	EM		87,0	
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		2015	0,5	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		2015	698,2	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	8.476.515,0	IBGE – Censo Demográfico

Símbolos: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## ALAGOAS

## MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador	Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015		
			Inferior	Superior			
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola	92,2	3,2	53,5	37,7		
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)	Leitura	56,5				
		Escrita	39,5				
		Matemática	20,1				
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	56,5	90,8	93,5	95,8
			Matemática	39,5	38,0	39,6	40,5
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	20,1	25,6	27,1	35,0
			Matemática	38,8	20,9	22,8	35,8
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	26,3	9,4	11,0	33,2
			Matemática	21,8	14,1	17,8	41,8
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF	10,2	2,5	3,9	37,1		
	% da população de 19 anos que concluiu o EM	15,9	46,0	60,9	82,1		

## INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	4,7	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		3,5	
	EM		3,1	
Matrículas na Educação Básica		2015	892.384	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	111,1	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		95,1	
	EM (bruta)		69,6	
	EM (líquida)		42,4	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	829.303	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		90.595	
	De 6 a 14 anos		537.985	
	De 15 a 17 anos		200.723	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	21,6	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		40,7	
	EM		38,2	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	8,6	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		16,1	
	EM		11,2	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	2,5	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		8,3	
	EM		13,8	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	20,0	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	8,7	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	34,9	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		39,4	
	Anos Iniciais do EF		52,6	
	Anos Finais do EF		69,3	
	EM		81,1	
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		2015	0,5	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		2015	574,6	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	24.574.808,0	IBGE – Censo Demográfico

Símbolos: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## AMAPÁ

### MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador	Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015		
			Inferior	Superior			
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola	90,4	2,6	63,6	35,1		
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)	Leitura	55,9				
		Escrita	40,2				
		Matemática	17,1				
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	55,9	88,3	92,5	96,0
			Matemática	40,2	32,2	34,2	44,5
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	17,1	18,3	20,0	33,9
			Matemática	33,2	18,1	20,0	42,3
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	19,1	5,6	6,8	27,1
			Matemática	19,0	16,0	20,4	46,4
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF	6,2	1,8	3,3	25,6		
	% da população de 19 anos que concluiu o EM	18,2	50,8	76,5	87,3		

### INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	4,5	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		3,7	
	EM		3,3	
Matrículas na Educação Básica		2015	230.379	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	102,5	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		96,6	
	EM (bruta)		91,9	
	EM (líquida)		55,1	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	222.285	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		32.580	
	De 6 a 14 anos		144.256	
	De 15 a 17 anos		45.449	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	21,1	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		33,9	
	EM		35,9	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	9,5	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		14,2	
	EM		13,6	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	1,8	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		4,4	
	EM		10,7	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	5,9	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	10,0	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	43,1	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		38,8	
	Anos Iniciais do EF		52,1	
	Anos Finais do EF		85,0	
	EM		95,9	
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		2015	0,5	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		2015	752,3	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	8.265.965,0	IBGE – Censo Demográfico

Siglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## AMAZONAS

## MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador	Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015		
			Inferior	Superior			
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola	91,5	4,4	73,0	52,6		
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)	Leitura	69,1				
		Escrita	43,8				
		Matemática	28,1				
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	69,1	90,0	92,9	95,9
			Matemática	43,8	50,1	51,0	42,6
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	28,1	34,7	35,6	39,3
			Matemática	50,5	30,3	31,3	35,0
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	35,1	12,9	13,7	31,5
			Matemática	30,8	22,0	25,3	28,1
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF	13,3	3,7	5,1	23,9		
	% da população de 19 anos que concluiu o EM	23,7	65,9	80,1	85,2		

## INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	5,2	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		4,4	
	EM		3,7	
Matrículas na Educação Básica		2015	1.178.976	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	108,6	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		96,4	
	EM (bruta)		91,2	
	EM (líquida)		58,8	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	1.095.210	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		149.383	
	De 6 a 14 anos		713.128	
	De 15 a 17 anos		232.699	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	21,2	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		37,3	
	EM		43,5	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	6,7	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		6,9	
	EM		5,8	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	2,4	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		5,8	
	EM		11,2	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	6,7	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	9,7	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	57,6	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		63,5	
	Anos Iniciais do EF		71,5	
	Anos Finais do EF		72,3	
	EM		96,2	
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		2015	0,5	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		2015	678,9	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	59.779.292,0	IBGE – Censo Demográfico

Símbolos: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## BAHIA

MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO							
Meta	Indicador	Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015		
			Inferior	Superior			
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola	94,0	4,0	62,3	47,4		
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)	Leitura	62,6				
		Escrita	45,3				
		Matemática	22,2				
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	62,6	93,2	94,9	96,2
			Matemática	45,3	42,1	43,5	44,9
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	22,2	28,5	30,0	39,0
			Matemática	42,8	25,9	27,2	44,4
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	29,3	11,6	12,8	37,2
			Matemática	26,5	15,9	19,1	41,1
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF	12,2	3,3	4,6	33,4		
	% da população de 19 anos que concluiu o EM	17,5	57,3	67,2	84,2		

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS				
Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	4,7	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		3,7	
	EM		3,1	
Matrículas na Educação Básica		2015	3.600.008	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	111,3	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		96,8	
	EM (bruta)		80,3	
	EM (líquida)		49,8	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	3.595.443	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		407.434	
	De 6 a 14 anos		2.330.112	
	De 15 a 17 anos		857.897	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	23,1	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		42,1	
	EM		41,8	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	10,4	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		18,3	
	EM		16,4	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	2,4	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		6,0	
	EM		7,5	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	13,5	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	9,2	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	40,6	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		43,3	
	Anos Iniciais do EF		51,5	
	Anos Finais do EF		70,1	
	EM		83,2	
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		2015	0,5	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		2015	698,5	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	154.000.000,0	IBGE – Censo Demográfico

Siglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.



## CEARÁ

### MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador	Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015		
			Inferior	Superior			
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola	94,4	6,0	75,9	57,5		
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)	Leitura	85,0				
		Escrita	61,0				
		Matemática	48,7				
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	85,0	93,6	95,2	96,5
			Matemática	61,0	60,3	61,7	49,2
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	48,7	43,2	44,7	39,3
			Matemática	61,0	36,8	38,3	39,6
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	44,0	19,3	20,7	37,2
			Matemática	37,6	20,1	22,9	46,7
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF	20,0	5,3	6,8	42,6		
	% da população de 19 anos que concluiu o EM	21,5	70,6	81,2	86,7		

### INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	5,9	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		4,8	
	EM		3,7	
Matrículas na Educação Básica		2015	2.229.711	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	104,7	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		97,4	
	EM (bruta)		82,8	
	EM (líquida)		63,7	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	2.025.765	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		231.735	
	De 6 a 14 anos		1.307.820	
	De 15 a 17 anos		486.210	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	10,8	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		25,6	
	EM		28,8	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	3,5	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		7,2	
	EM		7,2	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	0,6	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		2,6	
	EM		7,2	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	17,3	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	9,7	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	54,3	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		56,5	
	Anos Iniciais do EF		67,6	
	Anos Finais do EF		76,6	
	EM		86,5	
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		2015	0,5	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		2015	621,6	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	77.865.415,0	IBGE – Censo Demográfico

Siglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## DISTRITO FEDERAL

MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO							
Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		95,4	12,8	84,1	67,1	
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)		Leitura	87,3			
			Escrita	76,8			
			Matemática	51,7			
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	87,3	94,4	96,5	96,6
			Matemática	76,8	65,6	67,6	65,4
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	51,7	50,9	53,2	63,4
			Matemática	66,6	39,8	41,9	58,2
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	52,1	21,5	23,6	57,4
			Matemática	40,8	39,1	43,0	62,3
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		22,6	11,5	14,0	53,7	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		41,1	78,6	89,7	88,7	

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS				
Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	6,0	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		4,5	
	EM		4,0	
Matrículas na Educação Básica		2015	668.659	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	107,9	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		98,5	
	EM (bruta)		92,2	
	EM (líquida)		70,8	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	623.415	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		79.178	
	De 6 a 14 anos		394.640	
	De 15 a 17 anos		149.597	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	10,5	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		25,5	
	EM		24,3	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	5,6	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		14,2	
	EM		13,8	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	0,3	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		2,7	
	EM		3,9	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	3,0	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	11,2	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	64,9	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		81,2	
	Anos Iniciais do EF		87,8	
	Anos Finais do EF		96,8	
	EM		97,7	
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		2015	0,6	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		2015	2.131,7	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	150.000.000,0	IBGE – Censo Demográfico

Siglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## ESPÍRITO SANTO

### MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador	Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015		
			Inferior	Superior			
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola	94,0	12,7	78,8	59,5		
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)	Leitura	83,7				
		Escrita	69,9				
		Matemática	49,3				
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	83,7	93,0	94,9	96,1
			Matemática	69,9	60,0	61,3	57,9
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	49,3	47,2	48,5	53,2
			Matemática	60,7	37,7	39,1	51,1
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	47,8	22,1	23,5	49,4
			Matemática	38,4	34,2	37,7	51,7
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF	22,8	11,6	13,8	43,1		
	% da população de 19 anos que concluiu o EM	35,9	71,8	85,9	88,6		

### INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	5,7	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		4,4	
	EM		4,0	
Matrículas na Educação Básica		2015	903.127	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	103,6	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		97,9	
	EM (bruta)		79,8	
	EM (líquida)		64,7	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	817.349	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		107.345	
	De 6 a 14 anos		522.912	
	De 15 a 17 anos		187.092	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	13,5	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		29,7	
	EM		25,5	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	6,5	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		16,1	
	EM		15,7	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	0,5	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		1,9	
	EM		4,7	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	6,0	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	10,3	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	88,5	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		89,6	
	Anos Iniciais do EF		91,3	
	Anos Finais do EF		94,2	
	EM		96,8	
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		2015	0,5	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		2015	1.052,1	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	82.121.834,0	IBGE – Censo Demográfico

Siglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## GOIÁS

MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO							
Meta	Indicador	Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015		
			Inferior	Superior			
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola	93,7	6,8	80,6	61,5		
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)	Leitura	83,3				
		Escrita	71,8				
		Matemática	44,8				
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	83,3	92,8	94,7	96,0
			Matemática	71,8	59,8	61,0	55,2
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	44,8	44,1	45,4	49,8
			Matemática	60,4	40,0	41,6	47,5
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	44,7	21,8	23,5	39,6
			Matemática	40,8	26,8	31,1	44,2
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF	22,6	5,8	7,9	43,9		
	% da população de 19 anos que concluiu o EM	28,9	75,0	86,2	88,3		

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS				
Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	5,8	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		4,9	
	EM		3,9	
Matrículas na Educação Básica		2015	1.440.298	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	105,9	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		97,9	
	EM (bruta)		87,6	
	EM (líquida)		66,0	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	1.430.927	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		181.296	
	De 6 a 14 anos		925.012	
	De 15 a 17 anos		324.619	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	10,3	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		22,9	
	EM		25,4	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	3,8	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		7,0	
	EM		8,4	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	0,6	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		2,1	
	EM		5,9	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	6,1	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	10,5	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	70,7	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		73,9	
	Anos Iniciais do EF		83,2	
	Anos Finais do EF		85,7	
	EM		87,6	
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		2015	0,4	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		2015	1.047,4	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	97.575.930,0	IBGE – Censo Demográfico

Símbolos: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## MARANHÃO

### MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador	Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015		
			Inferior	Superior			
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola	94,4	1,5	69,5	54,8		
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)	Leitura	55,7				
		Escrita	38,0				
		Matemática	16,3				
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	55,7	93,1	95,6	96,1
			Matemática	38,0	33,0	34,5	40,7
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	16,3	18,5	19,6	32,4
			Matemática	33,8	20,5	21,6	38,9
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	19,0	7,5	8,4	31,5
			Matemática	21,1	13,5	16,7	33,9
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF	8,0	1,1	2,0	29,1		
	% da população de 19 anos que concluiu o EM	15,1	61,8	77,2	83,8		

### INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	4,6	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		3,8	
	EM		3,3	
Matrículas na Educação Básica		2015	2.071.964	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	107,6	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		97,2	
	EM (bruta)		79,5	
	EM (líquida)		55,8	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	1.954.217	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		237.524	
	De 6 a 14 anos		1.280.770	
	De 15 a 17 anos		435.923	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	16,0	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		34,5	
	EM		37,6	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	6,0	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		11,1	
	EM		11,1	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	1,8	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		4,6	
	EM		8,2	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	18,8	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	9,0	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	31,0	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		32,6	
	Anos Iniciais do EF		42,4	
	Anos Finais do EF		54,4	
	EM		91,6	
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		2015	0,5	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		2015	566,7	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	45.255.942,0	IBGE – Censo Demográfico

Siglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## MATO GROSSO

### MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador	Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015		
			Inferior	Superior			
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola	92,4	4,9	92,7	60,9		
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)	Leitura	81,8				
		Escrita	72,4				
		Matemática	43,3				
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	81,8	91,0	93,8	95,9
			Matemática	72,4	53,1	54,5	48,4
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	43,3	39,8	41,2	41,9
			Matemática	53,8	27,5	28,8	41,4
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	40,5	13,7	14,8	34,1
			Matemática	28,2	21,4	26,0	47,9
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF	14,2	4,0	5,8	37,6		
	% da população de 19 anos que concluiu o EM	23,7	87,9	97,4	87,9		

### INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	5,7	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		4,6	
	EM		3,2	
Matrículas na Educação Básica		2015	856.658	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	104,2	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		98,1	
	EM (bruta)		87,6	
	EM (líquida)		68,9	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	733.018	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		91.514	
	De 6 a 14 anos		478.607	
	De 15 a 17 anos		162.897	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	4,8	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		9,2	
	EM		28,5	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	1,7	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		3,8	
	EM		18,4	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	0,2	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		1,1	
	EM		13,5	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	7,1	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	10,1	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	76,8	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		83,9	
	Anos Iniciais do EF		89,8	
	Anos Finais do EF		90,3	
	EM		96,2	
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		2015	0,5	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		2015	1.067,8	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	59.599.990,0	IBGE – Censo Demográfico

Siglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## MATO GROSSO DO SUL

### MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador	Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015		
			Inferior	Superior			
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola	91,3	8,1	65,5	50,5		
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)	Leitura	84,8				
		Escrita	70,8				
		Matemática	42,3				
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	84,8	89,5	93,1	96,0
			Matemática	70,8	58,7	59,9	52,1
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	42,3	43,6	44,9	46,3
			Matemática	59,3	41,3	42,8	51,6
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	44,2	21,2	22,6	43,7
			Matemática	42,0	31,8	36,4	54,8
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF	21,9	6,9	9,2	46,3		
	% da população de 19 anos que concluiu o EM	34,1	56,7	74,3	87,9		

### INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	5,5	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		4,5	
	EM		3,7	
Matrículas na Educação Básica		2015	679.309	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	110,0	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		97,9	
	EM (bruta)		69,6	
	EM (líquida)		50,7	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	555.395	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		71.583	
	De 6 a 14 anos		354.358	
	De 15 a 17 anos		129.454	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	17,2	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		33,0	
	EM		32,5	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	9,2	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		14,6	
	EM		14,8	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	0,6	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		3,3	
	EM		8,9	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	6,0	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	10,0	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	85,0	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		86,6	
	Anos Iniciais do EF		88,8	
	Anos Finais do EF		93,1	
	EM		95,7	
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		2015	0,5	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		2015	1.230,4	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	43.514.207,0	IBGE – Censo Demográfico

Siglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## MINAS GERAIS

### MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador	Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015		
			Inferior	Superior			
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola	94,5	9,6	79,5	59,3		
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)	Leitura	90,8				
		Escrita	80,3				
		Matemática	62,7				
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	90,8	93,9	95,1	96,2
			Matemática	80,3	66,0	66,8	63,8
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	62,7	55,6	56,5	62,1
			Matemática	66,4	40,6	41,3	53,9
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	56,1	23,9	24,6	53,0
			Matemática	40,9	28,3	31,6	53,7
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF	24,3	8,6	10,5	50,4		
	% da população de 19 anos que concluiu o EM	30,0	75,7	83,3	89,1		

### INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	6,3	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		4,8	
	EM		3,7	
Matrículas na Educação Básica		2015	4.624.599	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	106,3	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		98,3	
	EM (bruta)		79,7	
	EM (líquida)		67,6	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	4.180.789	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		488.585	
	De 6 a 14 anos		2.637.094	
	De 15 a 17 anos		1.055.110	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	5,3	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		20,6	
	EM		25,0	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	1,8	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		9,9	
	EM		12,2	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	0,3	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		2,3	
	EM		6,7	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	6,8	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	10,2	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	56,6	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		74,3	
	Anos Iniciais do EF		87,0	
	Anos Finais do EF		91,5	
	EM		93,1	
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		2015	0,5	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		2015	1.069,5	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	351.000.000,0	IBGE – Censo Demográfico

Siglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.



## PARÁ

## MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador	Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015		
			Inferior	Superior			
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola	92,9	2,9	62,6	40,2		
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)	Leitura	57,5				
		Escrita	34,3				
		Matemática	18,6				
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	57,5	91,8	94,0	95,6
			Matemática	34,3	36,5	37,5	45,2
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	18,6	21,7	22,6	29,9
			Matemática	37,0	23,0	24,2	43,7
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	22,1	7,5	8,4	31,7
			Matemática	23,6	16,8	21,3	40,3
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF	7,9	2,1	3,7	27,5		
	% da população de 19 anos que concluiu o EM	19,0	57,9	67,3	83,2		

## INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	4,5	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		3,8	
	EM		3,1	
Matrículas na Educação Básica		2015	2.375.563	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	110,3	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		96,7	
	EM (bruta)		82,3	
	EM (líquida)		49,7	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	2.224.221	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		294.081	
	De 6 a 14 anos		1.415.393	
	De 15 a 17 anos		514.747	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	24,4	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		42,8	
	EM		49,9	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	11,1	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		13,7	
	EM		10,3	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	2,8	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		6,7	
	EM		16,8	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	9,9	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	9,1	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	47,0	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		44,8	
	Anos Iniciais do EF		56,3	
	Anos Finais do EF		67,5	
	EM		96,5	
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		2015	0,5	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		2015	634,6	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	77.847.597,0	IBGE – Censo Demográfico

Símbolos: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## PARAÍBA

### MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador	Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015		
			Inferior	Superior			
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola	93,3	4,8	71,3	51,3		
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)	Leitura	62,4				
		Escrita	37,6				
		Matemática	23,9				
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	62,4	91,7	94,9	96,2
			Matemática	37,6	42,2	44,3	44,6
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	23,9	29,0	31,0	39,7
			Matemática	43,3	25,5	27,3	40,0
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	30,0	11,8	13,3	34,4
			Matemática	26,4	20,3	23,8	38,2
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF	12,5	4,1	5,6	36,7		
	% da população de 19 anos que concluiu o EM	22,0	58,6	84,0	82,5		

### INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	4,9	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		3,8	
	EM		3,4	
Matrículas na Educação Básica		2015	999.858	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	106,6	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		96,8	
	EM (bruta)		75,6	
	EM (líquida)		55,6	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	895.331	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		107.969	
	De 6 a 14 anos		586.322	
	De 15 a 17 anos		201.040	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	19,2	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		36,5	
	EM		32,8	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	7,7	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		13,5	
	EM		9,2	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	2,2	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		6,8	
	EM		11,5	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	17,1	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	9,2	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	49,5	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		49,7	
	Anos Iniciais do EF		62,7	
	Anos Finais do EF		79,5	
	EM		88,0	
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		2015	0,5	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		2015	740,9	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	31.947.059,0	IBGE – Censo Demográfico

Siglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## PARANÁ

### MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador	Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015		
			Inferior	Superior			
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola	93,8	8,9	81,5	61,6		
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)	Leitura	90,4				
		Escrita	85,3				
		Matemática	55,0				
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	90,4	92,8	94,7	96,0
			Matemática	85,3	67,7	68,8	58,5
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	55,0	59,4	60,5	58,7
			Matemática	68,3	35,4	36,5	47,7
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	59,9	19,8	20,9	48,4
			Matemática	36,0	31,1	35,3	51,6
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF	20,4	7,8	10,0	46,9		
	% da população de 19 anos que concluiu o EM	33,2	76,6	86,3	89,3		

### INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	6,2	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		4,6	
	EM		3,9	
Matrículas na Educação Básica		2015	2.568.570	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	104,2	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		98,2	
	EM (bruta)		82,9	
	EM (líquida)		67,2	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	2.231.417	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		271.564	
	De 6 a 14 anos		1.407.353	
	De 15 a 17 anos		552.500	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	6,9	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		19,4	
	EM		21,1	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	4,6	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		10,3	
	EM		10,9	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	0,1	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		2,8	
	EM		7,7	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	5,1	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	10,5	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	62,1	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		75,6	
	Anos Iniciais do EF		89,0	
	Anos Finais do EF		96,4	
	EM		97,1	
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		2015	0,5	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		2015	1.265,8	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	217.000.000,0	IBGE – Censo Demográfico

Siglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## PERNAMBUCO

MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO							
Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		93,8	7,0	68,4	53,5	
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)		Leitura	64,7			
			Escrita	50,5			
			Matemática	29,0			
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	64,7	92,7	94,9	96,0
			Matemática	50,5	45,7	47,6	45,1
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	29,0	32,4	34,3	44,0
			Matemática	46,7	27,6	29,1	40,3
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	33,3	13,2	14,6	37,2
			Matemática	28,4	25,9	29,5	43,1
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		13,9	6,1	8,0	35,5	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		27,7	62,8	74,0	84,5	

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS				
Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	5,0	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		4,1	
	EM		4,0	
Matrículas na Educação Básica		2015	2.295.215	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	106,8	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		96,6	
	EM (bruta)		78,1	
	EM (líquida)		55,9	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	2.150.384	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		247.548	
	De 6 a 14 anos		1.379.108	
	De 15 a 17 anos		523.728	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	18,3	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		31,5	
	EM		30,7	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	8,2	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		12,7	
	EM		8,9	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	1,3	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		3,3	
	EM		2,3	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	15,4	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	9,3	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	37,2	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		43,8	
	Anos Iniciais do EF		53,9	
	Anos Finais do EF		76,5	
	EM		92,9	
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		2015	0,5	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		2015	707,7	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	95.186.714,0	IBGE – Censo Demográfico

Siglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## PIAUI

## MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador	Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015		
			Inferior	Superior			
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola	94,5	5,2	62,7	43,3		
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)	Leitura	62,9				
		Escrita	41,3				
		Matemática	21,2				
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	62,9	93,3	95,7	96,3
			Matemática	41,3	43,6	45,5	41,8
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	21,2	30,2	31,9	35,9
			Matemática	44,6	28,7	30,5	43,6
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	31,1	15,9	17,5	41,7
			Matemática	29,6	19,1	22,3	43,2
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF	16,7	4,4	5,9	45,0		
	% da população de 19 anos que concluiu o EM	20,7	53,9	71,5	83,9		

## INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	4,9	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		4,2	
	EM		3,4	
Matrículas na Educação Básica		2015	896.276	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	108,4	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		97,7	
	EM (bruta)		87,3	
	EM (líquida)		55,1	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	815.603	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		97.936	
	De 6 a 14 anos		522.920	
	De 15 a 17 anos		194.747	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	22,1	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		37,2	
	EM		41,3	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	10,0	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		12,5	
	EM		7,8	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	1,5	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		4,0	
	EM		11,8	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	18,2	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	9,1	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	52,9	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		52,5	
	Anos Iniciais do EF		63,6	
	Anos Finais do EF		76,1	
	EM		90,7	
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		2015	0,5	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		2015	646,9	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	22.060.161,0	IBGE – Censo Demográfico

Símbolos: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## RIO DE JANEIRO

MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO							
Meta	Indicador	Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015		
			Inferior	Superior			
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola	95,7	9,3	73,1	53,7		
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)	Leitura	78,4				
		Escrita	67,5				
		Matemática	38,7				
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	78,4	95,0	96,3	96,9
			Matemática	67,5	58,3	60,5	59,3
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	38,7	43,4	45,7	53,4
			Matemática	59,4	37,3	39,3	53,7
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	44,5	19,9	21,8	47,4
			Matemática	38,3	32,9	36,0	49,9
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF	20,8	8,3	10,3	41,4		
	% da população de 19 anos que concluiu o EM	34,4	69,1	77,1	88,6		

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS				
Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	5,5	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		4,4	
	EM		4,0	
Matrículas na Educação Básica		2015	3.607.342	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	110,2	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		97,7	
	EM (bruta)		88,7	
	EM (líquida)		61,4	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	3.096.561	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		374.045	
	De 6 a 14 anos		1.927.516	
	De 15 a 17 anos		795.000	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	19,5	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		32,3	
	EM		30,7	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	8,4	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		13,8	
	EM		13,4	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	0,9	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		2,1	
	EM		3,6	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	3,0	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	10,3	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	38,9	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		47,3	
	Anos Iniciais do EF		54,9	
	Anos Finais do EF		92,1	
	EM		96,2	
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		2015	0,5	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		2015	1.317,8	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	407.000.000,0	IBGE – Censo Demográfico

Símbolos: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## RIO GRANDE DO NORTE

## MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador	Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015		
			Inferior	Superior			
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola	94,2	3,8	59,5	53,4		
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)	Leitura	64,9				
		Escrita	54,2				
		Matemática	24,4				
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	64,9	93,0	95,3	96,3
			Matemática	54,2	40,7	42,6	37,9
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	24,4	27,1	28,9	33,4
			Matemática	41,7	27,2	29,2	41,7
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	28,0	13,2	14,8	37,0
			Matemática	28,2	16,8	20,2	41,6
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF	14,0	3,1	4,5	34,4		
	% da população de 19 anos que concluiu o EM	18,5	51,7	67,4	85,5		

## INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	4,8	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		3,8	
	EM		3,2	
Matrículas na Educação Básica		2015	863.950	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	110,6	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		97,1	
	EM (bruta)		68,8	
	EM (líquida)		49,1	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	761.551	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		91.131	
	De 6 a 14 anos		491.690	
	De 15 a 17 anos		178.730	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	16,7	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		40,0	
	EM		43,2	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	9,0	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		18,6	
	EM		15,3	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	1,8	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		5,5	
	EM		10,8	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	15,8	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	9,5	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	58,6	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		59,5	
	Anos Iniciais do EF		74,0	
	Anos Finais do EF		82,5	
	EM		92,8	
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		2015	0,5	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		2015	753,8	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	32.338.895,0	IBGE – Censo Demográfico

Símbolos: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## RIO GRANDE DO SUL

MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO							
Meta	Indicador	Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015		
			Inferior	Superior			
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola	92,6	8,9	81,3	57,6		
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)	Leitura	84,1				
		Escrita	74,6				
		Matemática	48,8				
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	84,1	91,6	93,6	95,8
			Matemática	74,6	58,6	60,2	58,5
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	48,8	47,6	49,2	51,7
			Matemática	59,4	34,5	37,5	55,8
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	48,4	16,8	18,8	52,3
			Matemática	36,0	30,3	34,5	57,7
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF	17,8	7,8	9,9	50,1		
	% da população de 19 anos que concluiu o EM	32,4	77,3	85,4	89,5		

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS				
Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	5,7	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		4,3	
	EM		3,6	
Matrículas na Educação Básica		2015	2.348.039	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	104,9	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		98,4	
	EM (bruta)		77,5	
	EM (líquida)		60,2	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	2.077.217	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		252.567	
	De 6 a 14 anos		1.308.036	
	De 15 a 17 anos		516.614	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	12,9	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		32,0	
	EM		26,4	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	7,1	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		17,0	
	EM		17,3	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	0,5	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		2,0	
	EM		7,1	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	3,5	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	10,2	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	47,7	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		65,9	
	Anos Iniciais do EF		80,0	
	Anos Finais do EF		92,2	
	EM		94,0	
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		2015	0,5	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		2015	1.304,7	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	252.000.000,0	IBGE – Censo Demográfico

Símbolos: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.



## RONDÔNIA

### MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador	Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015		
			Inferior	Superior			
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola	90,5	4,6	63,8	48,7		
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)	Leitura	77,7				
		Escrita	60,1				
		Matemática	38,7				
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	77,7	89,1	92,0	95,4
			Matemática	60,1	53,6	55,2	48,4
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	38,7	39,8	41,3	38,5
			Matemática	54,4	32,8	34,5	49,5
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	40,5	14,9	16,2	45,8
			Matemática	33,7	21,9	26,6	47,0
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF	15,5	3,6	5,6	38,2		
	% da população de 19 anos que concluiu o EM	24,2	54,2	73,5	86,4		

### INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	5,4	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		4,2	
	EM		3,6	
Matrículas na Educação Básica		2015	455.471	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	111,9	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		96,9	
	EM (bruta)		62,9	
	EM (líquida)		49,4	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	427.747	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		56.474	
	De 6 a 14 anos		267.245	
	De 15 a 17 anos		104.028	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	14,5	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		36,1	
	EM		30,6	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	6,4	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		15,5	
	EM		13,4	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	0,9	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		3,8	
	EM		9,3	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	8,0	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	9,6	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	77,1	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		79,0	
	Anos Iniciais do EF		85,0	
	Anos Finais do EF		90,0	
	EM		95,6	
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		2015	0,5	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		2015	897,9	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	23.560.644,0	IBGE – Censo Demográfico

Siglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## RORAIMA

### MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador	Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015		
			Inferior	Superior			
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola	94,9	4,3	80,0	60,5		
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)	Leitura	71,4				
		Escrita	60,0				
		Matemática	31,1				
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	71,4	93,9	96,0	96,3
			Matemática	60,0	44,0	46,6	47,5
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	31,1	33,7	36,3	41,4
			Matemática	45,3	21,3	23,8	46,4
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	35,0	8,0	9,7	37,8
			Matemática	22,5	19,5	24,9	45,7
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF	8,9	3,1	5,6	32,4		
	% da população de 19 anos que concluiu o EM	22,2	69,7	90,3	88,2		

### INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	5,2	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		3,8	
	EM		3,6	
Matrículas na Educação Básica		2015	149.058	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	104,5	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		96,9	
	EM (bruta)		76,0	
	EM (líquida)		65,8	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	148.368	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		16.534	
	De 6 a 14 anos		95.680	
	De 15 a 17 anos		36.154	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	14,0	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		28,4	
	EM		26,9	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	5,6	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		11,4	
	EM		9,6	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	1,1	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		5,3	
	EM		9,2	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	8,0	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	10,5	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	51,5	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		62,8	
	Anos Iniciais do EF		67,6	
	Anos Finais do EF		59,8	
	EM		76,3	
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		2015	0,5	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		2015	912,7	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	6.340.601,0	IBGE – Censo Demográfico

Siglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## SANTA CATARINA

### MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador	Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015		
			Inferior	Superior			
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola	94,9	9,3	84,9	67,7		
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)	Leitura	90,8				
		Escrita	86,6				
		Matemática	60,7				
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	90,8	94,0	95,8	96,6
			Matemática	86,6	68,7	69,9	57,4
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	60,7	58,3	59,6	50,2
			Matemática	69,3	45,7	47,2	56,3
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	59,0	28,0	29,4	49,7
			Matemática	46,4	30,8	34,9	51,7
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF	28,7	8,3	10,4	46,0		
	% da população de 19 anos que concluiu o EM	32,8	77,9	91,9	91,1		

### INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	6,3	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		5,1	
	EM		3,8	
Matrículas na Educação Básica		2015	1.520.901	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	105,2	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		98,8	
	EM (bruta)		73,2	
	EM (líquida)		68,0	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	1.282.608	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		160.504	
	De 6 a 14 anos		787.488	
	De 15 a 17 anos		334.616	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	7,2	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		20,6	
	EM		18,5	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	3,4	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		9,7	
	EM		12,7	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	0,1	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		1,0	
	EM		7,4	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	3,5	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	10,7	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	69,5	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		75,0	
	Anos Iniciais do EF		80,7	
	Anos Finais do EF		82,3	
	EM		84,3	
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		2015	0,4	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		2015	1.399,2	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	152.000.000,0	IBGE – Censo Demográfico

Siglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## SÃO PAULO

MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO							
Meta	Indicador	Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015		
			Inferior	Superior			
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola	95,9	9,0	89,6	73,8		
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)	Leitura	88,5				
		Escrita	85,3				
		Matemática	61,7				
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	88,5	95,4	96,4	96,8
			Matemática	85,3	67,4	68,3	61,9
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	61,7	58,8	59,8	56,5
			Matemática	67,9	39,0	40,3	54,2
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	59,3	21,9	23,4	47,9
			Matemática	39,6	30,4	34,1	51,5
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF	22,7	8,0	10,0	45,9		
	% da população de 19 anos que concluiu o EM	32,3	87,2	92,0	91,8		

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS				
Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	6,4	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		5,0	
	EM		4,2	
Matrículas na Educação Básica		2015	10.101.834	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	98,6	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		98,5	
	EM (bruta)		97,0	
	EM (líquida)		78,5	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	8.490.015	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		1.088.341	
	De 6 a 14 anos		5.351.460	
	De 15 a 17 anos		2.050.214	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	4,6	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		10,3	
	EM		13,1	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	2,3	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		5,3	
	EM		9,3	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	0,1	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		1,3	
	EM		3,2	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	3,5	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	10,9	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	74,5	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		84,6	
	Anos Iniciais do EF		87,2	
	Anos Finais do EF		94,7	
	EM		95,0	
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		2015	0,5	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		2015	1.350,8	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	1.250.000.000,0	IBGE – Censo Demográfico

Símbolos: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## SERGIPE

## MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Meta	Indicador	Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015		
			Inferior	Superior			
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola	93,5	5,4	54,2	42,7		
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)	Leitura	56,8				
		Escrita	40,0				
		Matemática	18,9				
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	56,8	92,1	94,9	96,3
			Matemática	40,0	39,1	41,6	46,0
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	18,9	27,4	29,9	38,8
			Matemática	40,3	27,9	30,1	48,1
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	28,7	12,0	13,8	43,4
			Matemática	29,0	21,3	24,8	47,7
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF	12,9	4,6	6,2	43,3		
	% da população de 19 anos que concluiu o EM	23,0	42,8	65,5	83,0		

## INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS

Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	4,6	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		3,5	
	EM		3,2	
Matrículas na Educação Básica		2015	556.026	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	113,3	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		96,8	
	EM (bruta)		65,5	
	EM (líquida)		40,6	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	543.654	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		65.257	
	De 6 a 14 anos		344.594	
	De 15 a 17 anos		133.803	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	22,7	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		45,1	
	EM		41,9	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	11,5	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		22,7	
	EM		15,2	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	2,2	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		7,1	
	EM		13,4	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	15,6	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	9,1	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	49,7	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		57,9	
	Anos Iniciais do EF		74,4	
	Anos Finais do EF		89,2	
	EM		95,6	
Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>		2015	0,5	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$ correntes)		2015	656,3	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	23.932.155,0	IBGE – Censo Demográfico

Símbolos: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.

## TOCANTINS

MONITORAMENTO DAS METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO							
Meta	Indicador		Resultado	Intervalo de confiança		Meta 2015	
				Inferior	Superior		
1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola	% da população de 4 a 17 anos frequentando a escola		95,1	3,5	74,4	50,5	
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos	% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado (2014)		Leitura	73,9			
			Escrita	53,0			
			Matemática	32,2			
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano	% de alunos com aprendizagem adequada (2015)	5º ano do EF	Língua Portuguesa	73,9	93,8	96,4	96,0
			Matemática	53,0	43,8	45,3	42,8
		9º ano do EF	Língua Portuguesa	32,2	30,8	32,2	38,5
			Matemática	44,6	26,2	27,7	40,0
		3º ano do EM	Língua Portuguesa	31,5	13,7	14,9	28,4
			Matemática	27,0	15,8	19,1	39,2
4. Todo aluno com EM concluído até os 19 anos	% da população de 16 anos que concluiu o EF		14,3	2,8	4,2	33,7	
	% da população de 19 anos que concluiu o EM		17,5	68,1	80,8	87,1	

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS				
Indicador		Ano	Valor	Fonte
Ideb	Anos Iniciais do EF	2015	5,1	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		4,1	
	EM		3,4	
Matrículas na Educação Básica		2015	409.394	MEC/Inep/DEED
Taxa de matrículas (%)	EF (bruta)	2015	108,9	IBGE/Pnad 2015
	EF (líquida)		98,1	
	EM (bruta)		86,0	
	EM (líquida)		63,0	
População	Em idade escolar (4 a 17 anos)	2015	373.065	IBGE/Pnad 2015
	De 4 a 5 anos		49.385	
	De 6 a 14 anos		236.550	
	De 15 a 17 anos		87.130	
Taxa de distorção idade-série (%)	Anos Iniciais do EF	2015	11,1	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		29,2	
	EM		30,5	
Taxa de reprovação (%)	Anos Iniciais do EF	2015	5,9	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		12,8	
	EM		11,8	
Taxa de abandono (%)	Anos Iniciais do EF	2015	0,7	MEC/Inep/DEED
	Anos Finais do EF		2,9	
	EM		7,7	
Taxa de analfabetismo (%)	Pessoas de 15 anos ou mais	2015	11,4	IBGE/Pnad 2015
Escolaridade média em anos de estudo		2015	9,9	IBGE/Pnad 2015
Docentes com curso superior (%)	Creche	2015	57,2	MEC/Inep/DEED
	Pré-escola		62,6	
	Anos Iniciais do EF		76,4	
	Anos Finais do EF		84,2	
	EM		94,3	
Índice de Gini da renda domiciliar per capita		2015	0,5	IBGE/Pnad 2015
Renda média domiciliar per capita mensal (R\$ correntes)		2015	874,7	IBGE/Pnad 2015
PIB (R\$ mil – correntes)		2010	17.240.135,0	IBGE – Censo Demográfico

Siglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MEC/Inep/DEED – Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Departamento de Estatísticas Educacionais; IBGE/Pnad – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE/SCR – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Regionais.



## **Expediente**

### **REALIZAÇÃO**

Todos Pela Educação

### **Gerência de Conteúdo**

Ricardo Falzetta

### **Coordenação do Núcleo de Dados, Estudos e Pesquisas**

Allan Gaia Pio

### **Texto**

Mariana Mandelli

### **Artigos**

Aline Maria de Medeiros

Rodrigues Reali

Beatriz Cardoso

Caio Callegari

Carolina Fernandes

Claudio Riyudi Tano

Eduardo Rombauer

Ítalo Dutra

### **Produção Técnica**

Allan Gaia Pio

Caio de Oliveira Callegari

Maria Laura Gomes Lopes

Fernando Rufino

## **PRODUÇÃO EDITORIAL**

Editora Moderna

### **Diretoria de Relações Institucionais**

Luciano Monteiro

Karyne Arruda de Alencar Castro

### **Coordenação da Produção Editorial e Edição**

Ana Luisa Astiz

### **Projeto Gráfico**

Paula Astiz

### **Editoreção Eletrônica e Gráficos**

Paula Astiz Design

### **Revisão**

Marcia Menin

Juliana Caldas





Esta é uma publicação do **Todos Pela Educação**, que teve apoio da Editora Moderna.  
Foi composta nas fontes Fedra Sans e Fedra Serif B e impressa em julho de 2017.

O **Todos Pela Educação** é um movimento da sociedade civil, fundado em 2006, com a missão de engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade. Esse objetivo, com prazo de cumprimento até 2022, ano do Bicentário da Independência, foi traduzido em **5 Metas**:

**Meta 1** Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola

**Meta 2** Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos

**Meta 3** Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano

**Meta 4** Todo jovem com Ensino Médio concluído até os 19 anos

**Meta 5** Investimento em Educação ampliado e bem gerido

As 5 Metas são acompanhadas anualmente, e o resultado desse monitoramento está expresso no **De Olho nas Metas**. Nesta publicação, apresentamos dados sobre atendimento escolar à população de 4 a 17 anos, alfabetização, desempenho dos alunos do Ensino Fundamental e Médio, conclusão dos estudos e financiamento da Educação Básica.

**Análises** de especialistas sobre os cenários dos sistemas educacionais oferecem um aprofundamento sobre os temas, e **Boletins** com o acompanhamento das Metas por unidade da federação complementam a obra. O objetivo do relatório é servir de ferramenta para ações concretas de melhoria da Educação.

Todo o conteúdo deste relatório está disponível em

**[www.todospelaeducacao.org.br](http://www.todospelaeducacao.org.br)**

REALIZAÇÃO



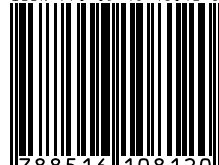
TODOS  
PELA  
EDUCAÇÃO

APOIO



MODERNA

ISBN 978-85-16-10812-0



9 788516 108120 >